

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEÓFILO OTONI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

TEÓFILO OTONI – MG

“A principal meta da educação é criar homens que sejam capazes de fazer coisas novas, não simplesmente repetir o que outras gerações já fizeram. Homens que sejam criadores, inventores, descobridores.

A segunda meta da educação é formar mentes que estejam em condições de criticar, verificar e não aceitar tudo que a elas se propõe.”

Jean Piaget

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEÓFILO OTONI

GETÚLIO AFONSO PORTO NEIVA

Prefeito de Teófilo Otoni

IRACEMA DAS GRAÇAS FERREIRA

Secretária Municipal de Educação de Teófilo Otoni

MARIA HELENA COSTA SALIM

Diretora da Superintendência Regional de Ensino de Teófilo Otoni

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 2015 – 2024

TEÓFILO OTONI – MG

Comissão Representativa da Sociedade Civil escolhida na Assembleia Geral realizada no dia 01.09.2014 e instituída pela Portaria. Nº 035 de 03 de Outubro de 2014.

Iracema das Graças Ferreira – Secretária Municipal de Educação/TO

Adriana Bezerra Novais Neiva – Pedagoga SME/TO

Ana Célia Gonçalves – Gerente Administrativo Financeiro - Doctum

Dilneide Rodrigues Gil – Coordenadora Pedagógica - Colégio SESC/TO

Eduardo Amorim Silva – Membro do CME/TO

Fátima Maria Silva – Secretária de Fazenda – PMTO

Flávia Maria Orsine S. Carvalhais – Vice Presidente do CME/TO

Gercileide Belmiro – Diretora - Escola Particular Passos Firme/TO

Gilvone Pereira de Souza – Professora-Escola Municipal Irmã Maria Amália/TO

Giovana Maria dos Santos – Professora – UNIPAC/TO

Girlane Prates Siqueira – Assessora - Gabinete do Prefeito/TO

Gladstony Behurk Macedo Gomes – Assistente de Biblioteca - SESC/TO

Helena Valéria de Souza – Pedagoga da SME/TO

Jefferson Gonçalves de Souza – Diretor da Escola Municipal Doralice Arruda/TO

Juliana de Fátima Colen – Vice-Diretora - Centro Solidário de Educação Infantil São Cristóvão/TO

Maria Beatriz Pinheiro Murta – Professora - APAE/TO

Maria Cristina Almeida – Inspetora Escolar – S.R.E./TO

Maria Nubilândia Bezerra Lima – Diretora - CEMEI da Vila São João/TO

Marly Maria de Jesus Souza – Professora – Membro do CME/TO

Miriam das Dôres Onofri – Inspetora Escolar Municipal/TO

Neide Maria Costa Pires – Coordenadora - Colégio Adventista de Teófilo
Otoni/TO

Raiane Ribeiro dos Santos – Coordenadora - Creche Delfina Tibaldi/TO

Rosalmira Xavier Franco – Presidente do Conselho Tutelar Norte/TO

Valéria Rodrigues Fonseca – Coordenadora – Instituto Educacional Raio de
Luz/TO

Vera Lúcia Brito Lêdo – Professora - CEMEI São Benedito/TO

Vera Lúcia Ferreira de Freitas – Coordenadora – FENORD/TO

Verdiana Aparecida Braz da Silva – Coordenadora – AMCA/TO

Equipe Técnica de Apoio à Elaboração do Plano Municipal de Educação

Adriana Bezerra Novais Neiva – Pedagoga – Divisão de Ensino – SME/TO

Andréa Lisboa Vieira – Inspetora Escolar – SME/TO

Betânia Maria Souza Pereira – Pedagoga da Educação Urbana – SME/TO

Creunice Aparecida Barroso – Pedagoga Educação Infantil – SME/TO

Cristina Maria das Dôres Silva - Pedagoga Ed. Inclusiva e Diversidade –
SME/TO

Edenise Souza Santos – Auxiliar de Secretaria – SME/TO

Elizabeth Silva da Sliva Araújo – Pedagoga Educação do Campo – SME/TO

Helane Leite Ribeiro – Secretária – Setor de Documentação – SME/TO

Helena Valéria de Souza – Pedagoga – Divisão de Ensino – SME/TO

Luana Martins Farias Colares – Pedagoga Educação de Jovens e Adultos –
SME/TO

Lucineide Nunes Soares – Pedagoga UFVJM/TO

Lucinelly Schultz Cruz Knupfer - Pedagoga Ed. Inclusiva e Diversidade –
SME/TO

Lucivane da Silva – Pedagoga da Educação Infantil – SME/TO

Luiz Vieira da Silva – Técnico Educacional – SME/TO

Marly Maria de Jesus Souza – Professora do Ensino Fundamental – SME/TO

Miriam das Dôres Onofri – Inspetora Escolar – SME/TO

Mônica Porto de Brito – Pedagoga da Educação Inclusiva e Diversidade –
SME/TO

Mônika Wnuk Neumann – Pedagoga da Educação Infantil – SME/TO

Neliomar Fernandes da Silva – Setor Financeiro da SME – SME/TO

Roberta Jardim Santos – Pedagoga da Educação de Jovens e Adultos –
SME/TO

Rosimar Costa de Carvalho Pinheiro – Pedagoga da Educação Urbana –
SME/TO

Rosiane Silva de Lima Brito – Pedagoga da Ed. Inclusiva e Diversidade –
SME/TO

Saskia Moreira Liesner – Assessora Técnica – SME/TO

Silvânia Pereira Caminhas – Pedagoga da Educação do Campo – SME/TO

Silvia do Socorro Antunes Tomich Pedagoga do Programa Mais Educação
SME/TO

Vera Lucia Areia Menezes – Pedagoga da Educação Urbana – SME/TO

Comissão Executiva – Plano Municipal de Educação

Adriana Bezerra Novais Neiva – Pedagoga – Divisão de Ensino – SME/TO

Gilvone Pereira de Souza – Professora - Escola Municipal Irmã Maria Amália/TO

Gercileide Belmiro – Diretora - Escola Particular Passos Firme/TO

Gladstony Behurk Macedo Gomes – Assistente de Biblioteca - SESC/TO

Helena Valéria de Souza – Pedagoga – Divisão de Ensino – SME/TO

Iracema das Graças Ferreira – Secretária Municipal de Educação/TO

Lidiane Cantão de Souza – Creche Delfina Tibaldi – AMCA/TO

Lucinelly Schultz Cruz Knupfer– Pedagoga Ed. Inclusiva e Diversidade – SME/TO

Luiz Cláudio Mesquita de Aquino – UFVJM/FACSAE/DCEX

Luiz Vieira da Silva – Técnico Educacional – SME/TO

Maria Cristina S. Keplano Almeida – Inspetora Escolar – S.R.E./TO

Maria Nubilândia Bezerra Lima – Diretora - CEMEI da Vila São João/TO

Marly Maria de Jesus Souza – Professora do Ensino Fundamental – SME/TO

Miriam das Dôres Onofri – Inspetora Escolar – SME/TO

Mônica Porto de Brito – Pedagoga da Educação Inclusiva e Diversidade – SME/TO

Mônika Wnuk Neumann – Pedagoga da Educação Infantil – SME/TO

Rosimar Costa de Carvalho Pinheiro – Pedagoga da Educação Urbana – SME/TO

Silvia do Socorro Antunes Tomich - Pedagoga do Programa Mais Educação – SME/TO

Silvia Swain Canôas – UFVJM/FACSAE/Economia

Valéria Rodrigues Fonseca – Coordenadora – Instituto Educacional Raio de
Luz/TO

Vera Lúcia Ferreira de Freitas – Coordenadora – FENORD/TO

Verdiana Aparecida Braz da Silva – Coordenadora – AMCA/TO

LISTAS DE FIGURAS

| | |
|--|-----|
| Figura 1- Município de Teófilo Otoni..... | 37 |
| Figura 2 – Organograma da Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni..... | 74 |
| Figura 3 – Organograma da Secretaria Municipal de Teófilo Otoni..... | 75 |
| Figura 4 - Distribuição dos alunos por nível de proficiência..... | 104 |

LISTAS DE TABELAS

| | |
|---|-----|
| Tabela 1 - Cidades mais populosas da Mesorregião do Vale do Mucuri..... | 36 |
| Tabela 2- Informações sobre o Município de Teófilo Otoni..... | 38 |
| Tabela 3 - População total, por Gênero, Rural/Urba na - Teófilo Otoni – MG... | 42 |
| Tabela 4 - Estrutura Etária da População - Teófilo Otoni – MG..... | 43 |
| Tabela 5 – Longevidade, Mortalidade e Fecundidade - Teófilo Otoni – MG.... | 45 |
| Tabela 6 – Renda, Pobreza e Desigualdade - Teófilo Otoni – MG..... | 48 |
| Tabela 7 – Ocupação da população de 18 anos ou mais - Teófilo Otoni – MG..... | 50 |
| Tabela 8 – Indicadores de Habitação - Teófilo Otoni – MG..... | 50 |
| Tabela 9 – Vulnerabilidade Social - Teófilo Otoni – MG..... | 51 |
| Tabela 10 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Teófilo Otoni – MG..... | 58 |
| Tabela 11 – Atendimento – Município de Teófilo Otoni..... | 99 |
| Tabela 12 – Desempenho – Município de Teófilo Otoni..... | 100 |
| Tabela 13 – População em Idade Escolar – Município de Teófilo Otoni..... | 101 |
| Tabela 14 – Matrículas – Município de Teófilo Otoni..... | 101 |
| Tabela 15 – Taxas de abandono – Município de Teófilo Otoni..... | 102 |
| Tabela 16 – Ideb - Rede Pública – Município de Teófilo Otoni..... | 103 |
| Tabela 17 – Ideb - Rede Estadual – Município de Teófilo Otoni..... | 103 |
| Tabela 18 – Ideb - Rede Municipal – Município de Teófilo Otoni..... | 103 |
| Tabela 19 – Ideb - Rede Total – Município de Teófilo Otoni..... | 104 |
| Tabela 20 - População na faixa etária de 0 a 5 anos no Município de Teófilo Otoni – Por Zoneamento..... | 108 |
| Tabela 21 - Distribuição de matrículas da Educação Infantil – Teófilo Otoni..... | 108 |

| | |
|--|-----|
| Tabela 22 - Quantidade de matrículas de crianças com deficiências na Educação Infantil (Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos) – Teófilo Otoni..... | 111 |
| Tabela 23 - Número de Escolas de Educação Infantil no município de Teófilo Otoni – Por Rede e Etapa..... | 112 |
| Tabela 24 - Funções Docentes da Educação Infantil na Rede Municipal de Teófilo Otoni – Por Modalidade..... | 113 |
| Tabela 25 - Indicadores da Educação Básica da localidade..... | 122 |
| Tabela 26 - Taxa de distorção idade-série - Anos Iniciais do Ensino Fundamental..... | 123 |
| Tabela 27 - Taxa de distorção idade-série – Todas as redes..... | 123 |
| Tabela 28 - Taxa de distorção idade-série – Rede Pública e Privada..... | 124 |
| Tabela 29 - Taxa de distorção idade-série – Anos Finais do Ensino Fundamental..... | 124 |
| Tabela 30 - Taxa de distorção idade-série – Todas as redes..... | 125 |
| Tabela 31 - Taxa de distorção idade-série – Rede Pública e Privada..... | 125 |
| Tabela 32 - Número de Escolas e matrícula efetiva no Ensino Fundamental por rede de ensino - Município: Teófilo Otoni/MG..... | 126 |
| Tabela 33 - Nº de escolas da Fase Introdutória a 8ª série e matrículas - Zona: Urbana/Rede: Municipal..... | 127 |
| Tabela 34 - Nº de escolas do 1º ao 9º ano e matrículas Zona: Urbana/Rede: Municipal..... | 127 |
| Tabela 35 – Número de Escolas e de Alunos – Rede Privada..... | 128 |
| Tabela 36 – Número de Escolas e de Alunos – Rede Estadual..... | 128 |
| Tabela 37 - IDEB - Resultados e Metas - IDEB 2005, 2007, 2009, 2011, 2013 e Projeções para o BRASIL - Anos Iniciais do Ensino Fundamental..... | 128 |
| Tabela 38 - IDEB - Resultados e Metas - IDEB 2005, 2007, 2009, 2011, 2013 e Projeções para o BRASIL - Anos Finais do Ensino Fundamental | 129 |

| | |
|--|-----|
| Tabela 39 - IDEB - Resultados e Metas - IDEB 2005, 2007, 2009, 2011, 2013 - Anos Iniciais do Ensino Fundamental – Município de Teófilo Otoni | 129 |
| Tabela 40 - IDEB - Resultados e Metas - IDEB 2005, 2007, 2009, 2011, 2013 - Anos Finais do Ensino Fundamental – Município de Teófilo Otoni | 130 |
| Tabela 41 - Taxa de distorção idade-série - Anos Iniciais do Ensino Fundamental..... | 137 |
| Tabela 42 - Taxa de distorção idade-série - Anos Finais do Ensino Fundamental..... | 138 |
| Tabela 43 - Tabela - Histórico da Estimativa do Percentual do Investimento Público Total em Educação em Relação ao Gasto Público Social (GPS), por Nível de Ensino – Brasil 2000 – 2011..... | 144 |
| Tabela 44 - Taxa de Escolarização Líquida no Município de Teófilo Otoni..... | 145 |
| Tabela 45 - Matrículas Ensino Médio – Rede Estadual de Teófilo Otoni – MG..... | 146 |
| Tabela 46 - Número de Escolas do Ensino Médio por ano, segundo a Rede de Ensino - Município de Teófilo Otoni - Ref.: Maio..... | 146 |
| Tabela 47 - Matrícula Efetiva no Ensino Médio Município: Teófilo Otoni – Minas Gerais..... | 147 |
| Tabela 48 - Taxa de distorção idade-série - Ensino Médio..... | 148 |
| Tabela 49 - Indicador 3 A - Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola..... | 149 |
| Tabela 50 - Indicador 3 B - Taxa de escolarização líquida no ensino médio da população de 15 a 17 anos..... | 149 |
| Tabela 51 - Indicadores da Educação Básica da localidade..... | 150 |
| Tabela 52 - Taxa de Analfabetismo por Faixa Etária - Município de Teófilo Otoni..... | 154 |
| Tabela 53 - Matrícula Efetiva de alunos da Educação de Jovens e Adultos nos Cursos Presenciais com Avaliação no processo, por dependência administrativa, município de Teófilo Otoni..... | 155 |

| | |
|---|-----|
| Tabela 54 - Matrícula Efetiva de alunos da Educação de Jovens e Adultos nas Escolas Municipais de Teófilo Otoni..... | 156 |
| Tabela 55 - Matrícula Efetiva de alunos da Educação de Jovens e Adultos nas Escolas Municipais de Teófilo Otoni..... | 157 |
| Tabela 56 – Instituições de Educação Profissional; Mantenedoras/Parcerias; cursos ofertados e Rede de Ensino..... | 166 |
| Tabela 57 – Programas, Cursos e número de alunos da Instituição SESC... | 169 |
| Tabela 58 - Número oficial de atendimento nas escolas da Rede Municipal de Ensino, segundo o Censo Escolar da Educação Básica / MEC – INEP..... | 176 |
| Tabela 59 – Matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados em classes comuns..... | 178 |
| Tabela 60 - Matrículas em Salas Comuns - Rede Pública por Etapa de Ensino..... | 179 |
| Tabela 61 - Salas de Recursos Multifuncionais - Localidade: Urbana - Salas em Uso - Todas as Redes..... | 179 |
| Tabela 62 - Salas de Recursos Multifuncionais - Localidade: Urbana - Salas sem Utilização - Todas as Redes..... | 180 |
| Tabela 63 - Alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que recebem Atendimento Educacional Especializado..... | 180 |
| Tabela 64 - Porcentagem de professores da Educação Básica com curso superior..... | 188 |
| Tabela 65 – Porcentagem de professores da Educação Básica com Pós-Graduação..... | 189 |
| Tabela 66 – Número de Docente Ativo, por Dependência Administrativa, segundo a Escolaridade e o tipo de Docente – Município de Teófilo Otoni.. | 189 |
| Tabela 67 – Porcentagem de profissionais com curso superior - Rede / Pública..... | 190 |

| | |
|---|-----|
| Tabela 68 – Porcentagem de profissionais com curso superior - Rede / Privada..... | 190 |
| Tabela 69 – Porcentagem de professores da Educação Básica com Pós Graduação..... | 192 |
| Tabela 70 – Número de profissionais pós-graduados nas redes de ensino de Teófilo Otoni..... | 192 |
| Tabela 71 - Remuneração dos Profissionais da Educação da Rede Municipal..... | 194 |
| Tabela 72 - Subsídio – Professor de Educação Básica – Governo do Estado de Minas Gerais..... | 195 |
| Tabela 73 - Subsídio – Analista de Educação Básica – Governo do Estado de Minas Gerais..... | 195 |
| Tabela 74 - Subsídio – Especialista de Educação Básica – Governo do Estado de Minas Gerais..... | 196 |
| Tabela 75: Remuneração dos Profissionais do Magistério – SINPRO..... | 196 |
| Tabela 76 - Despesas com Pessoal Poder Executivo e Legislativo..... | 197 |
| Tabela 77 - Atendimento - Cursos de Graduação – Município de Teófilo Otoni..... | 207 |
| Tabela 78 – Cursos de Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu – Município de Teófilo Otoni..... | 210 |
| Tabela 79 - Existência de Instrumentos de Gestão Democrática no Município de Teófilo Otoni..... | 218 |
| Tabela 80 – Caráter do Conselho Municipal de Educação - Município de Teófilo Otoni..... | 218 |
| Tabela 81 - FUNDEB 2014..... | 226 |
| Tabela 82 - Demonstrativo dos Recursos Recebidos e sua Aplicação..... | 227 |
| Tabela 83 - Receitas FUNDEB 2014 por Origem..... | 227 |
| Tabela 84 - Transporte Escolar..... | 228 |

LISTAS DE GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| Gráfico 1 – Pirâmide Etária 1991 – Teófilo Otoni – MG..... | 43 |
| Gráfico 2 – Pirâmide Etária 2000 – Teófilo Otoni – MG..... | 44 |
| Gráfico 3 – Pirâmide Etária 2010 – Teófilo Otoni – MG..... | 44 |
| Gráfico 4 – Fluxo Escolar por Faixa Etária – Teófilo Otoni – MG – 1991..... | 46 |
| Gráfico 5 – Fluxo Escolar por Faixa Etária – Teófilo Otoni – MG – 2010..... | 46 |
| Gráfico 6 – Escolaridade da População – 1991, 2000, 2010 - Teófilo Otoni – MG..... | 47 |
| Gráfico 7 – Distribuição da Renda por quintos da População – 1991, 2000, 2010 - Teófilo Otoni – MG..... | 49 |
| Gráfico 8 – Composição da População - 2010 - Teófilo Otoni – MG..... | 49 |
| Gráfico 9 - Taxa de crescimento anual – 2000 e 2010..... | 52 |
| Gráfico 10 – População Urbana/Rural segundo Censo demográfico do IBGE – 2000 e 2010..... | 53 |
| Gráfico 11 - População residente no município por faixa etária – 2000 e 2010..... | 53 |
| Gráfico 12 - Evolução dos Cadastros dos Programas Sociais..... | 55 |
| Gráfico 13 – Evolução da quantidade de Beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), por tipo de Beneficiário – 2004 a 2013..... | 56 |
| Gráfico 14 – Atendimento no PAIF e nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – 2012..... | 56 |
| Gráfico 15 – Total de indivíduos cadastrados simultaneamente no MEI e no Cadastro Único – 2012 e 2013..... | 57 |
| Gráfico 16 – Distribuição das 5 (cinco) principais atividades dos microempreendedores individuais (MEI) do município – 2012..... | 57 |
| Gráfico 17 – IDHM..... | 58 |
| Gráfico 18 – Evolução do IDHM – Teófilo Otoni – MG..... | 60 |

| | |
|---|-----|
| Gráfico 19 - Participação dos setores econômicos no produto Interno Bruto do Município – 2010..... | 66 |
| Gráfico 20 - Taxa de crescimento do PIB nominal por setor econômico no Município e no estado - 2005 a 2010..... | 66 |
| Gráfico 21 - Distribuição das 5 (cinco) principais culturas de rebanho do município – 2011..... | 67 |
| Gráfico 22 - Distribuição das 5 (cinco) principais culturas de agricultura do município, segundo condição permanente/temporária (toneladas) – 2011..... | 67 |
| Gráfico 23 - Quantidade de agricultores cadastrados com DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf)..... | 68 |
| Gráfico 24 - Taxa de desemprego por área selecionada – 2010..... | 69 |
| Gráfico 25 - Pessoas ocupadas por posição na ocupação – 2010..... | 69 |
| Gráfico 26 - Admitidos e desligados no município – 2005 a 2010..... | 70 |
| Gráfico 27 - Total de servidores da administração municipal segundo tipo de vínculo – 2011..... | 76 |
| Gráfico 28 – Distribuição Percentual das 5 (cinco) principais despesas do Município – 2011..... | 76 |
| Gráfico 29 – Indicadores do Percentual da população de 4 a 5 anos que frequenta a escola..... | 109 |
| Gráfico 30 – Indicadores do Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola..... | 110 |
| Gráfico 31 – Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta a escola..... | 121 |
| Gráfico 32 – Percentual das pessoas de 16 anos com pelo menos o Ensino Fundamental concluído..... | 121 |
| Gráfico 33 – Taxa de alfabetização de crianças que concluíram o 3º ano do Ensino Fundamental..... | 122 |
| Gráfico 34 – Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta a escola..... | 136 |

| | |
|---|-----|
| Gráfico 35 – Percentual das pessoas de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído..... | 137 |
| Gráfico 36 – Taxa de alfabetização de crianças que concluíram o 3º ano do ensino fundamental..... | 137 |
| Gráfico 37 – Percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional..... | 170 |
| Gráfico 38 – Matrículas em educação profissional técnica de nível médio ... | 171 |
| Gráfico 39 – Matrículas em educação profissional técnica de nível médio na rede pública | 171 |
| Gráfico 40 - Percentual da população de 4 a 17 anos com deficiência que frequenta a escola..... | 178 |
| Gráfico 41 – Escolaridade média da população de 18 a 29 anos | 181 |
| Gráfico 42 – Escolaridade média da população de 18 a 29 anos residente em área rural..... | 181 |
| Gráfico 43 – Escolaridade média da população de 18 a 29 anos residente entre os 25% mais pobres..... | 181 |
| Gráfico 44 – Razão entre a escolaridade média da população negra e da população não negra de 18 a 29 anos..... | 182 |
| Gráfico 45 - Porcentagem de professores da Educação Básica com curso superior..... | 188 |
| Gráfico 46 – Porcentagem de professores da Educação Básica com Pós-Graduação..... | 191 |
| Gráfico 47 – Percentual de professores da Educação Básica com Pós-Graduação Lato Sensu o Stricto Sensu..... | 191 |

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| LEI Nº | 22 |
| APRESENTAÇÃO..... | 26 |
| 1 INTRODUÇÃO..... | 28 |
| 2 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO..... | 30 |
| 2.1 ASPECTOS GERAIS..... | 30 |
| 2.1.1 Histórico..... | 30 |
| 2.1.2 Formação Administrativa..... | 33 |
| 2.1.3 Localização do Município..... | 37 |
| 2.1.4 Caracterização do Território..... | 38 |
| 2.2 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS..... | 52 |
| 2.3 ASPECTOS SOCIAIS..... | 53 |
| 2.3.1 Pobreza e Transferência de Renda..... | 54 |
| 2.3.2 Índice de Desenvolvimento Humano..... | 58 |
| 2.3.3. Religião..... | 60 |
| 2.3.4 Etnias e Imigração..... | 60 |
| 2.3.5 Aspectos Culturais e Artísticos..... | 61 |
| 2.4 ASPECTOS ECONÔMICOS..... | 64 |
| 2.4.1 Produção..... | 65 |
| 2.4.2 Mercado de Trabalho..... | 68 |
| 2.5 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA..... | 73 |
| 2.5.1 Estrutura..... | 74 |
| 2.5.2 Capacidade Técnica..... | 75 |
| 2.5.3 Finanças..... | 76 |
| 3 BREVE HISTÓRICO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO..... | 77 |

| | |
|---|-----|
| 3.1 Contexto Nacional..... | 77 |
| 3.2 Contexto Estadual..... | 80 |
| 3.3 Contexto Municipal..... | 80 |
| 4 EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO..... | 96 |
| 4.1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO..... | 96 |
| 4.2 DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO..... | 99 |
| 4.2.1 Garantia do Direito à Educação Básica com Qualidade..... | 99 |
| 4.2.1.1 Educação Infantil..... | 106 |
| 4.2.1.2 Ensino Fundamental..... | 120 |
| 4.2.1.3 Educação no Campo..... | 135 |
| 4.2.1.4 Ensino Médio..... | 142 |
| 4.2.1.5 Educação de Jovens e Adultos (EJA) | 154 |
| 4.2.1.6 Educação Profissional..... | 161 |
| 4.2.2 Superação das Desigualdades e Valorização das Diferenças..... | 175 |
| 4.2.2.1 Educação Especial / Inclusiva..... | 180 |
| 4.2.2.2 Elevação da escolaridade / diversidade..... | 180 |
| 4.2.3 Valorização dos Profissionais da Educação..... | 186 |
| 4.2.3.1 Formação dos Professores..... | 187 |
| 4.2.3.2 Formação Continuada e Pós-Graduação de professores | 191 |
| 4.2.3.3 Remuneração do Magistério..... | 193 |
| 4.2.3.4 Plano de Carreira..... | 197 |
| 4.2.4 Ensino Superior..... | 204 |
| 4.2.5 Gestão Democrática e Participação Social..... | 215 |
| 4.2.6 Financiamento..... | 222 |
| 5 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PME..... | 236 |
| 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 237 |
| 7 ANEXOS..... | 238 |

| | |
|-----------------------------------|-----|
| 8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 253 |
|-----------------------------------|-----|

APRESENTAÇÃO

Com a certeza absoluta de que só a educação é fator de transformação e base importante como condição única de levar o ser humano a exercer sua cidadania plena, bem como, ter seus direitos sociais, civis, políticos e econômicos garantidos e bem visualizados, que um grupo de educadores iluminados por um alto padrão ético elaborou este documento que irá nortear nossos caminhos nos próximos nove anos.

Refletiu-se muito na qualidade da educação que foi, é e será oferecida dentro dos parâmetros definidos pelo Plano Nacional; trouxemos para o município nossas análises e construímos as metas futuras, mediante uma estrutura real, mesmo passível de erros no percurso da nossa caminhada, projetada para o período de 2015 a 2024. Buscou-se aprimorar, restaurar, construir e concluir e até mesmo reconhecer o que se fez nos últimos dez anos pela Educação de nossas crianças, jovens e adultos.

Conscientes que a Educação é propulsora do crescimento humano em sua totalidade, desde que se respeite e valorize a sua diversidade, num clima de liberdade e dignidade, não se deve conduzi-la aleatoriamente, mas planejá-la conforme a evolução e exigências da sociedade atual. Hoje todos os indivíduos procuram ampliar seus horizontes e usufruir de toda tecnologia que se lhes apresentam como resultado da globalização do mundo moderno, cabendo àqueles que detêm o poder político de buscar, elaborar regras e leis, e investir com intensidade, para que todos tenham condições de concretizar seus sonhos e não ter suas expectativas blindadas pela inércia e/ou omissão dos que podem trabalhar e fazer bom uso dos recursos destinados à Educação.

Diante disso, entregamos as Diretrizes Gerais para que a Educação de qualidade aconteça no Município de Teófilo Otoni, fortalecendo o desenvolvimento da Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior, resoluções e direcionamentos para aprimorar a Educação

no Campo, a Educação Indígena, a Quilombola, a Educação Especial e a Educação para Jovens e Adultos em estabelecimentos penais e para a Educação Profissional. Envolvemos com cuidado, observando currículos nacionais a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Ambiental, a Educação em Direitos Humanos e para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira.

Nos artigos e parágrafos deste documento buscou-se a qualidade e que ao publicá-lo, torne-se instrumento efetivo para enriquecimento da Educação no Município de Teófilo Otoni, e a reconstrução de uma comunidade que trouxe na sua gênese o nome de Filadélfia “Cidade do Amor Fraternal” e que todos possam conviver em solidariedade e desenvolver suas próprias habilidades e aptidões porque nossas escolas “humanizadas” estarão preparadas para contribuir com todos os cidadãos e cidadãs que sonham por dias melhores e de paz.

Iracema das Graças Ferreira
Secretária Municipal de Educação

1. INTRODUÇÃO

A Comissão Representativa constituída por organizações e entidades da sociedade civil envolvidas com a educação pública e pela Secretaria Municipal de Educação de Teófilo Otoni, cumprindo uma de suas principais atribuições, ou seja, a elaboração do Plano Municipal de Educação (PME) – 2015-2024, após fecundo processo de construção coletiva, realizado em sucessivas reuniões, no período de abril/2014 a junho/2015, apresenta este documento, que deverá ser amplamente divulgado em todas as Unidades Escolares, submetido à apreciação de plenária em Audiência Pública, sistematizado para discussão/deliberação, finalmente, enviado a Secretária Municipal de Educação, posteriormente ao Executivo, que o remeterá como Projeto de Lei para discussão e deliberação à Câmara Municipal de Teófilo Otoni. A educação pública no município de Teófilo Otoni apresenta, desde sua origem, práticas de gestão democrática que enfrentaram inúmeras barreiras para sua institucionalização. Concretizando-se com a elaboração do II Plano Municipal de Educação (PME) – 2015-2024, com representatividade social.

Assim que o Plano Nacional de Educação for concluído e aprovado através da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, a Secretaria Municipal de Educação de Teófilo Otoni/MG, por iniciativa da Secretaria de Articulação dos Sistemas de Ensino (SASE/MEC), e seguindo as orientações, deu início às ações necessárias à construção democrática do Plano Municipal de Educação. Pela conquista da sociedade civil organizada e do governo, eleito para o período de 2012 a 2016 iniciou-se, no ano de 2014, os encaminhamentos necessários à elaboração do Plano Municipal de Educação para o período de 2015 a 2024.

Este Plano Municipal de Educação – 2015 - 2024 – consubstancia-se, com a compreensão que a educação cumpre papel estratégico nas transformações da sociedade, desde que desenvolvida numa lógica libertária, democrática, de amplo acesso e de respeito à pluralidade de ideias e às diferenças, ou seja, garantindo o direito à educação pública, gratuita, democrática, laica e de qualidade socialmente referenciada.

O Município de Teófilo Otoni pauta a elaboração de seu Plano Municipal na lógica da qualidade da educação socialmente referenciada – consolidada na I e II Conferência Nacional de Educação (CONAE), em 2010/2014, comprometendo-se a eliminar os *déficits* escolares por meio da oferta de mais escolas públicas e também, no Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº13.005 de 25 de junho de 2014.

Na sua elaboração, este Plano Municipal de Educação preserva a visão sistêmica da educação, buscando articular as políticas educacionais com as outras áreas de atendimento e formação dos/as cidadãos/ãs (cultural, social e política), tendo em vista contemplar a construção de currículos escolares direcionados às demandas dos estudantes, de suas comunidades e do mundo do trabalho; a oferta massiva de Educação Integral – da Creche ao Ensino Médio, especialmente às crianças e adolescentes em situação de risco social ou que estejam cumprindo medidas socioeducativas; o respeito às diversidades; a Educação de Jovens e Adultos de forma integrada à Educação Profissional; a gestão democrática nos sistemas de ensino e nas escolas, além de sistema de avaliação capaz de inferir, não apenas as competências curriculares, mas o desenvolvimento humano dos estudantes, à luz de uma compreensão diagnóstica e propositiva para as políticas públicas e com amplo protagonismo aos métodos próprios de cada escola.

A participação social no processo de elaboração, implementação e avaliação periódica do Plano Municipal de Educação é de fundamental importância para legitimar essa política pública, frente a seus principais atores: estudantes, trabalhadores em educação, gestores públicos e privados e comunidade escolar, constituindo-a em referência máxima para as políticas e ações direcionadas às escolas públicas e privadas.

2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

2.1 ASPECTOS GERAIS

2.1.1 Histórico

A região que compreende o território do município de Teófilo Otoni, segundo um pertinaz pesquisador de nosso passado, o Dr. Reynaldo Ottoni Porto, começou a despertar a atenção dos portugueses, logo após o descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral, em 1500.

A preocupação maior era constatarem a existência do ouro e do diamante na terra desconhecida. De indagação em indagação, vieram a ter notícias, por intermédio dos silvícolas, de uma “Serra das Esmeraldas“, situada no nordeste do nosso Estado. D. João III, pensando nos milhões que poderia adquirir o seu reino se tal fato viesse a se confirmar, organizou as expedições para visitarem as nossas terras no ano de 1550, tendo sido chefiada por Martim Carvalho. Devido aos inúmeros obstáculos, essa expedição regressou sem ter conseguido alcançar o seu objetivo, que era positivar a realidade da “Serra das Esmeraldas”.

Seguiram-se as de Sebastião Tourinho, em 1573, e Antônio Dias Adorno, em 1580. Ambas limitaram-se ao conhecimento da região. Data de 1752 a fixação do ambiente mais antigo da região: Mestre de Campo, João da Silva Guimarães. Em seguida, surge a Fazenda Mestre Campo, aberta pelo Sr. Antônio José Coelho. Hoje, essa fazenda é sede da Colônia Francisco Sá, que é habitada por colonos nacionais, alemães, austríacos e outros.

Em 1836, o engenheiro Victor Renault, e demorada excursão, percorreu os vales dos rios Todos os Santos e Mucuri e, tendo atingido a foz do último no Oceano, no Estado da Bahia, regressou. Felizmente, nascera na cidade do Serro, neste Estado, em 27 de novembro de 1807, Teófilo Benedicto Otoni.

Desejando desbravar e colonizar a região do Mucuri, ele organizou, em 1847, a Companhia de comércio e Navegação do Mucuri, que imediatamente entrou no plano das realizações. Entre as suas aspirações, estava incluída a fundação de uma cidade que se tornasse o centro propulsor e distribuidor do progresso no norte de Minas Gerais. No ano de 1847, Teófilo Benedicto Ottoni,

projetou ligar o nordeste mineiro com o litoral do Brasil, através da densa floresta, das chapadas e serras que acompanham a costa brasileira de norte a sul. Para esse fim, organizou duas grandes expedições. Uma delas partiria de Santa Cruz do Rio Preto e a outra, avançaria Mucuri acima, Santa Clara (Nanuque) é o local onde essas duas expedições se encontram. Estava vencida a primeira etapa.

Em 1851, Theophilo Benedicto Ottoni, fundou no Rio de Janeiro a “Companhia Mucuri”, a qual haveria de organizar o transporte fluvial e terrestre, bem como explorar a região como em 1847. Ele combina o encontro de duas expedições: uma saindo do Alto dos Bois, levando a incumbência de localizar o Rio Todos os Santos e segui-lo até sua desembocadura no Mucuri (o Rio Todos os Santos tinha a fama de ser prodígio em ouro e diamantes); e outra que partindo de Santa Clara, se dirigiria para o mesmo local. A primeira era chefiada por seu primo Dr. Manuel Esteves Ottoni. A segunda era dirigida por ele mesmo e por um cunhado, Joaquim José de Araújo Maia.

Selecionaram os homens, limparam as velhas carabinas e afiaram os facões de mato. Arranjaram as “línguas” para os necessários entendimentos com os índios. Reuniram alimentos, remédios e ferramentas. Colocaram as bruacas de sol, o fumo de rolo, os panos de toucinho, os barris de pólvoras. Tudo estava pronto para a grande arrancada. E por uma fria madrugada de 1852, Theophilo Benedicto Ottoni invade as selvas virgens do Mucuri. A marcha é penosa. Os cipós são embaraçados as serpentes pérfidas; os mosquitos matadores e as onças de pé fofo. Os índios começam a dar sinal de sua presença. Mas os homens tinham ordem de não atirar nos selvagens, nem mesmo para responder à agressão.

Por isso, ao primeiro ataque, e para afugentar os índios, disparam para o ar. Certa manhã, a catástrofe chega de surpresa. Os botocudos investem repentinamente e, desaparecem na brenha espessa. Terminado o assalto, as consequências são funestas: dois homens agonizantes, quatro feridos e todos os animais de cargas mortos. Os pioneiros prosseguem. Agora substituem as bestas carregando o que é possível. E a caminhada se torna um drama sem fim. Os mantimentos acabam. Passam a alimentar de frutos silvestres e palmitos

sem sal. O receio de novos ataques de índios causa pesadelos e noites mal dormidas.

Um dia, num porto certo de 200 km de Santa Clara, avistaram uma bela planície, com bom clima e terra fértil, causando admiração àqueles homens rotos e cansados.

Theophilo Benedicto Ottoni, de fisionomia aberta, designado aos companheiros às margens férteis do rio, com uma exclamação que deveria perpetuar-se no tempo, diz: -“ Aqui farei a minha Filadélfia!” (nome que ocorreu a Theophilo Benedicto Ottoni em virtude da grande e rápida prosperidade alcançada pela cidade norte-americana que leva ainda hoje o mesmo nome). No aniversário da Independência, a 7 de setembro de 1853, Theophilo Benedicto Ottoni faz a inauguração de Filadélfia como centro das colônias do Mucuri. Ele escolhe a data de propósito na intenção de brindar o grande dia uma nova cidade. A solenidade é bem simples: o engenheiro Scholobach faz o alinhamento de uma rua, plana e retilínea, comprida de meia légua, no rumo norte-sul, foi batizada a primeira Rua de Filadélfia, a Tradicional Rua Direita, oficialmente Avenida Getúlio Vargas.

Na pequena capela, futura matriz, foi realizada a primeira missa em Filadélfia. As imagens sagradas são as do antigo oratório de Miguel Vieira Ottoni, o fundador da Vila do Príncipe. Os primeiros habitantes das terras de Teófilo Ottoni foram os indígenas, descendentes dos Tapuias. Em 1922 havia ainda uma derradeira taba de índios Machacalis, localizadas nas nascentes do ribeirão Imburanas, habitadas por 15 a 18 famílias. A partir daí o estadista colonizador abraçou com entusiasmo a ideia de estabelecer núcleos coloniais, que seriam confiados a imigrantes europeus particularmente germânicos.

Um dos passos decisivos nesse sentido foi, sem dúvida, o apoio que o Governo Imperial assegurou ao empreendimento. Redobrou-se o ímpeto progressista. Já em 1854, erguiam-se grandes armazéns em Filadélfia e Santa Clara, e procedia-se à abertura da estrada, que quatro anos mais tarde acabaria de ligar esses dois povoados. Em 1856, chegavam os primeiros colonos Suíços e Alemães como consequência de anúncio mandado publicar nos jornais da Alemanha pela firma Scholobach e Morgenster, por ordem de Theophilo

Benedicto Ottoni, convidando colonizadores que teriam aqui amparo em todos os sentidos por parte da “Companhia Mucuri”. Era o dia 27 de julho de 1856.

Mal chegados os primeiros imigrantes, a companhia lhe confiou empreendimento comum: trabalhar na estrada que liga Filadélfia a Santa Clara. Só depois acabada esta obra em 1858, cada qual poderia tomar posse de sua cota de terras. Todo imigrante recebeu uma extensão de terras com as seguintes dimensões: 220 m de frente por 3.000 m de fundo, ou seja, exatamente 15 alqueires. A estrada de Santa Clara, Filadélfia, primeira rodovia do interior do Brasil, foi inaugurada em agosto de 1857. Era a Via Ápia do Mucuri, por onde trafegava no ano de 1859 mais de 40 carros particulares puxados por bestas, 200 carros de boi e 400 lotes burros.

Tinha uma extensão de cerca de 170 km. Em 1858, Filadélfia já acusava uma população de 600 habitantes, 126 casas residenciais, na maioria construções rudimentares e simples e 12 estabelecimentos comerciais. Naquele tempo, a florescente Filadélfia sofria rude golpe com o êxodo de grande parte de seus primitivos habitantes, assustados com as epidemias tropicais e desiludidos com os poucos resultados de seu labor. Consta que aproximadamente a metade de todos os moradores abandonaram a região. Muitos não se deixaram abater pelas dificuldades como ataques de índios pojichás (botocudos), de fera e mosquitos transmissores da malária. Resistiram e levaram à frente o sonho que trouxera aos trópicos. Em 1857, pela lei provincial número 808, de 3 de julho, Filadélfia fora elevada a distrito e freguesia da comarca de Minas Nova.

O decreto número 6.368, de 8 de novembro de 1876 emancipava pela lei mineira número 2.486, de 9 de novembro de 1878, que alçou a freguesia à categoria de cidade, com o nome de Teófilo Otoni, em homenagem a seu fundador, vindo a ser instalada oficialmente em 25 de março de 1881.

2.1.2 Formação Administrativa

Freguesia criada com a denominação de Nossa Senhora da Conceição da Filadélfia, pela Lei Provincial n.º 808, de 03-07-1857, confirmada sua criação

pela Lei Estadual n.º 2, de 14-09-1891, subordinado ao município de Minas Novas.

Elevado à categoria de vila com a denominação de Teófilo Otoni, pela Lei Provincial n.º 2.486, de 09-11-1878, sendo desmembrado de Minas Novas.

Sede na povoação de Nossa Senhora da Conceição de Filadélfia. Constituído de 2 distritos: Teófilo Otoni e Malacacheta, criado pela mesma Lei acima citada e pela Lei Estadual n.º 2, de 14-09-1891. Instalado em 25-03-1881.

Pela Lei Provincial n.º 2.592, de 03-01-1880, e pela Lei Estadual n.º 2, de 14-09-1891, é criado o distrito de Setubinha e anexado ao município de Teófilo Otoni.

Pela Lei Provincial n.º 2.829, de 24-10-1881, e pela Lei Estadual n.º 2, de 14-09-1891, é criado o distrito de Santa Clara do Mucuri e anexado ao município de Teófilo Otoni.

Pela Lei Provincial n.º 3.442, de 28-09-1887, e pela Lei Estadual n.º 2, de 14-09-1891, é criado o distrito de Urucu e anexado ao município de Teófilo Otoni.

Pela Lei Municipal n.º 47, de 12-05-1894, é criado o distrito de Sete Posses e anexado ao município de Teófilo Otoni.

Pela Lei Municipal n.º 222, de 20-01-1902, o distrito de Sete Posses tomou o nome de Concórdia e o distrito de Santa Clara do Mucuri passou a chamar-se Aimorés.

Pela Lei Estadual n.º 556, de 30-08-1911, foram criados os distritos de Itaipé, Itambacuri e Pampan, Poté e anexados ao município de Teófilo Otoni.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município de Teófilo Otoni é constituído de 10 distritos: Teófilo Otoni, Aimorés, Concórdia, Itaipé, Itambacuri, Pampan, Poté, Malacacheta, Setubinha e Urucu. Assim permanecendo nos quadros de apuração do recenseamento geral de 1-IX-1920.

Pela Lei Estadual n.º 843, de 07-09-1923, é desmembrado do município de Teófilo Otoni o distrito de Itambacuri, elevado à categoria de município. A

mesma Lei desmembra do município de Teófilo Otoni dos distritos de Malacacheta e Setubinha, para constituírem o novo município de Malacacheta.

Ainda pela mesma Lei, o distrito de Pampan passou a denominar-se Águas Belas e o distrito de Aimorés passou a denominar-se Indiana.

Pela Lei Estadual n.º 1.128, de 19-10-1929, o distrito de Concórdia tomou a denominação de Ladainha.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído de 7 distritos: Teófilo Otoni, Águas Belas, Indiana, Itaipé, Ladainha, Poté e Urucu.

O Decreto-lei Estadual n.º 148, de 17-12-1938, desmembra do município de Teófilo Otoni os distritos de Poté e Ladainha, para constituírem o novo município de Poté. A mesma Lei desmembra do município de Teófilo Otoni os distritos de Carlos Chagas, Águas Belas e Indiana, para constituírem o novo município de Carlos Chagas. Ainda sob a mesma Lei foram criados os distritos de Jardinópolis, Marambainha e Pavão e anexados ao município de Teófilo Otoni.

No quadro fixado para vigorar no período de 1939 a 1943 o município é constituído de 5 distritos: Teófilo Otoni, Itaipé, Jardinópolis, Marambainha e Pavão.

Pelo Decreto-lei Estadual n.º 1.058, de 31-12-1943, são desmembrados do município de Teófilo Otoni os distritos de Itaipé e Marambainha, para constituírem o novo município de Novo Cruzeiro. Pelo mesmo Decreto foram criados os distritos de Crispim Jaques, Frei Gonzaga e Pedro Versiani e anexados ao município de Teófilo Otoni. Ainda sob o mesmo Decreto, o distrito de Jardinópolis passou a denominar-se Topázio.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1950, o município é constituído de 6 distritos: Teófilo Otoni, Crispim Jaques, Frei Gonzaga, Pedro Versiani, Pavão e Topázio. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1960.

Pela Lei Estadual n.º 2.764, de 30-12-1962, é desmembrado do município de Teófilo Otoni o distrito de Pavão, elevado à categoria de município.

Em divisão territorial datada de 31-XII-1963 o município é constituído de 5 distritos: Teófilo Otoni, Crispim Jaques, Frei Gonzaga, Pedro Versiani e Topázio.

Pela Lei Estadual n.º 6.769, de 13-05-1976, foram criados os distritos de Mucuri e Rio Pretinho e anexados ao município de Teófilo Otoni.

Em divisão territorial datada de 1-I-1979, o município é constituído de 7 distritos: Teófilo Otoni, Crispim Jaques, Frei Gonzaga, Mucuri, Pedro Versiani, Rio Pretinho e Topázio.

Pela Lei Estadual n.º 10.703, de 27-04-1992, é desmembrado do município de Teófilo Otoni o distrito de Novo Oriente, elevado à categoria de município.

Em divisão territorial datada de 1-VI-1995 o município é constituído de 6 distritos: Teófilo Otoni, Crispim Jaques, Mucuri, Pedro Versiani, Rio Pretinho e Topázio. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2014.

(Fonte: Teófilo Otoni (MG). Prefeitura. 2015. Disponível em: <http://www.teofilo-toni.mg.gov.br/site/sobre/historia/>. Acesso em: mar. 2015).

Tabela 1 - Cidades mais populosas da Mesorregião do Vale do Mucuri

| Cidades mais populosas da Mesorregião do Vale do Mucuri (Estatísticas de 2014 do IBGE) | | | | | | |
|---|------------------------------|---------|----|----------------------------------|--------|--|
| 1 | Teófilo Otoni | 140 567 | 11 | Novo Oriente de Minas | 10 773 | |
| 2 | Nanuque | 41 852 | 12 | Pavão | 8 755 | |
| 3 | Carlos Chagas (Minas Gerais) | 20 090 | 13 | Serra dos Aimorés (Minas Gerais) | 8 744 | |
| 4 | Águas Formosas | 19 248 | 14 | Machacalis | 7 210 | |
| 5 | Malacacheta | 19 209 | 15 | Crisólita | 6 467 | |
| 6 | Ladainha (Minas Gerais) | 17 881 | 16 | Santa Helena de Minas | 6 336 | |
| 7 | Poté | 16 428 | 17 | Ouro Verde de Minas | 6 138 | |
| 8 | Ataléia (Minas Gerais) | 14 188 | 18 | Frei Gaspar | 6 031 | |
| 9 | Itaipé | 12 489 | 19 | Fronteira dos Vales | 4 765 | |
| 10 | Setubinha | 11 717 | 20 | Bertópolis | 4 656 | |

Fonte: IBGE

2.1.3 Localização do Município

Figura 1- Município de Teófilo Otoni



Fonte: <https://www.google.com.br>

O município de Teófilo Otoni encontra-se situado no Nordeste do Estado de Minas Gerais, na zona do Mucuri e é considerado centro macrorregional.

O vale do Mucuri possui 27 (vinte e sete) municípios: Águas Formosas, Ataléia, Bertópolis, Campanário, Carlos Chagas, Catuji, Crisólito, Frei Gaspar, Fronteira dos Vales, Itaipé, Itambacuri, Jampruca, Ladainha, Malacacheta, Machacalis, Ouro Verde de Minas, Pavão, Pescador, Poté, Serra dos Aimorés, Teófilo Otoni, Umburatiba e mais 4 (quatro) municípios que foram criados em 1995: Franciscópolis, Novo Oriente de Minas, Santa Helena de Minas e Setubinha.

O município é composto por 5 (cinco) distritos: Pedro Versiani, Crispim Jacques, Rio Pretinho, Mucuri e Topázio.

TABELA 2 - Informações sobre o Município de Teófilo Otoni

| Tabela 1. Informações sobre o Município de Teófilo Otoni | | | | | | | | | |
|--|--------|------------|------------|---------------------------|--------------|--------------|------------------------------|-----------------|---------|
| População(1) (Localização / Faixa Etária) | Ano | 0 a 3 anos | 4 a 5 anos | 6 a 14 anos | 15 a 17 anos | 18 a 24 anos | 25 a 34 anos | 35 anos ou Mais | Total |
| Urbana | 2000 | 7.233 | 3.813 | 17.329 | 7.249 | 14.402 | 15.823 | 36.963 | 102.812 |
| | 2007 | 5.540 | 3.118 | 16.044 | 5.630 | 13.492 | 16.732 | 41.648 | 102.204 |
| | 2010 | 5.824 | 3.001 | 16.088 | 5.836 | 13.821 | 18.367 | 47.139 | 110.076 |
| Rural | 2000 | 2.111 | 1.292 | 5.511 | 1.658 | 3.337 | 3.466 | 9.237 | 26.612 |
| | 2007 | 1.663 | 926 | 4.341 | 1.459 | 2.985 | 3.484 | 9.454 | 24.312 |
| | 2010 | 1.525 | 907 | 4.294 | 1.334 | 2.867 | 3.643 | 9.804 | 24.374 |
| Total | 2000 | 9.344 | 5.105 | 22.840 | 8.907 | 17.739 | 19.289 | 46.200 | 129.424 |
| | 2007 | 7.203 | 4.044 | 20.385 | 7.089 | 16.477 | 20.216 | 51.102 | 126.516 |
| | 2010 | 7.349 | 3.908 | 20.382 | 7.170 | 16.688 | 22.010 | 56.943 | 134.450 |
| PIB(2) | IDH(3) | IDI(4) | | Taxa de analfabetismo(5) | | | | | |
| 1.044.091 | 0.74 | 0.57 | | População de 10 a 15 anos | | | População de 15 anos ou mais | | |
| | | | | 4.10 | | | 18.30 | | |
| FONTE: (1) IBGE - CENSO 2000 E 2010 E CONTAGEM 2007; (2) IBGE - 2008, A PREÇOS CORRENTES (1 000 R\$); (3) ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - PNUD - 2000; (4) ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA INFÂNCIA - UNICEF - 2004;(5) IBGE - CENSO DEMOGRÁFICO DE 2000 NOTA: NO RESULTADO TOTAL DA POPULAÇÃO, O IBGE INCLUI A POPULAÇÃO ESTIMADA NOS DOMÍCIOS FECHADOS ALÉM DA POPULAÇÃO RECENSEADA. NO CASO DOS MUNICÍPIOS QUE NÃO PARTICIPARAM DA CONTAGEM A POPULAÇÃO É TODA ESTIMADA. | | | | | | | | | |

2.1.4 Caracterização do Território

Nome do Município: Teófilo Otoni

Microrregião: Teófilo Otoni

Mesorregião: Vale do Mucuri

Origem do nome: Homenagem ao fundador Theophilo Benedicto Otoni

Data de fundação: 07 (sete) de setembro de 1853

Emancipação política: 09 de novembro de 1878 (criação do município)

Instalação da comarca: 04 de novembro de 1880

Área geográfica: 3.242,270 km²

Altitude da sede: 334 m

IDH: 0,701

Faixa do IDHM: Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799)

População estimada em 2014: 140.567 habitantes

Densidade demográfica: 41,56 hab/km²

Distância da capital: 450 km

Código do Município: 3168606

Gentílico: teófilo-otonense

Feriados municipais: Imaculada Conceição – 8 (oito) de dezembro e Dia de São Pedro – 29 (vinte e nove).

Primeiros habitantes: os índios Botocudos.

Distâncias principais:

Belo Horizonte: 450 km

Brasília: 1.162 km

Rio de Janeiro: 730 km

Salvador: 900 km

São Paulo: 1.050 km

Vitória: 550 km

Aspectos Naturais

Clima

Área: 3.247,20 km²

Altitude: 334 m³

Máxima: 12.138 m, Divisa Município Carai

Mínima: 366 m, Foz Córrego São Julião

Temperatura:

Média anual: 24,30 °C

Média máxima anual: 29,50 °C

Média mínima anual: 17,00 °C

Índice médio pluviômetro anual: 1.059 mm

O clima é muito variável. Em algumas áreas chove muito, em outras raramente. Nas regiões montanhosas, geralmente faz muito frio no inverno, e no

verão a temperatura é agradável. Mas o clima predominante é tropical úmido. Tem duas estações bem distintas: Verão e Inverno.

Coordenadas Geográficas:

17° 51'15" latitude sul

41° 30' 23" longitude Wgr

Desde a capital do estado, à distância em linha é de 345 km, no rumo nordeste.

Vegetação

A vegetação original e predominante no município é o cerrado, tendo ainda alguns trechos de mata atlântica, apesar de que parte da mata nativa foi severamente devastada nos últimos 50 anos; inicialmente com o ciclo exploratório da madeira, que era vendida para outras regiões e estados sem que a população local fosse recompensada, depois para dar lugar às plantações de café e por último para ceder espaços à agricultura moderna, às pastagens para o gado ou mesmo desmatada e mais tarde reflorestada.

Atualmente, apesar da predominância do cerrado no vale do Mucuri, a região possui uma das maiores coberturas vegetais nativas do bioma da mata Atlântica no estado de Minas Gerais.

Para combater o desmatamento e a devastação de áreas verdes, foram criados programas como as áreas de preservação ambiental (APAS), que são faixas de vegetação existentes com objetivo de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, proteger o solo e assegurar o bem-estar da população.

Uma das principais APAS é a APA do Alto do Mucuri, criada em 31 de dezembro de 2011 com área total de 325.148, 883 hectares, englobando além de Teófilo Otoni outras sete cidades a norte do município, visando à conservação dos remanescentes de mata atlântica e cerrado; além da área de preservação da mata do Rio Todos os Santos, com foco em preservar a fauna e flora das margens de trechos do Rio Todos os Santos entre Poté e Teófilo Otoni,

tendo sido criada em 8 de junho de 1989. Outro programa é a Semana do Meio Ambiente, realizada anualmente no começo de junho pela prefeitura, onde são organizadas palestras de conscientização ambiental e passeios ecológicos com crianças de escolas públicas e privadas da cidade.

Relevo

Topografia:

Plano – 10%

Ondulado – 30%

Montanhoso - 60%

O relevo de Teófilo Otoni apresenta-se de forma bastante acidentada, embora apresente baixa altitude média em relação ao nível do mar (319). A cidade está localizada dentro de um vale, que é afluente da margem direita do Mucuri.

Na cidade, os pontos mais altos são: Morro do Eucalipto, Morro da Caixa D'Água, Cara Dura, Espinhaço do Bode e Morro Altino Barbosa. No município, os pontos mais altos são Serra da Farinha, Pedra Camisa, Pedra Degredo, Pedra do Anchieta, Pedra da Boca, Morro Pedra Fina.

Hidrografia

Principais rios: Rio Todos os Santos e Rio São Pedro

Bacia: Bacia do Rio Mucuri

O município é cortado pelo Rio Mucuri, daí o nome do Vale. Pelo centro da cidade passa o Rio Todos os Santos, que é afluente do rio Mucuri. Corta ainda a cidade os afluentes do rio Todos os Santos: Rio Santo Antônio, Rio São Jacinto, Rio São Benedito, Rio Poton, Rio Itamunheque, Rio Saudade e Rio Sant'ana.

Demografia e Saúde

População

Entre 2000 e 2010, a população de Teófilo Otoni cresceu a uma taxa média anual de 0,40%, enquanto no Brasil foi de 1,17%, no mesmo período. Nesta década, a taxa de urbanização do município passou de 79,44% para 81,69%. Em 2010 viviam, no município, 134.745 pessoas.

Entre 1991 e 2000, a população do município cresceu a uma taxa média anual de -0,05%. Na UF, esta taxa foi de 1,43%, enquanto no Brasil foi de 1,63%, no mesmo período. Na década, a taxa de urbanização do município passou de 77,77% para 79,44%.

Tabela 3 - População total, por Gênero, Rural/Urba - Teófilo Otoni - MG

| População total, Rural/Urba - Teófilo Otoni – MG | | | | | | |
|---|-----------------------------|----------------------------------|-----------------------------|----------------------------------|-----------------------------|----------------------------------|
| População | População (1991) | % do Total (1991) | População (2000) | % do Total (2000) | População (2010) | % do Total (2010) |
| População total | 130.017 | 100,00 | 129.424 | 100,00 | 134.745 | 100,00 |
| Homens | 62.386 | 47,98 | 62.177 | 48,04 | 64.466 | 47,84 |
| Mulheres | 67.631 | 52,02 | 67.247 | 51,96 | 70.279 | 52,16 |
| Urbana | 101.111 | 77,77 | 102.812 | 79,44 | 110.076 | 81,69 |
| Rural | 28.906 | 22,23 | 26.612 | 20,56 | 24.669 | 18,31 |

Fonte: PNUD, IPEA e FJP

Estrutura Etária

Entre 2000 e 2010, a razão de dependência no município passou de 56,24% para 48,27% e a taxa de envelhecimento, de 7,18% para 9,07%. Em 1991, esses dois indicadores eram, respectivamente, 68,55% e 5,19%. Já na UF, a razão de dependência passou de 65,43% em 1991, para 54,94% em

2000 e 45,92% em 2010; enquanto a taxa de envelhecimento passou de 4,83%, para 5,83% e para 7,36%, respectivamente.

O que é razão de dependência?

Percentual da população de menos de 15 anos e da população de 65 anos e mais (população dependente) em relação à população de 15 a 64 anos (população potencialmente ativa).

O que é taxa de envelhecimento?

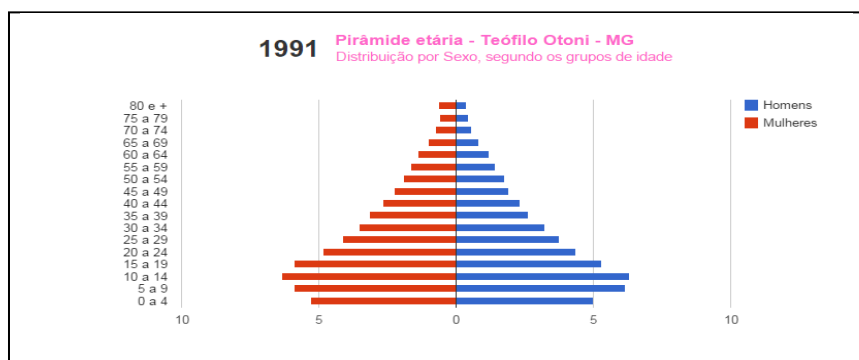
Razão entre a população de 65 anos ou mais de idade em relação à população total.

Tabela 4 - Estrutura Etária da População - Teófilo Otoni – MG

| Estrutura Etária da População - Teófilo Otoni - MG | | | | | | |
|--|------------------|-------------------|------------------|-------------------|------------------|-------------------|
| Estrutura Etária | População (1991) | % do Total (1991) | População (2000) | % do Total (2000) | População (2010) | % do Total (2010) |
| Menos de 15 anos | 46.130 | 35,48 | 37.288 | 28,81 | 31.845 | 23,63 |
| 15 a 64 anos | 77.138 | 59,33 | 82.839 | 64,01 | 90.684 | 67,30 |
| 65 anos ou mais | 6.749 | 5,19 | 9.297 | 7,18 | 12.216 | 9,07 |
| Razão de dependência | 68,55 | - | 56,24 | - | 48,27 | - |
| Índice de envelhecimento | 5,19 | - | 7,18 | - | 9,07 | - |

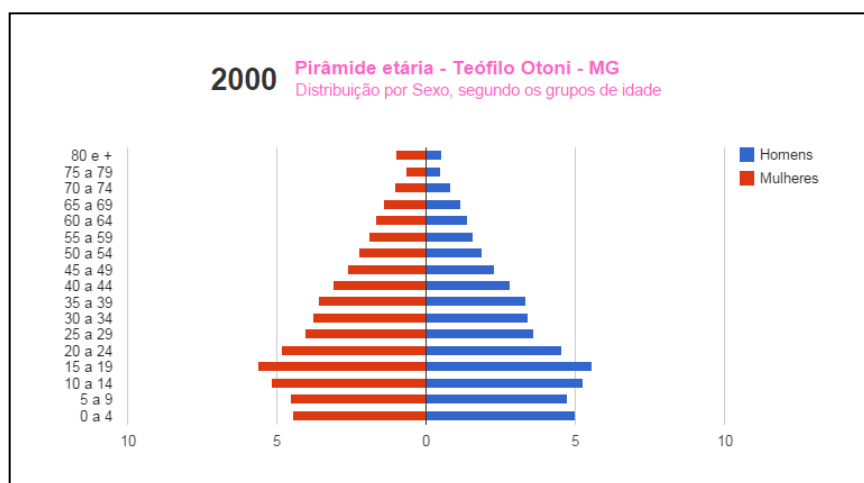
Fonte: PNUD, IPEA e FJP

Gráfico 1 – Pirâmide Etária 1991 – Teófilo Otoni – MG



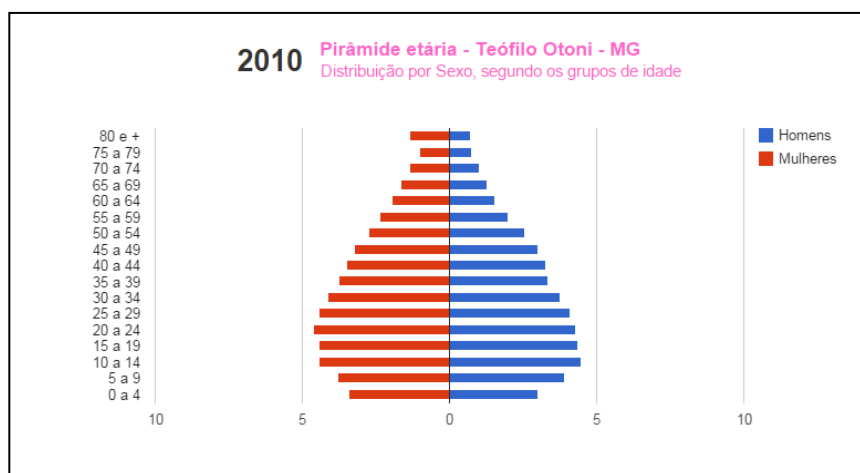
Fonte: PNUD, IPEA e FJP

Gráfico 2 – Pirâmide Etária 2000 – Teófilo Otoni - MG



Fonte: PNUD, IPEA e FJP

Gráfico 3 – Pirâmide Etária 2010 – Teófilo Otoni - MG



Fonte: PNUD, IPEA e FJP

Longevidade, mortalidade e fecundidade

A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano de idade) no município passou de 29,4 por mil nascidos vivos, em 2000, para 16,2 por mil nascidos vivos, em 2010. Em 1991, a taxa era de 37,2. Já na UF, a taxa era de 15,1, em 2010, de 27,8, em 2000 e 35,4, em 1991. Entre 2000 e 2010, a taxa de mortalidade infantil no país caiu de 30,6 por mil nascidos vivos para 16,7 por mil nascidos vivos. Em 1991, essa taxa era de 44,7 por mil nascidos vivos.

Com a taxa observada em 2010, o Brasil cumpre uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, segundo a qual a mortalidade infantil no país deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015.

Tabela 5 – Longevidade, Mortalidade e Fecundidade - Teófilo Otoni - MG

| Longevidade, Mortalidade e Fecundidade - Teófilo Otoni – MG | | | |
|--|-------------|-------------|-------------|
| | 1991 | 2000 | 2010 |
| Esperança de vida ao nascer (em anos) | 65,4 | 69,8 | 74,5 |
| Mortalidade até 1 ano de idade (por mil nascidos vivos) | 37,2 | 29,4 | 16,2 |
| Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos) | 48,8 | 32,2 | 18,8 |
| Taxa de fecundidade total (filhos por mulher) | 2,9 | 2,8 | 2,1 |

Fonte: PNUD, IPEA e FJP

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). No município, a esperança de vida ao nascer cresceu 4,7 anos na última década, passando de 69,8 anos, em 2000, para 74,5 anos, em 2010. Em 1991, era de 65,4 anos. No Brasil, a esperança de vida ao nascer é de 73,9 anos, em 2010, de 68,6 anos, em 2000, e de 64,7 anos em 1991.

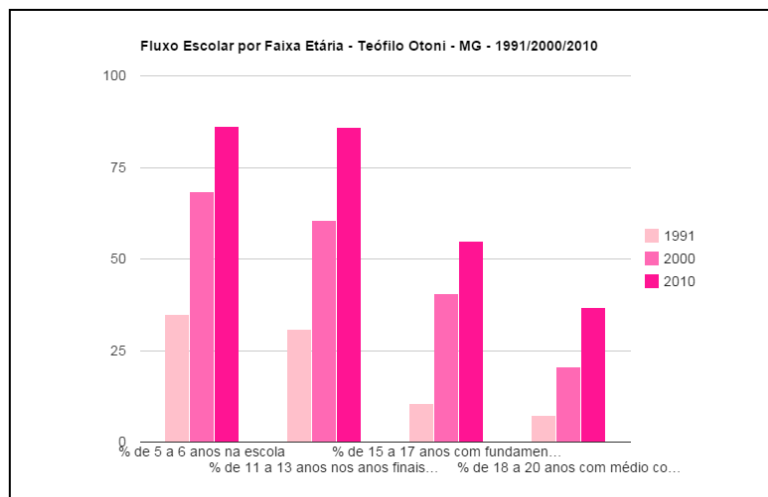
Educação

Crianças e Jovens

Proporções de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do estado e compõe o IDHM Educação. No município, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 86,32%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 85,86%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 54,96%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos

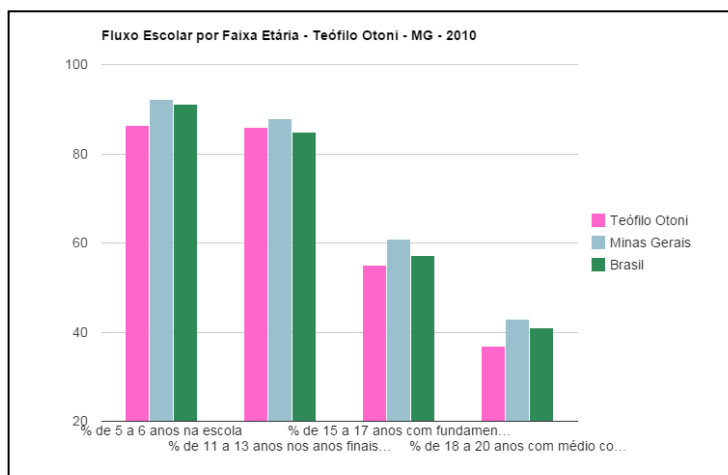
com ensino médio completo é de 36,77%. Entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram, respectivamente, em 51,55 pontos percentuais, 55,04 pontos percentuais, 44,33 pontos percentuais e 29,58 pontos percentuais.

Gráfico 4 – Fluxo Escolar por Faixa Etária – Teófilo Otoni – MG – 1991



Fonte: PNUD, IPEA e FJP

Gráfico 5 – Fluxo Escolar por Faixa Etária – Teófilo Otoni – MG - 2010



Fonte: PNUD, IPEA e FJP

Em 2010, 83,11% da população de 6 a 17 anos do município estavam cursando o ensino básico regular com até dois anos de defasagem idade-série. Em 2000 eram 72,87% e, em 1991, 67,16%. Dos jovens adultos de 18 a 24 anos, 15,35% estavam cursando o ensino superior em 2010. Em 2000 eram 3,81% e, em 1991, 2,39%.

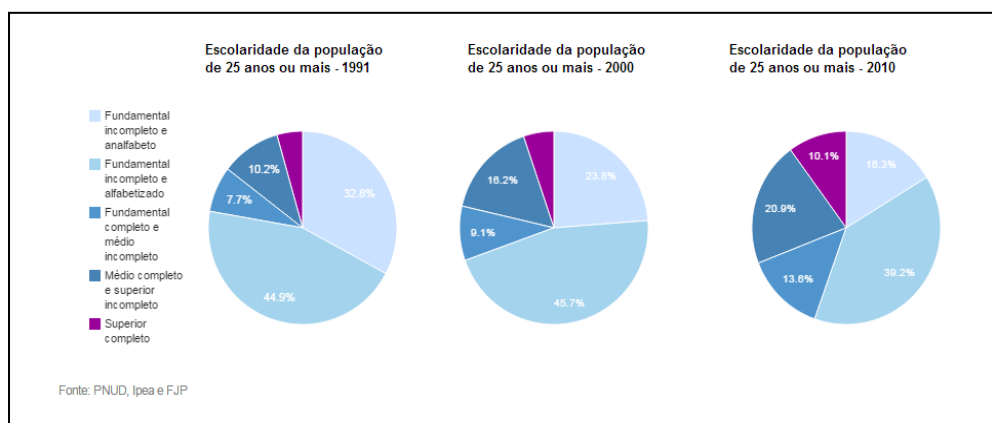
Expectativa de Anos de Estudo

O indicador Expectativa de Anos de Estudo também sintetiza a frequência escolar da população em idade escolar. Mais precisamente, indica o número de anos de estudo que uma criança que inicia a vida escolar no ano de referência deverá completar ao atingir a idade de 18 anos. Entre 2000 e 2010, ela passou de 8,62 anos para 9,42 anos, no município, enquanto na UF passou de 9,16 anos para 9,38 anos. Em 1991, a expectativa de anos de estudo era de 8,21 anos, no município, e de 8,36 anos, na UF.

População Adulta

Também compõe o IDHM Educação um indicador de escolaridade da população adulta, o percentual da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas, de menor escolaridade. Entre 2000 e 2010, esse percentual passou de 35,35% para 49,19%, no município, e de 39,76% para 54,92%, na UF. Em 1991, os percentuais eram de 23,54% no município, e 30,09%, na UF. Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 16,25% eram analfabetos, 44,58% tinham o ensino fundamental completo, 30,95% possuíam o ensino médio completo e 10,07%, o superior completo. No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27%.

Gráfico 6 – Escolaridade da População – 1991, 2000, 2010 - Teófilo Otoni – MG



Renda

A renda per capita média de Teófilo Otoni cresceu 105,58% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 299,32, em 1991, para R\$ 415,51, em 2000, e para R\$ 615,34, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 3,87%. A taxa média anual de crescimento foi de 3,71%, entre 1991 e 2000, e 4,00%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 52,92%, em 1991, para 34,36%, em 2000, e para 17,79%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini, que passou de 0,62, em 1991, para 0,60, em 2000, e para 0,57, em 2010.

O que é Índice de Gini?

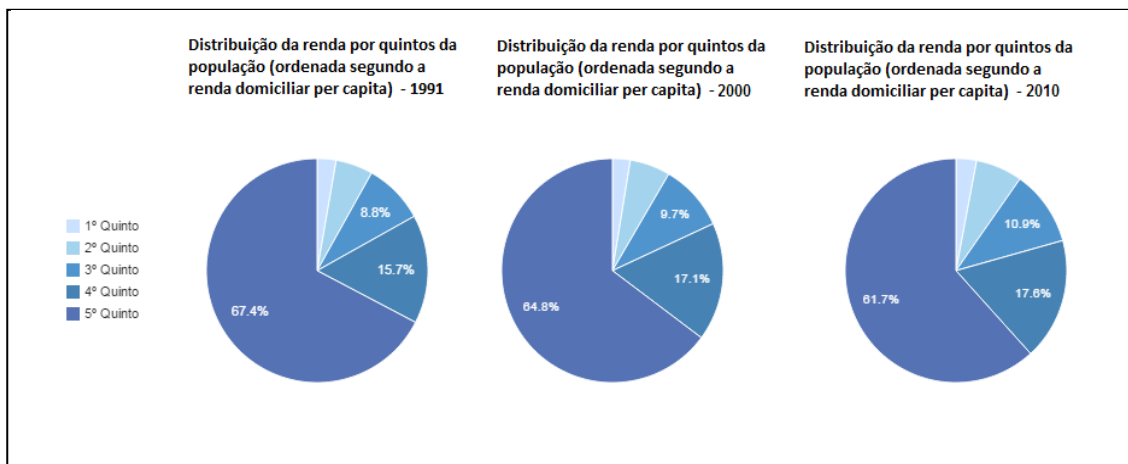
É um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar.

Tabela 6 – Renda, Pobreza e Desigualdade - Teófilo Otoni – MG

| Renda, Pobreza e Desigualdade - Teófilo Otoni - MG | | | |
|---|-------------|-------------|-------------|
| | 1991 | 2000 | 2010 |
| Renda per capita (em R\$) | 299,32 | 415,51 | 615,34 |
| % de extremamente pobres | 23,94 | 13,22 | 5,47 |
| % de pobres | 52,92 | 34,36 | 17,79 |
| Índice de Gini | 0,62 | 0,60 | 0,57 |

Fonte: PNUD, IPEA e FJP

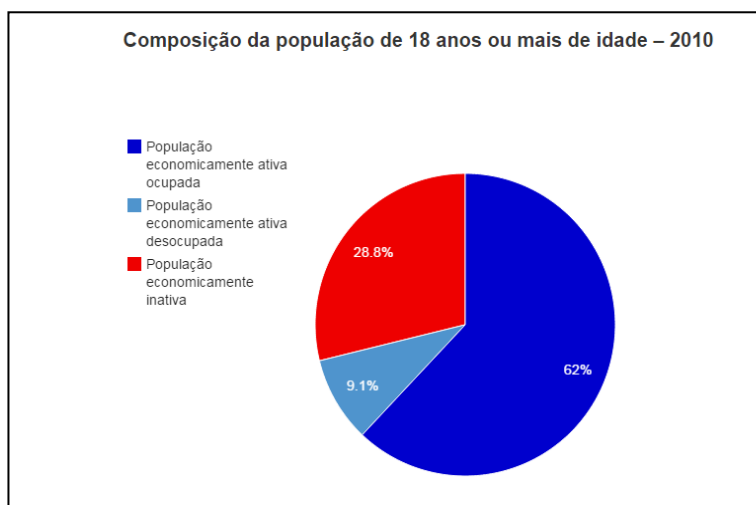
Gráfico 7 – Distribuição da Renda por quintos da População – 1991, 2000, 2010 - Teófilo Otoni – MG



Fonte: PNUD, IPEA e FJP

TRABALHO

Gráfico 8 – Composição da População - 2010 - Teófilo Otoni – MG



Fonte: PNUD, IPEA e FJP

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 64,58% em 2000 para 62,03% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 15,17% em 2000 para 9,14% em 2010.

Tabela 7 – Ocupação da população de 18 anos ou mais - Teófilo Otoni - MG

| Ocupação da população de 18 anos ou mais - Teófilo Otoni – MG | | |
|--|-------------|-------------|
| | 2000 | 2010 |
| Taxa de atividade | 64,58 | 62,03 |
| Taxa de desocupação | 15,17 | 9,14 |
| Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais | 47,17 | 57,25 |
| Nível educacional dos ocupados | | |
| % dos ocupados com fundamental completo | 43,34 | 59,60 |
| % dos ocupados com médio completo | 28,78 | 42,25 |
| Rendimento médio | | |
| % dos ocupados com rendimento de até 1 s.m. | 59,29 | 23,35 |
| % dos ocupados com rendimento de até 2 s.m. | 80,08 | 76,26 |
| Percentual dos ocupados com rendimento de até 5 salários mínimos | 93,25 | 92,88 |

Fonte: PNUD, IPEA e FJP

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 10,67% trabalhavam no setor agropecuário, 0,23% na indústria extrativa, 6,17% na indústria de transformação, 9,49% no setor de construção, 0,94% nos setores de utilidade pública, 21,42% no comércio e 47,16% no setor de serviços.

Habitação

Tabela 8 – Indicadores de Habitação - Teófilo Otoni – MG

| Indicadores de Habitação - Teófilo Otoni - MG | | | |
|--|-------------|-------------|-------------|
| | 1991 | 2000 | 2010 |
| % da população em domicílios com água encanada | 61,96 | 76,86 | 94,78 |
| % da população em domicílios com energia elétrica | 80,46 | 94,02 | 98,78 |
| % da população em domicílios com coleta de lixo. | 64,77 | 88,67 | 96,72 |
| *Somente para população urbana. *Somente para população urbana | | | |

Fonte: PNUD, IPEA e FJP

Vulnerabilidade Social

Tabela 9 – Vulnerabilidade Social - Teófilo Otoni – MG

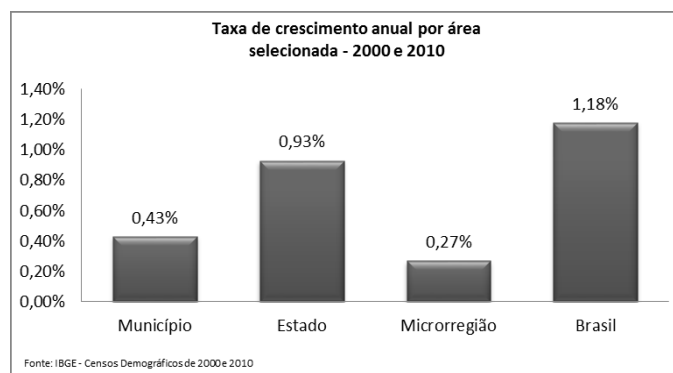
| Vulnerabilidade Social - Teófilo Otoni - MG | | | |
|--|-------------|-------------|-------------|
| Crianças e Jovens | 1991 | 2000 | 2010 |
| Mortalidade infantil | 37,19 | 29,40 | 16,20 |
| % de crianças de 0 a 5 anos fora da escola | - | 82,59 | 69,00 |
| % de crianças de 6 a 14 fora da escola | 25,07 | 5,39 | 3,40 |
| % de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa etária | - | 17,41 | 16,02 |
| % de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos | 2,42 | 2,04 | 3,27 |
| Taxa de atividade - 10 a 14 anos | - | 10,31 | 3,46 |
| Família | | | |
| % de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família | 18,07 | 16,87 | 14,39 |
| % de vulneráveis e dependentes de idosos | 4,68 | 5,44 | 4,38 |
| % de crianças com até 14 anos de idade que têm renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais | 33,45 | 22,50 | 8,86 |
| Trabalho e Renda | | | |
| % de vulneráveis à pobreza | 73,02 | 59,38 | 41,01 |
| % de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal | - | 53,83 | 41,64 |
| Condição de Moradia | | | |
| % da população em domicílios com banheiro e água encanada | 58,21 | 73,91 | 90,27 |

Fonte: PNUD, IPEA e FJP

2.2 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

A população do município ampliou, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, à taxa de 0,43% ao ano, passando de 129.096 para 134.745 habitantes. Essa taxa foi inferior àquela registrada no Estado, que ficou em 0,93% ao ano e inferior à cifra de 1,06% ao ano da Região Sudeste. A taxa de urbanização apresentou alteração no mesmo período. A população urbana em 2000 representava 79,41% e em 2010 a passou a representar 81,69% do total. A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010 foi verificada ampliação da população idosa que cresceu 2,5% em média ao ano. Em 2000, este grupo representava 10,3% da população, já em 2010 detinha 12,6% do total da população municipal. O segmento etário de 0 a 14 anos registrou crescimento negativo entre 2000 e 2010, com média de -1,6% ao ano. Crianças e jovens detinham 28,9% do contingente populacional em 2000, o que correspondia a 37.288 habitantes. Em 2010, a participação deste grupo reduziu para 23,5% da população, totalizando 31.641 habitantes.

Gráfico 9 - Taxa de crescimento anual – 2000 e 2010



A taxa de urbanização apresentou alteração no mesmo período. A população urbana em 2000 representava 79,41% e em 2010 a passou a representar 81,69% do total. A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010 foi verificada ampliação da população idosa que cresceu 2,5% em média ao ano. Em 2000, este grupo representava 10,3% da população, já em 2010 detinha 12,6% do total da população municipal. O segmento etário de 0 a 14 anos registrou crescimento

negativo entre 2000 e 2010, com média de -1,6% ao ano. Crianças e jovens detinham 28,9% do contingente populacional em 2000, o que correspondia a 37.288 habitantes. Em 2010, a participação deste grupo reduziu para 23,5% da população, totalizando 31.641 habitantes.

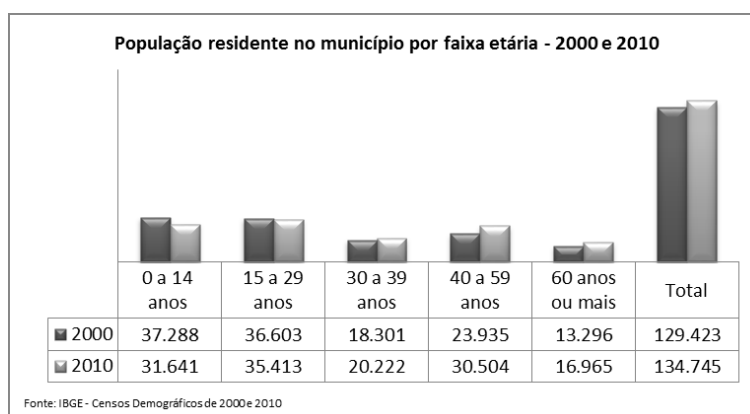
Gráfico 10 – População Urbana/Rural segundo Censo demográfico do IBGE – 2000 e 2010

| N° | Código | Território ↕ | População Urbana/Rural segundo Censo Demográfico do IBGE (2000 e 2010) | | |
|----|--------|---------------|--|-----------------|-----------------|
| | | | 2010 | | |
| | | | População Urbana | População Rural | População Total |
| 31 | | MINAS GERAIS | 16.715.216 | 2.882.114 | 19.597.330 |
| 1 | 316860 | TEÓFILO OTONI | 110.076 | 24.669 | 134.745 |

Fonte: IBGE – 2000 e 2010

A população residente no município na faixa etária de 15 a 59 anos exibiu crescimento populacional (em média 0,89% ao ano), passando de 78.839 habitantes em 2000 para 86.139 em 2010. Em 2010, este grupo representava 63,9% da população do município.

Gráfico 11 - População residente no município por faixa etária – 2000 e 2010



2.3 ASPECTOS SOCIAIS

Segundo o IBGE, no ano de 2003 o coeficiente de Gini, que mede a desigualdade social, era de 0,40, sendo que 1,00 é o pior número e 0,00 o melhor. Naquele ano, a incidência da pobreza, media pelo IBGE, era de 37,80%,

o limite inferior da incidência de pobreza era de 29,85%, o superior é de 45,74%, e a incidência da pobreza subjetiva era de 34,76%.

De 2000 a 2010, a proporção de pessoa com renda domiciliar per capita de até meio salário mínimo reduziu a 46,0%. Em 2010, 81,3% da população vivia acima da linha da pobreza, 12,2% encontrava-se na linha da pobreza e 6,5% estava abaixo. Em 2000, a participação dos 20% da população mais rica da cidade no rendimento total municipal era de 65,4%, ou seja, 33 vezes superior à dos 20% mais pobres, que era de 2,2%. Também em 2000 segundo a prefeitura, havia registro de favelas e palafitas, além de ocorrências de loteamentos irregulares, porém atualmente há legislação municipal específica que dispõe sobre regularização fundiária e sem plano ou programa específico de regularização fundiária.

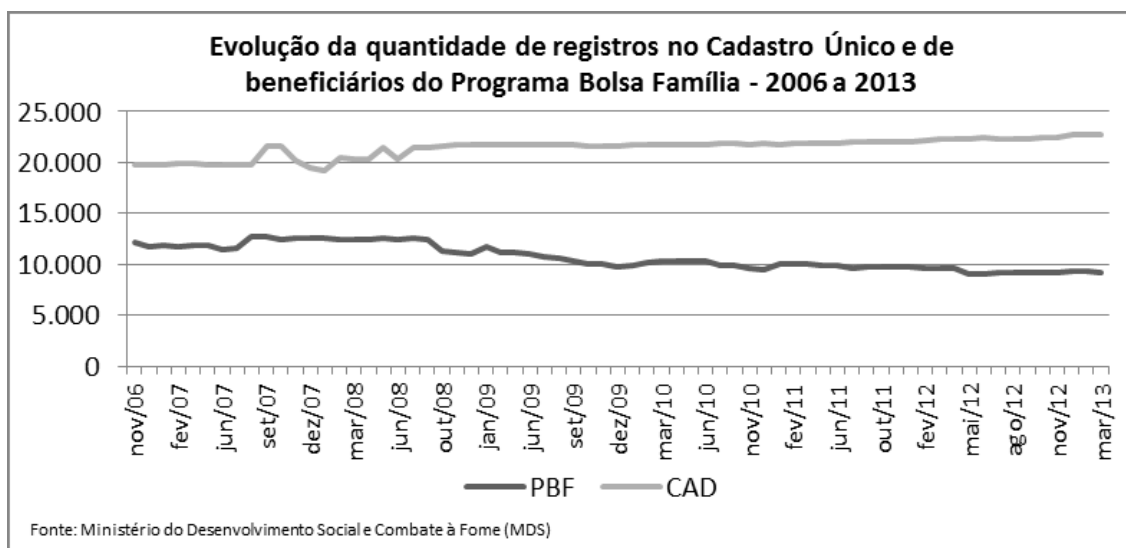
2.3.1 Pobreza e Transferência de Renda

Conforme dados do último Censo Demográfico, no município, em agosto de 2010, a população total era de 134.745 residentes, dos quais 8.492 se encontravam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 70,00. Isso significa que 6,3% da população municipal viviam nessa situação. Do total de extremamente pobres, 3.722 (43,8%) viviam no meio rural e 4.770 (56,2%) no meio urbano.

No acompanhamento do Plano Brasil Sem Miséria, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) utiliza as informações do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Ele provê dados individualizados, atualizados no máximo a cada dois anos, sobre os brasileiros com renda familiar de até meio salário mínimo per capita, permitindo saber quem são, onde moram, o perfil de cada um dos membros das famílias e as características dos seus domicílios.

De acordo com os registros de março de 2013 do Cadastro Único e com a folha de pagamentos de abril de 2013 do Programa Bolsa Família, o município conta com 22.698 famílias registradas no Cadastro Único e 9.264 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (40,81% do total de cadastrados). O gráfico mostra a evolução desses cadastros para o seu município:

Gráfico 12 - Evolução dos Cadastros dos Programas Sociais



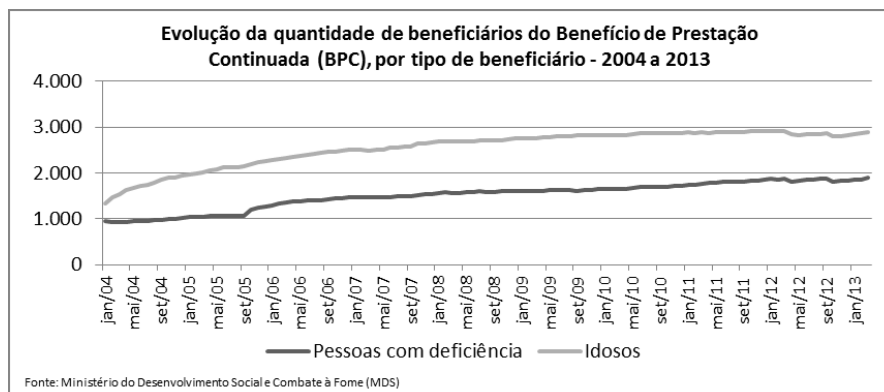
O município apresenta uma cobertura cadastral que supera as estimativas oficiais, de maneira que a gestão municipal do Cadastro Único deve concentrar esforços na qualificação das informações registradas e na atualização dos dados familiares. Com isso, o município poderá abrir espaço para incluir na Bolsa Família as famílias em extrema pobreza já cadastradas e que ainda não recebem os benefícios.

De junho de 2011 a janeiro de 2013, o município inscreveu no Cadastro Único e incluiu no Programa Bolsa Família 265 famílias em situação de extrema pobreza.

Assistência Social

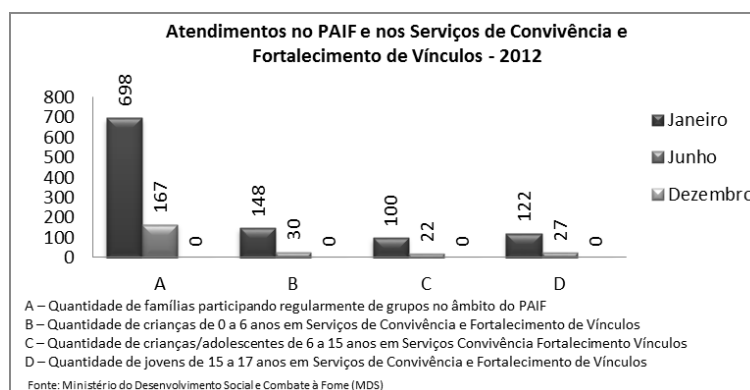
Os atendimentos realizados no âmbito da rede sócioassistencial também são importantes elementos para o diagnóstico do perfil social do município. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) constitui uma das mais importantes ferramentas de distribuição de renda no âmbito da assistência social, tendo sido instituído ainda na Constituição Federal de 1988. No seu município, o gráfico abaixo confere informações acerca da quantidade de beneficiários de BPC considerando o período de 2004 a 2013, por tipo de beneficiário:

Gráfico 13 – Evolução da quantidade de Beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), por tipo de Beneficiário – 2004 a 2013



Além do BPC, a Assistência Social desenvolve diversos tipos de programas, ações e atendimentos, especialmente considerando seus espaços institucionais, como é o caso dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF). O gráfico abaixo apresenta os principais indicadores de atendimento nesse âmbito, considerando os dados coletados no Censo SUAS do MDS para o ano de 2012:

Gráfico 14 – Atendimento no PAIF e nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - 2012

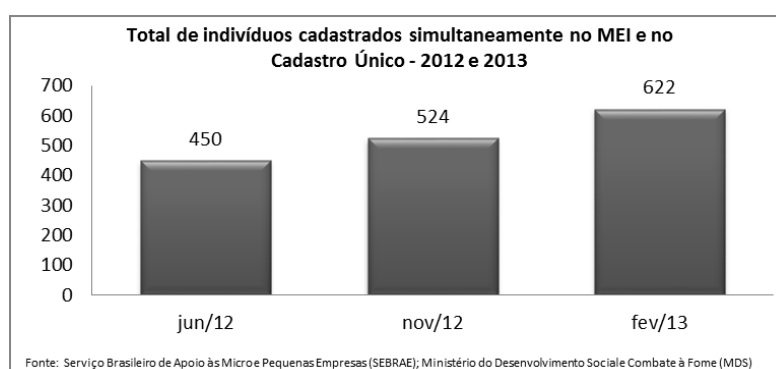


Inclusão Produtiva

Além dos aspectos de cadastramento no Cadastro Único, na Bolsa Família e de atendimento sócio assistencial, é importante analisar, também, o perfil ocupacional dos indivíduos que fazem parte desse conjunto. Para isso, foram analisados os dados mais atualizados do programa de

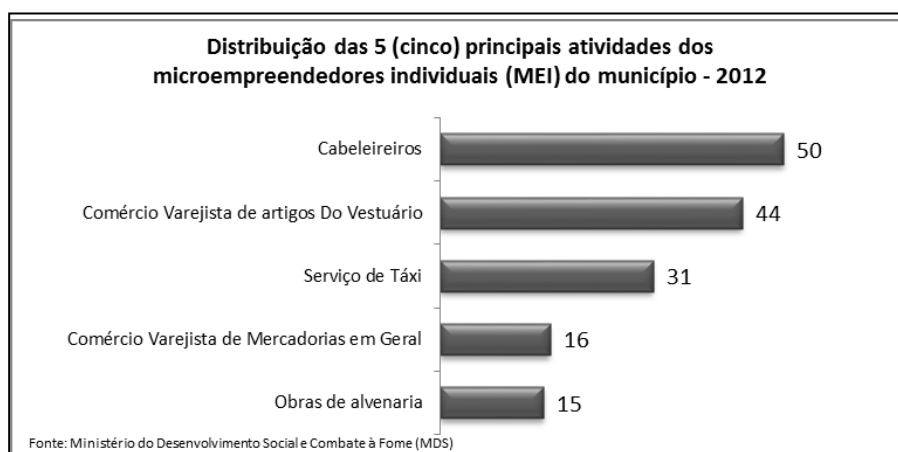
Microempreendedores Individuais (MEI). Em fevereiro de 2013, o município contava com 2.025 pessoas cadastradas como MEI. Desse total, foi possível encontrar, também, indivíduos cadastrados simultaneamente no Cadastro Único. O gráfico abaixo mostra a evolução do total destes indivíduos, que estão cadastrados tanto no Cadastro Único, quanto no MEI, para os meses de junho de 2012, novembro de 2012 e fevereiro de 2013:

Gráfico 15 – Total de indivíduos cadastrados simultaneamente no MEI e no Cadastro Único – 2012 e 2013



Quando consideramos os indivíduos cadastrados simultaneamente no Cadastro Único e no programa MEI, foi possível observar, para o seu município, as 5 (cinco) principais atividades econômicas por eles desenvolvidas, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

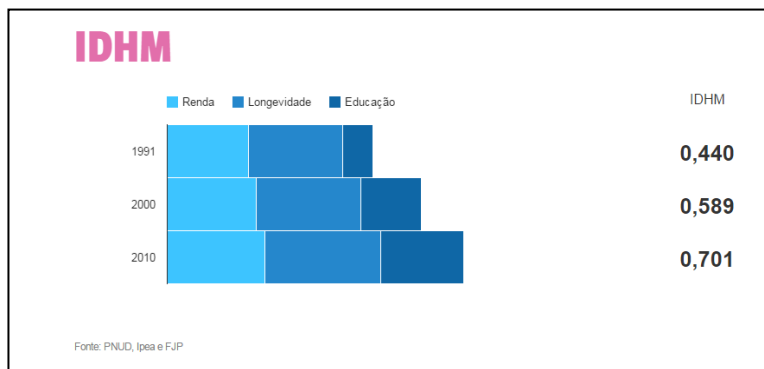
Gráfico 16 – Distribuição das 5 (cinco) principais atividades dos microempreendedores individuais (MEI) do município - 2012



2.3.2 Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM

Gráfico 17 - IDHM



Componentes

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Teófilo Otoni é 0,701, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,824, seguida de Renda, com índice de 0,698, e de Educação, com índice de 0,598.

Tabela 10 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Teófilo Otoni - MG

| Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Teófilo Otoni - MG | | | |
|--|--------|--------|--------|
| IDHM e componentes | 1991 | 2000 | 2010 |
| IDHM Educação | 0,217 | 0,431 | 0,598 |
| % de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo | 23,54 | 35,35 | 49,19 |
| % de 5 a 6 anos frequentando a escola | 34,77 | 68,43 | 86,32 |
| % de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental | 30,82 | 60,66 | 85,86 |
| % de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo | 10,63 | 40,65 | 54,96 |
| % de 18 a 20 anos com ensino médio completo | 7,19 | 20,45 | 36,77 |
| IDHM Longevidade | 0,673 | 0,746 | 0,824 |
| Esperança de vida ao nascer (em anos) | 65,38 | 69,76 | 74,45 |
| IDHM Renda | 0,582 | 0,635 | 0,698 |
| Renda per capita (em R\$) | 299,32 | 415,51 | 615,34 |

Fonte: PNUD, IPEA e FJP

Evolução

Entre 2000 e 2010

O IDHM passou de 0,589 em 2000 para 0,701 em 2010 - uma taxa de crescimento de 19,02%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 72,75% entre 2000 e 2010. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,167), seguida por Longevidade e por Renda.

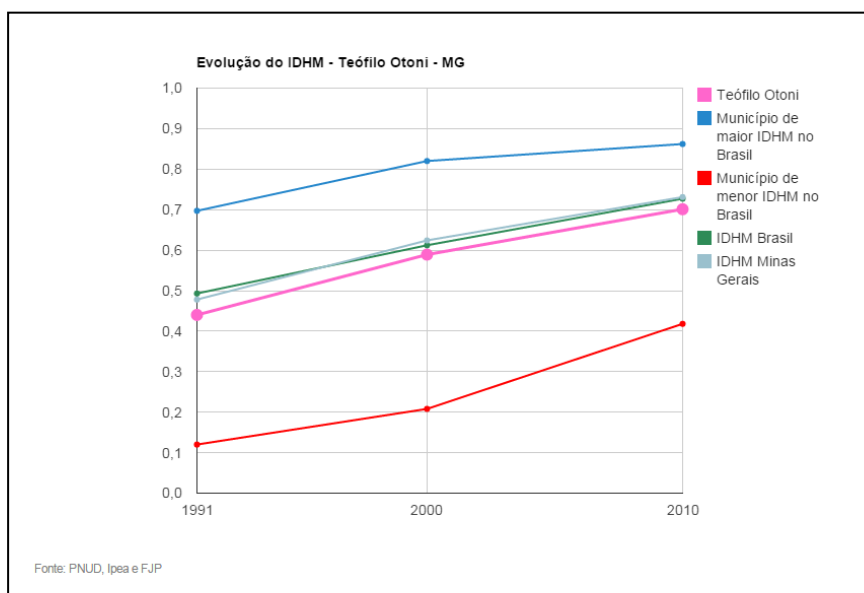
Entre 1991 e 2000

O IDHM passou de 0,440 em 1991 para 0,589 em 2000 - uma taxa de crescimento de 33,86%. O hiato de desenvolvimento humano foi reduzido em 73,39% entre 1991 e 2000. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,214), seguida por Longevidade e por Renda.

Entre 1991 e 2010

De 1991 a 2010, o IDHM do município passou de 0,440, em 1991, para 0,701, em 2010, enquanto o IDHM da Unidade Federativa (UF) passou de 0,493 para 0,727. Isso implica em uma taxa de crescimento de 59,32% para o município e 47% para a UF; e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 53,39% para o município e 53,85% para a UF. No município, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,381), seguida por Longevidade e por Renda. Na UF, por sua vez, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,358), seguida por Longevidade e por Renda.

Gráfico 18 – Evolução do IDHM – Teófilo Otoni – MG



Ranking

Teófilo Otoni ocupa a 1866ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM. Nesse ranking, o maior IDHM é 0,862 (São Caetano do Sul) e o menor é 0,418 (Melgaço).

2.3.3 Religião

A maioria dos Teófilo-otonenses se declara católicos, atualmente é possível encontrar-se na cidade dezenas de denominações protestantes diferentes, assim como a prática do budismo e do espiritismo, entre outras. Também são consideráveis as comunidades judaicas, mórmon, e as religiões afro-brasileiras. De acordo com dados do censo de 2010 realizado pelo IBGE, a população Teófilo-otonense está composta por: católicos (61,27%), evangélicos (29,68%), pessoas sem religião (5,94%), espíritas (1,19%) e os demais estão divididos entre outras religiões.

2.3.4 Etnias e Imigração

Em 2010, segundo dados do Censo IBGE daquele ano, a população Teófilo-otonense era composta por 35.806 brancos (26,57%); 15.301 negros

(11,36%); 1.158 amarelos (0,86%); 82.273 pardos (61,06%); 206 indígenas (0,15%); e uma pessoa sem declaração. Teófilo Otoni possui uma diversidade étnica, além de negros e índios (nativos da região), é visivelmente marcada por descendentes de colonizadores europeus principalmente alemães. Pode-se constatar isso através da verificação de alguns traços e marcos deixado na cidade como, a Praça Germânica e a realização da Festa da Descendência Alemã (Festa der Deuteschen Abstammung). Pela lei nº 3.085, de 18 de abril de 1989, no dia 23 de julho celebra-se o Dia da Colônia Alemã.

2.3.5 Aspectos Culturais e Artísticos

Cultura e Lazer

Fundação de Arte Coral Paulo VI - Criado em maio de 1967, cujo objetivo fundamental do grupo, a princípio, era a divulgação da música sacra e a incrementação da liturgia na Catedral da Imaculada Conceição, ajudando o povo a participar melhor das celebrações através do canto. Pouco depois o Coral começou a se abrir também a arte profana e foi se tornando um fator cultural da cidade, na medida, em que foi assumindo o folclore local e nacional e divulgando a música popular na polifonia coral. A partir de então, sua função social e educativa se torna tão importante quanto a sua função litúrgica.

A partir de 1986, sob a regência do maestro Padre Luciano Lavall e realizando anualmente um Concerto de Gala, o Coral Paulo VI marca páginas de grande emoção e beleza na história cultural de Teófilo Otoni.

Conta também com apresentações nacionais e internacionais, e um nome respeitado por todo o estado. No dia 20 de julho de 1997 retorna de sua viagem à Itália, onde se apresentou em diversas cidades, inclusive no Vaticano.

Corais Religiosos de todas as igrejas (católica, evangélicas, espíritas, etc.).

Cantores, Compositores e Instrumentistas

A cidade é terra natal de alguns artistas que obtiveram relevância local, regional, nacional ou mesmo internacional, tais como o cantor e compositor

Geraldo Nunes, o cantor sertanejo Léo Magalhães, o jornalista e artista Léo Áquilla, o cantor violeiro e compositor Pereira da Viola, Marcelo Onofri, Marisa Porto, Toninho Borges, Cristiano Salazar, Ricardo de Carvalho, Mania de Tolha, César Porto, Philadélfia Hits e o já falecido compositor Vicente Amar, entre outros.

Banda de Músicas

Banda de Música Francisco de Paula e a Banda de Música do 19º Batalhão Militar de Teófilo Otoni Minas Gerais.

Escolas de Músicas

Escola de Música Vivarte e Escola Livre de Música.

Artesanato

Temos a Associação dos Artesãos de Teófilo Otoni (AATO), e a Associação de arte e Artesanato de Teófilo Otoni (ARTEFATO) que realizam aos domingos, na Praça Tiradentes, desde Março de 1988 a Feira de Artesanato da cidade.

Passando por uma fase de crescimento rápido, a feira tornou-se hoje um ponto de encontro da comunidade, pois além da exposição e venda de peças artesanais, mantém um serviço de bar e barraquinhas com comidas e doces, e também apresentações de shows com artistas locais. Nosso artesanato é mesclado de várias tradições e desprovidos de característica própria que o faça conhecido como artesanato de Teófilo Otoni, salvo talvez, algumas peças de pedras semipreciosas.

Destacamos o trabalho em couro (selara), madeira (escultura e móveis), cipó (cestaria), cerâmica, tapeçaria, culinária artística, bordado, crochê e outros.

Literatura

Campo da literatura nos aponta nomes como o Filólogo e gramaticista Dr. Celso CUNHA (imortal da Academia Brasileira de Letras), Maria Laura Couy –

“Bilau” (Academia Feminina de Letras de Minas Gerais) Izaura Caminhas Fasciani, Luiz Gonzaga de Carvalho, Guiomar Sant’Anna Murta, Rosemiro Pereira Leal, Salvador Araújo, Dr. Reinaldo Ottoni Porto, Dr. Olbiano de Melo, Dr. Leônidas Lorentz, Dr. Godofredo Ferreira, Max Rolthe.

Artistas Plásticos

Nas artes plásticas (pintura) não podemos nos esquecer de nomes como Antônio Kind, Júlio Spíndola, Fátima Pena, Magda Graça Soares, Mércia Maria Ferreira de Oliveira, Ricardo Rodrigues, Elizabeth Luz, Alberto Laender, Lúcia Dantes, Silvia Tolentino, Ana Maria Tomich, Jussara Cruz e outros.

Na escultura de barro, destaque para Luiz Bessa, que tem peças expostas na Itália.

Temos ainda o “Instituto de Artes Almeida Júnior” criado em 17/05/1990, através da Lei nº 3.230/90. Sua finalidade principal é desenvolver e valorizar a classe artística local, ensinando a pintura em tela, guache, desenhos artísticos, industrial e publicitária, projeção e perspectiva, caricatura e cartum, além de preparar o aluno para o vestibular de Belas Artes. O Instituto tem sede na Praça Tiradentes, nº 171, centro, e seu fundador é o diretor e o artista plástico Basílio. Usando o sistema de bolsa para alunos carentes, o Instituto se vale de doações do comércio.

Artes Cênicas

Na área das artes cênicas se destaca a realização anual do Festival de Teatro de Teófilo Otoni (FESTTO). É organizado pelo Instituto Cultural In Cena, em parceria com a Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni, através das secretarias de Cultura e de Educação e também, com o apoio da UFVJM. Realizam espetáculos nacionais gratuitos, oficinas e debates à população. A cidade conta com apenas um teatro, o Cine Teatro Vitória, que foi construído em 1944 e hoje conta com a capacidade para 600 (seiscentos) expectadores.

Existem vários pequenos grupos de teatros amadores, porém a manifestação da arte cênica mais tradicional é a representação da Paixão de Cristo, encenada há alguns anos por iniciativa do Sr. Elbio Pechir e sua equipe.

Folclore

As festas juninas representam a maior manifestação folclórica popular.

Acontece anualmente o Forró das Pedras, promovido pela Prefeitura, com concurso de quadrilhas e casamento na roça.

O Serviço Social do Comércio (SESC) contribui para a preservação de manifestações folclóricas através do Grupo da Terceira Idade.

Variedades

Teófilo Otoni tem filhos com múltiplos dons artísticos:

- A musicista, pintora, poetisa e compositora Hilda Porto Ramos (D. Didinha);
- O Pe. Luciano Campos Lavall – em Teologia Dogmática, pianista, arranjador, regente (com formação na Europa), escritor e poliglota da Federação de Corais (sede em Nova York), da Confederação Brasileira de Coro e Federação Mineira de Conjuntos Corais;
- O historiador Nelson Figueiredo;
- As antigas fazendas de escravos, que ainda mantêm prédios originais, além de prédios antigos como o Colégio Mineiro (hoje CEMIG), o antigo Fórum (hoje Câmara dos Vereadores), casas comerciais no centro da cidade e outros.

2.4 ASPECTOS ECONÔMICOS

A cidade de Teófilo Otoni é também chamada a “Capital Mundial das Pedras Preciosas”. É sede da microrregião Vale do Mucuri, e por isso,

convergem para ela os interesses de dezenas de cidades dos outros dois vales: São Mateus e Jequitinhonha, além de cidades das regiões do sul da Bahia e do Norte do Espírito Santo. Em seu subsolo encontram-se importantes jazidas de pedras preciosas e semipreciosas, cristal de rocha e água mineral. O município tem na exploração e comercialização dessas riquezas minerais importantes fontes de recursos. Várias são as lapidações de água marinhas, turmalina, ametista, topázio, berilo, entre outros que fazem do artesanato local – mais de 200 lapidações -, além do valor comercial, uma atividade turística. O município é um dos maiores exportadores brasileiros do ramo.

A atividade que faz com que Teófilo Otoni se destaque nacionalmente é o comércio de pedras preciosas, tal a quantidade de gemas encontradas na região. Daí o cognome “Capital das Pedras Preciosas”. Atrai, com frequência, turistas e comerciantes do mundo inteiro.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Teófilo Otoni é considerado alto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Seu valor é de 0,701 (o 1866 maior entre os 5565 municípios brasileiros), sendo que a cidade possui a maioria dos indicadores próximos ou acima com os da média segundo o PNUD.

Constitui-se nos dias de hoje no principal centro Brasileiro de Beneficiamento e Comercialização de Gemas, e o terceiro centro a nível mundial. Esta posição deve-se principalmente, pela sua localização, isto é, Teófilo Otoni está situado na denominada “Província Pegmatítica Oriental do Brasil”, uma das mais ricas áreas mundiais de produção de pedras preciosas, tanto em variedade como em qualidade de ocorrências.

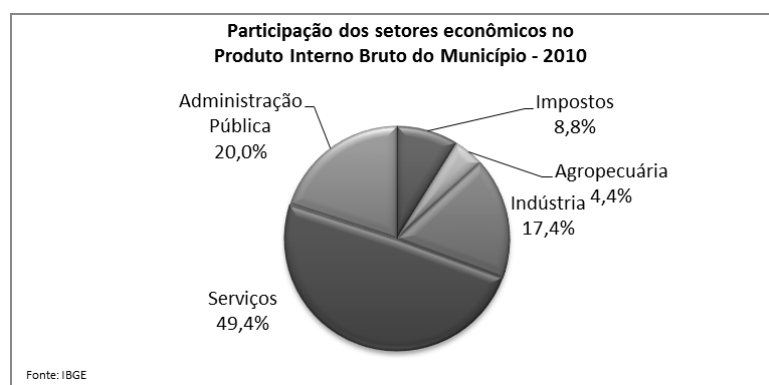
A técnica de lapidação desenvolveu-se aqui a partir dos imigrantes alemães, que chegaram por volta de 1860 e introduziram a lapidação iniciando a atividade comercial das pedras preciosas com o continente europeu.

2.4.1 Produção

Produção Econômica

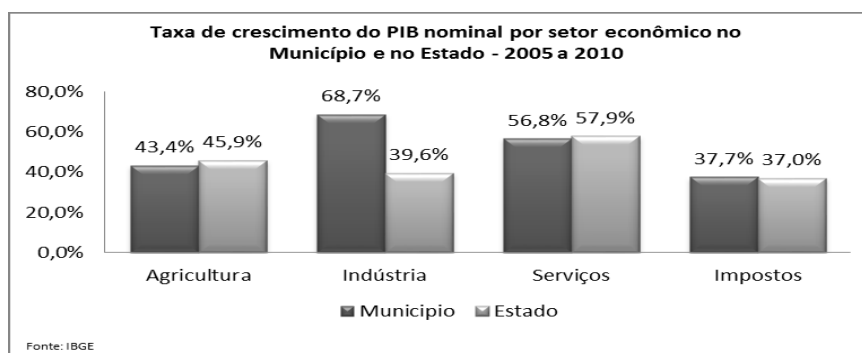
Entre 2005 e 2010, segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) do município cresceu 56,1%, passando de R\$ 740,0 milhões para R\$ 1.154,9 milhões. O crescimento percentual foi superior ao verificado no Estado, que foi de 49,0%. A participação do PIB do município na composição do PIB estadual aumentou de 0,38% para 0,40% no período de 2005 a 2010.

Gráfico 19 - Participação dos setores econômicos no produto Interno Bruto do Município - 2010



A estrutura econômica municipal demonstrava participação expressiva do setor de Serviços, o qual respondia por 70,2% do PIB municipal. Cabe destacar o setor secundário ou industrial, cuja participação no PIB era de 16,5% em 2010, contra 15,2% em 2005. Variação essa similar à verificada no Estado, em que a participação industrial cresceu de 15,2% em 2005 para 26,4% em 2010.

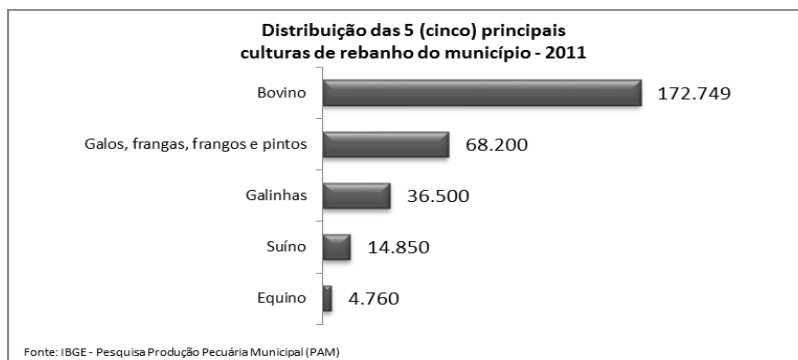
Gráfico 20 - Taxa de crescimento do PIB nominal por setor econômico no Município e no estado - 2005 a 2010



Produção Agropecuária

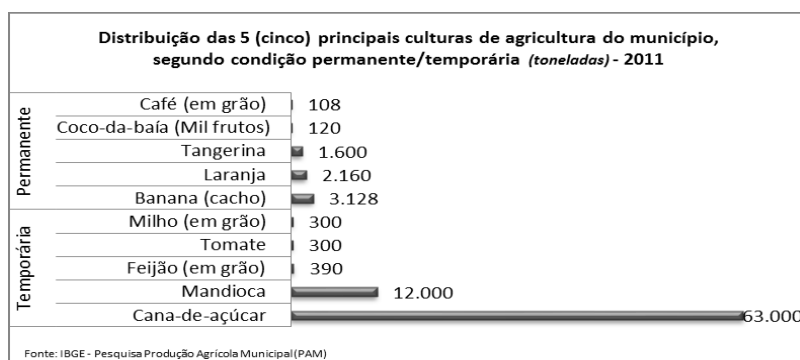
Quando analisamos os aspectos econômicos do município, é importante levar em consideração, dentre outros fatores, a sua capacidade de geração de renda através de atividades nas áreas da pecuária e agricultura. No caso da pecuária, dados coletados da Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE, referentes a 2011, apontam que as 5 (cinco) principais culturas de rebanho local são as indicadas no gráfico abaixo:

Gráfico 21 - Distribuição das 5 (cinco) principais culturas de rebanho do município – 2011



Além do campo da pecuária, a supracitada pesquisa também fornece dados acerca da área de agricultura local. Neste caso, foram coletados dados acerca das 5 (cinco) principais culturas de agricultura do município, divididas entre aquelas permanentes e aquelas temporárias, conforme demonstrado no gráfico que segue:

Gráfico 22 - Distribuição das 5 (cinco) principais culturas de agricultura do município, segundo condição permanente/temporária (toneladas) - 2011



Agricultura Familiar

O município possuía 1.625 agricultores familiares em 2006, que correspondia a 67% dos seus produtores. Esses agricultores familiares acessavam a 19% da área, ocupavam 59% da mão-de-obra do setor e participavam com 43% do valor da produção agropecuária municipal.

Atualmente, temos 1.744 agricultores familiares cadastrados com Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) neste município. A tabela abaixo apresenta esses dados relativos também ao seu Estado e ao Brasil:

Gráfico 23 - Quantidade de agricultores cadastrados com DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf)

| Quantidade de agricultores cadastrados com DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) | |
|---|-----------|
| Município | 1.744 |
| Estado | 355.100 |
| Brasil | 4.395.395 |

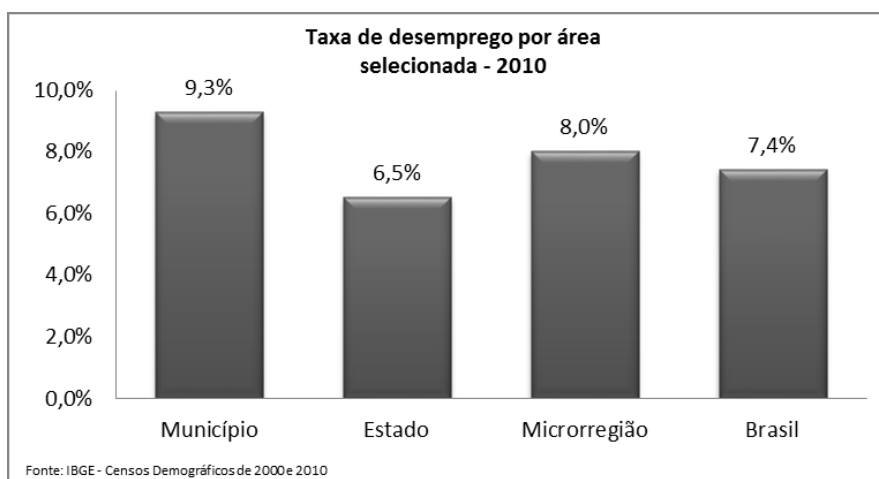
Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário

2.4.2 Mercado de trabalho

Conforme dados do último Censo Demográfico, o município, em agosto de 2010, possuía 61.282 pessoas com 10 anos ou mais de idade economicamente ativas, sendo que 55.514 estavam ocupadas e 5.768 desocupadas. A taxa de participação ficou em 53,2% e a taxa de desocupação municipal foi de 9,4%.

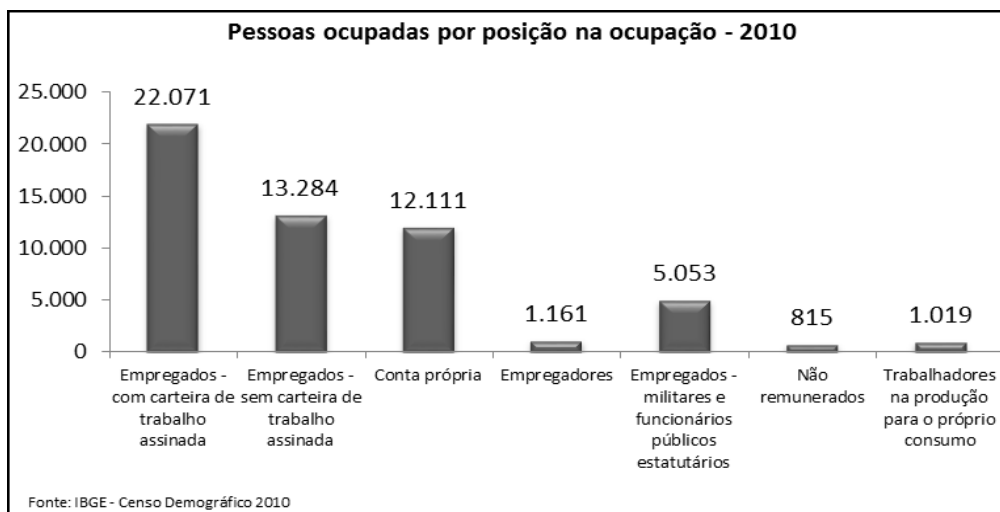
No tocante à taxa de desemprego, o gráfico abaixo fornece indicativos de maneira comparativa:

Gráfico 24 - Taxa de desemprego por área selecionada - 2010



A distribuição das pessoas ocupadas por posição na ocupação mostra que 39,8% tinham carteira assinada, 23,9% não tinham carteira assinada, 21,8% atuam por conta própria e 2,1% de empregadores. Servidores públicos representavam 9,1% do total ocupado e trabalhadores sem rendimentos e na produção para o próprio consumo representavam 3,3% dos ocupados.

Gráfico 25 - Pessoas ocupadas por posição na ocupação – 2010



Das pessoas ocupadas, 4,7% não tinham rendimentos e 52,9% ganhavam até um salário mínimo por mês.

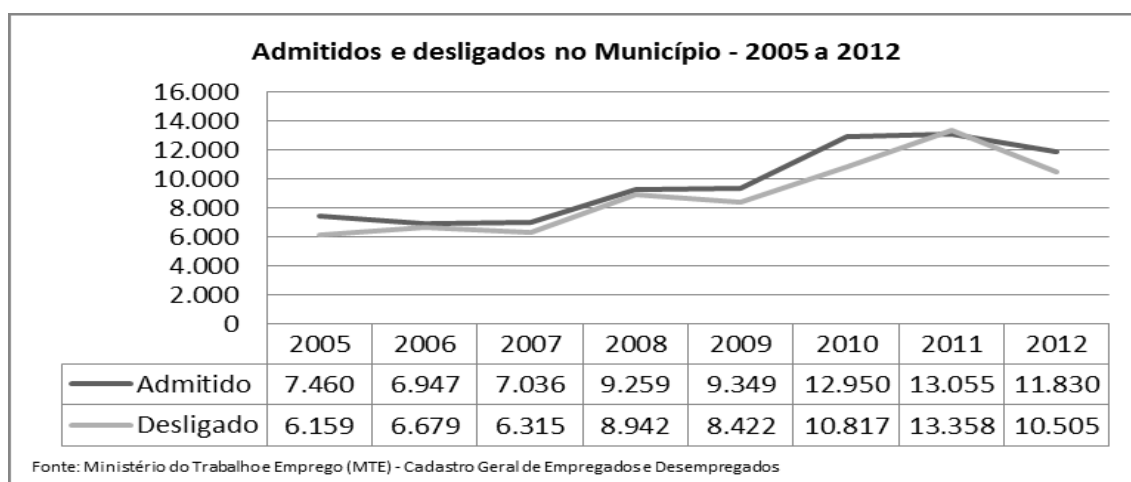
O valor do rendimento médio mensal das pessoas ocupadas era de R\$ 1.081,77. Entre os homens, o rendimento era de R\$ 1.346,26 e entre as

mulheres de R\$ 808,52, apontando uma diferença de 66,51% maior para os homens.

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, o mercado de trabalho formal do município apresentou, por sete anos, saldo positivo na geração de novas ocupações entre 2005 e 2012. O número de vagas criadas neste período foi de 6.689. No último ano, as admissões registraram 11.830 contratações, contra 10.505 demissões.

O mercado de trabalho formal em 2010 totalizava 23.754 postos, 50,4% a mais em relação a 2004. O desempenho do município ficou acima da média verificada para o Estado, que cresceu 39,4% no mesmo período.

Gráfico 26 - Admitidos e desligados no município – 2005 a 2010



Comércio

Teófilo Otoni exerce a liderança regional como centro comercial. O comércio é a principal atividade geradora da renda do município, cujos produtos são exportados para todo o país, principalmente para o estado do Rio de Janeiro e para o exterior.

O comércio interno é feito com dezenas de municípios vizinhos, em recursos farmacêuticos, assistência hospitalar, educacional, confecções, tecidos, máquinas, veículos, dentre outros.

A Feira Internacional de Pedras Preciosas (FIP) acontece anualmente no mês de julho e significa grande movimento no comércio local.

Na região polarizada por Teófilo Otoni, 45% da população depende do setor de gemas. Somente nesta cidade estão instaladas 250 pequenas empresas de lapidação e comercialização, 2.700 lapidações informais (a maioria de fundo de quintal), 2.000 corretores autônomos e várias empresas exportadoras.

Portanto, o município tem na exploração e neste comércio uma de suas maiores fontes de renda. As principais pedras encontradas na região são: Águas Marinhas, Topázio, Berilo, Turmalina, Crisoberilo, Alexandrita, Morganita, Olho-de-Gato, Ametista, Quartzo, Róseo, Andaluzita, entre outras.

Exponor

Mostra Empresarial do Nordeste Mineiro, realizada na Cidade de Teófilo Otoni, acontece em julho, no espaço Expominas. Esta feira é uma parceria do Sindcomércio e Associação Comercial de Teófilo Otoni, com o foco principal de reunir em um único lugar representantes do comércio, bens e serviços, tanto varejistas como atacadistas, representantes de grandes e pequenas marcas, e fornecedores de segmentos variados.

A Feira Industrial dos Vales (FIVALE) - acontece anualmente e dá oportunidade aos empresários de mostrarem e comercializarem seus produtos.

Principais Indústrias:

- Cooperativa de Laticínios de Teófilo Otoni;
- Nestlé;
- Cotochés
- Maroca e Russo Industrial e Comercial Ltda.;
- Indústria e Comércio Mate-Cola Ltda.;
- Incoreg-Indústria Comércio Reunidas Guimarães Ltda.;
- Premol - Rodrigues e Souza Engenharia e Indústria Ltda.;
- Minas Piso Indústria e Comércio Ltda.;

- Indústria e Comércio de Vassouras Dias Ltda.;
- Candeia Indústria e Comércio de Velas Ltda.;
- Dentre outras.

Indústria

A indústria, atualmente, é o segundo setor mais relevante para a economia do município: 222 762 mil reais do PIB municipal são do valor adicionado bruto da indústria (setor secundário). As principais indústrias da cidade estão ligadas à agroindústria, ao setor alimentício e principalmente ao setor de extração e transformação de minerais e pedras preciosas. Em 2000, segundo o IBGE, 8106 pessoas trabalhavam no setor industrial em Teófilo Otoni.

Pecuária

A estrutura industrial de Teófilo Otoni vem confirmar seu acentuado relacionamento com o setor pecuário, um dos principais pilares da base econômica do município e da região.

O rebanho de gado bovino é considerado um dos maiores do estado de Minas Gerais. O solo, o clima e a vegetação favorecem a atividade pecuária. É considerável a criação de suíno e aves para o corte.

Acontece anualmente a Exposição Agropecuária dos Vales do Mucuri, São Mateus e Jequitinhonha (EXPOVALE).

A Cooperativa de Laticínio de Teófilo Otoni (CLTO) e a NESTLÉ são encarregadas de industrializar e comercializar o leite.

A secretaria de Agropecuária e Abastecimento desenvolve Programas de Eletrificação Rural, Avicultura Familiar e Pró-leite.

Exploração pecuária:

- Apicultura – asinocultura - avicultura;
- Bovinocultura – caprinocultura - equinocultura;
- Ovinocultura - piscicultura-suinocultura.

Agricultura

No município, a agricultura é pouco desenvolvida. O que produz é consumido pela população da cidade e vizinhanças. Existe exportação de frutas cítricas.

Atualmente, temos o programa “Polo Agrícola”, criado com objetivo de incentivar a população agrícola e fixar o homem no campo. Atender a área econômica e social. A assistência ao agricultor é prestada pela EMATER e pela prefeitura, através do empréstimo de tratores e outras máquinas, além de assistência técnica. Também é feito um trabalho dando assistência educacional, social, saúde, telecomunicação e eletrificação rural.

Os produtos agrícolas são lançados diretamente no comércio de Teófilo Otoni e cidades vizinhas. São vendidos nos mercados, nas feiras livres, supermercados e sacolões. A Central de Abastecimento (CEASA), criada para promover a comercialização atacadista de produtos hortifrutigranjeiros de Teófilo Otoni, está situada no bairro São Jacinto. Merecem destaque a produção e comercialização de flores. Além disso, existe uma associação de apicultores, fundada em 1993, com objetivo de fornecer mel de qualidade à população. Destacam-se, também, o cultivo de laranja na lajinha, de repolho no Potonzinho e maracujá em Rio Pretinho. Desenvolvem-se ainda a avicultura e o Pró-leite.

Foi implantado o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) com o apoio da EMATER-MG, com o objetivo de apoiar os agricultores na sua lavoura.

A criação do Banco de sementes tem como finalidade distribuição de sementes para o plantio, no período da safra do município.

2.5 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A administração se dá pelos poderes executivos e legislativos. A cidade se rege por lei orgânica, que promulgada a 21 de março de 1990 e entrou em vigor nesta mesma data, e é sede da Comarca de Teófilo Otoni, classificada como de entrância especial, que reúne, além de Teófilo Otoni, os municípios de Ataléia, Ladainha, Novo Oriente de Minas, Ouro Verde de Minas, Pavão e Poté e

foi instalada em 4 de novembro de 1880. Havia 102.897 eleitores em junho de 2014, o que representava 0,675% do total do estado de Minas Gerais.

2.5.1 Estrutura

Figura 2: Organograma da Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni

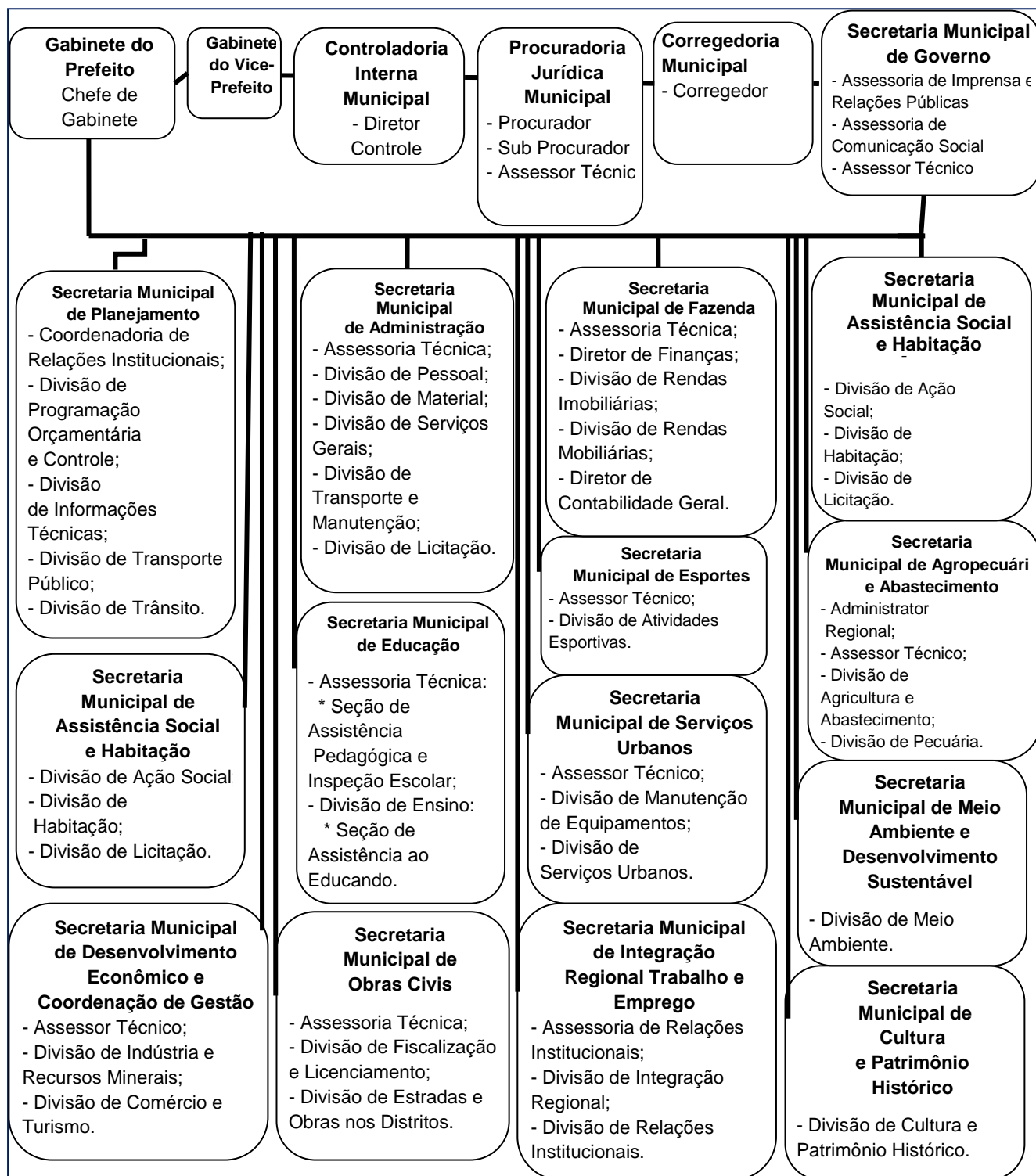
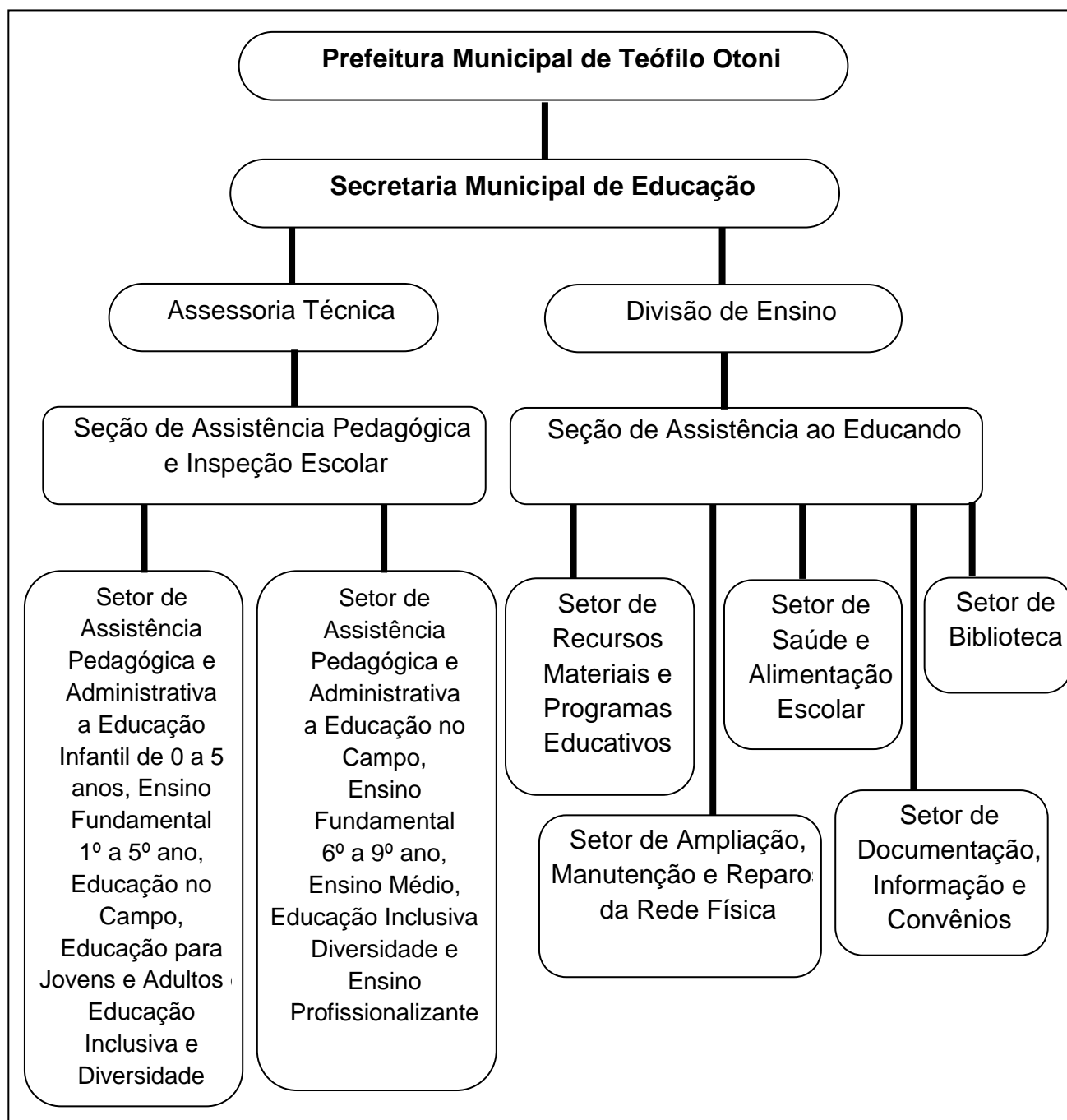


Figura 3: Organograma da Secretaria Municipal de Teófilo Otoni

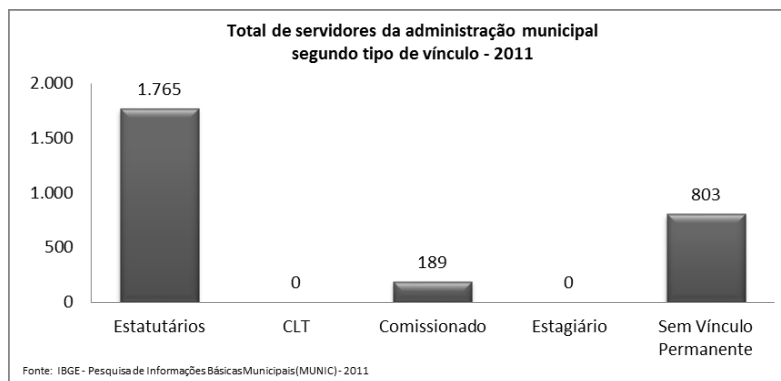


2.5.2 Capacidade Técnica

Recursos Humanos

A Administração Municipal conta com 2.757 servidores, entre os quais 64,0% são estatutários. Entre 2009 e 2010 o município não realizou concurso público.

Gráfico 27 - Total de servidores da administração municipal segundo tipo de vínculo – 2011



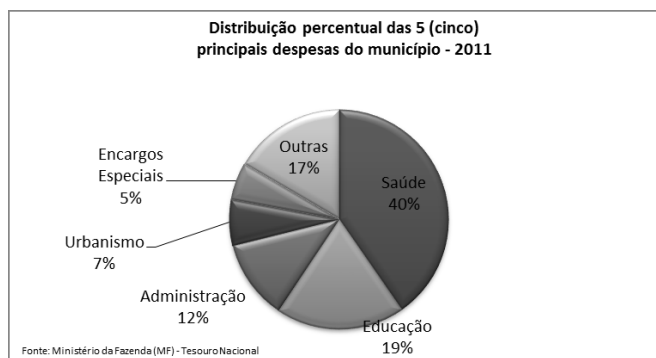
2.5.3 Finanças

A receita orçamentária do município passou de R\$ 76,0 milhões em 2005 para R\$ 127,0 milhões em 2011, o que retrata uma alta de 67,1% no período ou 13,70% ao ano.

A proporção das receitas próprias, ou seja, geradas a partir das atividades econômicas do município, em relação à receita orçamentária total, passou de 17,32% em 2005 para 13,10% em 2011, e quando se analisa todos os municípios juntos do estado, a proporção aumentou de 24,48% para 23,71%.

A dependência em relação ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) diminuiu no município, passando de 23,93% da receita orçamentária em 2005 para 20,81% em 2011. Essa dependência foi inferior àquela registrada para todos os municípios do Estado, que ficou em 23,76% em 2011.

Gráfico 28 – Distribuição Percentual das 5 (cinco) principais despesas do Município - 2011



As despesas com saúde, educação, administração, urbanismo e previdência social foram responsáveis por 88,16% das despesas municipais. Em assistência social, as despesas alcançaram 2,74% do orçamento total, valor esse inferior à média de todos os municípios do estado, de 3,20%.

3. BREVE HISTÓRICO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TEÓFILO OTONI

3.1 Contexto Nacional

A instalação da República no Brasil e o surgimento das primeiras ideias de um plano que tratasse da educação para todo o território nacional aconteceram simultaneamente. À medida que o quadro social, político e econômico do início desde século se desenhava, a educação começava a se impor como condição fundamental para o desenvolvimento do país. Havia grande preocupação com a instrução, nos seus diversos níveis e modalidades. Nas duas primeiras décadas, as várias reformas educacionais ajudaram no amadurecimento da percepção coletiva da educação como um problema nacional.

Em 1932, educadores e intelectuais brasileiros lançaram um manifesto ao povo e ao governo, que ficou conhecido com “Manifesto dos Pioneiros da Educação”. Propunham a reconstrução educacional, *“de grande alcance e de vastas proporções [...] um plano com sentido unitário e de base científica [...]”*.

Todas as constituições posteriores, com exceção da Carta de 1937, incorporaram, implícita ou explicitamente, esta ideia e havia subjacente, o consenso de que o plano devia ser fixado por lei.

Esta ideia, entretanto, não se concretizou, apesar das iniciativas tomadas em 1962 e 1967.

Somente com a Constituição Federal de 1988, cinquenta anos após a primeira tentativa oficial, ressurgiu a ideia de um plano nacional de longo prazo,

com força de lei, capaz de conferir estabilidade às iniciativas governamentais na área da educação.

Entre 1993 e 1994, após a Conferência Municipal de Educação em Jontiem, Tailândia, e por exigência dos documentos resultantes desta conferência, foi elaborado o Plano Nacional de Educação para Todos, num amplo processo democrático coordenado pelo MEC. O plano foi aprovado no final do governo Itamar Franco e esquecido pelo governo que o sucedeu.

Em 1996, é aprovada a segunda LDBEN – Lei 9.394/96, que insiste na necessidade de elaboração de um Plano Nacional em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, com duração de dez anos. Estabelece, ainda, que a União encaminhe o Plano ao Congresso Nacional, um ano após a publicação da citada lei, com diretrizes e metas para todos os níveis e modalidades de ensino.

Em fevereiro de 1998, chegam à Câmara dos Deputados dois projetos de Lei visando à instituição do Plano Nacional de Educação o Projeto nº 4.137/98 apresentado pelo MEC.

Ao final de um longo processo de discussões, o relator da Comissão de Educação opta por redigir um substitutivo, incorporando as contribuições dos dois projetos, que em 14/12/2000 foi aprovado.

Em 09 de janeiro de 2001, o Presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou a Lei 10.172 que institui o Plano Nacional de Educação – PNE, e que estabelece a obrigatoriedade dos estados e municípios elaborarem e submeterem à apreciação e aprovação do Poder Legislativo correspondente à proposta de um Plano Decenal próprio.

Quatro premissas orientaram a elaboração do PNE:

- Educação como direito de todos;
- Educação como fator de desenvolvimento social e econômico do país;
- Redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública;

- Democratização da gestão do ensino público nos estabelecimentos oficiais.

Os objetivos estabelecidos pelo Plano Nacional de Educação são:

- Elevação do nível de escolaridade da população;
- Melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis e modalidades;
- Redução de desigualdades sociais e regionais;
- Democratização da gestão do ensino.

Considerando a escassez de recursos, o PNE de 2001 estabeleceu as seguintes prioridades:

- Garantia do Ensino Fundamental obrigatório de oito anos a todas as crianças de 7 a 14 anos;
- Garantia de Ensino Fundamental a todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria ou que não o concluíram;
- Ampliação do atendimento nos demais níveis de ensino: Educação Infantil, Ensino Médio e Educação Superior;
- Valorização dos profissionais de educação;
- Desenvolvimento de sistemas de informação e de avaliação em todos os níveis e modalidades de ensino.

O PNE de 2005 estabeleceu como prioridades:

- Ampliação do atendimento na Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação no Campo, Educação Especial, Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos;
- Implementação da Educação Superior à distância;
- Valorização dos profissionais da educação.

1.2 Contexto Estadual

Mais uma vez Minas faz a diferença. Embora a recomendação legal da LDBEN/96, no seu Art. 10 seja: “*Os Estados incumbir-se-ão de (...) elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e Plano Nacional de Educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos Municípios*”, a Secretaria de Estado da Educação, em respeito à autonomia dos municípios, enquanto entes federados autônomos, e à política de cooperação - mútua – iniciada neste Estado na década de 90 – optou por sugerir, de comum acordo com a União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação, Seção MG – UNDIME/MG, um percurso crítico de planejamento, a partir de uma determinada filosofia de trabalho e de trilhas consideradas mais eficazes na construção democrática dos Planos Decenais de Educação de Minas Gerais.

Tal percurso pressupôs que os municípios traçassem ao mesmo tempo em que o Estado, e em ação articulada com o Plano Nacional e Estadual de Educação diretrizes e objetivos gerais para a Educação e, em ação autônoma, elaborassem, a partir de um amplo diagnóstico, os objetivos, metas e ações específicas que respondem às expectativas de cada um dos seus níveis e modalidades de ensino.

Esta proposta representa o reflexo de idas e vindas de discussões entre os atores mais relevantes, envolvidos no processo, durante um tempo de pré-planejamento. Pode-se ainda dizer que ela espelha, um modo de se acreditar no planejamento como processo democrático, baseado no diálogo na troca de experiências, a partir dos dados da realidade.

1.3 Contexto Municipal

O Plano Municipal de Educação 2005 - 2015 apresenta uma perspectiva de educação que contempla o homem em suas dimensões subjetiva e social e concebe a pessoa como ser comunitário, sem negligenciar a importância da individualidade e da dimensão emocional, da autonomia e da pluralidade, que focalizam a dimensão psicossocial e política.

Adota uma filosofia humanista vinculada aos anseios de democracia, justiça e cidadania que alicerça a construção de uma educação de qualidade, pedagogicamente flexível e socialmente abrangente a todos. Sintonizada com o tempo presente, projeta uma educação que estimula o debate, a participação coletiva em todos os níveis, num trabalho voltado para formação de cidadãos aptos para atuar e interagir positivamente na sociedade. A noção de cidadania assenta-se no princípio do “direito a ter direito” e é concebida como “o caminho e o caminhar do homem de consciência livre”, uma cidadania que se efetiva “de baixo para cima”. Diante dessa concepção, a escola assume um papel insubstituível na construção de uma sociedade democrática e da educação de qualidade que a pós-modernidade exige.

As Diretrizes do Plano Municipal de Educação 2015-2024 estão embasadas nas Diretrizes do Plano Nacional de Educação.

Art. 2º São diretrizes do PME:

I – erradicação do analfabetismo;

II – universalização do atendimento escolar;

III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV – melhoria da qualidade da educação;

V – formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI – promoção do princípio da gestão democrática de educação pública;

VII – estabelecimento de aplicação de recursos públicos em educação que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

VIII – valorização dos (as) profissionais de educação;

IX – promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

As 20 metas previstas deverão ser cumpridas no prazo de vigência do PNE, desde que não haja prazo inferior definido para metas específicas.

Essas metas deverão ter como referência os censos nacionais de educação básica e superior, mais atualizados, disponíveis na data da publicação da Lei.

A meta de ampliação progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PNE podendo ser revista, conforme o caso, para atender às necessidades financeiras e cumprimento das demais metas do Plano.

A União deverá promover a realização de pelo menos duas conferências nacionais de educação até o final da década, com intervalo de 4 (quatro) anos entre elas para avaliar e monitorar a execução do PNE e subsidiar a elaboração do PNE de 2021-2030 que será coordenado pelo Ministério da Educação em forma de Fórum Nacional de Educação a ser instituído no âmbito do Ministério da Educação.

A consecução das metas e a implementação das estratégias deverão ser realizadas em regime de colaboração entre União, Estados e Municípios que deverão estabelecer mecanismos de acompanhamento das estratégias com vistas à concretização das metas.

Estados e Municípios deverão elaborar seus Planos de educação em consonância com o PNE

Os planos plurianuais e as diretrizes orçamentárias da União, Estados e Municípios deverão prever verbas compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias do PNE e respectivos planos de educação.

Como todos os demais PNEs, constata-se que as propostas não passam de recomendações, sem caráter compulsório, uma vez que não existem sanções pelo descumprimento dessas metas. Dada as profundas diferenças socioeconômicas entre estados e municípios das várias regiões brasileiras, é fácil deduzir que os do Norte/Nordeste não terão as mínimas condições de

atingir as metas pretendidas pelo PNE 2011/2020 a não ser que a União entre com os recursos financeiros.

Meta 1 - Universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de quatro e cinco anos, e ampliar, até 2020, a oferta de educação infantil de forma a atender a 50% da população de até 3 anos.

Resumo das estratégias:

Regime de colaboração entre União, Estados e Municípios para se conseguir a expansão; reestruturação e aquisição de equipamentos para a rede pública de educação infantil com vistas à melhoria da rede física de creches e pré-escolas; formação continuada de professores para a educação infantil estimulando a pós-graduação de parte deles, a fim de incorporar os avanços das ciências no atendimento da população de 4 a 5 anos; fomentar o atendimento das crianças do campo na educação infantil assim como a de indígenas, sem alterar seus usos e costumes; atender aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação por meio da transversalidade da educação especial na educação infantil.

Meta 2 - Universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda população de 6 a 14 anos.

Resumo das estratégias:

Acompanhamento individual dos alunos com dificuldade de aprendizagem; garantia de acesso e permanência do alunado que recebe o bolsa família, procurando identificar motivos de ausência, baixa frequência e evasão; busca de crianças fora da escola; garantia de transporte aos alunos de zonas rurais pela aquisição de veículos para esse fim; programa de aquisição de equipamentos para escolas rurais; programas de formação de pessoal especializado, produção de material didático e currículos para comunidades indígenas; compatibilização do calendário escolar com a realidade local e condições climáticas da região; promover o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e aumento do número de computadores/alunos nas escolas da rede pública.

Meta 3 - Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até 2020, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%, nesta faixa etária.

Resumo das estratégias:

Programas e ações de diversificação curricular do ensino médio incentivando abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, discriminando-se conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões temáticas apoiadas por meio de aquisições de equipamentos e laboratórios, produção de material didático e formação continuada de professores; corrigir defasagens de alunos egressos do ensino fundamental por meio de acompanhamento individual do alunado e de aulas de reforço; utilizar o ENEM para o acesso ao ensino superior; integrar o ensino profissional com o propedêutico para as populações rurais, dos povos indígenas e quilombolas; ampliar a oferta do ensino profissionalizante por meio de parcerias com entidades privadas do sistema S – SESC, SENAC, SESI etc.; estimular a expansão do estágio para estudantes do ensino profissional técnico de nível médio visando o aprendizado de competências próprias da atividade profissional; acompanhamento e monitoramento do acesso e permanência na escola por parte de beneficiários do bolsa família; busca da população de 15 a 17 anos fora do ensino médio assim como prevenir evasão motivada por preconceito e discriminação; universalizar o acesso à rede de computadores em banda larga de alta velocidade; atendimento a toda demanda por ensino médio.

Meta 4 – Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, na rede regular de ensino.

Resumo das estratégias:

Extensão de dotações do FUNDEB aos alunos que recebem educação especial; fomentar a formação continuada de professores de educação especial; ampliar a oferta de vagas de educação especial nas redes públicas; programa nacional de acessibilidade nas escolas públicas para adequação arquitetônica; oferta de transporte, disponibilização de material didático acessível e recursos

de tecnologia assistiva e oferta de educação bilíngue em língua portuguesa e Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS; promover a articulação entre o ensino regular e a especializada por meio das salas de recurso multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas.

Meta 5 - Alfabetizar todas as crianças até, no máximo, os oito anos de idade.

Resumo das estratégias:

Estruturação do ensino fundamental de 9 (nove) anos com foco na organização de ciclo de alfabetização com duração de 3 (três) anos; dotar as escolas de infraestrutura material para a consecução da meta: quadras poliesportivas, laboratórios, cozinha, refeitório, banheiros e outros, bem como a produção de material didático pertinente; apoiar a alfabetização das populações indígenas.

Meta 6 - Oferecer educação em tempo integral em 50% das escolas públicas de educação básica.

Resumo das estratégias:

Garantir sete ou mais horas diárias ao alunado durante o ano letivo, buscando atender a pelo menos metade dos alunos matriculados nas escolas contempladas pelo programa; dotar essas escolas de completa infraestrutura, para que possam levar adiante o programa, assim como produzir os materiais didáticos necessários para a educação em tempo integral; buscar a articulação dessas escolas com instituições que permitam o crescimento intelectual do alunado: bibliotecas, museus, centros comunitários, parques, teatros etc.; estender, no que couber, a escola de tempo integral às escolas do campo.

Meta 7 - Atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB:

| IDEB–Médias Nacionais/ Anos | 2011 | 2013 | 2015 | 2017 | 2019 | 2021 |
|---------------------------------|------|------|------|------|------|------|
| E. Fundamental - anos iniciais. | 4,6 | 4,9 | 5,2 | 5,5 | 5,7 | 6,0 |
| E. Fundamental - anos finais.. | 3,9 | 4,4 | 4,7 | 5,0 | 5,2 | 5,5 |
| Ensino Médio | 3,7 | 3,9 | 4,3 | 4,7 | 5,0 | 5,2 |

Resumo das estratégias:

Apoio técnico e financeiro voltados para a melhoria da gestão educacional, à formação de professores e de pessoal operacional e da melhoria da infraestrutura escolar; acompanhar e divulgar bianualmente os resultados do IDEB nos sistemas de ensino da União, Estados e Municípios; assistência técnica e financeira às escolas que não consigam atingir os respectivos IDEBs; aprimorar os instrumentos de avaliação da qualidade do ensino fundamental e médio, de forma a englobar o ensino de ciências nos exames aplicados nos anos finais do ensino fundamental e incorporar o exame nacional de ensino médio ao sistema de avaliação da educação básica; garantir o transporte gratuito para todos os estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação da frota de veículos; selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para o ensino fundamental e médio, asseguradas a diversidade de métodos e propostas pedagógicas; fomentar tecnologias educacionais e inovações das práticas pedagógicas nos sistemas de ensino que assegurem a melhoria da aprendizagem do alunado; apoiar a gestão escolar mediante a transferência direta de recursos à escola; outras estratégias voltadas para a necessária infraestrutura material e humana que propicie atingir as médias estabelecidas no quadro acima: atendimento ao estudante em todas as etapas da educação básica, aquisição de equipamentos e recursos tecnológicos às escolas, políticas de combate à violência, políticas de inclusão e permanência na escola; garantir o ensino da história e cultura afro-brasileira; ampliar a educação no campo, a quilombolas e indígenas; repasse de verbas aos Estados e Municípios que tenham aprovado leis específicas para instalação de conselhos escolares ou órgãos colegiados equivalentes nos quais participem as comunidades escolares; atendimento à saúde do alunado; confrontar os resultados do IDEB com o PISA para comparar o desempenho de nosso alunado com os das áreas afluentes do globo.

Meta 8 - Elevar a escolaridade média da população de 18 a 24 anos de modo a alcançar o mínimo de 12 anos de estudo para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos 25% mais pobres, bem como igualar

a escolaridade média entre negros e não negros, com vistas à redução da desigualdade educacional.

Resumo das estratégias:

Programas e tecnologias para a correção de fluxo, acompanhamento pedagógico individualizado, recuperação e progressão parcial, priorizando estudantes dessas faixas etárias com rendimento defasado de acordo com segmentos populacionais considerados; fomentar programas de educação de jovens e adultos que estão fora da escola e com defasagem idade e série; garantir acesso gratuito a exames de certificação e conclusão dos ensinos fundamental e médio; fomentar a expansão da oferta de matrículas de educação profissional técnica por parte das entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculada ao sistema sindical concomitante ao ensino público para os segmentos considerados; acompanhar e monitorar o acesso à escola desses segmentos populacionais, identificando os motivos de ausência e baixa frequência, colaborando com Estados e Municípios para a solução dos problemas de frequência e evasão; promover a busca de crianças fora da escola ligadas aos segmentos populacionais considerados.

Meta 9 - Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e erradicar, até 2010, o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

Resumo das estratégias:

Oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria; implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica; promover chamadas públicas regulares de jovens e adultos e avaliação de alfabetização por meio de exames que permitam aferição do grau de analfabetismo de jovens e adultos com mais de 15 anos; em articulação com a área da saúde, atendimento oftalmológico e fornecimento de óculos para estudantes da educação de jovens e adultos.

Meta 10 - Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.

Resumo das estratégias:

Manter programa nacional de educação de jovens e adultos com vistas à conclusão do ensino fundamental e a formação profissional inicial, estimulando a conclusão da educação básica; expansão das matrículas na educação de jovens e adultos a fim de articular a formação inicial e continuada de trabalhadores e a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador; fomentar a integração da EJA com a educação profissional, em cursos planejados de acordo com as características e especificidades do público da EJA, incluindo a educação à distância; aquisição de equipamentos e melhoria na rede física da EJA; produção de material didático, currículos e metodologias específicas para avaliação e formação continuada de docentes da EJA; assistência social e financeira aos estudantes da EJA que contribuam para o acesso e permanência, a aprendizagem e a conclusão da EJA; diversificação curricular do ensino médio para jovens e adultos, preparando-os para o mundo do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania numa unidade escolar com plena infraestrutura.

Meta 11 - Duplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta.

Resumo das estratégias:

Expansão das matrículas de educação profissional técnica de nível médio nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com a interiorização da educação profissional; expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio nas redes públicas estaduais de forma presencial e à distância; programas de reconhecimento de saberes para fins de certificação profissional em nível técnico; ampliar a oferta de matrículas gratuitas de educação profissional técnica de nível médio pelas entidades privadas do sistema sindical (Sistema S); expandir o financiamento estudantil de nível médio oferecido em instituições privadas de educação superior; institucionalizar o sistema de

avaliação da qualidade da educação profissional técnica de nível médio das redes pública e privada; oferta de ensino profissional aos povos indígenas e do campo, se for de seu interesse.

Meta 12 - Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta.

A definição de metas específicas para que as universidades adotem medidas para aumentar a quantidade de formandos não haviam aparecido no plano anterior, que contemplava somente metas de maior acesso às vagas. A proposta é que as instituições públicas formem 90% de seus alunos (a evasão em alguns cursos chega a 50%) e ofereçam um terço das vagas em cursos noturnos. O PNE também quer mudanças nos currículos: 10% do total de créditos curriculares devem ser destinados a programas e projetos de extensão. As cotas raciais, aprovadas na CONAE, foram excluídas do plano.

Meta 13 - Elevar a qualidade da educação superior pela ampliação da atuação de mestres e doutores nas instituições de educação superior para 75%, no mínimo, do corpo docente em efetivo exercício, sendo, do total, 35% doutores.

Resumo das estratégias:

O investimento na formação dos professores é considerado um avanço pelos especialistas. Para eles, de fato, a qualidade de ensino oferecida aos estudantes só melhora a partir do momento que os professores são capacitados. Nessa meta, um item promete novos debates no Congresso: o MEC propõe a substituição do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) aplicado aos calouros pelo ENEM. Como a avaliação do ensino médio é voluntária, não há definições sobre como essa substituição poderia ocorrer.

Meta 14 - Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 mestres e 25.000 doutores.

Resumo das estratégias:

Os especialistas também apoiam a decisão de estimular a expansão da pós-graduação. Hoje, cerca de 30 mil mestres e doutores são formados por ano no País. Para isso, a expectativa é a de que o financiamento de cursos seja ampliado pelo Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies).

Meta 15 - Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Resumo das estratégias:

Diagnóstico das necessidades de formação de profissionais do magistério e da capacidade de atendimento por parte de instituições públicas e comunitárias de educação superior existentes nos Estados, Municípios e Distrito Federal, e definição das obrigações recíprocas entre os partícipes; financiamento estudantil aos matriculados em cursos de licenciatura com avaliação positiva pelo SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior), na forma da lei 10.861/04, com amortização quando na docência na rede pública; iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, incentivando a formação profissional do magistério para atuar na educação básica pública; utilização da informática para organizar a oferta de matrículas em cursos de formação inicial e continuada de professores, divulgação e atualização dos currículos eletrônicos dos docentes; política nacional de formação e valorização dos profissionais da educação, de forma a ampliar a formação em serviço; reforma curricular dos cursos de licenciatura, dividindo a carga horária em formação geral, formação na área do saber e didática geral; implementação das respectivas diretrizes curriculares; valorizar o estágio nos cursos de licenciatura visando à conexão entre formação acadêmica e as demandas da rede pública de educação básica; cursos e programas especiais aos formandos em curso normal não licenciado ou licenciado em área diversa da de atuação docente, em efetivo exercício.

Meta 16 - Formar 50% dos professores da educação básica em nível de pós-graduação lato e stricto sensu e garantir a todos formação continuada em sua área de atuação.

Resumo das estratégias:

Dimensionamento da demanda por formação continuada fomentando a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior articulada às políticas de formação dos Estados, Distrito Federal e Municípios; consolidar sistema nacional de formação de professores, definindo diretrizes nacionais, áreas prioritárias, instituições formadoras e processos de certificação; consolidar Portal Eletrônico para subsidiar o professor na preparação de aulas, disponibilizando gratuitamente roteiros didáticos e material suplementar; planos de carreira para os profissionais da educação dos Estados, do Distrito Federal e Municípios; licenças para qualificação em nível de pós-graduação stricto sensu.

Meta 17 - Valorizar o magistério público da educação básica, a fim de aproximar o rendimento médio do profissional com mais de 11 (onze) anos de escolaridade do rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente.

Resumo das estratégias:

Fórum permanente, com representação da União, de Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para acompanhar a atualização progressiva do valor do piso salarial profissional dos profissionais do magistério público da educação básica e acompanhamento da evolução salarial por meio de indicadores, com base nas pesquisas do IBGE; implementação gradual, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, de jornada de trabalho cumprida em apenas um estabelecimento de ensino.

Meta 18 - Assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os profissionais do magistério em todos os sistemas de ensino.

Resumo das estratégias:

Estruturar os sistemas de ensino buscando atingir em seu quadro de profissionais 90% de servidores efetivos via concurso público; valorização do estágio probatório como condição para a efetivação; prova nacional de admissão de docentes, subsidiando os concursos de admissão pelos Estados, Distrito Federal e Municípios; oferta de cursos técnicos para formação de funcionários de escola, assim como sua formação continuada; censo dos funcionários da

escola da educação básica; priorizar o repasse de transferências voluntárias para os Estados, Distrito Federal e Municípios que tenham aprovado lei específica estabelecendo planos de carreira para os profissionais da educação.

Meta 19 - Garantir, mediante lei específica aprovada no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a nomeação comissionada de diretores de escola vinculada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à participação da comunidade escolar.

Resumo das estratégias:

Priorizar o repasse de transferências voluntárias na área da educação para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que tenham aprovado lei específica prevendo a observância de critérios técnicos de mérito e desempenho e a processos que garantam a participação da comunidade escolar preliminares à nomeação comissionada de diretores escolares; aplicar prova nacional específica, a fim de subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento dos cargos de diretores escolares.

Meta 20 - Ampliar progressivamente o investimento público em educação até atingir, no mínimo, o patamar de sete por cento do produto interno bruto do País.

Resumo das estratégias:

Garantir fonte de financiamento permanente e sustentável para todas as etapas e modalidades da educação pública; aperfeiçoar e ampliar os mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário – educação; destinar recursos do Fundo Social ao desenvolvimento do ensino; fortalecer os mecanismos e os instrumentos que promovam a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação; definir o custo aluno - qualidade da educação básica à luz da ampliação do investimento público em educação; desenvolver e acompanhar regularmente indicadores de investimento e tipo de despesa per capita por aluno em todas as etapas da educação pública.

A construção de um Plano Municipal de Educação compatível com a realidade local só se concretiza com a participação de todos os segmentos

representativos da educação e da sociedade civil organizada por meio de um grande diálogo, contemplando assim as necessidades reais e anseios da comunidade.

Com base neste pressuposto é que foi dado o primeiro passo no processo de construção do Plano Municipal de Educação de Teófilo Otoni.

A Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências em seu Art. 8º destaca que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de 1 (um) ano contado da publicação desta Lei. Em seu § 1º a Lei estabelece que os entes federados estabelecerão nos respectivos planos de educação estratégias que:

I - assegurem a articulação das políticas educacionais com as demais políticas sociais, particularmente as culturais;

II - considerem as necessidades específicas das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, asseguradas à equidade educacional e a diversidade cultural;

III - garantam o atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurado o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades;

IV - promovam a articulação interfederativa na implementação das políticas educacionais.

No parágrafo § 2º os processos de elaboração e adequação dos planos de educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de que trata o caput deste artigo, serão realizados com ampla participação de representantes da comunidade educacional e da sociedade civil.

No dia 04 de Agosto de 2014 foi instituída atrás de reunião dos membros da equipe técnica de apoio ao Plano Municipal de Educação responsáveis pela elaboração do diagnóstico da educação municipal e documento base que

posteriormente foi analisado e validado, pela Comissão Representativa da Sociedade Civil escolhida através da eleição de representantes da Secretaria Municipal de Educação, Conselho Municipal de Educação, Superintendência Regional de Ensino, Instituições de Ensino das três redes, de todos os níveis e modalidades de educação do município, sindicatos, associações e outros, em 01/09/2014 e instituída pela portaria nº 035 de 03 de outubro de 2014.

Através da Comissão Representativa constituída por organizações e entidades da sociedade civil envolvidas com a educação pública e pela Secretaria Municipal de Educação de Teófilo Otoni foi realizada a elaboração do Plano Municipal de Educação (PME) – 2015-2024.

Partindo de referências mínimas apontadas no Projeto do Plano Municipal de Educação (PME), buscar-se-á superar as metas nacionais, e utilizará também, como referência os Objetivos do Milênio das Nações Unidas, que preveem universalização do acesso à Educação Básica.

Seguindo esta direção, a construção do Plano Municipal de Educação pauta-se em quatro eixos, quais sejam:

1. A universalização do acesso às matrículas obrigatórias até 2016 (de 4 a 17 anos de idade), garantindo a inclusão escolar dos que não tiveram acesso na idade própria, no campo, nas cidades e nos presídios, assim como o aumento substancial da oferta em creches.
2. O financiamento compatível para a escola pública, na perspectiva de se atingir o percentual hoje investido na educação, com relação ao seu PIB e a consequente implantação do referencial de Custo Aluno Qualidade (CAQ), proposto pelo Parecer nº 8/2010, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, o qual indica os insumos indispensáveis para o atendimento escolar em cada etapa e modalidade do nível básico.
3. A valorização dos/as trabalhadores/as escolares, por meio de salário e carreira dignos e atraentes, formação inicial e continuada para as áreas específicas de atuação na escola, além de condições de trabalho apropriadas nas escolas.

4. A melhoria da qualidade, com equidade, em todas as escolas públicas e particulares, garantindo a oferta pública em locais próximos às residências das crianças adolescentes, e promovendo a efetiva democratização das políticas de gestão na escola e no sistema de ensino.

Os marcos político-institucionais responsáveis pela criação do Plano Municipal de Educação – PME são:

- **A Constituição Federal de 1988 – CF/88** estabelece no seu art. 214 *“Fixação, por lei, de um Plano Nacional de Educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público”*.
- **A Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/96** – estabelece no seu art. 9º: *“A União incumbir-se-á de elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios”*. Art.10 *“Os Estados incumbir-se-ão de (...) elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e Plano Nacional de Educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos Municípios”*.
- **A Constituição Estadual MG/89** no seu art. 204 estabelece: *“O Plano Estadual de Educação, de duração plurianual, visará à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, à integração das ações do Poder Público e à adaptação ao Plano Nacional”*.
- **A Lei Orgânica do Município de Teófilo Otoni**, em seu art. 189, prescreve: O Plano Municipal de Educação, de duração plurianual visará à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, à integração das ações do Poder Público e à adaptação no Plano Estadual, com os objetivos de:
 - I. Erradicação do analfabetismo;
 - II. Universalização do atendimento escolar;
 - III. Formação para o trabalho.

- **A Lei Federal 10.172/01** que institui o PNE fez um diagnóstico, dispôs sobre diretrizes, objetivos e metas sobre os seguintes temas:
 - Gestão e o financiamento da educação;
 - Níveis e modalidades de ensino;
 - Formação e valorização do magistério e demais profissionais da educação.

Além dos instrumentos legais nacionais, ainda constituem pressupostos político-institucionais do PME, os compromissos internacionais firmados pelo Brasil, mas diretamente relacionados à educação, que são os seguintes:

- a) Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jontiem na Tailândia em 1990;
- b) Declaração de Cochabamba, dos Ministros da Educação da América Latina e Caribe, sobre Educação para todos (2000);
- c) Conferência de Dacar sobre Educação para todos, promovida pela UNESCO, em maio de 2000.

Este Plano Municipal de Educação aponta um novo horizonte para educação em Teófilo Otoni, constituindo-se num dos pilares que alavancará o progresso do município.

2. EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO

4.1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO

A educação em nosso município inicia sua história em 1857, quando o então fundador de nossa cidade e diretor da Companhia do Vale do Mucuri, Theophilo Benedicto Ottoni, cria uma escola gratuita para os filhos dos colonos. A partir daí, outras escolas particulares foram fundadas, mas atendiam somente aos moradores do povoado, cujos professores eram pagos pelos pais dos alunos.

Já nos idos de 1865/1866, Dr. Manoel Esteves Ottoni, funda um internato em sua propriedade, em Itamunhec, para ensinar as primeiras letras aos seus próprios filhos, aos filhos dos fazendeiros e das vizinhanças.

O Pastor Johann Leonhardt Hollerbach cria a primeira escola primária em nossa “Filadélfia”, hoje, a Escola Estadual Dr. Lourenço Porto, em homenagem ao grande médico que atuou por muito tempo e muito fez em prol da saúde em nossa cidade. Calcula-se que essa escola tenha iniciado suas atividades em 1863, quando aqui moravam descendentes de alemães e índios.

Por volta de 1900, operou-se completa reforma na estrutura e nos processos de ensino, criação de grupos escolares e jardins de infância, sistematização do programa a ser ministrado nas escolas com especificação em cada disciplina, cuidados relativos à fiscalização das escolas, índice de frequência, estímulo aos bons professores e outros.

Em 1905, o Professor Benjamim Ferreira da Cunha abriu o “Liceu Teófilo Ottoni”. A partir daí, várias escolas foram fundadas em nosso município.

- 1917: Escola Estadual Teófilo Ottoni, hoje Clotilde Onofri de Campos;
- 1928: Colégio Mineiro, atual “Escola Estadual Alfredo Sá”. Ainda neste mesmo ano foi criada a Escola Normal São Francisco pela Congregação das Irmãs Penitentes Ricoletinas.
- 1942: Colégio São José, fundado pelos padres franciscanos; Escola Benedito Valadares tendo como um dos seus fundadores o professor Patrício Ferreira Gomes.
- 1943 a 1955: Colégio Portugal, Escola Estadual Dr. Manoel Esteves Ottoni, Escola Estadual Alberto Barreiros, Escola Estadual Nossa Senhora de Fátima, Ginásio Tristão da Cunha (anexo ao Orfanato Coração de Jesus), Escola Estadual Bom Jesus e Escola Estadual Tristão da Cunha.

Outras grandes escolas surgiram e até hoje se encontram em funcionamento contribuindo para o desenvolvimento educacional da nossa cidade.

Fatos importantes vêm escrevendo as páginas da longa história da educação em Teófilo Otoni, dentre eles a criação da 24ª Delegacia Regional de Ensino em 1966, tendo como primeira Delegada de Ensino a Professora Niza Ganem de Araújo. Hoje, com o nome de 37ª Superintendência Regional de Ensino, este importante órgão público tem na sua jurisdição 31 municípios na sua circunscrição e atende 155 escolas estaduais, 1 escola federal, 414 escolas municipais e 73 escolas privadas. No que diz respeito ao município de Teófilo Otoni, o mesmo possui atualmente 40 escolas estaduais com 20.539 alunos, 55 escolas municipais com 8.974 alunos, 37 escolas privadas com 5.170 alunos e também um Instituto Federal que iniciou suas atividades em 2015.

Teófilo Otoni é uma cidade polo para onde convergem cidades de várias regiões do estado, do sul da Bahia e do Espírito Santo. Nos últimos anos apresentou notável crescimento universitário, contando hoje com 07 (sete) Instituições de Ensino Superior e oferta de mais de 62 (sessenta e dois) cursos, incluindo 41 (quarenta e um) de educação à distância.

A Secretaria Municipal de Educação vem desenvolvendo um trabalho articulado com a Superintendência Regional de Ensino e Entidades, visando à formação do cidadão como ser humano, para que ele seja capaz de agir e interagir na sociedade em que vive e transformá-la, oferecendo para tanto, suporte necessário para realização de suas metas.

Um grande passo para a autonomia da educação em Teófilo Otoni foi à criação do Sistema Municipal de Ensino em 2001.

É nessa perspectiva transformadora e consciente que procuramos colocar nossos alunos como sujeitos de direito à universalização da educação, da democratização das oportunidades, calcado nos princípios da equidade, da descentralização das decisões, da autonomia e da gestão democrática.

Esses conhecimentos se encontram alicerçados em três pilares: a vontade política, compromisso profissional e o querer da comunidade escolar.

É com o olhar voltado para o futuro que sonhamos coletivamente com um Plano que estabelece parâmetros novos para o planejamento aplicado à educação no nosso município.

4.2 DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO

4.2.1 Garantia do Direito à Educação Básica com Qualidade

Meta 1: Atendimento

Dados referentes a 2010 provêm dos resultados do Censo Demográfico 2010 (Sidra/IBGE) e se referem às unidades da federação, regiões e Brasil.

Dados referentes aos outros anos são provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), que, por não ser censitária, fornece resultados da Meta 1 apenas para unidades da federação, regiões e Brasil.

As estimativas levaram em consideração a idade em anos completos em 31 de março, ou idade escolar. Na taxa são excluídos da população de 4 a 17 anos, aqueles que já concluíram o Ensino Médio. Até 2004, a Pnad não era realizada na área rural da região norte. Portanto, até 2003, os dados dessa região são referentes à área urbana unicamente. A partir de 2004, os valores apresentados se referem à área urbana e rural.

Até o ano de 2022, 98% das crianças e jovens entre 4 e 17 anos deverão estar matriculados e frequentando a escola, ou ter concluído o Ensino Médio.

Tabela 11 – Atendimento – Município de Teófilo Otoni

| Teófilo Otoni, MG | |
|-------------------|-------------|
| | 4 a 17 anos |
| 2010 | 90 |

Fonte: IBGE/Pnad

Meta 3: Desempenho

Pontuação mínima na escala do Saeb, estabelecida pelo Todos Pela Educação como adequada a cada série: 5º ano do Ensino Fundamental - Língua

portuguesa: acima de 200 pontos. Matemática: acima de 225 pontos. 9º ano do Ensino Fundamental - Língua portuguesa: acima de 275 pontos. Matemática: acima de 300 pontos. 3º ano do Ensino Médio - Língua portuguesa: acima de 300 pontos. Matemática: acima de 350 pontos.

Os dados do Brasil referem-se a escolas federais, estaduais, municipais e privadas, das áreas urbana e rural. Os dados de regiões e unidades da federação referem-se às escolas estaduais, municipais e privadas, da área urbana.

Os dados de municípios referem-se às escolas federais, estaduais e municipais da área urbana.

Tabela 12 – Desempenho – Município de Teófilo Otoni

| | Meta 4º/5º EF - Mat. | 4º/5º EF - Mat. | Meta 4º/5º EF - Port. | 4º/5º EF - Port. | Meta 8º/9º EF - Mat. | 8º/9º EF - Mat. | Meta 8º/9º EF - Port. | 8º/9º EF - Port. |
|------|----------------------|-----------------|-----------------------|------------------|----------------------|-----------------|-----------------------|------------------|
| 2005 | | 16,6 | | 29,4 | | 13,4 | | 15,1 |
| 2007 | 18,9 | 20,7 | 31,8 | 26,0 | 14,5 | 14,8 | 16,2 | 19,5 |
| 2009 | 26,7 | 39,4 | 39,4 | 40,1 | 18,4 | 21,8 | 20,0 | 33,1 |
| 2011 | 33,0 | 42,7 | 44,8 | 49,0 | 25,9 | 22,9 | 27,0 | 36,1 |
| 2013 | 39,9 | 40,0 | 50,4 | 48,1 | 37,7 | 19,2 | 37,9 | 33,9 |

Fonte: SAEB/INEP

Até 2022, 70% ou mais dos alunos terão aprendido o que é adequado para seu ano.

População em idade escolar

Indicador construído a partir das informações coletadas pelo Censo Demográfico.

O indicador acompanha a porcentagem da população que está em idade escolar.

Tabela 13 – População em Idade Escolar – Município de Teófilo Otoni

| | 0 a 3 anos | 4 a 6 anos | 7 a 14 anos | 15 a 17 anos | Total 4 a 17 anos |
|------|------------|------------|-------------|--------------|-------------------|
| 2000 | 9.386 | 7.190 | 20.712 | 8.729 | 36.631 |
| 2007 | 7.203 | 6.256 | 18.173 | 7.089 | 31.518 |
| 2010 | 7.351 | 5.782 | 18.508 | 7.170 | 31.460 |

Fonte: IBGE

Matrículas

A fonte dos dados é o Censo Escolar da Educação Básica (MEC/Inep). A partir de 2010, as matrículas de Ensino Médio incluem o Médio Normal e o integrado à Educação Profissional.

Neste indicador, podemos acompanhar o número de matrículas na Educação Básica e por etapa (Creche, Pré-Escola, Ensino Fundamental e Ensino Médio).

Tabela 14 – Matrículas – Município de Teófilo Otoni

| | Creche | Pré-escola | Anos Iniciais do Ensino Fundamental | Anos Finais do Ensino Fundamental | Ensino Médio |
|------|--------|------------|-------------------------------------|-----------------------------------|--------------|
| 2008 | 943 | 2.371 | 13.185 | 11.949 | 6.198 |
| 2009 | 1.139 | 2.274 | 12.889 | 11.512 | 6.053 |
| 2010 | 1.142 | 2.338 | 12.414 | 10.648 | 6.366 |
| 2011 | 1.256 | 2.557 | 11.831 | 10.584 | 6.366 |
| 2012 | 1.452 | 2.626 | 11.236 | 10.570 | 6.272 |
| 2013 | 1.539 | 2.857 | 10.852 | 10.296 | 5.992 |

Fonte: MEC/INEP

Taxa de abandono

A fonte dos dados é o Inep/MEC.

O movimento e o rendimento escolar dizem respeito à situação do aluno ao final de cada ano letivo, constituindo-se, portanto, em uma informação que complementa os dados de matrícula inicial, coletados na primeira etapa do Censo Escolar. Consideram-se no rendimento escolar o aluno aprovado ou o reprovado, e na categoria movimento escolar, o aluno transferido de uma escola

e admitido em outra, o que deixou de frequentar a escola (afastado por abandono) e o falecido. Em 2007, o Censo acrescentou o módulo denominado “Situação do Aluno” que apura a situação de rendimento ou movimento de cada aluno declarado na matrícula inicial coletada no ano i, bem como dos alunos que foram admitidos em cada escola após a data de referência do Censo Escolar do ano i.

No cálculo dos indicadores de rendimento, cada unidade de agregação usa um universo de alunos que exclui os que foram transferidos, os falecidos e os que não continham informações de rendimento naquele ano. Incluem-se no universo os alunos admitidos durante o ano letivo.

Tabela 15 – Taxas de abandono – Município de Teófilo Otoni

| | Ensino Médio | Anos Iniciais do Ensino Fundamental | Anos Finais do Ensino Fundamental |
|------|--------------|-------------------------------------|-----------------------------------|
| 1996 | 6,7 | 5,5 | 10,3 |
| 1997 | 5,6 | 3,7 | 9,3 |
| 1998 | 9,4 | 7,3 | 8,6 |
| 1999 | 9,6 | 9,5 | 39,6 |
| 2000 | 19,6 | 9,7 | 24,8 |
| 2001 | 21,4 | 6,3 | 15,2 |
| 2002 | 32,6 | 6,1 | 16,7 |
| 2003 | 8,5 | 4,4 | 16,1 |
| 2004 | 12,3 | 4,7 | 19,9 |
| 2005 | 11,4 | 3,3 | 19,4 |
| 2008 | 14,8 | 2,2 | 7,7 |
| 2009 | 10,7 | 1,3 | 6,8 |
| 2010 | 9,8 | 0,9 | 5,2 |
| 2011 | 8,1 | 0,7 | 4,1 |
| 2012 | 11 | 0,6 | 5 |
| 2013 | 8,9 | 0,4 | 4,1 |

Ideb - rede pública

O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Saeb – para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil – para os municípios.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado pelo Inep em 2007 e reúne em um só indicador dois conceitos: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Saeb – para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil – para os municípios. Ele é a principal ferramenta para acompanhamento de metas de qualidade da Educação.

Em 2009 a amostra do Saeb não foi representativa para a rede privada da região norte. Alguns municípios não têm Ideb calculado para todos os anos.

Tabela 16 – Ideb - Rede Pública – Município de Teófilo Otoni

| | Anos Iniciais do Ensino Fundamental | Anos Finais do Ensino Fundamental |
|------|-------------------------------------|-----------------------------------|
| 2005 | 4 | 2,7 |
| 2007 | 4,1 | 3 |
| 2009 | 4,9 | 3,7 |
| 2011 | 5,4 | 4,1 |
| 2013 | 5,5 | 4,2 |

Fonte: MEC/INEP

Tabela 17 – Ideb - Rede Estadual – Município de Teófilo Otoni

| | Anos Iniciais do Ensino Fundamental | Anos Finais do Ensino Fundamental |
|------|-------------------------------------|-----------------------------------|
| 2005 | 4 | 2,5 |
| 2007 | 4,1 | 2,8 |
| 2009 | 4,9 | 3,5 |
| 2011 | 5,5 | 3,9 |
| 2013 | 5,4 | 4,1 |

Fonte: MEC/INEP

Tabela 18 – Ideb - Rede Municipal – Município de Teófilo Otoni

| | Anos Iniciais do Ensino Fundamental | Anos Finais do Ensino Fundamental |
|------|-------------------------------------|-----------------------------------|
| 2005 | 4 | 3,6 |
| 2007 | 4 | 3,9 |
| 2009 | 4,9 | 4,3 |
| 2011 | 5,4 | 4,7 |
| 2013 | 5,8 | 4,5 |

Fonte: MEC/INEP

Tabela 19 – Ideb - Rede Total – Município de Teófilo Otoni

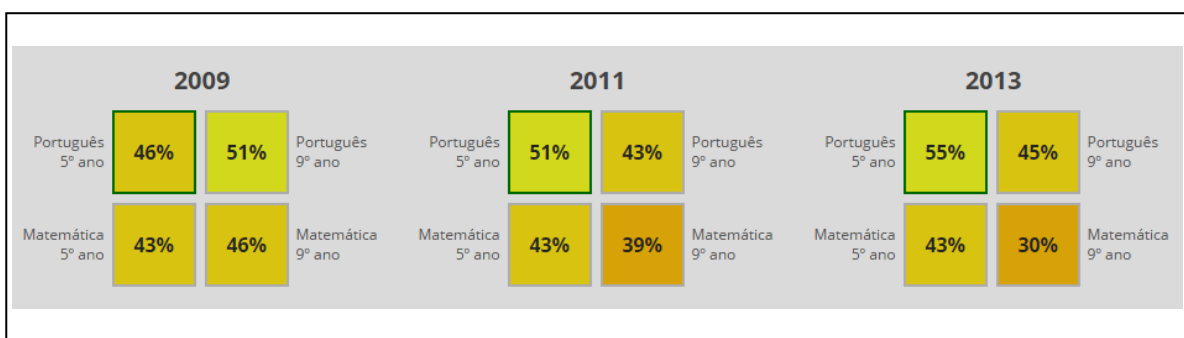
| Anos Finais do Ensino Fundamental | |
|-----------------------------------|-----|
| 2005 | 3,6 |
| 2007 | 3,9 |
| 2009 | 3,7 |
| 2011 | 4,1 |

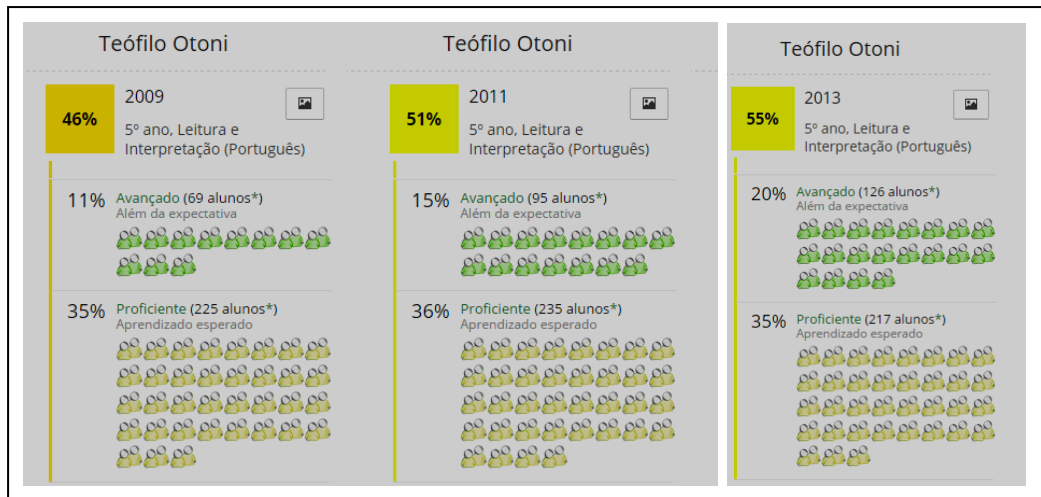
Fonte: MEC/INEP

Os dados mostram o desempenho médio dos alunos no Saeb. Segundo o Inep: O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) tem como principal objetivo avaliar a Educação Básica brasileira e contribuir para a melhoria de sua qualidade e para a universalização do acesso à escola, oferecendo subsídios concretos para a formulação, reformulação e o monitoramento das políticas públicas voltadas para a Educação Básica. Além disso, procura também oferecer dados e indicadores que possibilitem maior compreensão dos fatores que influenciam o desempenho dos alunos nas áreas e anos avaliados.

Podemos posicionar o aprendizado dos alunos em 4 níveis qualitativos de proficiência. O aprendizado adequado engloba os níveis proficientes e avançado.

Figura 4 - Distribuição dos alunos por nível de proficiência





4.2.1.1 Educação Infantil

Introdução

A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de zero a cinco anos de idade em seus aspectos físico, afetivo, intelectual, linguístico e social, complementando a ação da família e da comunidade. É oferecida gratuitamente em creches para crianças de 0 a 3 anos de idade e em pré-escolas para crianças de 4 a 5 anos.

A criança, no processo de educação, é sujeito histórico e de direitos. Nas instituições de Educação Infantil, ela desenvolve-se pelas relações e práticas educativas que se fundamentam na indissociabilidade entre o cuidar e o educar e na valorização do brincar como meio de expressão e de crescimento da criança.

Em 1988, a Constituição Federal, pela primeira vez, reconheceu as creches e pré-escolas como instituições de educação, de direito da criança, dever do Estado e opção da família. Apesar de não ter assegurado amplamente a oferta de uma educação pública e gratuita de qualidade para todas as crianças, começava aí o processo de superação das funções de caráter de cunho unicamente assistencialista.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, por sua vez, integrou a Educação Infantil aos sistemas de ensino e conferiu-lhe a responsabilidade de primeira etapa da Educação Básica. A promulgação desta Lei desencadeou outras mais que alteraram a organização desses sistemas. Como exemplo, podemos citar a Lei nº 11.114/2005 que reduziu o período da pré-escola de seis para cinco anos em decorrência da antecipação da entrada das crianças de seis anos no Ensino Fundamental. Outra mudança importante foi introduzida pela Lei nº 12.796/2013, a qual determinou à família a obrigatoriedade de matricular as crianças na Educação Básica a partir dos

quatro anos de idade, o que imputa ao Estado a obrigação de ofertar Educação Infantil às crianças de quatro e cinco anos.

A expansão da Educação Infantil, no Brasil e em Teófilo Otoni, tem ocorrido de forma crescente acompanhando as exigências legais, a intensificação da urbanização, da participação da mulher no mercado de trabalho e das mudanças na organização, condições socioeconômicas precárias, sujeito à situação de pobreza e vulnerabilidade social das famílias. Por outro lado, a sociedade está mais consciente da importância das experiências vivenciadas na primeira infância, o que motiva demandas por uma educação institucional de qualidade para as crianças da faixa etária correspondente.

Diante desse contexto, registramos o desenrolar de um novo cenário para as políticas de educação infantil no município, aumentam-se os investimentos financeiros, pedagógicos, registram-se também os primeiros atendimentos públicos municipais a crianças de zero a três anos a partir da inauguração do Centro Solidário de Educação Infantil em 2008. No período de 2009 a 2014, o município de Teófilo Otoni construiu dois prédios para CEMEI'S e municipalizou outras duas instituições que atendem crianças de 0 a 5 anos em tempo integral. Em 2014 e 2015, mais turmas foram abertas na zona rural e na zona urbana, aumentando a quantidade de alunos atendidos na pré-escola. Está previsto também a construção de prédios pensados especificamente para a faixa etária atendida na educação infantil, os Centros Municipais de Educação Infantil (CEMEI) e prédios do PROINFÂNCIA. Um dos primeiros prédios desta modalidade, no Bairro Felicidade, está em fase de acabamento e será entregue à população em meados de 2015, o que ajudará a diminuir a deficiência no atendimento das crianças da Educação Infantil.

Diagnóstico

Os dados relacionados neste documento encontram-se disponíveis nos censos demográfico e escolar do IBGE e do INEP-MEC, respectivamente. Outras informações foram recolhidas através de pesquisa diagnóstica, realizada pela Equipe de Educação Infantil para a elaboração deste Plano Municipal de Educação.

O sistema municipal de ensino de Teófilo Otoni atendeu, em 2014, 4458 crianças de 0 a 5 anos, sendo 2957 na pré-escola e 1501 em creches. Apesar do aumento progressivo da oferta de matrículas, há uma parcela considerável da população que ainda não tem acesso à Educação Infantil conforme demonstram os gráficos abaixo:

Tabela 20 - População na faixa etária de 0 a 5 anos no Município de Teófilo Otoni – Por Zoneamento

| Ano de Referência | População de 0 a 3 anos | | População de 4 a 5 anos | | População de 0 a 5 anos | |
|-------------------|-------------------------|-------------|-------------------------|-------------|-------------------------|-------------|
| | Urbana | Rural | Urbana | Rural | 0 a 3 anos | 4 e 5 anos |
| 2000 | 7233 | 2111 | 3813 | 1292 | 9344 | 5105 |
| 2007 | 5540 | 1663 | 3118 | 926 | 7203 | 4044 |
| 2010 | 5824 | 1525 | 3001 | 907 | 7349 | 3908 |

Fonte: <http://ide.mec.gov.br/2014/municipios/relatorio/coibge/3168606>

IBGE - CENSO 2000 E 2010 E CONTAGEM 2007 (TRANSCRITO DO SITE)

Tabela 21 - Distribuição de matrículas da Educação Infantil – Teófilo Otoni

| Ano de Referência | Matrícula efetiva na Ed. Infantil (0 a 5 anos) | | | Matrículas Creche (0 a 3 anos) | | | Matrículas Pré-Escola (4 a 5 anos) | | |
|-------------------|--|-------------|----------|--------------------------------|-------------|----------|------------------------------------|------------|----------|
| | Municipal | Privada* | Estadual | Municipal | Privada* | Estadual | Municipal | Privada* | Estadual |
| 2006 | 1864 | 1159 | 0 | 0 | 578 | 0 | 1864 | 581 | 0 |
| 2007 | 1715 | 1237 | 0 | 0 | 737 | 0 | 1715 | 500 | 0 |
| 2008 | 1892 | 1415 | 0 | 0 | 940 | 0 | 1892 | 475 | 0 |
| 2009 | 1887 | 1516 | 0 | 93 | 1043 | 0 | 1794 | 473 | 0 |
| 2010 | 1896 | 1573 | 0 | 54 | 1083 | 0 | 1842 | 490 | 0 |
| 2011 | 2026 | 1778 | 0 | 94 | 1158 | 0 | 1932 | 620 | 0 |
| 2012 | 2028 | 2039 | 0 | 104 | 1346 | 0 | 1924 | 693 | 0 |
| 2013 | 2433 | 1957 | 0 | 228 | 1309 | 0 | 2205 | 648 | 0 |
| 2014 | 2560 | 1898 | 0 | 229 | 1272 | 0 | 2331 | 626 | 0 |

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>

Considera-se iniciativa privada mesmo a oferta de matrículas públicas em instituições não estatais (filantrópicas, comunitárias, confessionais).

Na tabela 20, referente aos dados da população de 0 a 5 anos por zoneamento, podemos observar que a quantidade de crianças tanto na zona urbana quanto na rural sofreu redução de 2000 a 2010. Confrontando essa população nos anos de 2007 e 2010 com a quantidade de matrículas na Educação Infantil nesses mesmos anos de referência, constatamos que há um déficit muito grande no atendimento às crianças de 0 a 3 anos, mas houve avanços – cerca de 10% da população foi atendida em 2007 e mais de 15% em 2010; na faixa etária de 4 a 5 anos em 2007 cerca de 55% da população infantil foi atendida e em 2010, mais de 59% das crianças. Vale ressaltar que o município de Teófilo Otoni, que atendia 2952 crianças de 0 a 5 anos em 2007, passou a atender 3469 em 2010 e em 2013 atendeu 4390 crianças.

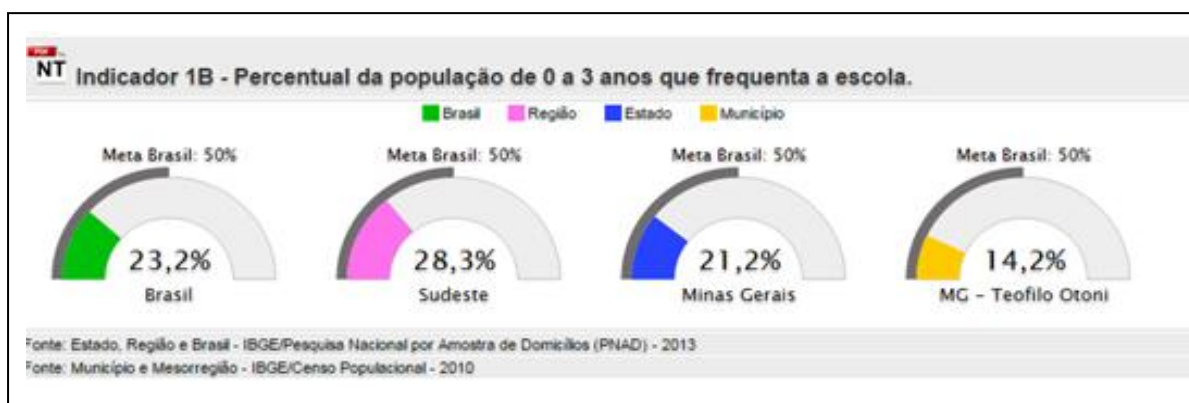
Segundo a Meta 1 do PNE, o município de Teófilo Otoni deverá *“Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 04 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE”*.

Apesar dos avanços, ampliação de oferta de matrículas e construção e reforma de escolas, observando os gráficos 47 e 48, nota-se que o percentual municipal de atendimento na Educação Infantil em relação à meta nacional, é inferior ao nacional e ao estadual, o que merecerá esforço redobrado do município, no sentido de mapear a demanda e de construir novos prédios escolares próximos às residências das crianças.

Gráfico 29 – Indicadores do Percentual da população de 4 a 5 anos que frequenta a escola



Gráfico 30 – Indicadores do Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola



A partir dos indicadores apresentados, conclui-se que Teófilo Otoni tem o importante desafio de universalizar o atendimento na pré-escola às crianças de 04 (quatro) anos a 05 (cinco) anos de idade. Observa-se ainda o compromisso de ampliar gradativamente a oferta de matrículas em creches às crianças de 0 a 3 anos de idade, uma vez que o município atendeu em 2013, segundo dados do PNAD, apenas 14,2% contra 23,20% de índice nacional.

Também merece destaque a inclusão de crianças com deficiência na rede regular de ensino desde a Educação Infantil, implementada através de programas específicos de orientação aos pais, qualificação dos professores, adaptação dos estabelecimentos quanto às condições físicas, mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos (quadro 3):

Tabela 22 - Quantidade de matrículas de crianças com deficiências na Educação Infantil (Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos) – Teófilo Otoni

| Ano de Referência | Creche (0 a 3 anos) | | | Pré-Escola (4 a 5 anos) | | | Total | |
|-------------------|---------------------|---------|----------|-------------------------|---------|----------|--------|------------|
| | Municipal | Privada | Estadual | Municipal | Privada | Estadual | Creche | Pré-Escola |
| 2006 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 2007 | 0 | 26 | 0 | 1 | 21 | 0 | 26 | 22 |
| 2008 | 0 | 27 | 0 | 2 | 13 | 0 | 27 | 15 |
| 2009 | 2 | 22 | 0 | 3 | 17 | 0 | 24 | 20 |
| 2010 | 3 | 15 | 0 | 4 | 23 | 0 | 18 | 27 |
| 2011 | 1 | 26 | 0 | 4 | 16 | 0 | 27 | 20 |
| 2012 | 0 | 21 | 0 | 5 | 18 | 0 | 21 | 23 |
| 2013 | 0 | 22 | 0 | 2 | 18 | 0 | 22 | 20 |
| 2014 | 2 | 23 | 0 | 11 | 14 | 0 | 25 | 25 |

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>.

- Considera-se iniciativa privada mesmo a oferta de matrículas públicas em instituições não estatais (filantrópicas, comunitárias, confessionais).
- Não há dados específicos sobre a inclusão de deficientes na Educação Infantil em 2006.

O município conta, também, com 68 (sessenta e oito) instituições de Educação Infantil, sendo que estas se dividem em 12 (doze) pré-escolares na Zona Rural, 22 (vinte e dois) na Zona Urbana, sendo que estes se dividem em instituições municipais infantis e escolas municipais que atendem, também, ao Ensino Fundamental, 02 (dois) Centros Municipais de Educação Infantil - CEMEI's que atendem de 0 a 5 anos em tempo integral e 14 Entidades Conveniadas, situadas principalmente nas regiões periféricas da cidade. Além dessas, o atendimento também é feito em 18 escolas da rede privada.

Tabela 23 - Número de Escolas de Educação Infantil no município de Teófilo Otoni – Por Rede e Etapa

| Ano de Referência | Rede Municipal | | | | Rede Estadual | | | | Total | | | |
|-------------------|---------------------|-------|-------------------------|----------|---------------------|-------|-------------------------|-------|----------------|------------|---------------|------------|
| | Creche (0 a 3 anos) | | Pré-escola (4 e 5 anos) | | Creche (0 a 3 anos) | | Pré-escola (4 e 5 anos) | | Rede Municipal | | Rede Estadual | |
| | Urbana | Rural | Urbana | Rural | Urbana | Rural | Urbana | Rural | Creche | Pré-escola | Creche | Pré-escola |
| 2007 | - | - | 24 | 6 | - | - | - | - | - | 30 | - | - |
| 2008 | - | - | 24 | 6 | - | - | - | - | - | 30 | - | - |
| 2009 | 2 | - | 26 | 6 | - | - | - | - | 2 | 32 | - | - |
| 2010 | 1 | - | 26 | 6 | - | - | - | - | 1 | 32 | - | - |
| 2011 | 2 | - | 26 | 6 | - | - | - | - | 2 | 32 | - | - |
| 2012 | 2 | - | 26 | 7 | - | - | - | - | 2 | 33 | - | - |
| 2013 | 2 | - | 26 | 8 | - | - | - | - | 2 | 34 | - | - |

Fonte: <http://ide.mec.gov.br/2014/municipios/relatorio/coibge/3168606>

Em relação à infraestrutura dos estabelecimentos de ensino, observa-se que a grande maioria ainda não se adequou aos requisitos básicos de atendimento, previstos no Plano Nacional de Educação – PNE/2005. Apesar da ampliação de turmas de Educação Infantil, a pesquisa realizada aponta falta de escolas, inadequações no espaço físico e a carência de mobiliário, materiais didáticos adequados, em relação ao número dos atendidos.

A rede municipal conta ainda com 182 professores, a maioria com curso superior em Pedagogia ou Normal Superior e outras funções docentes na Educação Infantil, conforme demonstra o quadro 5:

Tabela 24 - Funções Docentes da Educação Infantil na Rede Municipal de Teófilo Otoni – Por Modalidade

| Ano de Referência | Creche | | | | | Pré-Escola | | | | | Total | |
|-------------------|----------------|--------------|---------------|-----------------|-----------------|----------------|--------------|---------------|-----------------|-----------------|--------|------------|
| | C/Licenciatura | C/ Graduação | C/ Ens. Médio | C/ Normal Médio | S/ Ensino Médio | C/Licenciatura | C/ Graduação | C/ Ens. Médio | C/ Normal Médio | S/ Ensino Médio | Creche | Pré-Escola |
| 2007 | - | - | - | - | - | 72 | 77 | - | 17 | 1 | - | 95 |
| 2008 | 12 | 14 | 3 | 4 | 3 | 108 | 112 | 2 | 23 | 1 | 24 | 138 |
| 2009 | 19 | 20 | 3 | 6 | 1 | 108 | 112 | 7 | 26 | - | 30 | 145 |
| 2010 | 4 | 4 | - | 1 | - | 80 | 80 | 4 | 25 | - | 5 | 109 |
| 2011 | 6 | 6 | - | 2 | - | 101 | 101 | 3 | 11 | - | 8 | 115 |
| 2012 | 17 | 17 | 2 | 1 | - | 121 | 121 | 10 | 12 | 5 | 20 | 148 |
| 2013 | 11 | - | 11 | 1 | 5 | 99 | 9 | 108 | 12 | 12 | - | - |

Fonte: <http://ide.mec.gov.br/2014/municipios/relatorio/coibge/3168606>

Com relação à escolaridade dos docentes, cabe explicitar que todos os professores da rede municipal de ensino - inclusive os que trabalham com crianças de 0 a 3 anos - possuem Ensino Médio, com habilitação em Magistério, Normal Nível Médio e/ou graduação. A formação dos profissionais da Educação Infantil também merece uma atenção especial, dada a relevância da atuação dos mesmos como mediadores no processo de desenvolvimento e de aprendizagem. Além da formação acadêmica inicial, cabe ao município oferecer formação continuada, inserida no trabalho pedagógico, nutrindo-se dele, e renovando-o continuamente.

Em suma, analisando o Plano Municipal de Educação do Decênio 2005-2015, pode-se constatar que o município não conseguiu atingir algumas de suas metas:

- Boa parte das instituições de Educação Infantil ainda não atende aos padrões de infraestrutura recomendados para o atendimento de crianças desta etapa da Educação Básica.

- Dos 03 (três) Centros de Educação Infantil com padrões mínimos de infraestrutura propostos, apenas 01 (um) foi construído para atender crianças do berçário ao 2º período. Outro Centro está sendo edificado e outros projetos ainda não foram iniciados.

- A Secretaria Municipal de Educação ainda não dispõe de pessoal suficiente para acompanhar e supervisionar as instituições conveniadas e particulares.

- A universalização de atendimento da pré-escola ainda não foi alcançada, bem como não foi atingida a meta de 80% de atendimento de 0 a 3 anos, proposta pelo último PME.

Embora o município de Teófilo Otoni tenha tido dificuldades para atingir as metas propostas no PNE da última década, pode-se considerar como avanços no cenário da Educação Infantil:

- Em 2005, o município só atendia a população de 0 a 3 anos de idade na rede privada (instituições conveniadas ou particulares). Em 2009, iniciam-se as atividades no Centro Solidário de Educação Infantil, construído em parceria com o SERVAS/MG, e o CEMEI Vila São João com recursos da Prefeitura de Teófilo Otoni, ampliando a oferta de matrículas de 0 a 5 anos.

- O município ampliou o atendimento às crianças de 04 a 05 anos, enquanto o Estado deixou de atender essa clientela.

- O mobiliário da maioria das escolas passou a se adequar às especificidades da Educação Infantil.

- As escolas particulares passaram a ser credenciadas e autorizadas pelo Sistema Municipal de Educação.

- Nesse decênio, a rede municipal passou a delimitar o número de alunos por turma e a admitir profissionais com habilitação em Pedagogia ou Normal Superior e, no mínimo, em Magistério.
- As crianças de 0 a 5 anos de idade, com necessidades especiais, passaram a ser atendidas na rede regular de ensino.
- As escolas de Educação Infantil passaram a elaborar e reformular as suas propostas pedagógicas observando as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil.
- Houve aumento do quadro de pessoal (docentes e equipe técnico/pedagógica).

Entre desafios e avanços, esta etapa tão importante da Educação Básica vem buscando se expandir para melhor atender as crianças do município, tanto quantitativamente quanto qualitativamente, visto que é a “*Educação Infantil (que) inaugura a educação da pessoa*”.

Metas

Meta Nacional

Meta 1. Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

Metas do Plano Municipal

Meta 1 - Construir e reformar escolas infantis de forma que, em 05 (cinco) anos, todas atendam aos padrões mínimos de infraestrutura estabelecidos.

Meta 2 - Ampliar a oferta da Educação Infantil, a partir de 2016, garantindo articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do aluno de 6(seis) anos de idade no Ensino Fundamental.

Meta 3 - Ampliar, a partir da vigência deste plano, o quadro de pessoal com profissionais devidamente qualificados, propiciando atendimento de qualidade às turmas de Educação Infantil.

Meta 4 - Descentralizar e dar autonomia às escolas de Educação Infantil e promover a participação da sociedade na gestão educacional, até 2017.

Meta 5 - Assegurar que, até outubro de 2016, todas as instituições de Educação Infantil tenham formulado, com a participação dos profissionais que nelas atuam suas propostas pedagógicas, como exigência de seu credenciamento no Sistema Municipal de Educação.

Meta 6 - Assegurar que o Sistema Municipal de Educação através do Conselho Municipal possa, a contar da vigência deste plano, acompanhar e monitorar o atendimento da Educação Infantil da rede pública e privada.

Meta 7 - Promover a realização de estudos, pesquisas e diagnósticos da realidade da Educação Infantil no município para orientar e definir políticas públicas que atendam às necessidades locais, a contar da vigência deste PME.

Estratégias

1. Ampliar a oferta da Educação Infantil em espaços próprios dotados de infraestrutura física e de acessibilidade, de pessoal, mobiliário e equipamentos, de forma a propiciar à criança atendimento de qualidade em tempo integral, priorizando as regiões de maior vulnerabilidade social, através de Programa Nacional de Construção e Reconstrução de Escolas e de parcerias com os diversos segmentos da sociedade.

- 2.** Criar seis Centros de Educação Infantil dotados com os padrões de infraestrutura para atendimento às crianças de 0 a 5 anos de idade, sendo um em 2015, dois até 2018 e três até 2022.
- 3.** Construir, na vigência deste plano, áreas cobertas para recreação e refeitório nas escolas de Educação Infantil da rede municipal.
- 4.** Prover recursos financeiros, através de programas como Proinfância e Brasil Carinhoso, para que as instituições educacionais públicas adquiram materiais didático-pedagógicos e afins para a Educação Infantil – brinquedos, jogos, CDs, DVDs, livros de literatura infantil, instrumentos sonoro-musicais, equipamentos, mobiliários, utensílios, respeitando as especificidades de cada faixa etária.
- 5.** Implantar, até 2017, avaliação da Educação Infantil no município, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em Parâmetros Nacionais de Qualidade e Infraestrutura, a fim de aferir à infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade das escolas, dentre outros indicadores.
- 6.** Garantir a Educação Infantil à população do campo, de comunidades quilombolas e de outras etnias considerando os princípios formativos e matrizes históricas, sociais e culturais da realidade de cada comunidade, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento das crianças.
- 7.** Adequar transporte escolar com dispositivos de segurança como cintos, cadeirinhas e assentos de apoio às crianças oriundas do Campo ou com deficiência, atendendo às necessidades específicas da Educação Infantil.
- 8.** Enriquecer, através do PNAE, Brasil Carinhoso e outros programas, a alimentação escolar e criar condições para que sejam respeitadas as peculiaridades alimentares dos bebês e das crianças pequenas, proporcionando ambiente adequado à amamentação e preparo dos alimentos.

9. Promover a formação inicial e continuada dos profissionais de educação que atuam na Educação Infantil, garantindo, progressivamente, a integralidade do atendimento por profissionais com formação superior.

10. Estimular a articulação, a partir da vigência deste plano, entre pós-graduação, núcleos de pesquisa, fóruns de Educação Infantil e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos.

11. Oportunizar a gestão democrática nas escolas de Educação Infantil, através de eleições de diretores e escolha de conselhos escolares para que estes possam gerir recursos materiais e financeiros.

12. Garantir, através de monitoramento, que todas as instituições de Educação Infantil elaborem, implementem e avaliem suas propostas pedagógicas, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais, as necessidades educacionais especiais e as diversidades culturais, assegurando a participação de professores e comunidade escolar nesta elaboração.

13. Garantir que a avaliação dos alunos na Educação Infantil seja feita considerando seus próprios avanços em relação ao seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção.

14. Orientar as instituições educacionais, as quais atendem crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, que agreguem ou ampliem, em suas práticas pedagógicas cotidianas, ações que visem ao enfrentamento da violência, a inclusão e o respeito às diversidades, a promoção da saúde e dos cuidados e convivência escolar saudável e o estreitamento da relação família-criança-instituição.

15. Garantir, por meio da execução, o acompanhamento pedagógico e financeiro das instituições conveniadas que ofertam a Educação Infantil.

16. Ampliar o financiamento público das matrículas, e manter parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar de 0(zero) a 5(cinco) anos nas creches e pré-escolas bem como o atendimento integral das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

17. Regularizar a situação funcional das Escolas de Educação Infantil, quando necessário.

18. Realizar, anualmente, em regime de colaboração com outras Secretarias Municipais, levantamento da demanda por creche e pré-escola de modo a verificar o atendimento e possibilitar a consulta pública da demanda manifesta.

19. Otimizar o atendimento e ampliar a equipe multidisciplinar do Programa Saúde na Escola formada por psicopedagogo, assistente social, odontólogo, psicólogo e fonoaudiólogo.

4.2.1.2 Ensino Fundamental

Introdução

A educação básica é o caminho para assegurar a todos os brasileiros a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. Pretende-se, portanto, explicar os fundamentos que têm, ao longo desses anos, sustentado a prática educativa das escolas, na expectativa de aprimorá-las, tornando-as, cada vez mais coerentes com seus princípios, para que possam, quem sabe, servir de referência para organização do trabalho.

O Ensino Fundamental deverá estar eminentemente, voltado para a construção da autonomia intelectual, pessoal e moral do sujeito, buscando formas para que ele seja, a um só tempo, único, solidário e cooperativo, isto é, que cada aluno possa, ao seu modo, se comprometer e participar da vida escolar na sua totalidade, contribuindo para a concretização de um projeto coletivo de elaboração de regras, distribuição de responsabilidades e busca de soluções para os desafios cotidianos.

Além de atendimentos pedagógicos, as escolas têm responsabilidades sociais que extrapolam o simples ensinar, especialmente para crianças carentes. Para garantir um melhor equilíbrio e desempenho dos seus alunos, faz-se necessário ampliar o atendimento social, sobretudo, nas regiões de menor renda.

Diagnóstico

O Ensino Fundamental além de obrigatório de acordo com preceitos legais tem sido tratado como direito básico de cidadania. Entretanto, os aspectos positivos em relação à quase universalização da oferta de vagas e os problemas educacionais no Ensino Fundamental são os mesmos em todos os municípios brasileiros.

Para viabilização do que se pretende é preciso investir nos próximos 09 (nove) anos em uma ação educativa comprometida com a cidadania e com a formação de uma sociedade democrática e não excludente e dever-se-á promover o convívio com a diversidade, que é a marca da vida social.

Em Teófilo Otoni essa universalização do Ensino Fundamental atinge a média estadual de 96,6%, constatando-se que no Município o acesso ao Ensino Fundamental está sendo garantido.

Dados gerais da Educação do Município de Teófilo Otoni

Gráfico 31 – Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta a escola

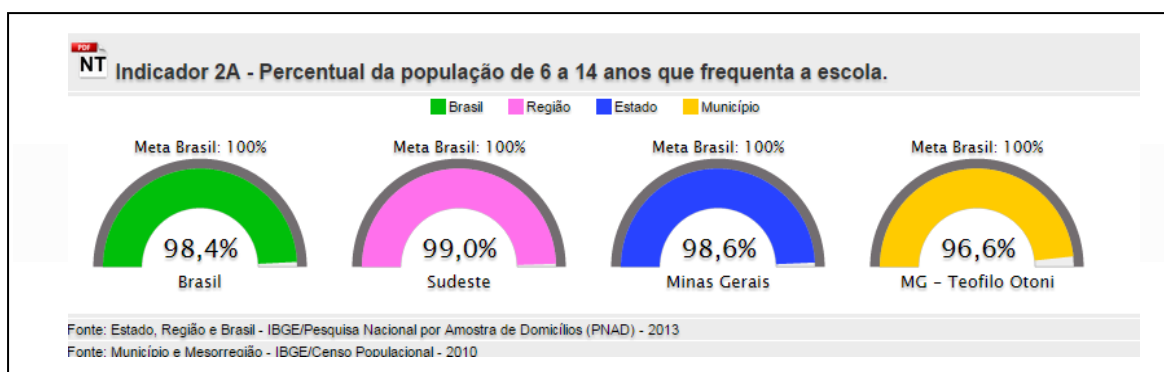


Gráfico 32 – Percentual das pessoas de 16 anos com pelo menos o Ensino Fundamental concluído

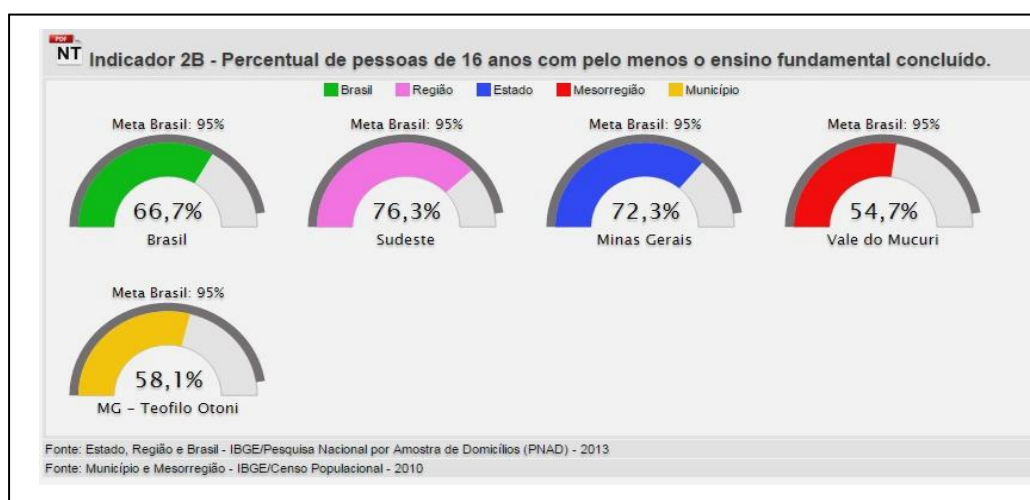


Gráfico 33 – Taxa de alfabetização de crianças que concluíram o 3º ano do Ensino Fundamental

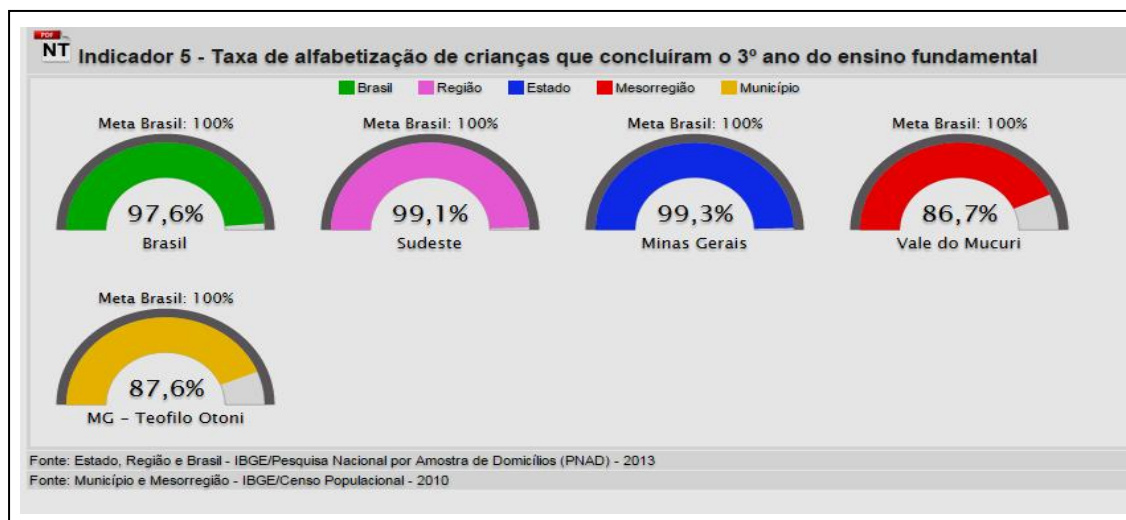


Tabela 25 - Indicadores da Educação Básica da localidade

| Ano | Estabelecimentos | Matrículas | Docentes | Turmas |
|------|------------------|------------|----------|--------|
| 2007 | 142 | 38.410 | 1.527 | 1.521 |
| 2008 | 142 | 38.568 | 1.632 | 1.579 |
| 2009 | 143 | 38.282 | 1.507 | 1.543 |
| 2010 | 145 | 37.983 | 1.589 | 1.553 |
| 2011 | 143 | 38.342 | 1.622 | 1.586 |
| 2012 | 140 | 37.665 | 1.568 | 1.524 |
| 2013 | 138 | 36.553 | 1.593 | 1.540 |
| 2014 | 132 | 35.605 | 1.591 | 1.470 |

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 26 - Taxa de distorção idade-série - Anos Iniciais do Ensino Fundamental

| Ano | Distorção Idade-Série |
|---------------------------------|------------------------------|
| 2006 | 19,5 |
| 2007 | 18,2 |
| 2008 | 19,5 |
| 2009 | 18,2 |
| 2010 | 16,8 |
| 2011 | 15,2 |
| 2012 | 13,5 |
| 2013 | 10,9 |
| Fonte: MEC/INEP/DEED/CSI | |

Tabela 27 - Taxa de distorção idade-série – Todas as redes

| Ano | Todas as Redes |
|---------------------------------|-----------------------|
| 2006 | 19,5 |
| 2007 | 18,2 |
| 2008 | 19,5 |
| 2009 | 18,2 |
| 2010 | 16,8 |
| 2011 | 15,2 |
| 2012 | 13,5 |
| 2013 | 10,9 |
| Fonte: MEC/INEP/DEED/CSI | |

Tabela 28 - Taxa de distorção idade-série – Rede Pública e Privada

| Ano | Pública | Privada |
|---------------------------------|----------------|----------------|
| 2006 | 20,7 | 3 |
| 2007 | 19,3 | 2 |
| 2008 | 20,8 | 1,7 |
| 2009 | 19,3 | 2,1 |
| 2010 | 18 | 2,7 |
| 2011 | 16,4 | 2,5 |
| 2012 | 14,6 | 2 |
| 2013 | 11,9 | 1,4 |
| Fonte: MEC/INEP/DEED/CSI | | |

Tabela 29 - Taxa de distorção idade-série – Anos Finais do Ensino Fundamental

| Ano | Distorção Idade-Série |
|---------------------------------|------------------------------|
| 2006 | 44,1 |
| 2007 | 44,4 |
| 2008 | 39,2 |
| 2009 | 40,6 |
| 2010 | 38,7 |
| 2011 | 39 |
| 2012 | 37,8 |
| 2013 | 34,6 |
| Fonte: MEC/INEP/DEED/CSI | |

Tabela 30 - Taxa de distorção idade-série – Todas as redes

| Ano | Todas as redes |
|---------------------------------|-----------------------|
| 2006 | 44,1 |
| 2007 | 44,4 |
| 2008 | 39,2 |
| 2009 | 40,6 |
| 2010 | 38,7 |
| 2011 | 39 |
| 2012 | 37,8 |
| 2013 | 34,6 |
| Fonte: MEC/INEP/DEED/CSI | |

Tabela 31 - Taxa de distorção idade-série – Rede Pública e Privada

| Ano | Pública | Privada |
|---------------------------------|----------------|----------------|
| 2006 | 46,4 | 6 |
| 2007 | 46,5 | 4,2 |
| 2008 | 41,3 | 5 |
| 2009 | 42,9 | 4,5 |
| 2010 | 40,8 | 5,5 |
| 2011 | 41 | 4,2 |
| 2012 | 39,7 | 4,8 |
| 2013 | 36,5 | 5,8 |
| Fonte: MEC/INEP/DEED/CSI | | |

De acordo com os resultados finais do censo escolar, observa-se que o número de matrícula da Rede Municipal, da Rede Estadual e zona urbana têm diminuído.

Já o número de alunos matriculados nas escolas da Zona urbana e Rede Privada tem sofrido um pequeno acréscimo no decorrer dos anos analisados.

Tabela 32 - Número de Escolas e matrícula efetiva no Ensino Fundamental por rede de ensino - Município: Teófilo Otoni/MG

| Rede | Ano | Matrículas 1ª a 4ª série e Anos iniciais | Matrículas 5ª a 8ª série e Finais iniciais | Total de alunos matriculados |
|-------------|------------|---|---|-------------------------------------|
| Municipal | 2005 | 4604 | 2862 | 7466 |
| | 2006 | 5138 | 2836 | 7974 |
| | 2007 | 4723 | 2676 | 7399 |
| | 2008 | 4726 | 2584 | 7310 |
| | 2009 | 4587 | 2510 | 7097 |
| | 2010 | 4214 | 2391 | 6605 |
| | 2011 | 4116 | 2303 | 6419 |
| | 2012 | 4211 | 2117 | 6328 |
| | 2013 | 4160 | 2034 | 6194 |
| | 2014 | 4137 | 2001 | 6138 |
| Rede | Ano | Matrículas 1ª a 4ª série e Anos iniciais | Matrículas 5ª a 8ª série e Finais iniciais | Total de alunos matriculados |
| Estadual | 2005 | 8110 | 9515 | 17625 |
| | 2006 | 8001 | 9180 | 17181 |
| | 2007 | 7855 | 8778 | 16633 |
| | 2008 | 7414 | 8638 | 16052 |
| | 2009 | 7287 | 8269 | 15550 |
| | 2010 | 6969 | 7602 | 15571 |
| | 2011 | 6317 | 7632 | 13949 |
| | 2012 | 5644 | 7779 | 13423 |
| | 2013 | 5383 | 7513 | 12896 |
| | 2014 | 5034 | 7116 | 12150 |
| Rede | Ano | Matrículas 1ª a 4ª série e Anos iniciais | Matrículas 5ª a 8ª série e Finais iniciais | Total de alunos matriculados |
| Privada | 2005 | 759 | 723 | 1482 |
| | 2006 | 979 | 733 | 1712 |
| | 2007 | 855 | 592 | 1447 |
| | 2008 | 898 | 684 | 1582 |
| | 2009 | 827 | 692 | 1519 |
| | 2010 | 976 | 617 | 1593 |
| | 2011 | 992 | 593 | 1585 |
| | 2012 | 965 | 583 | 1548 |
| | 2013 | 968 | 605 | 1573 |
| | 2014 | 956 | 624 | 1580 |

De acordo com o levantamento de dados emitidos pela SME (Secretaria Municipal de Educação / Setor documentação), observa-se que o número de escolas da Rede Municipal, zona urbana, tem mantido o mesmo total de 2006 a 2014 tanto com relação às escolas de 1º ao 5º ano quanto as de 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental.

Já o número de alunos matriculados nas escolas da zona urbana nos anos iniciais do Ensino fundamental em 2014 foi superior aos anos de 2009 a 2013, períodos em que o Ensino Fundamental passou a funcionar em 9 (nove) anos.

Observa-se também que com relação aos anos finais do Ensino Fundamental ocorreu um acréscimo no número de alunos matriculados no ano de 2014 superando assim os anos de 2011, 2012 e 2013.

Tabela 33 - Nº de escolas da Fase Introdutória a 8ª série e matrículas - Zona: Urbana/Rede: Municipal

| Ano | Nº de Escolas FI a 4ª | Nº de matrículas | | | | | Total de Matrículas FI a 4ª | Nº de Escolas 5ª a 8ª | Nº de matrículas | | | | Total de Matrículas 5ª a 8ª | Total de Matrículas FI a 8ª |
|------|-----------------------|------------------|-----|-----|-----|-----|-----------------------------|-----------------------|------------------|-----|-----|-----|-----------------------------|-----------------------------|
| | | FI | 1ª | 2ª | 3ª | 4ª | | | 5ª | 6ª | 7ª | 8ª | | |
| 2006 | 07 | 486 | 866 | 815 | 855 | 810 | 3832 | 03 | 774 | 657 | 567 | 473 | 2471 | 5817 |
| 2007 | 07 | 584 | 714 | 782 | 733 | 792 | 3605 | 03 | 762 | 641 | 503 | 426 | 2332 | 5353 |
| 2008 | 07 | 584 | 714 | 782 | 733 | 792 | 3605 | 03 | 762 | 641 | 503 | 426 | 2332 | 5353 |

Tabela 34 - Nº de escolas do 1º ao 9º ano e matrículas Zona: Urbana/Rede: Municipal

| Ano | Nº de Escolas 1º ao 5º | Nº de matrículas | | | | | Total de Matrículas 1º ao 5º | Nº de Escolas 6º ao 9º | Nº de matrículas | | | | Total de Matrículas 5ª a 8ª | Total de Matrículas 1º ao 9º |
|------|------------------------|------------------|-----|-----|-----|-----|------------------------------|------------------------|------------------|-----|-----|-----|-----------------------------|------------------------------|
| | | 1º | 2º | 3º | 4º | 5º | | | 6º | 7º | 8º | 9º | | |
| 2009 | 07 | 583 | 677 | 677 | 653 | 759 | 3349 | 03 | 661 | 617 | 463 | 446 | 2187 | 5536 |
| 2010 | 07 | 487 | 670 | 648 | 625 | 625 | 3055 | 03 | 650 | 585 | 494 | 388 | 2117 | 5172 |
| 2011 | 07 | 533 | 624 | 623 | 649 | 598 | 3027 | 03 | 564 | 553 | 533 | 378 | 2028 | 5055 |
| 2012 | 07 | 612 | 556 | 630 | 652 | 641 | 3091 | 03 | 423 | 483 | 480 | 434 | 1820 | 4911 |
| 2013 | 07 | 560 | 596 | 631 | 651 | 600 | 3038 | 03 | 479 | 403 | 468 | 392 | 1742 | 4780 |
| 2014 | 07 | 734 | 623 | 658 | 720 | 647 | 3382 | 03 | 616 | 540 | 470 | 409 | 2035 | 5417 |

Tabela 35 – Número de Escolas e de Alunos – Rede Privada

| REDE DE ENSINO | Nível de Ensino | Nº de Escolas | Nº de alunos |
|----------------|--------------------|---------------|--------------|
| Privada | EF - Anos Iniciais | 7 | 956 |
| | EF - Anos Finais | 5 | 624 |
| | Total Geral | 12 | 1580 |

Fonte: MEC/INEP/DEED/CSI

Tabela 36 – Número de Escolas e de Alunos – Rede Estadual

| REDE DE ENSINO | Nº de Escolas | Nº de alunos |
|----------------|---------------|--------------|
| Estadual | 40 | 20.539 |

Fonte: 37ª Superintendência Regional de Ensino

Tabela 37 - IDEB - Resultados e Metas - IDEB 2005, 2007, 2009, 2011, 2013 e Projeções para o BRASIL - Anos Iniciais do Ensino Fundamental

| | IDEB Observado | | | | | Metas | | | | |
|-----------------------------------|----------------|------|------|------|------|-------|------|------|------|------|
| | 2005 | 2007 | 2009 | 2011 | 2013 | 2007 | 2009 | 2011 | 2013 | 2021 |
| Total | 3.8 | 4.2 | 4.6 | 5.0 | 5.2 | 3.9 | 4.2 | 4.6 | 4.9 | 6.0 |
| Dependência Administrativa | | | | | | | | | | |
| Estadual | 3.9 | 4.3 | 4.9 | 5.1 | 5.4 | 4.0 | 4.3 | 4.7 | 5.0 | 6.1 |
| Municipal | 3.4 | 4.0 | 4.4 | 4.7 | 4.9 | 3.5 | 3.8 | 4.2 | 4.5 | 5.7 |
| Privada | 5.9 | 6.0 | 6.4 | 6.5 | 6.7 | 6.0 | 6.3 | 6.6 | 6.8 | 7.5 |
| Pública | 3.6 | 4.0 | 4.4 | 4.7 | 4.9 | 3.6 | 4.0 | 4.4 | 4.7 | 5.8 |

Tabela 38 - IDEB - Resultados e Metas - IDEB 2005, 2007, 2009, 2011, 2013 e Projeções para o BRASIL - Anos Finais do Ensino Fundamental

| | IDEB Observado | | | | | Metas | | | | |
|-----------------------------------|----------------|------|------|------|------|-------|------|------|------|------|
| | 2005 | 2007 | 2009 | 2011 | 2013 | 2007 | 2009 | 2011 | 2013 | 2021 |
| Total | 3.5 | 3.8 | 4.0 | 4.1 | 4.2 | 3.5 | 3.7 | 3.9 | 4.4 | 5.5 |
| Dependência Administrativa | | | | | | | | | | |
| Estadual | 3.3 | 3.6 | 3.8 | 3.9 | 4.0 | 3.3 | 3.5 | 3.8 | 4.2 | 5.3 |
| Municipal | 3.1 | 3.4 | 3.6 | 3.8 | 3.8 | 3.1 | 3.3 | 3.5 | 3.9 | 5.1 |
| Privada | 5.8 | 5.8 | 5.9 | 6.0 | 5.9 | 5.8 | 6.0 | 6.2 | 6.5 | 7.3 |
| Pública | 3.2 | 3.5 | 3.7 | 3.9 | 4.0 | 3.3 | 3.4 | 3.7 | 4.1 | 5.2 |

Os resultados marcados em verde referem-se ao Ideb que atingiu a meta.

Fonte: Saeb e Censo Escolar.

Tabela 39 - IDEB - Resultados e Metas - IDEB 2005, 2007, 2009, 2011, 2013 - Anos Iniciais do Ensino Fundamental – Município de Teófilo Otoni

| IDEB - Resultados e Metas | | | | | | | | | | | | | |
|----------------------------------|-------------------|--------|--------|-----------------|-----------|------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Parâmetros da Pesquisa | | | | | | | | | | | | | |
| Resultado: | Município | | | UF: | MG | | | | | | | | |
| Município: | TEÓFILO OTONI | | | Rede de ensino: | Municipal | | | | | | | | |
| Série / Ano: | 4ª série / 5º ano | | | | | | | | | | | | |
| 4ª série / 5º ano | | | | | | | | | | | | | |
| | Ideb Observado | | | | | Metas Projetadas | | | | | | | |
| Município ↓ | 2005 ↓ | 2007 ↓ | 2009 ↓ | 2011 ↓ | 2013 ↓ | 2007 ↓ | 2009 ↓ | 2011 ↓ | 2013 ↓ | 2015 ↓ | 2017 ↓ | 2019 ↓ | 2021 ↓ |
| TEOFILO OTONI | 4.0 | 4.0 | 4.9 | 5.4 | 5.8 | 4.1 | 4.4 | 4.8 | 5.1 | 5.4 | 5.6 | 5.9 | 6.2 |

Obs:
 * Número de participantes na Prova Brasil insuficiente para que os resultados sejam divulgados.
 ** Solicitação de não divulgação conforme Portaria Inep nº 304 de 24 de junho de 2013.
 *** Sem média na Prova Brasil 2013: Não participou ou não atendeu os requisitos necessários para ter o desempenho calculado.
 **** Não divulgado por solicitação da Secretaria/Escola devido a situações adversas no momento da aplicação.
 Os resultados marcados em verde referem-se ao Ideb que atingiu a meta.

Tabela 40 - IDEB - Resultados e Metas - IDEB 2005, 2007, 2009, 2011, 2013 - Anos Finais do Ensino Fundamental – Município de Teófilo Otoni

| IDEB - Resultados e Metas | | | | | | | | | | | | | |
|--|-------------------|--------|--------|--------|-----------------|------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Parâmetros da Pesquisa | | | | | | | | | | | | | |
| Resultado: | Município | | | | UF: | MG | | | | | | | |
| Município: | TEÓFILO OTONI | | | | Rede de ensino: | Municipal | | | | | | | |
| Série / Ano: | 8ª série / 9º ano | | | | | | | | | | | | |
| 8ª série / 9º ano | | | | | | | | | | | | | |
| Município ↕ | Ideb Observado | | | | | Metas Projetadas | | | | | | | |
| | 2005 ↕ | 2007 ↕ | 2009 ↕ | 2011 ↕ | 2013 ↕ | 2007 ↕ | 2009 ↕ | 2011 ↕ | 2013 ↕ | 2015 ↕ | 2017 ↕ | 2019 ↕ | 2021 ↕ |
| TEOFILO OTONI | 3,6 | 3,9 | 4,3 | 4,7 | 4,5 | 3,6 | 3,8 | 4,0 | 4,4 | 4,8 | 5,1 | 5,3 | 5,6 |
| Obs: * Número de participantes na Prova Brasil insuficiente para que os resultados sejam divulgados. ** Solicitação de não divulgação conforme Portaria Inep nº 304 de 24 de junho de 2013. *** Sem média na Prova Brasil 2013: Não participou ou não atendeu os requisitos necessários para ter o desempenho calculado. **** Não divulgado por solicitação da Secretaria/Escola devido a situações adversas no momento da aplicação. Os resultados marcados em verde referem-se ao Ideb que atingiu a meta. | | | | | | | | | | | | | |

Metas

Metas Nacionais

Das 20 metas do PNE, 4 (quatro) dizem respeito ao Ensino Fundamental e devem estar no PME. São elas:

Meta 2: universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência do PNE.

Meta 5: alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

Meta 6: oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.

Meta 7: fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no ensino médio.

Metas do Plano Municipal

Meta 1 - Assegurar a permanência dos alunos matriculados nas escolas públicas e no ensino fundamental em 100% (cem por cento) ao longo da duração deste plano.

Meta 2 - Equipar as escolas a partir de 2016 com materiais necessários para o desenvolvimento do processo ensino e aprendizagem.

Meta 3 - Reduzir no prazo de 03 (três) anos em 70% as taxas de abandono e repetência na rede pública visando alcançar taxas próximas de zero.

Meta 4 - Garantir a partir de 2016 segurança nas escolas públicas, especialmente, naquelas situadas em áreas de maior vulnerabilidade social.

Meta 5 - Ampliar a oferta de acesso e permanência dos alunos na escola em tempo integral, contribuindo para o desenvolvimento da sua aprendizagem no decorrer da duração deste plano.

Meta 6 - Ampliar a oferta gradativamente de laboratórios de informática, garantindo inclusão digital em 100% (cem por cento) dos alunos do Ensino Fundamental no decorrer de 03 (três) anos.

Meta 7 - Construir no decorrer da vigência do Plano Municipal quadras poliesportivas cobertas em 100% (cem por cento) das escolas que oferecem o Ensino Fundamental.

Meta 8 - Otimizar a partir da vigência deste plano o atendimento do Programa de Saúde na Escola (PSE) que visa à integração e articulação da educação e da

saúde, proporcionando melhoria da qualidade de vida dos educandos, articulado com a Estratégia Saúde da Família, Saúde em Casa e NASF, ampliando as equipes com outros profissionais como: psicopedagogo, assistente social, psicólogo, fonoaudiólogo.

Meta 9 - Construir e reformar as escolas públicas no decorrer deste plano para melhor atendimento dos alunos.

Meta 10 - Ampliar a partir de 2016 a oferta de atendimento especializado aos alunos com deficiência física, mental e sensorial matriculados no Ensino Fundamental.

Meta 11 - Garantir que todas as crianças até o 3º ano do Ensino Fundamental sejam alfabetizadas.

Meta 12 - Elevar a qualidade da Educação Básica com melhoria da aprendizagem de modo a atingir as médias nacionais para o IDEB nos anos iniciais do Ensino fundamental e 5,5 nos anos finais de Ensino fundamental.

Estratégias

1. Reorganizar o currículo para atender as realidades diversificadas, adequando-o às características e necessidades do educando.
2. Aquisição de mobiliário adequado, equipamentos para organização de salas ambiente, laboratórios audiovisuais, bibliotecas, brinquedotecas, oficina de artes, laboratório de ciências e material de apoio pedagógico através dos Programas do FUNDEB, Quota Salário Educação (QSEE), 25% da Educação e recursos próprios desde que disponibilizados pelo Governo Federal – PAC.
3. Redução da repetência e evasão por meio de programas de aceleração de aprendizagem e recuperação paralela garantindo aprendizagem e assegurando a qualidade do ensino.

4. Contratação de empresa especializada em segurança, seguro de bens patrimoniais por meio de instituições especializadas, credenciadas e parcerias com associações de bairro e comunidade para ajudar a manter a conservação das escolas.
5. Adequação da rede física e aquisição de materiais para estender gradativamente a carga horária do aluno na escola, oferecendo atividades extraturno como forma de enriquecimento da sua formação tais como: atividades artísticas, artesanais, esportivas, educacionais, fornecimento de material escolar, transporte escolar, assistência social e à saúde.
6. Equipar as escolas com salas de informática e aquisição de net book para os alunos, garantindo o funcionamento das mesmas, por meio de um técnico.
7. Construção de quadras poliesportivas cobertas nas escolas através do Programa de Construção de Quadras Poliesportivas (PCQP) e recursos próprios desde que disponibilizados pelo Governo Federal – PAC.
8. Buscar, junto a Secretaria de Saúde, a efetivação do Programa Saúde na Escola (PSE) articulado com a Estratégia Saúde da Família, Saúde em Casa e NASF.
9. Formar parcerias com os diversos segmentos da sociedade para construção, e reforma dos prédios escolares aos padrões mínimos exigidos pela legislação.
10. Criar novas salas multifuncionais para atender às diversas deficiências.
11. Implementar parcerias junto às instituições que oferecem atendimento educacional nas diversas instâncias: Federal, Estadual, Municipal ONGs e Sociedade Civil.
12. Criar mecanismos para acompanhamento individual do aluno ao longo do processo de alfabetização, priorizando aqueles que apresentam ritmos diferenciados de aprendizagem através do Programa de Intervenção Pedagógica (PIP) conforme a lei nº 10.913 de 29 de setembro de 2011.

13. Realizar acompanhamento das instituições de ensino que compõem o sistema de ensino, a fim de garantir os padrões mínimos de qualidade definidos para a educação do município.

4.2.1.3 Educação do Campo

Introdução

A educação escolar destinada às populações camponesas, cujas atividades estão relacionadas com a agricultura, pecuária, pesca, extrativismo, dentre outros, dependem fundamentalmente da terra, das matas e da água para a sobrevivência, constituindo-se historicamente em um grande desafio. Pensando nisso, a educação deve ser específica e diferenciada, voltada aos interesses da vida no campo, mas, alicerçada numa concepção de educação como formação humana e comprometida com uma estratégia de desenvolvimento para o campo. A educação do campo afasta-se, pois, da educação rural, no sentido de que tem como “bandeira de luta” a emancipação, a resistência das populações camponesas, o oferecimento do direito da opção de escolha do próprio destino, seja ela permanecer no campo, tirando dele seu sustento, seja buscando na cidade a realização, a concretização dos seus planos. O que importa é que seja uma decisão e não uma imposição.

É importante destacar que a Educação do Campo “não é uma proposta de educação colocada somente na escola, mas, sim um projeto educativo que se articula com a produção da vida, ou seja, um movimento construído há muitos anos, que envolve lutas e representa a resistência dos sujeitos do campo, que tem suas raízes entrelaçadas à cultura camponesa e ao trabalho no campo” (Rodrigues – 2009).

Diagnóstico

Compreender o processo de Educação do Campo, e não no campo, é também constituir esse como um espaço de existência, com todos os elementos disponíveis em outros espaços, como as cidades. Ao evidenciar tais características e perspectivas, cumpre assinalar que a Educação do Campo não se encontra somente em torno de aspirações. As práticas construídas coletivamente, já ganham espaços consideráveis na realidade escolar brasileira.

As características do meio rural ainda impõem dificuldades adicionais ao processo educativo. Nesta perspectiva, a educação, enquanto instrumento para construção de uma sociedade justa, democrática e solidária, assume no meio rural importância decisiva e, por isso, deve estruturar-se tendo como referência as peculiaridades da vida no campo.

Propor uma escola do e no campo, opondo-se ao processo de racionalização das escolas rurais, e reverter esse quadro com a expansão da referida rede, só se faz com a ocupação dos espaços pelos sujeitos neles inseridos.

Vários esforços têm sido feitos no sentido de aprimorar a política pública de educação, tais como: reforma das escolas, garantia do transporte escolar, metodologia com organização curricular com temas geradores, calendários específicos, dentre outros para que sejam garantidos o acesso e a permanência com sucesso, de crianças, adolescentes e jovens nas escolas campesinas. Entretanto, algumas dificuldades ainda precisam ser superadas, como o Projeto Político Pedagógico que leve em conta as especificidades dos alunos e suas diferenças em relação às crianças e jovens da área urbana.

Tratar de forma igual os desiguais significa escamotear diferenças e aumentar as desigualdades. Daí, que a educação do meio rural deve enfrentar o desafio de conviver com as características deste meio para garantir um ensino de qualidade para todos.

Gráfico 34 – Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta a escola

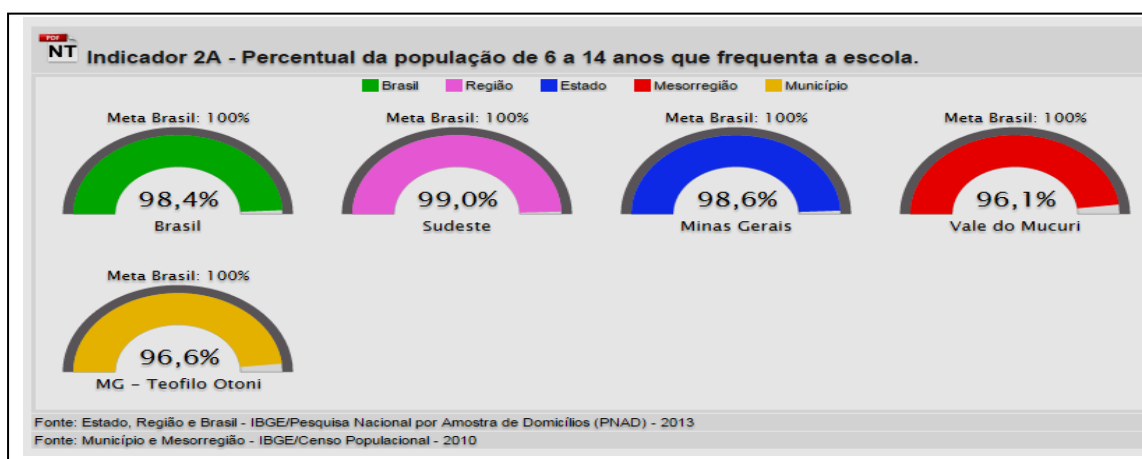


Gráfico 35 – Percentual das pessoas de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído

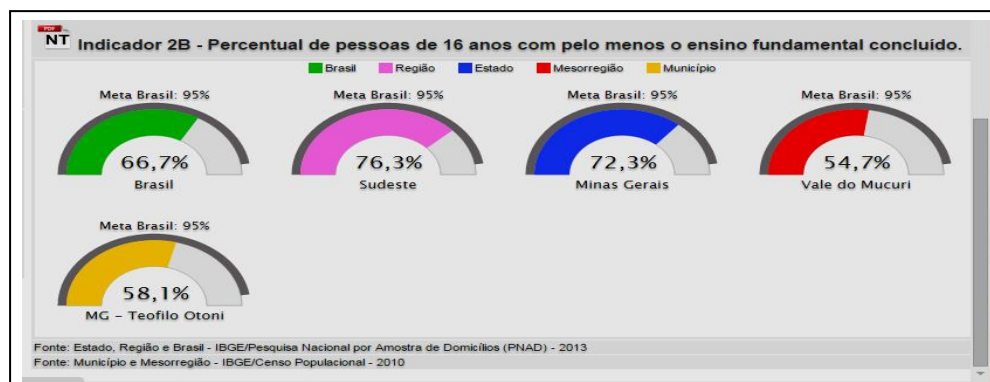


Gráfico 36 – Taxa de alfabetização de crianças que concluíram o 3º ano do ensino fundamental

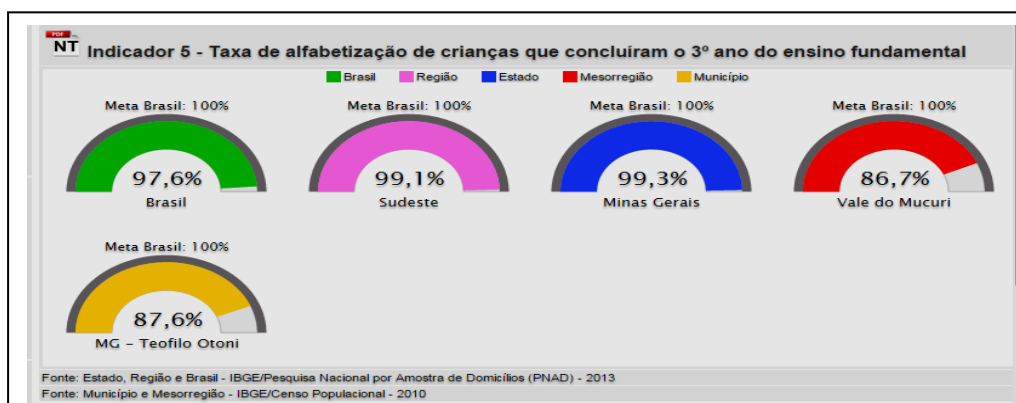


Tabela 41 - Taxa de distorção idade-série - Anos Iniciais do Ensino Fundamental

| Ano | Distorção Idade-Série |
|---------------------------------|-----------------------|
| 2006 | 19,5 |
| 2007 | 18,2 |
| 2008 | 19,5 |
| 2009 | 18,2 |
| 2010 | 16,8 |
| 2011 | 15,2 |
| 2012 | 13,5 |
| 2013 | 10,9 |
| Fonte: MEC/INEP/DEED/CSI | |

Tabela 42 - Taxa de distorção idade-série - Anos Finais do Ensino Fundamental

| Ano | Distorção Idade-Série |
|---------------------------------|------------------------------|
| 2006 | 44,1 |
| 2007 | 44,4 |
| 2008 | 39,2 |
| 2009 | 40,6 |
| 2010 | 38,7 |
| 2011 | 39 |
| 2012 | 37,8 |
| 2013 | 34,6 |
| Fonte: MEC/INEP/DEED/CSI | |

De acordo com os resultados finais do censo escolar, observa-se que a distorção idade-série tem diminuído.

Metas

Metas Nacionais

Meta 2: universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos conclua essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência do PNE.

Meta 5: alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

Metas do Plano Municipal

Meta 1 - Assegurar ao longo da vigência do Plano a permanência dos alunos matriculados nas escolas do campo e nas diversas modalidades de ensino em 100% (cem) por cento.

Meta 2 - Elevar, de acordo com os resultados das avaliações externas da aprendizagem (SIMAVE), o percentual dos alunos por padrão de desempenho.

Meta 3 - Ampliar ao longo da vigência do Plano, o acesso e permanência dos alunos na escola em tempo integral, contribuindo para o desenvolvimento da sua aprendizagem.

Meta 4 - Garantir ao longo da vigência do Plano, o funcionamento do laboratório de informática nas escolas do campo onde tenha condições de acesso à internet.

Meta 5 - Construir até 2018 quadras poliesportivas cobertas nas escolas do campo que possuem acima de 100 (cem) alunos, garantindo a oferta de material didático e esportivo.

Meta 6 - Dar continuidade a ampliação e reforma das escolas do campo ao longo da vigência do Plano.

Meta 7 - Adequar ao longo da vigência do Plano, todas as escolas do campo para receber os alunos com necessidades especiais.

Meta 8 - Criar até 2018, Núcleo Multidisciplinar na Secretaria Municipal de Educação formado por pedagogos, psicólogo, assistente social, odontólogo, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, para atender às escolas do campo.

Meta 9 - Assegurar até 2016, que todas as escolas tenham formulado seu Projeto Político Pedagógico.

Meta 10 - Otimizar a partir da vigência deste plano o atendimento do Programa de Saúde na Escola (PSE) que visa à integração e articulação da educação e da saúde, proporcionando melhoria da qualidade de vida dos educandos, articulado com a Estratégia Saúde da Família, Saúde em Casa e NASF ampliando as equipes com outros profissionais como: psicopedagogo, assistente social, psicólogo, fonoaudiólogo.

Estratégias

1. Reorganizar o currículo para atender realidades diversificadas, adequando-a as características e necessidades do educando.
2. Garantir alimentação escolar de boa qualidade através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).
3. Ampliar e garantir a oferta de transporte escolar aos alunos do campo através do Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE/SEE e PNATE/FNDE).
4. Investimento permanente às diferenças em sala de aula através de intervenção pedagógica constante.
5. Adequação da rede física para estender gradativamente a carga horária do aluno na escola, oferecendo atividades extraturno como forma de enriquecimento da sua formação:
 - Atividades educacionais;
 - Atividades artísticas e artesanais;
 - Atividades esportivas.
6. Manutenção dos laboratórios de informática, bem como dos telecentros comunitários e capacitação dos professores para o devido uso.
7. Construção de quadras poliesportivas cobertas nas escolas através do Programa de Construção de Quadras Poliesportivas (PCQP) e recursos próprios desde que disponibilizados pelo Governo Federal – PAC.
8. Adaptar e reformar os prédios existentes aos padrões mínimos exigidos por lei através de Projetos de Reforma disponível no Plano de Ações Articuladas (PAR), formando parcerias com os diversos segmentos da sociedade para este fim.

9. Formar parcerias junto às instituições que oferecem atendimento educacional especializado nas diversas instâncias, Estadual, Federal, Municipal, ONGS e sociedade civil.
10. Buscar, junto a Secretaria de Saúde, a efetivação do Programa Saúde na Escola (PSE) articulado com a Estratégia Saúde da Família, Saúde em Casa e NASF.
11. Mobilizar os professores do campo junto com a comunidade para a coleta de dados e elaboração do diagnóstico da realidade da escola.
12. Monitorar as ações e metas previstas no Projeto Político Pedagógico das escolas.

4.2.1.4 Ensino Médio

Introdução

A educação básica é o caminho para assegurar a todos os brasileiros a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. Atualmente, os documentos que norteiam a educação básica são a Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e o Plano Nacional de Educação, aprovado pelo Congresso Nacional em 26 de junho de 2014. Outros documentos fundamentais são a Constituição da República Federativa do Brasil e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

A consolidação do Estado democrático, as novas tecnologias e as mudanças na produção de bens e conhecimentos exigem que a escola possibilite meios de integração dos alunos ao mundo contemporâneo, nas dimensões fundamentais do trabalho e da cidadania. O Ensino Médio, base para o acesso às atividades produtivas, inclusive para o prosseguimento nos níveis mais elevados de educação, passa a ser considerado uma parte importante da formação que todo brasileiro jovem e adulto, deve ter para viver com mais segurança e cidadania. A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDB no 9394/96 amplia o conceito de Educação Básica, considerando o Ensino Médio, como uma de suas etapas, devendo, portanto, ser universalizado, promovendo a democratização escolar e ofertando uma nova proposta que possa desenvolver competências básicas cognitivas e éticas, para a inserção de jovens no mundo do trabalho, de forma articulada entre saberes, experiências e atividades, superando a mera concepção conteudista que tem caracterizado esta etapa de ensino. Desse modo, a concepção de Ensino Médio, preconizada pela atual legislação brasileira não se encerra na ampliação de vagas, mas exige à qualidade do ensino, imprescindível ao desenvolvimento das pessoas, da sociedade e do País, pressupõe: espaços físicos adequados, acervos bibliográficos atualizados, laboratórios equipados, materiais didáticos

diversificados e, principalmente, professores habilitados e motivados, através da valorização profissional e da formação continuada. Daí, as finalidades do Ensino Médio, devem ter como horizonte orientar ações educativas que tomem a realidade da escola e do jovem como referências para propor formas de organização do currículo e que, ao considerar o trabalho em sua dupla dimensão, de práxis humana e de prática produtiva, permitam estabelecer relações mais imediatas com o mundo do trabalho visando, sobretudo, atender àqueles que precisam desenvolver competências laborais para assegurar sua permanência na escola e sua sobrevivência social.

O Ensino Médio, assim concebido, tem como objetivo educar o jovem para participar, política e produtivamente, da realidade social onde está inserido, através do compromisso com a formação plena, ao lado de sua informação atualizada e aliada ao desenvolvimento de suas competências.

Diagnóstico

Com a promulgação da Lei nº 9.394/96 (LDB), o Ensino Médio passou a ser configurado com uma identidade própria, como etapa final de um mesmo nível da educação, que é a Educação Básica, e teve assegurada a possibilidade de se articular, até de forma integrada em um mesmo curso, com a profissionalização, pois o artigo 36-A prevê que “o Ensino Médio, atendida à formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas”.

Isto posto observar-se-á que o Ensino Médio passa a ter um importante papel a desempenhar tanto nas cidades desenvolvidas, quanto nas que lutam para superar o desenvolvimento. Conseqüentemente, em Teófilo Otoni – Minas Gerais, a expansão do Ensino Médio como fator de formação para a cidadania e qualificação profissional é um grande desafio.

Tabela 43 - Tabela - Histórico da Estimativa do Percentual do Investimento Público Total em Educação em Relação ao Gasto Público Social (GPS), por Nível de Ensino – Brasil 2000 – 2011

| Histórico da Estimativa do Percentual do Investimento Público Total em Educação em Relação ao Gasto Público Social (GPS), por Nível de Ensino – Brasil 2000 - 2011 | | | | | | | |
|--|--|------------------|-------------------|--------------------|-----|--------------|-------------------|
| Ano | Percentual do Investimento Público Total em relação ao GPS (%) | | | | | | |
| | Todos os Níveis de Ensino | Níveis de Ensino | | | | | |
| | | Educação Básica | Educação Infantil | Ensino Fundamental | | Ensino Médio | Educação Superior |
| De 1ª a 4ª séries ou anos iniciais | De 5ª a 8ª séries ou anos finais | | | | | | |
| 2000 | 14,0 | 11,2 | 1,2 | 4,5 | 3,7 | 1,8 | 2,8 |
| 2001 | 13,9 | 11,2 | 1,1 | 4,2 | 3,8 | 2,1 | 2,7 |
| 2002 | 13,6 | 10,8 | 1,0 | 4,7 | 3,7 | 1,4 | 2,8 |
| 2003 | 13,8 | 11,1 | 1,2 | 4,6 | 3,7 | 1,7 | 2,7 |
| 2004 | 13,7 | 11,2 | 1,2 | 4,7 | 3,8 | 1,5 | 2,5 |
| 2005 | 14,5 | 11,7 | 1,2 | 4,9 | 4,0 | 1,6 | 2,8 |
| 2006 | 16,2 | 13,5 | 1,2 | 5,2 | 5,0 | 2,1 | 2,7 |
| 2007 | 16,2 | 13,6 | 1,3 | 5,2 | 4,9 | 2,2 | 2,6 |
| 2008 | 17,5 | 14,8 | 1,3 | 5,6 | 5,3 | 2,5 | 2,8 |
| 2009 | 16,8 | 14,1 | 1,2 | 5,4 | 5,2 | 2,3 | 2,7 |
| 2010 | 17,6 | 14,8 | 1,4 | 5,6 | 5,3 | 2,6 | 2,8 |
| 2011 | 19,3 | 16,0 | 1,7 | 5,6 | 5,3 | 3,4 | 3,3 |

Fonte: Inep/MEC – Tabela elaborada pela DEED/Inep.

Os investimentos em Educação cresceram significativamente nas últimas décadas. Entre 1998 e 2011, o valor mínimo por aluno no Ensino Fundamental aumentou duas vezes e meia - isso em números já corrigidos pela inflação do período. Apesar do avanço, a maioria dos especialistas consideram que o montante está longe de ser o suficiente para garantir qualidade ao ensino. Dois dados amparam esse argumento. O primeiro: o atual investimento por estudante é

apenas um quarto do que gastam os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), clube das nações mais desenvolvidas do mundo. O segundo: a ampliação dos recursos não se traduziu numa melhoria consistente para salários dos professores da Educação.

Tabela 44 - Taxa de Escolarização Líquida no Município de Teófilo Otoni

| Tabela 3. Taxa de Escolarização Líquida no Município de Teófilo Otoni | |
|--|------------------------------------|
| Fundamental (7 a 14 anos) | Ensino Médio (15 a 17 anos) |
| FONTE: 1) IBGE - CENSO DEMOGRÁFICO DE 2000. | |
| 88.30 | 37.00 |

Os dados apontam que a inserção no Ensino Fundamental é maior que no Ensino Médio. O número significativo de alunos que não deram continuidade aos estudos, com certeza, justifica-se por problemas sociais, econômicos e culturais, formação profissional, dificuldades de acesso, mas não por falta de oferta de vagas, como na grande maioria das cidades brasileiras.

De cada grupo de 100 alunos que ingressam no 1º Ano do Ensino Fundamental 59 conseguem terminar o 9º Ano e os outros 41 param de estudar. Para aqueles que entraram no Ensino Médio, a expectativa de conclusão é maior: 74% conseguem terminá-lo. Os dados estão na publicação Geografia da Educação Brasileira 2001, produzida pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC) com a finalidade de reunir e divulgar os mais atualizados indicadores deste setor.

Tabela 45 - Matrículas Ensino Médio – Rede Estadual de Teófilo Otoni – MG

| Ano | Número de Alunos |
|------------|-------------------------|
| 2007 | 5.591 |
| 2008 | 5.549 |
| 2009 | 5.360 |
| 2010 | 5.700 |

Fonte: MEC – Indicadores Demográficos e Educacionais

Tabela 46 - Número de Escolas do Ensino Médio por ano, segundo a Rede de Ensino - Município de Teófilo Otoni - Ref.: Maio

| Ano de Referência | Nº de Escolas Estaduais com Ensino Médio | Nº de Escolas Municipais com Ensino Médio | Nº de Escolas Particulares com Ensino Médio |
|--------------------------|---|--|--|
| 2005 | 13 | - | 7 |
| 2006 | 14 | - | 6 |
| 2007 | 13 | - | 7 |
| 2008 | 17 | - | 7 |
| 2009 | 18 | - | 7 |
| 2010 | 17 | - | 7 |
| 2011 | 18 | - | 6 |
| 2012 | 17 | - | 5 |
| 2013 | 17 | - | 5 |
| 2014 | 17 | - | 6 |

Fonte: DIRE\DIVAE\SEDINE

Nota: Dados Oficiais do Censo Escolar Início de Ano 2005 a 2014

Os dados demonstram que de 2008 a 2014 o número de Escolas Estaduais de Ensino Médio oscilou entre 18 e 17 escolas, nos anos de 2012 a 2014 constam o registro de 17 escolas para atender aproximadamente mais de

5.000 alunos na rede pública. Na Rede Particular de Ensino a oscilação entre 5, 6 e 7 Escolas Particulares para atender cerca de 500 alunos.

Tabela 47 - Matrícula Efetiva no Ensino Médio Município: Teófilo Otoni – Minas Gerais

| Ano de Referência | Nº de Matrículas Ensino Médio Estadual | Nº de Matrículas Ensino Médio Municipal | Nº de Matrículas Ensino Médio Particular |
|--------------------------|---|--|---|
| 2005 | 6.576 | 0 | 834 |
| 2006 | 6.387 | 0 | 725 |
| 2007 | 5.585 | 0 | 644 |
| 2008 | 5.540 | 0 | 649 |
| 2009 | 5.347 | 0 | 693 |
| 2010 | 5.691 | 0 | 666 |
| 2011 | 5.747 | 0 | 601 |
| 2012 | 5.687 | 0 | 564 |
| 2013 | 5.446 | 0 | 521 |
| 2014 | 5.052 | 0 | 583 |

Fonte: CENSO ESCOLAR

De 2005 a 2014 houve um declínio no número de matrículas do Ensino Médio da Rede Pública Estadual. A Emenda Constitucional nº 59 de 2009, que assegura Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, significa que, regularizando o fluxo no Ensino Fundamental, o Ensino Médio também estará incluído na faixa de obrigatoriedade, constituindo direito público subjetivo.

Segundo dados do CENSO – IBGE/2010, no município de Teófilo Otoni – Minas Gerais constam no registro um total de 7.170 jovens na faixa etária de 15 a 17 anos, em contrapartida, nos registros do CENSO ESCOLAR/2010 constam matriculados 6.357 jovens no Ensino Médio. Um déficit de 813 alunos fora da escola.

Tabela 48 - Taxa de distorção idade-série - Ensino Médio

| Ano | Distorção Idade-Série |
|---------------------------------|------------------------------|
| 2006 | 37,9 |
| 2007 | 35,2 |
| 2008 | 31,4 |
| 2009 | 31 |
| 2010 | 31,3 |
| 2011 | 30,9 |
| 2012 | 28,6 |
| 2013 | 27,7 |
| Fonte: MEC/INEP/DEED/CSI | |

Atualmente mais de 50% dos jovens de 15 a 17 anos ainda não atingiram esta etapa da Educação Básica e milhões de jovens com mais de 18 anos e adultos não concluíram o Ensino Médio, configurando uma grande dívida da sociedade com esta população. De acordo com o documento “Síntese dos Indicadores Sociais do IBGE: uma análise das condições de vida da população brasileira” (IBGE, 2010), constata-se que a taxa de frequência bruta às escolas dos adolescentes de 15 a 17 anos é de 85,2%. Já a taxa de escolarização líquida dos mesmos adolescentes (de 15 a 17 anos) é de 50,9%. Isso significa dizer que metade dos adolescentes de 15 a 17 anos ainda não está matriculada no Ensino Médio.

Tabela 49 - Indicador 3 A - Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola

| |
|--|
| Indicador 3 A - Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola. |
| Brasil Meta Brasil: 100% 84,3% Brasil |
| Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013 |

Tabela 50 - Indicador 3 B - Taxa de escolarização líquida no ensino médio da população de 15 a 17 anos

| |
|--|
| Indicador 3 B - Taxa de escolarização líquida no ensino médio da população de 15 a 17 anos. |
| Brasil Meta Brasil: 85% 55,3% Brasil |
| Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013 |

Dados gerais de educação da localidade

Tabela 51 - Indicadores da Educação Básica da localidade

| Ano | Estabelecimentos | Matrículas | Docentes | Turmas |
|------------|-------------------------|-------------------|-----------------|---------------|
| 2007 | 142 | 38.410 | 1.527 | 1.521 |
| 2008 | 142 | 38.568 | 1.632 | 1.579 |
| 2009 | 143 | 38.282 | 1.507 | 1.543 |
| 2010 | 145 | 37.983 | 1.589 | 1.553 |
| 2011 | 143 | 38.342 | 1.622 | 1.586 |
| 2012 | 140 | 37.665 | 1.568 | 1.524 |
| 2013 | 138 | 36.553 | 1.593 | 1.540 |
| 2014 | 132 | 35.605 | 1.591 | 1.470 |

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos pela Educação

No Brasil, nos últimos 20 anos, houve uma ampliação do acesso dos adolescentes e jovens ao Ensino Médio, a qual trouxe para as escolas públicas um novo contingente de estudantes, de modo geral jovens filhos das classes trabalhadoras. Os sistemas de ensino passam a atender novos jovens com características diferenciadas da escola tradicionalmente organizada. Situação semelhante acontece com o aumento da demanda do Ensino Médio no campo, cujo atendimento induz a novos procedimentos no sentido de promover a permanência dos mesmos na escola, evitando a evasão e diminuindo as taxas de reprovação. Apesar das ações desenvolvidas pelos governos estaduais e pelo Ministério da Educação, os sistemas de ensino ainda não alcançaram as mudanças necessárias para alterar a percepção de conhecimento do seu

contexto educativo e ainda não estabeleceram um projeto organizativo que atenda às novas demandas que buscam o Ensino Médio.

A Instituição Colégio SESC Teófilo Otoni, sob CNPJ nº 03.643.856/0039-46 situada na Avenida Alberto Laender, 119, Bairro São Diogo, CEP: 39803-008 foi criada e é mantida pelos empresários do comércio de bens, serviços e turismo com 1% da verba compulsória que é revertida para o SESC.

Rede de Ensino do Colégio SESC faz parte da rede particular de ensino com bolsa de estudos integral para filhos de funcionários do comércio dos setores de bens, serviços e turismo. Atuamos no Ensino Médio com 6 turmas, totalizando 120 alunos.

Metas

Meta Nacional

Meta 3. Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85%.

Metas do Plano Municipal

Meta 1 - A partir da vigência deste plano, otimizar o atendimento dos alunos egressos do Ensino Fundamental de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, a inclusão dos alunos com distorção idade/série e alunos com deficiência.

Meta 2 - A partir de 2016 todas as escolas de Ensino Médio deverão fazer cumprir a inclusão de estudos sobre habilidades e competências a serem adquiridas pelos alunos, garantindo seu progresso.

Meta 3 - A partir da vigência deste plano, articular com a Secretaria Municipal de Assistência Social, Saúde e Serviços de atendimento e proteção à criança e

adolescente, projetos de incentivos, cadastramento e matrículas dos alunos que concluíram o Ensino Fundamental e estão fora da escola.

Meta 4 - A partir de 2016, ampliar o sistema de parceria com faculdades, universidades, ONGs e outros, somando esforços para a melhoria do atendimento educacional.

Meta 5 - Em 2016, avaliar o currículo do Ensino Médio, estabelecendo estratégias e adaptações para o cumprimento da Resolução CNE/CEB Nº 2 de 30/01/2012.

Meta 6 - A partir de 2016, avaliar a oferta e permanência do aluno de ensino médio nos turnos diurno e noturno.

Meta 7 - A partir de 2016 criar novas ações na Proposta Política Pedagógica que valorize a formação continuada dos professores do Ensino Médio.

Estratégias

1. Criação de matrícula automática para os alunos oriundos do Ensino Fundamental de acordo com o zoneamento.
2. Criação de projetos incentivadores para matrícula dos alunos evadidos, com distorção idade/série e alunos com deficiência.
3. Articulação com a Secretaria Municipal de Assistência Social, Saúde e demais serviços de Proteção e Defesa da Criança e Adolescente com o objetivo de realizar campanhas de promoção educativa, cadastramento e matrículas dos alunos concluintes do Ensino Fundamental que estão fora da escola. Revisão da Proposta Política Pedagógica com elaboração de objetivos, metas e ações de intervenção pedagógica para aprimoramento do Ensino Médio, visando à qualidade do processo ensino e aprendizagem.

4. Articulação com as Polícias para discutir a ampliação das medidas preventivas de segurança, destacando o Protagonismo Juvenil como principal ação educativa.
5. Desenvolvimento de projetos juvenis, visando à renovação pedagógica e ao enfrentamento do problema da violência nas escolas.
6. Articulação com diversas instituições para desenvolver projetos específicos de intervenção pedagógica, visando à qualidade do processo ensino e aprendizagem.
7. Revisão da Proposta Política e Pedagógica dos Projetos Sociais, Esportivos, Culturais e de Lazer pela equipe pedagógica da escola, visando à participação efetiva dos estudantes.
8. Inclusão na Proposta Política e Pedagógica de projetos específicos de cursos de informática dentro da escola no contraturno ou através de parcerias.
9. Organização da Matriz Curricular do Ensino Médio de acordo com a Resolução CNE/CEB Nº 2 de 30/01/2012, visando à qualidade no desenvolvimento curricular, contemplando as diversas necessidades dos jovens, consolidando a identidade do Ensino Médio e os interesses dos alunos.
10. Avaliação da oferta do Ensino Médio diurno e noturno juntamente com a Superintendência Regional de Ensino e Secretaria Estadual de Educação, observando a distribuição territorial das escolas de Ensino Médio, de forma a atender a toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos alunos.
11. Realização de reuniões para discussão a respeito da valorização e formação continuada dos professores, com envio de relatórios para equipes da Superintendência Regional de Ensino e Secretaria Estadual de Educação.

4.2.1.5 Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Introdução

A Constituição Federal determina como um dos objetivos do Plano Nacional de Educação a integração de ações do poder público que conduza a erradicação do analfabetismo (art. 214, I). Trata-se de tarefa que exige uma ampla mobilização de recursos humanos e financeiros por parte dos governos e da sociedade.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – 9.394/96, no seu art. 37- a Educação de Jovens e Adultos será destinada aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características dos alunos, seus interesses, condições de vida e de trabalho mediante cursos e exames.

Tabela 52 - Taxa de Analfabetismo por Faixa Etária - Município de Teófilo Otoni

| Ano de Referência | % de analfabetos de 15 – 17 anos | % de analfabetos de 18 – 20 anos | % de analfabetos De 21- 24 anos | % de analfabetos de 25 anos ou mais |
|-------------------|----------------------------------|----------------------------------|---------------------------------|-------------------------------------|
| 2000 | 2,58 | 3,35 | 6,55 | 22,76 |
| 2010 | | | | 10,2 |

FONTE: IBGE

População de 15 anos ou mais de analfabetos no município no ano de 2010 – 18,3%.

Embora haja esforços no combate ao analfabetismo no município, ainda é expressivo o índice de pessoas analfabetas com mais de 15 anos, o que torna necessário a ampliação da oferta do Ensino Fundamental de Jovens e Adultos.

Diagnóstico

A modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) é oferecida no município de Teófilo Otoni para atender a demanda de jovens e adultos que não concluíram os estudos na idade certa.

O município apresenta um índice significativo de jovens e adultos fora da escola, sendo assim, há uma oferta da modalidade em quatro escolas na zona urbana e uma escola na zona rural.

Em 2015 a rede municipal atende aproximadamente 220 alunos na Educação de Jovens e Adultos.

A tabela abaixo nos informa a relação de matrículas efetivas na EJA nos cursos presenciais na rede estadual e rede municipal no período de 2005 a 2013 com números de alunos no Ensino Médio e Ensino Fundamental.

Tabela 53 - Matrícula Efetiva de alunos da Educação de Jovens e Adultos nos Cursos Presenciais com Avaliação no processo, por dependência administrativa, município de Teófilo Otoni

| Ano | REDE ESTADUAL | | | | | | REDE MUNICIPAL | | | | | | Total Geral |
|------|--------------------|--------------|-------|--------------------|--------------|-------|--------------------|--------------|-------|--------------------|--------------|-------|-------------|
| | EJA Presencial | | | EJA Semipresencial | | | EJA Presencial | | | EJA Semipresencial | | | |
| | Ensino Fundamental | Ensino Médio | Total | Ensino Fundamental | Ensino Médio | Total | Ensino Fundamental | Ensino Médio | Total | Ensino Fundamental | Ensino Médio | Total | |
| 2005 | 232 | - | 232 | 1095 | 802 | 1897 | - | - | 0 | - | - | 0 | 2129 |
| 2006 | | - | 0 | | | 0 | - | - | 0 | - | - | 0 | 0 |
| 2007 | 1102 | 156 | 1258 | 763 | 787 | 1550 | - | - | 0 | - | - | 0 | 2808 |
| 2008 | 1119 | 326 | 1445 | 764 | 811 | 1575 | 27 | - | 27 | - | - | 0 | 3047 |
| 2009 | 1244 | 550 | 1794 | 777 | 846 | 1623 | 253 | - | 253 | - | - | 0 | 3670 |
| 2010 | 1147 | 693 | 1840 | 642 | 869 | 1511 | 349 | - | 349 | - | - | 0 | 3700 |
| 2011 | 1000 | 880 | 1880 | 699 | 821 | 1520 | 350 | - | 350 | - | - | 0 | 3750 |
| 2012 | 1088 | 834 | 1922 | 477 | 1023 | 1500 | 331 | - | 331 | - | - | 0 | 3753 |
| 2013 | 981 | 948 | 1929 | 402 | 598 | 1000 | 275 | - | 275 | - | - | 0 | 3204 |

Fonte: DIRE\DIVAE\SEDINE - Nota: Dados do censo escolar 2005 a 2013.

A tabela abaixo nos informa a relação de matrículas efetivas na EJA na rede municipal de ensino no período de 2006 a 2008 com números de alunos do 1º segmento e 2º segmento do Ensino Fundamental.

Tabela 54 - Matrícula Efetiva de alunos da Educação de Jovens e Adultos nas Escolas Municipais de Teófilo Otoni

| Ano | Escolas | 1º segmento | | | | 2º Segmento | | | | Total de alunos |
|------|----------------------------------|-------------|----------|----------|----------|-------------|------------|------------|------------|-----------------|
| | | 1ª série | 2ª série | 3ª série | 4ª série | 1º período | 2º período | 3º período | 4º período | |
| 2006 | E. M. Honorinda Ferreira Cardoso | 03 | 02 | 02 | 03 | - | - | - | - | 10 |
| 2007 | E. M. Honorinda Ferreira Cardoso | 05 | 02 | 04 | 03 | - | - | - | - | 14 |
| 2008 | E. M. Honorinda Ferreira Cardoso | 08 | 03 | 02 | 05 | - | - | - | - | 18 |
| 2006 | E. M. Maria Ramos | 39 | 28 | 32 | 34 | - | - | - | - | 133 |
| 2007 | E. M. Maria Ramos | 29 | 34 | 35 | 31 | - | - | - | - | 129 |
| 2008 | E. M. Maria Ramos | 27 | 46 | 42 | 42 | - | - | - | - | 157 |
| 2006 | E. M. São Cristóvão | 36 | 27 | 21 | 32 | - | - | - | - | 116 |
| 2007 | E. M. São Cristóvão | 18 | 15 | 21 | 19 | - | - | - | - | 83 |
| 2008 | E. M. São Cristóvão | 29 | 16 | 20 | 18 | - | - | - | - | 83 |
| 2006 | E. M. Sidônio Otoni | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 2007 | E. M. Sidônio Otoni | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 2008 | E. M. Sidônio Otoni | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 2006 | E. M. Teodolindo Pereira | 22 | 16 | 21 | 14 | - | - | - | - | 73 |
| 2007 | E. M. Teodolindo Pereira | 15 | 08 | 12 | 16 | - | - | - | - | 51 |
| 2008 | E. M. Teodolindo Pereira | 40 | 19 | 15 | 19 | - | - | - | - | 93 |

Fonte: Escolas Municipais de Teófilo Otoni

**Tabela 55 - Matrícula Efetiva de alunos da Educação de Jovens e Adultos
nas Escolas Municipais de Teófilo Otoni**

| Escolas | | 1º segmento | | | 2º Segmento | | | | Total de alunos |
|---------|----------------------------------|-------------|------------|------------|-------------|------------|------------|------------|-----------------|
| | | 1º período | 2º período | 3º Período | 1º período | 2º período | 3º período | 4º período | |
| 2009 | E. M. Honorinda Ferreira Cardoso | 21 | 23 | 09 | - | - | - | - | 53 |
| 2010 | E. M. Honorinda Ferreira Cardoso | 11 | 10 | 17 | - | - | - | - | 38 |
| 2011 | E. M. Honorinda Ferreira Cardoso | 12 | 06 | 11 | - | - | - | - | 29 |
| 2012 | E. M. Honorinda Ferreira Cardoso | 08 | 09 | 16 | - | - | - | - | 33 |
| 2013 | E. M. Honorinda Ferreira Cardoso | 04 | 08 | 14 | - | - | - | - | 26 |
| 2014 | E. M. Honorinda Ferreira Cardoso | 11 | 10 | 19 | - | - | - | - | 40 |
| 2009 | E. M. Maria Ramos | 54 | - | - | - | - | - | - | 54 |
| 2010 | E. M. Maria Ramos | 53 | 15 | - | - | - | - | - | 68 |
| 2011 | E. M. Maria Ramos | 43 | 33 | 71 | - | - | - | - | 92 |
| 2012 | E. M. Maria Ramos | 18 | 33 | 16 | - | - | - | - | 67 |
| 2013 | E. M. Maria Ramos | 32 | 39 | 38 | - | - | - | - | 109 |
| 2014 | E. M. Maria Ramos | 15 | 18 | 25 | - | - | - | - | 58 |
| 2009 | E. M. Sidônio Otoni | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 2010 | E. M. Sidônio Otoni | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 2011 | E. M. Sidônio Otoni | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 2012 | E. M. Sidônio Otoni | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 2013 | E. M. Sidônio Otoni | - | - | - | - | - | - | - | - |

| | | | | | | | | | |
|------|--------------------------|----|----|----|----|---|----|----|-----|
| 2014 | E. M. Sidônio Otoni | 21 | 40 | 18 | 82 | - | 19 | 12 | 192 |
| 2009 | E. M. São Cristóvão | 35 | 09 | - | - | - | - | - | 44 |
| 2010 | E. M. São Cristóvão | 25 | 22 | 24 | - | - | - | - | 71 |
| 2011 | E. M. São Cristóvão | 30 | 16 | 19 | - | - | - | - | 65 |
| 2012 | E. M. São Cristóvão | 16 | 27 | 16 | - | - | - | - | 59 |
| 2013 | E. M. São Cristóvão | 17 | 19 | 19 | - | - | - | - | 55 |
| 2009 | E. M. Teodolindo Pereira | 24 | 24 | 14 | - | - | - | - | 62 |
| 2010 | E. M. Teodolindo Pereira | 23 | 16 | 21 | - | - | - | - | 60 |
| 2011 | E. M. Teodolindo Pereira | 17 | 15 | 15 | - | - | - | - | 47 |
| 2012 | E. M. Teodolindo Pereira | 12 | 14 | 13 | - | - | - | - | 39 |
| 2013 | E. M. Teodolindo Pereira | 21 | 09 | 15 | - | - | - | - | 45 |

Fonte: Escolas Municipais de Teófilo Otoni

Através das tabelas observa-se que o número de matrícula na EJA ainda é muito reduzido, as turmas são pequenas e está mantendo uma constância de matrículas nas escolas.

Metas

Meta Nacional

Meta 10. Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

Meta do Plano Municipal

Meta 1 - Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudos no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de

menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Meta 2 - Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Meta 3 - Elevar a proficiência dos alunos da Educação de Jovens e Adultos do município no decorrer da vigência deste plano.

Meta 4 - Oferecer suporte pedagógico através da Secretaria Municipal de Educação às Escolas Municipais que oferecem a Educação de Jovens e Adultos.

Estratégias

1. Mapear, a partir de 2015 por meio de censo educacional, nos termos do art.5º § 1º da LDB, a população analfabeta, por bairro ou distrito das residências e ou locais de trabalho, visando localizar, incluir e programar a oferta de Educação de Jovens e Adultos para essa população.

2. Criar mecanismos para sensibilizar a população da importância da escolaridade e aumentar a oferta da educação de jovens e adultos nas escolas do município.

3. Incentivar, a partir da vigência deste plano, as empresas públicas e privadas, a motivar o funcionário em defasagem escolar ingresso na Educação de Jovens e Adultos para seus trabalhadores.

4. Realizar um cadastramento escolar da população de 15 anos ou mais que não concluiu o ensino fundamental e oferecer a modalidade a partir dos dados adquiridos.

5. Estabelecer parcerias a partir de 2015 entre município, estado, instituições de ensino superior e entidades sociais, para implementação da Educação de Jovens e Adultos.
6. Realizar, a partir de 2015, anualmente, levantamento, avaliação e divulgação de experiências na Educação de Jovens e Adultos, que constituam referência para os agentes integrados na erradicação do analfabetismo.
7. Garantir, a partir de 2015, o fornecimento de material didático pedagógico, adequado à clientela para os cursos em níveis de ensino fundamental para jovens e adultos, conforme responsabilidade constitucional de cada ente federado.
8. Promover a partir de 2015 a adequação da metodologia para as diversas etapas da Educação de Jovens e Adultos.
9. Reestruturar e fortalecer a partir de 2015, na Secretaria Municipal de Educação, setor próprio incumbido de orientar, acompanhar e avaliar a Educação de Jovens e Adultos na rede municipal de ensino.
10. Garantir a partir de 2015 que os jovens entre 18 e 29 anos concluam o ensino fundamental através do Programa Projovem Urbano.

4.2.1.6 Educação Profissional

Introdução

Em 20 de Dezembro de 1996 foi aprovada a segunda LDB brasileira, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº. 9.394/1996. Essa LDB revogou a primeira LDB, a Lei nº. 4.024/1961 e seus diversos remendos e alterações, incluindo a reforma promovida pela Lei nº 5.692/1971. No Título V da nova Lei, que trata “dos níveis e das modalidades de educação e ensino”, um capítulo é todo dedicado à Educação Profissional. São apenas quatro artigos, mas que marcam decisivamente o início de uma nova era na história da Educação Profissional no Brasil, ao caracterizar a Educação Profissional como “integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia”, de forma a conduzir o educando ao “permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”.

Uma das alterações promovidas na LDB de 1996, em relação à Educação Profissional e Tecnológica, decorre da aprovação da Lei nº. 11.741, de 16 de Julho de 2008. Entretanto, essa alteração não representa, de forma alguma, eventual retorno aos objetivos da reforma de 1971, alterada em 1982 e totalmente revogada em 1996. Essa alteração recente, pelo contrário, enfatiza as orientações assumidas pela Constituição Federal de 1988 e pela LDB de 1996, clareando melhor os elos e as relações entre Educação Básica e Educação Profissional. Assim, o artigo 39 da LDB de 1996, na redação dada pela Lei nº. 11.741/2008 define o novo rumo da Educação Profissional no Brasil: “A Educação Profissional e Tecnológica, no cumprimento dos objetivos da Educação Nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação, e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia e conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”. Esses “cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino”.

A meta para o Plano Decenal é de triplicar as matrículas da Educação Profissional Técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público, conforme orientação das metas do Plano Nacional.

Apesar do aumento de matrículas na Educação Profissional registrado nos últimos anos, escola e mundo do trabalho carecem de sintonia. As rápidas transformações proporcionadas pelas novas tecnologias e os novos perfis profissionais, que valorizam muito mais a criatividade e a capacidade de relacionar conhecimentos de forma interdisciplinar, na busca pela resolução de problemas, ainda são características pouco valorizadas nos cursos de formação profissional. Além disso, a amarra das disciplinas obrigatórias sobrecarrega o Ensino Médio profissionalizante, pois o aluno é obrigado a cumprir não apenas as disciplinas relacionadas ao curso como também toda a carga do Ensino Médio regular.¹

Compete à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, conforme Art. 13 do Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012:

- Planejar, orientar, coordenar e avaliar o processo de formulação e implementação da Política de Educação Profissional e Tecnológica;
- Promover o desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica em consonância com as políticas públicas e em articulação com os diversos agentes sociais envolvidos;
- Definir e implantar política de financiamento permanente para a Educação Profissional e Tecnológica;
- Promover ações de fomento ao fortalecimento, à expansão e à melhoria da qualidade da Educação Profissional e Tecnológica;
- Instituir mecanismos e espaços de controle social que garantam gestão democrática, transparente e eficaz no âmbito da política pública e dos recursos destinados à Educação Profissional e Tecnológica;

¹ <http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/11-educacao-profissional>

- Fortalecer a Rede Pública Federal de Educação Profissional e Tecnológica, buscando a adequada disponibilidade orçamentária e financeira para a sua efetiva manutenção e expansão;
- Promover e realizar pesquisas e estudos de políticas estratégicas, objetivando o desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica;
- Desenvolver novos modelos de gestão e de parceria público-privada, na perspectiva da unificação, otimização e expansão da Educação Profissional e Tecnológica;
- Estabelecer estratégias que possibilitem maior visibilidade e reconhecimento social da Educação Profissional e Tecnológica;
- Apoiar técnica e financeiramente o desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica dos sistemas de ensino, nos diferentes níveis de governo;
- Estabelecer mecanismos de articulação e integração com os sistemas de ensino, os setores produtivos e demais agentes sociais no que diz respeito à demanda quantitativa e qualitativa de profissionais, no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica;
- Acompanhar e avaliar as atividades desenvolvidas pela Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica;
- Elaborar, manter e atualizar o catálogo nacional de cursos técnicos e o catálogo nacional de cursos de formação inicial e continuada, no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica; e
- Estabelecer diretrizes para as ações de expansão e avaliação da Educação Profissional e Tecnológica em consonância com o Plano Nacional de Educação - PNE.

A Educação Profissional Técnica de Nível Médio abrange tanto a habilitação profissional específica, quanto as qualificações profissionais iniciais ou intermediárias - organizadas de forma independente ou como etapas ou módulos – e a especialização profissional pós-técnico de nível médio, presentes no itinerário formativo da referida habilitação profissional de técnico de nível médio.

Segundo orientação do Decreto nº. 5.154/2004 e da Lei nº. 11.741/2008, a articulação entre a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, prevista no Catálogo Nacional, e o Ensino Médio, como etapa da consolidação da Educação Básica, poderá ocorrer nas formas integradas, contando com matrícula única para cada aluno; concomitante, na qual a complementaridade entre a Educação Profissional e o Ensino Médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer na mesma instituição de ensino ou em instituições de ensino distintas; bem como na forma subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o Ensino Médio.

O Parecer CNE/CEB nº. 39/2004 atualizou o conjunto das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio aos dispositivos do Decreto nº. 5.154/2004, o qual se tornou referência básica para a definição dos termos da Lei nº. 11.741/2008, que alterou dispositivos normativos da LDB de 1996 em relação à Educação Profissional e Tecnológica. Ele registra uma orientação quanto às etapas a serem observadas pelas instituições educacionais para o fim de organização curricular de seus cursos de educação profissional e tecnológica, e conseqüente elaboração dos planos de curso a serem submetidos à devida apreciação dos órgãos superiores competentes, em cada sistema de ensino. São elas:

- Concepção e elaboração do projeto pedagógico da escola, nos termos dos Artigos 12 e 13 da LDB;
- Definição do perfil profissional do curso, a partir da caracterização dos itinerários formativos e de profissionalização nas respectivas áreas profissionais;
- Clara definição das competências profissionais a serem desenvolvidas, à vista do perfil profissional de conclusão proposto, considerando, nos casos das profissões legalmente regulamentadas, as atribuições funcionais definidas em lei;
- Identificação dos conhecimentos, habilidades, atitudes e valores a serem trabalhados pelas escolas para o desenvolvimento das requeridas competências profissionais, objetivando o desenvolvimento de uma educação integral do cidadão trabalhador;

- Organização curricular, seja por disciplinas, seja por projetos ou por núcleos temáticos incluindo quando requeridos, o estágio profissional supervisionado e eventual trabalho de conclusão de curso;
- Definição dos critérios e procedimentos de avaliação das competências profissionais constituídas e de avaliação da aprendizagem e da Educação Profissional;
- Elaboração dos planos de curso e dos projetos pedagógicos de cursos a serem submetidos à apreciação dos órgãos superiores competentes em cada sistema de ensino;
- Inserção do plano de curso de técnico de nível médio no Cadastro Nacional de Cursos Técnicos de nível médio, organizado e mantido pelo MEC, para fins de divulgação em nível nacional, hoje colocado no âmbito do SISTEC - Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica, objeto do Parecer CNE/CEB nº 14/2009 e seu Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio, instituído pela Portaria Ministerial nº 870/2008, com base na Resolução CNE/CEB nº 03/2008 e Parecer CNE/CEB nº 11/2008.

Diagnóstico

Em 2012, tentou-se implantar o Projovem Urbano em nosso município com o intuito de que o Programa Nacional de Inclusão de Jovens, entre 18 e 29 anos, visasse à conclusão da etapa do Ensino Fundamental por meio da modalidade de Educação de Jovens e Adultos integrada à qualificação profissional, no arco Vestuário, e o desenvolvimento de ações comunitárias com exercício da cidadania. Entretanto, naquele ano não houve número suficiente para que o programa se viabilizasse.

Ainda em 2010-2012, implantou-se o Projovem Trabalhador em Teófilo Otoni/MG, cujo objetivo do programa é preparar o jovem para o mercado de trabalho e para ocupações alternativas geradoras de renda. Puderam se inscrever no programa, jovens desempregados com idades entre 18 e 29 anos, com renda per capita familiar de até um salário mínimo. Em 2010 foram 15 turmas, com um total de 535 alunos. Os arcos foram: pedreiro, eletricista,

madeira-móveis, serviços pessoais, mecânica de motos, administração, paisagismo, alimentação e turismo, hospitalidade. O programa ofereceu, em 2012, 22 arcos ocupacionais de qualificação: pedreiro, eletricista, madeira-móveis, serviços pessoais, mecânica de motos, administração, paisagismo, alimentação e turismo, hospitalidade, atendente de farmácia/balconista, gestão pública 3º setor, agro extrativismo, piscicultura.

De 2005 a 2014, o município de Teófilo Otoni/MG ampliou a sua Educação Profissional, passando desde a rede de ensino particular até a rede de ensino federal, conforme o quadro abaixo:

**Tabela 56 – Instituições de Educação Profissional;
Mantenedoras/Parcerias; cursos ofertados e Rede de Ensino**

| Instituição | Mantenedoras/ Parceiras | Cursos Ofertados | Rede de Ensino |
|---|---|----------------------------------|-----------------------|
| Escola Técnica Egídio José da Silva | Até 2013 PEP/ a partir 2014 SISUTEC | Técnico em Análises Clínicas | Particular |
| | | Técnico em Farmácia | |
| | | Técnico em Higiene Dental | |
| | | Técnico em Nutrição Dietética | |
| | | Técnico em Prótese Dentária | |
| | Técnico em Segurança do Trabalho | | |
| | FATEGÍDIO | Técnico em Enfermagem | |
| | | Técnico em Radiologia | |
| SENAI | Sistema FIEMG | Aperfeiçoamento e | Federal |

| | | | |
|---|-------|--|------------|
| | | Qualificação | |
| | | Aprendizagem Industrial | |
| | | Técnico em Administração | |
| | | Técnico em Informática | |
| | | Técnico em Segurança do Trabalho | |
| Centro de Educação Profissional Paulo Viana - CEP | | Técnico em Joalheria (inativo) | Estadual |
| | | Técnico em Informática | |
| | | Técnico em Contabilidade | |
| Escola Técnica de Formação Gerencial - ETFG /SEBRAE | | Desde 1998 Técnico em Administração | Particular |
| Escola Técnica Rural Luterana (Internato Rural) | | Técnico em Agropecuária | Particular |
| | | Técnico em Informática | |
| | | Técnico em Mecânica | |
| IFET/ IFNMG | E-TEC | Técnico em Hospedagem e Turismo | Federal |
| | | Técnico em Agente Comunitário de Saúde | |

| | | | |
|--|-------------------------------------|--------------------------------------|------------|
| | | Técnico em Transações Imobiliária | |
| TOP LINE | | Técnico em Informática | Particular |
| Turma Descentralizada da Escola de Saúde Pública de Minas Gerais de Belo Horizonte (no Colégio Doctum) | | Técnico em Saúde Bucal | |
| Colégio DOCTUM (antigo Centro Educacional (Lagoa do Piau) | Até 2013 PEP/ a partir 2014 SISUTEC | Técnico em Secretariado Particular | Particular |
| | | Técnico em Enfermagem | |
| | | Técnico em Farmácia | |
| | | Técnico em Informática para Internet | |
| | | Técnico em Química | |
| | | Técnico em Rede de Computadores | |
| | | Técnico em Segurança do Trabalho | |
| | | Técnico em Vigilância em Saúde | |
| | | Técnico em Comércio | |

| | | | |
|------------------------------|--------|-----------------------------|----------|
| | | Técnico em Análise Clínicas | |
| | | Técnico em Agronegócio | |
| CESEC | Estado | Técnico em Contabilidade | Estadual |
| E. E. Alberto Barreiros | | Técnico em Contabilidade | |
| E. E. Alfredo Sá | | Técnico em Informática | |
| E. E. Ione Lewick Cunha Melo | | Técnico em Contabilidade | |

A Instituição SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO (SESC) sob o CNPJ nº 03.643.856/0017-30, situada na Avenida Bernardo Barbosa Laender, 146, Bairro São Diogo foi criada e é mantida pelos empresários do comércio de bens, serviços e turismo. 1% da verba compulsória é revertida para o SESC.

O SESC oferece cursos na modalidade livre, sendo alguns gratuitos e outros pagos.

Tabela 57 – Programas, Cursos e número de alunos da Instituição SESC

| PROGRAMAS | CURSOS | QUANTIDADE DE ALUNOS |
|-----------|---------------------|----------------------------------|
| ESPORTE | ACADEMIA | 412 |
| | FUTSAL | 24 |
| | HIDROGINÁSTICA | 164 |
| | NATAÇÃO | 124 |
| CULTURA | ORQUESTRA DE CÂMARA | 90 |
| | BALLET | Os cursos da cultura, excetuando |
| | CLARINETA | |

| | | |
|-------------|----------------------------|--|
| | CORAL | a Orquestra de Câmara totalizam 235 alunos. |
| | DANÇA DO VENTRE | |
| | DESENHO | |
| | FLAUTA | |
| | JAZZ | |
| | PINTURA | |
| | TEATRO | |
| | VIOLÃO | |
| | VIOLINO | |
| ASSISTÊNCIA | SESC + GRUPOS ADOLESCENTES | 256 |
| | SESC + GRUPOS IDOSOS | 297 |

Gráfico 37 – Percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional

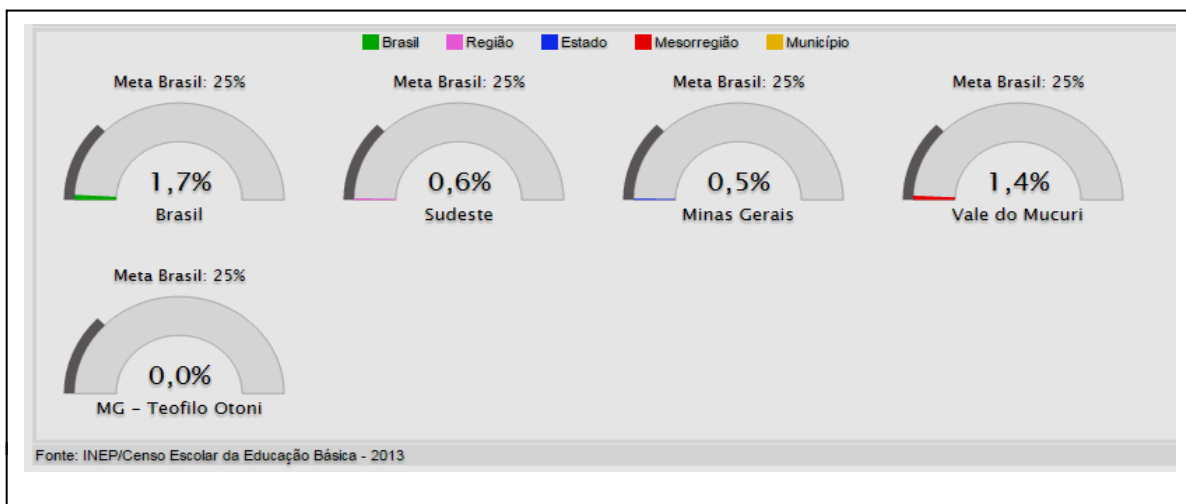


Gráfico 38 – Matrículas em educação profissional técnica de nível médio

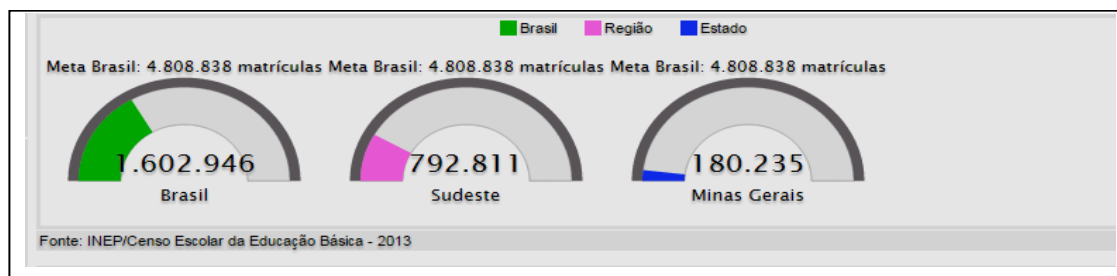
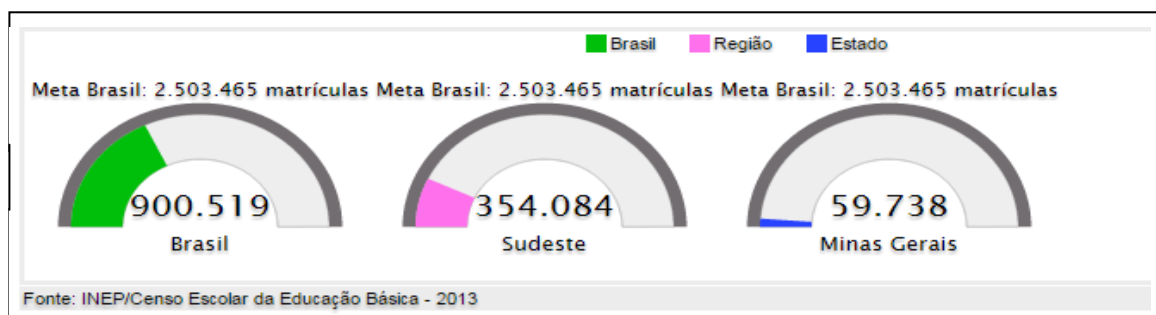


Gráfico 39 – Matrículas em educação profissional técnica de nível médio na rede pública



Observa-se nos gráficos acima que Teófilo Otoni está aquém do estabelecido na meta nacional quanto ao percentual de matrículas de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional, bem como, em educação profissional técnica de nível médio.

Metas

Meta Nacional

Meta 11 - Triplicar as matrículas da Educação Profissional Técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público.

Metas do Plano Municipal

Meta 1 - Oferecer a partir da vigência deste plano no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) observando a meta nacional das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensino fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

Meta 2 - Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio a partir da vigência deste plano assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) observando a meta nacional da expansão no segmento público.

Estratégias

1. Sensibilizar a população de jovens e adultos da importância do curso profissionalizante e criar oferta da educação de jovens e adultos nas escolas profissionalizantes do município.
2. Incentivar, a partir da vigência deste plano, as empresas públicas e privadas, a motivar os funcionários a ingressar nos cursos profissionalizantes.
3. Divulgar a modalidade de ensino profissionalizante ofertadas pelo município e garantir a qualidade da oferta.
4. Formar parcerias a partir de 2016 com base nos artigos 39, 40 e 42 da LDB, a partir de 2016, cursos profissionalizantes entre o poder público, o “Sistema S” (SENAI, SENAC, SENAT, SENAR, SESC, SEBRAE, SESI), cursos do polo da UAB, dos setores produtivos e das organizações não governamentais profissionalizantes.
5. Realizar, a partir da vigência do plano, o mapeamento da demanda de mercado de trabalho, para nortear a implantação de novos cursos vinculados ao ensino regular ou cursos livres.
6. Implantar, mediante convênio com o Estado e União, cursos técnicos de nível médio conforme demanda regional.
7. Apoiar o CEP – Centro de Educação Profissional e fomentar a ampliação e diversificação dos cursos de nível básico e pós-médio.

4.2.2 Superação das Desigualdades e Valorização das Diferenças

Introdução

A transformação da escola em um ambiente educacional inclusivo, que respeite as diferenças dos alunos tem sido um desafio para aqueles envolvidos com a educação. No entanto é lenta e tem demandado esforços de todos os profissionais que nela atuam. Dúvidas e dificuldades surgem por parte dos professores e dirigentes de escolas, para atender aos princípios da educação inclusiva.

A Educação Especial no Brasil se organizou com o isolamento das pessoas com deficiência, segregadas totalmente em instituições. Como alternativa para a segregação total foi criadas escolas especiais, classes especiais e organizações especializadas que orientavam suas práticas através de um atendimento clínico terapêutico. Assim, esse público de alunos deveria ser “capacitado” para estarem juntos com as demais pessoas sem deficiência e depois de avaliado, ser ou não aceito no grupo ou na sociedade.

Assim, conceber a pessoa com deficiência um ser de direitos, só seria possível por meio de uma reorganização total, ideológica e atitudinal, rompendo assim com a ideia de normatização incutida na sociedade. Nessa perspectiva, a fim de minimizar a segregação de pessoas com deficiência do sistema de ensino comum e favorecer o que foi denominado por Inclusão Social, a partir da década de 1990, o movimento pela Escola Inclusiva propiciou uma gradativa reforma no sistema educacional brasileiro, o qual continua até os dias atuais.

Em Teófilo Otoni, esse movimento tomou impulso no início de 2005, quando se tornou polo do Programa Educação Inclusiva, Direito à Diversidade, com objetivo de transformar-se em um sistema educacional inclusivo e contribuir com outros 45 municípios (hoje 42) de abrangência, com o mesmo fim.

Para a efetivação do reconhecimento e respeito à diversidade, na escola, tem-se que recorrer às políticas públicas que subsidiam o funcionamento do processo educacional. Estas divulgam a ideia de uma Escola como esfera

educacional que atenda a todos os alunos, independentemente das suas diferenças.

Toda criança, adolescente, jovem e adulto tem o direito a estudar em uma escola regular, pública e de qualidade. Esse direito vale também para estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, público alvo da **Educação Especial**.

A educação especial é definida como uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, que disponibiliza recursos e serviços, realiza o atendimento educacional especializado e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular.

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial.

Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restritas, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil.

Alunos com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes.

Um mundo verdadeiramente inclusivo é possível e bom para todos. Nele, desenvolvemos nossas capacidades e nos transformamos interna e externamente, pela força de ambientes de vida acolhedores, nos quais temos assegurado o direito de aprender uns com os outros e sermos reconhecidos como cidadãos plenos, a partir de experiências socioeducativas que não nos categorizam, não nos discriminam.

Diagnóstico

4.2.2.1 Educação Especial/Inclusiva

Segundo dados do Censo Demográfico de 2010, feito pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Brasil tem 45,6 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, ou seja, aproximadamente um em cada cinco habitantes.

Segundo dados do Censo Escolar da Educação Básica / MEC – INEP, em 2013, das 843 mil matrículas de estudantes com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), e Altas habilidades/superdotação 648,9 mil (77%) estavam em classes regulares. Mas nem sempre foi assim. Até 2007, a maioria dos alunos público alvo da Educação Especial estudavam em escolas especiais, segregados dos demais estudantes, em muitos casos sem acesso à base curricular comum em vigência no Brasil e privados da convivência com os demais alunos.

A meta brasileira é chegar a 100% de matrículas em escolas inclusivas. O novo programa do Governo Federal – Educação Infantil 100% Inclusiva, já conta com a adesão do município de Teófilo Otoni para sua implantação.

Os alunos público-alvo da Educação Especial matriculados nas classes comuns da rede municipal, também são matriculados no contra turno, no Atendimento Educacional Especializado (AEE), nas Salas de Recursos Multifuncionais. O AEE não substitui o direito à escolaridade em salas comuns das escolas regulares. Todo estudante com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades e superdotação tem direito ao AEE: acesso a atividades e recursos pedagógicos e de acessibilidade, o qual deve ocorrer no contraturno, de maneira complementar ou suplementar, gratuitamente, em salas de escolas regulares ou em centros da rede pública de ensino.

No município de Teófilo Otoni o número oficial de atendimento nas escolas da Rede Municipal de ensino, segundo o Censo Escolar da Educação Básica / MEC - INEP foi o seguinte nos últimos anos:

Tabela 58 - Número oficial de atendimento nas escolas da Rede Municipal de Ensino, segundo o Censo Escolar da Educação Básica / MEC – INEP

| ANO | EDUCAÇÃO ESPECIAL | ATENDIDOS NO AEE |
|------|-------------------|------------------|
| 2006 | 69 | * |
| 2007 | 40 | * |
| 2008 | 70 | 27 |
| 2009 | 130 | 68 |
| 2010 | 184 | 119 |
| 2011 | 172 | 110 |
| 2012 | 132 | 63 |
| 2013 | 120 | 61 |

Fonte: Núcleo de Educação inclusiva e Diversidade da Secretaria Municipal de Educação de Teófilo Otoni

Percebe-se que o número de alunos atendidos no Atendimento Educacional Especializado (AEE) diminuiu devido à saída dos alunos do Ensino Fundamental Inicial da rede municipal para o Ensino Fundamental Final na rede estadual.

Dados ainda do Censo Escolar da Educação Básica apontam que no Brasil apenas 12% das escolas de Educação Básica têm sala de recursos multifuncionais para o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Na Rede Municipal de Ensino existem salas de recursos em funcionamento nas seguintes escolas:

- Escola Municipal Irmã Maria Amália;
- Escola Municipal São Cristóvão;
- Escola Municipal Doralice Arruda;
- Escola Municipal Honorinda Ferreira Cardoso;
- Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida;
- Escola Municipal Sidônio Otoni;

- Escola Municipal Teodolindo Pereira;
- Centro Solidário de Educação Infantil;
- Escola Municipal Geraldo Leão Lopes.

Na Rede Estadual de Ensino existem salas de recursos em funcionamento nas seguintes escolas:

- Escola Estadual Prefeito Germano Augusto de Souza;
- Escola Estadual Pastor Hollerbach;
- Escola Estadual Frei Antelmo Kropman;
- Escola Estadual Geraldo Landi;
- Escola Estadual Glória Penchel;
- Escola Estadual Sebastião Ramos.

Quanto mais cedo se der a intervenção educacional, mais eficaz ela se tornará no decorrer dos anos, produzindo efeitos mais profundos sobre o desenvolvimento das crianças. Por isso, o atendimento deve começar precocemente, inclusive como forma preventiva, desde a Educação Infantil.

Existem avaliações simples, que podem ser aplicadas pelos professores, para a identificação desses problemas e seu adequado atendimento. Nessa perspectiva a Sala de Recursos Multifuncionais do Centro Solidário de Educação Infantil oferece AEE, desde 2010, às crianças até 5 anos de idade, de creches e unidades da Educação Infantil.

Está em processo de organização a Sala de Recurso Multidisciplinar da Escola Municipal Inácio Pereira Guimarães, situada no campo.

O Atendimento Educacional Especializado para os alunos de escolas municipais que não possuem salas próprias é oferecido nas escolas municipais citadas, recebendo o aluno, transporte escolar para esse acesso.

A identificação das crianças e adolescentes com altas habilidades (superdotadas ou talentosas), ainda não acontece no município em função da inexistência de uma equipe de profissionais especializados que possam avaliá-los.

A formação continuada de educadores para o atendimento aos alunos público-alvo da Educação Especial tem sido uma das ações mais presentes no município de Teófilo Otoni.

Fazendo um cruzamento de informações do Programa de Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) na Escola com o Censo Escolar já se pode afirmar que, no Brasil, quase 136.285 mil crianças e adolescentes com deficiências de 0 a 18 anos, estão fora das salas de aula.

Gráfico 40 - Percentual da população de 4 a 17 anos com deficiência que frequenta a escola

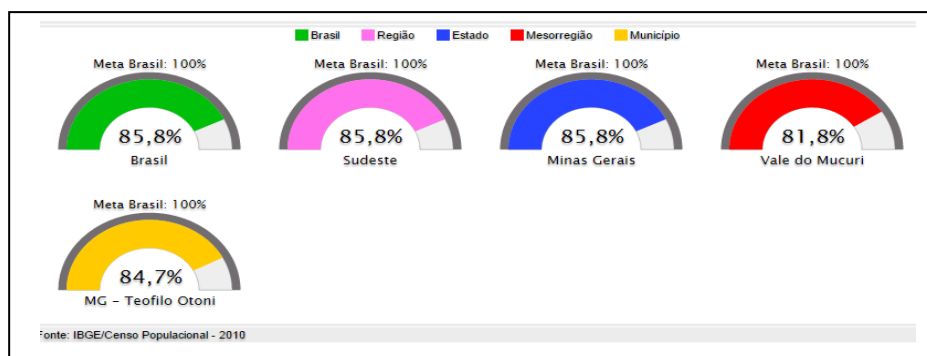


Tabela 59 – Matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados em classes comuns

| Matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados em classes comuns. | | | | |
|--|---------|----------|-------------|-------|
| Ano | Pública | Privadas | Conveniadas | Total |
| 2007 | 188 | 7 | 1 | 196 |
| 2008 | 207 | 5 | 1 | 213 |
| 2009 | 261 | 6 | 0 | 267 |
| 2010 | 327 | 7 | 2 | 336 |
| 2011 | 483 | 12 | 2 | 497 |
| 2012 | 533 | 14 | 1 | 548 |
| 2013 | 525 | 5 | 8 | 538 |

Fonte: MEC/ INEP/ DEED/Censo Escolar/ Preparação: Todos Pela Educação.
Observação: As escolas denominadas como “conveniadas” são as comunitárias, confessionais ou filantrópicas conveniadas com o Poder Público.

Tabela 60 - Matrículas em Salas Comuns - Rede Pública por Etapa de Ensino

| Matrículas em Salas Comuns - Rede Pública por Etapa de Ensino | | | | | |
|---|--------------|--------------------------|------------------------|------------|-------|
| Ano | Ed. Infantil | Ens. Fund. Anos Iniciais | Ens. Fund. Anos Finais | Ens. Médio | Total |
| 2007 | 9 | 146 | 28 | 6 | 189 |
| 2008 | 7 | 147 | 43 | 9 | 206 |
| 2009 | 10 | 188 | 41 | 13 | 252 |
| 2010 | 11 | 255 | 38 | 9 | 313 |
| 2011 | 9 | 406 | 56 | 18 | 489 |
| 2012 | 11 | 416 | 91 | 21 | 539 |
| 2013 | 6 | 341 | 144 | 25 | 516 |

Fonte: MEC/ INEP/ DEED/Censo Escolar/ Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 61 - Salas de Recursos Multifuncionais - Localidade: Urbana - Salas em Uso - Todas as Redes

| Salas de Recursos Multifuncionais - Localidade: Urbana | | | | | |
|--|-----------|----------|---------|---------|-------|
| Salas em Uso - Todas as Redes | | | | | |
| Ano | Municipal | Estadual | Federal | Privada | Total |
| 2009 | 2 | 3 | 0 | 1 | 6 |
| 2010 | 5 | 3 | 0 | 0 | 8 |
| 2011 | 5 | 5 | 0 | 0 | 10 |
| 2012 | 5 | 4 | 0 | 0 | 9 |
| 2013 | 7 | 6 | 0 | 0 | 13 |

Fonte: MEC/ INEP/ DEED/Censo Escolar/ Preparação: Todos Pela Educação.

Tabela 62 - Salas de Recursos Multifuncionais - Localidade: Urbana - Salas sem utilização - Todas as Redes

| Salas de Recursos Multifuncionais - Localidade: Urbana | | | | | |
|--|-----------|----------|---------|---------|-------|
| Salas sem Utilização - Todas as Redes | | | | | |
| Ano | Municipal | Estadual | Federal | Privada | Total |
| 2009 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2010 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 |
| 2011 | 0 | 1 | 0 | 1 | 2 |
| 2012 | 2 | 1 | 0 | 0 | 3 |
| 2013 | 1 | 1 | 0 | 0 | 2 |

Fonte: MEC/ INEP/ DEED/Censo Escolar/ Preparação: Todos Pela Educação.

Observação: Não há registros de Salas de Recursos Multifuncionais na Zona Rural em nenhuma das redes de ensino até 2013.

Tabela 63 - Alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que recebem Atendimento Educacional Especializado

| Ano | Alunos AEE | Docentes AEE | | Intérpretes Libras | Docentes Libras |
|------|------------|--------------|---------|--------------------|-----------------|
| | | Pública | Privada | | |
| 2009 | 187 | 8 | 4 | | 1 |
| 2010 | 175 | 14 | 0 | | 1 |
| 2011 | 228 | 16 | 0 | 14 | 4 |
| 2012 | 188 | 18 | 0 | 10 | 3 |
| 2013 | 266 | 27 | 0 | 10 | 0 |

Fonte: MEC/ INEP/ DEED/Censo Escolar/ Preparação: Todos Pela Educação.

4.2.2.2 Elevação da escolaridade/diversidade

A meta 8, além de traçar um objetivo claro em relação ao número de anos de escolaridade da população (no mínimo 12 anos de estudo), explicita a urgência do País em reduzir as desigualdades entre ricos e pobres, entre brancos e negros, entre a cidade e o campo. Entretanto, a conquista dessa meta

não pode se restringir ao atingimento do número. Para reduzir, de fato, a desigualdade, é preciso que a Educação oferecida a toda população adquira os mesmos (e melhores) padrões de qualidade.

Gráfico 41 – Escolaridade média da população de 18 a 29 anos

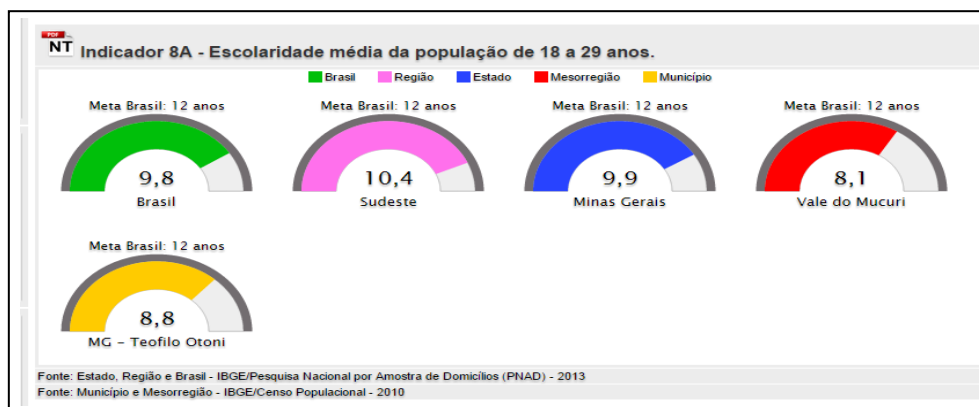


Gráfico 42 – Escolaridade média da população de 18 a 29 anos residente em área rural

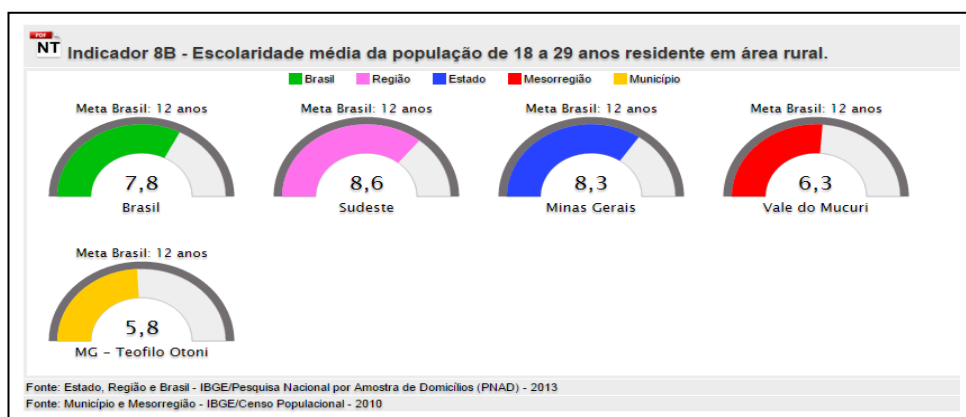


Gráfico 43 – Escolaridade média da população de 18 a 29 anos residente entre os 25% mais pobres

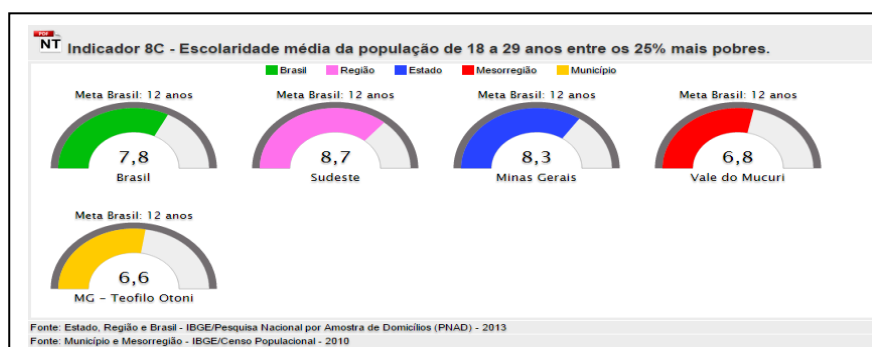
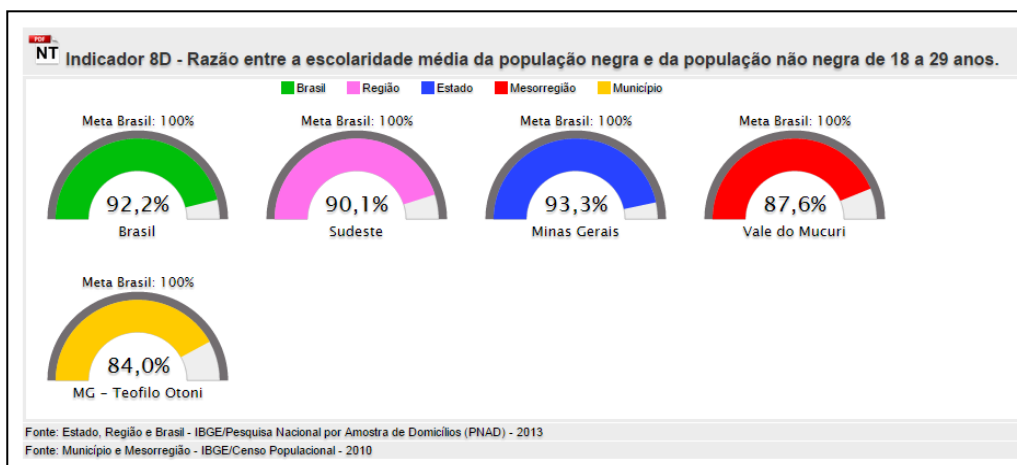


Gráfico 44 – Razão entre a escolaridade média da população negra e da população não negra de 18 a 29 anos



Na perspectiva de uma Educação Inclusiva, a Secretaria Municipal de Educação de Teófilo Otoni, conta com um núcleo denominado “Educação Inclusiva e Diversidade”, com 1 (uma) Coordenadora; 1 (um) Instrutor de Libras e 5 (cinco) Pedagogas, desenvolvendo a Política da Educação Especial e Diversidade. Conta ainda com 16 (dezesesseis) Professoras do AEE, que atuam nas Salas de Recursos Multifuncionais e 60 (sessenta) acadêmicos que atuam como profissionais de apoio, em classes com matrículas de alunos, público-alvo da Educação Especial.

Metas

Meta Nacional

Meta 4: universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Meta 8 - Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano, para as populações do

campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Metas do Plano Municipal

Meta 1 - Fomentar a partir da vigência deste PME a formação continuada de professores para atendimento educacional especializado nas escolas urbanas, do campo, indígenas e de comunidades quilombolas, em todos os níveis e modalidades de ensino.

Meta 2 - Otimizar a partir da vigência deste plano o atendimento do Programa de Saúde na Escola (PSE) que visa à integração e articulação da educação e da saúde, proporcionando melhoria da qualidade de vida do educando, articulado com a Estratégia Saúde da Família, Saúde em Casa e NASF ampliando as equipes com outros profissionais como: psicopedagogo, assistente social, psicólogo, fonoaudiólogo.

Meta 3 - Promover ao longo deste PME a adequação da metodologia e do material didático-pedagógico e de acessibilidade para as diversas etapas, níveis e modalidades da educação, eliminando as barreiras e atendendo a demanda da Educação Inclusiva e Diversidade.

Meta 4 - Promover, em até cinco anos, a ampliação e reforma dos prédios escolares de modo que funcionem com infraestrutura adequada, atendendo as normas de acessibilidade arquitetônica, urbanística, mobiliária e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação.

Meta 5 - Desenvolver ações, em até três anos, através da modalidade de Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional, que possibilitem a ampliação de oportunidades de escolarização e formação do aluno com deficiência para ingresso no mundo do trabalho e efetiva participação social.

Meta 6 - Garantir, durante a vigência desse plano, a designação de professores, na rede municipal e privada, com especialização adequada em nível médio ou

superior, para atuar como apoio individualizado dos alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento.

Meta 7 - Criar, em até três anos Núcleo de Altas Habilidades e Superdotação (NAHS) para avaliar e subsidiar os alunos em seu percurso escolar, inserindo-os em projetos de iniciação científica e outros.

Meta 8 - Fomentar em dois anos a criação do grupo gestor do Benefício de prestação Continuada (BPC NA ESCOLA), formado pelas Secretarias: Educação, Saúde e Assistência Social e do Fórum Intersectorial da Educação Especial.

Meta 9 - Inserir, em até dois anos, na Grade Curricular da Educação Infantil e Ensino Fundamental a LIBRAS tendo como profissional, um educador habilitado preferencialmente surdo, usuário nativo da Língua de Sinais.

Estratégias

1. Fazer cadastramento das escolas com público-alvo da Educação Especial, inserido no Educacenso, para solicitação de Salas de Recursos Multifuncionais, visando à adequação da disponibilidade de espaço físico, bem como da estrutura de acessibilidade do mesmo.
2. Solicitar, junto ao Executivo Municipal, elaboração de Lei para criação de cargos para Psicopedagogo, Assistente Social, Odontólogo, Fonoaudiólogo, Psicólogo, Psiquiatra Infantil, Fisioterapeuta, Terapeuta Ocupacional para atuarem na Educação.
3. Mobilizar profissionais da equipe pedagógica para estudos com o propósito de promover a adequação da metodologia, do material didático-pedagógico e de acessibilidade para as diversas etapas, níveis e modalidades da educação, para os alunos que apresentem necessidades educacionais especiais.

4. Solicitar junto à Reitoria da Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e demais universidades, a oferta de cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão específicos para atender a demanda da Educação Inclusiva e Diversidade com a participação de todos os educadores.
5. Solicitar, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, ações do PRONATEC voltadas para a oferta de cursos e oficinas que incluam pessoas com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento visando à inclusão das mesmas no mercado de trabalho.
6. Solicitar junto ao Conselho Municipal de Educação criação de resolução que estabeleça cumprimento do inciso III do artigo 59 da LDB/96, que prevê a inserção no quadro de pessoal da rede, cargos para professores especializados para atuarem na Educação Especial, incluindo professor com formação em Letras Libras, Professor de apoio, Instrutor/Professor de LIBRAS (preferencialmente surdo), Intérprete de LIBRAS, Professor de Braille.
7. Mobilizar as Secretarias de Saúde e Assistência Social, para junto com a Secretaria Municipal de Educação formalizar a criação do grupo gestor para implementação do Programa Benefício de Prestação Continuada (BPC) na escola, bem como para criação do Fórum Intersetorial da Educação Especial.
8. Implementar programas de Educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associada a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial.

4.2.3 Valorização dos Profissionais da Educação

Introdução

A luta pela qualidade da educação pública não é algo recente e, no tocante à valorização dos docentes, o país já teve diversos tipos de planos e políticas públicas, como é o caso do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), de 2007, que trata da remuneração dos professores da educação básica, os níveis de aprendizagem na alfabetização e o desempenho das administrações municipais na organização adequada das escolas; a Lei 11.738, de 2008, que institui o piso salarial nacional para os profissionais da educação; as Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, de 2009 e mais recentemente, o Plano Nacional de Educação, em 2014, fundamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996 que afirma que o compromisso com a melhoria da qualidade do ensino não poderá ser cumprido sem a valorização do magistério, uma vez que os docentes constituem o centro de todo o processo educacional.

Das 20 metas apresentadas na proposta do PNE, pelo menos quatro estão diretamente ligadas ao principal desafio dos gestores públicos com relação à educação: a valorização dos profissionais do magistério.

A meta 15 estabelece a garantia, em regime de colaboração entre a União, Estado, Distrito Federal e Municípios, de que no quinto ano de vigência do PNE pelo menos 85% dos professores possuam formação específica de nível superior e esse número chegue aos 100% no décimo ano de vigência do Plano. Isso será assegurado através de uma política nacional de formação e valorização dos profissionais da educação e os professores deverão se graduar na área de conhecimento na qual atuam.

Outra meta fundamental para a valorização dos professores é a 16, que prevê a formação em pós-graduação de pelo menos 35% dos professores da educação básica, até o quinto ano de vigência do PNE e 50% dos professores

até o décimo ano. Atualmente, apenas 24% dos professores do ensino básico possuem alguma pós-graduação.

A meta seguinte do PNE também trata da valorização, determinando que ao final do quinto ano de vigência haja uma equiparação de 80% e que chegue aos 100% no décimo ano, dos rendimentos médios dos profissionais das redes públicas da educação básica ao rendimento dos demais profissionais, com escolaridade equivalente.

Por último, a meta 18 assegura a existência de planos de cargos e carreiras para os profissionais da educação básica pública em todos os sistemas de ensino, tendo como referência o piso salarial nacional. Atualmente, 50% dos docentes da educação básica não possuem planos de carreiras.

Portanto, o desafio de equacionar o problema da qualidade da Educação Básica no Brasil, passa necessariamente pela formulação de políticas sistêmicas de colaboração entre os entes federados em prover condições equânimes de financiamento e em conseguir transformar o magistério em profissão atraente, bem formada e que tenha condições de trabalho capazes de reter os bons profissionais. O presente estudo tenta desvelar como está estruturada a carreira docente no município de Teófilo Otoni e analisar em que medida esta tem contribuído para melhoras efetivas na atratividade, formação e remuneração dos professores.

Diagnóstico

4.2.3.1 Formação dos Professores

Garantir que todo professor da Educação Básica tenha formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atua estipulado na meta 15 do Plano Nacional de Educação, é um dos grandes desafios que o país enfrenta nos dias atuais. Em Teófilo Otoni não é diferente, mesmo estando com uma porcentagem de professores licenciados maior do que a média nacional.

Tabela 64 - Porcentagem de professores da Educação Básica com curso superior

| Porcentagem de professores da Educação Básica com curso superior | | | | | | |
|--|--------------|-------|------------------|-----|------------------|-------|
| Ano | Com superior | | Sem licenciatura | | Com licenciatura | |
| 2007 | 86,1% | 1.326 | 7,4% | 114 | 78,7% | 1.212 |
| 2008 | 87,2% | 1.435 | 4,8% | 79 | 82,4% | 1.356 |
| 2009 | 87,7% | 1.332 | 4,9% | 75 | 82,8% | 1.257 |
| 2010 | 85,3% | 1.367 | 5,8% | 93 | 79,5% | 1.274 |
| 2011 | 85% | 1.392 | 12,6% | 207 | 72,4% | 1.185 |
| 2012 | 84% | 1.329 | 12,8% | 203 | 71,2% | 1.126 |
| 2013 | 82,4% | 1.327 | 11,6% | 187 | 70,8% | 1.140 |

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Gráfico 45 - Porcentagem de professores da Educação Básica com curso superior

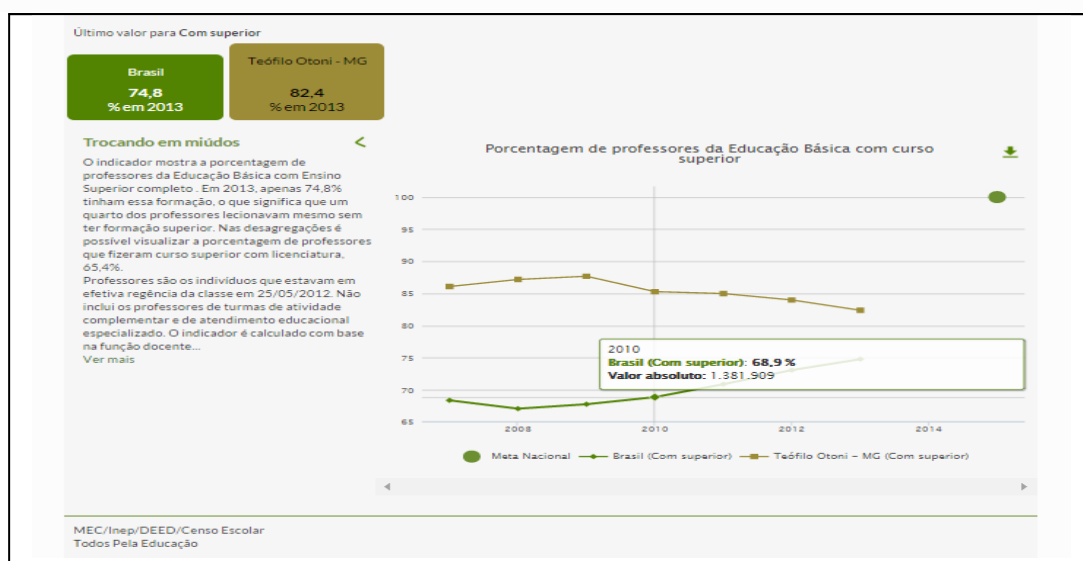


Tabela 65 – Porcentagem de professores da Educação Básica com Pós-Graduação

| Porcentagem de professores da Educação Básica com Pós-Graduação | | |
|---|--------------------|-----|
| Ano | Total do indicador | |
| 2007 | 22,1% | 341 |
| 2008 | 30,6% | 504 |
| 2009 | 29,5% | 448 |
| 2010 | 30,9% | 496 |
| 2011 | 31,8% | 521 |
| 2012 | 31,2% | 493 |
| 2013 | 31,9% | 513 |

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 66 – Número de Docente Ativo, por Dependência Administrativa, segundo a Escolaridade e o tipo de Docente – Município de Teófilo Otoni

SECRETARIA ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE TEÓFILO OTONI
SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS - SEDINE

NÚMERO DE DOCENTE ATIVO, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, SEGUNDO A ESCOLARIDADE E O TIPO DE DOCENTE - MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI

Ref.: Maio/2014

| TIPO DE DOCENTE | REDE ESTADUAL | | | | | | | REDE MUNICIPAL | | | | | | | REDE PRIVADA | | | | | | |
|--|---------------|----------|----------------------------------|---|-------------------------|-----------------|-------------|----------------|-----------|----------------------------------|---|-------------------------|-----------------|------------|--------------|----------|----------------------------------|---|-------------------------|-----------------|------------|
| | Fundamental | | Nível Médio | | | Ensino Superior | Total | Fundamental | | Nível Médio | | | Ensino Superior | Total | Fundamental | | Nível Médio | | | Ensino Superior | Total |
| | Incompleto | Completo | Ensino Médio - Normal/Magistério | Ensino Médio - Normal/Magistério Específico | Ensino Médio Específico | | | Incompleto | Completo | Ensino Médio - Normal/Magistério | Ensino Médio - Normal/Magistério Específico | Ensino Médio Específico | | | Incompleto | Completo | Ensino Médio - Normal/Magistério | Ensino Médio - Normal/Magistério Específico | Ensino Médio Específico | | |
| DOCENTE | 1 | 1 | 14 | 2 | 39 | 1028 | 1085 | - | 2 | 31 | - | 19 | 475 | 527 | - | - | 51 | - | 18 | 340 | 409 |
| AUXILIAR/ASSISTENTE EDUCACIONAL | - | - | - | - | 1 | 45 | 46 | 1 | 3 | 22 | - | 27 | 20 | 73 | 4 | 4 | 5 | - | 30 | 12 | 55 |
| PROFISSIONAL/MONITOR DE ATIVIDADE COMPLEMENTAR | - | - | - | - | - | 8 | 8 | 4 | 7 | 3 | - | 33 | 30 | 77 | 1 | - | 2 | - | 16 | 5 | 24 |
| TRADUTOR/INTÉRPRETE DE LIBRAS | - | - | 1 | - | 1 | 5 | 7 | - | - | - | - | 1 | 5 | 6 | - | - | - | - | - | - | 0 |
| TOTAL GERAL | 1 | 1 | 15 | 2 | 41 | 1086 | 1146 | 5 | 12 | 56 | 0 | 80 | 530 | 683 | 5 | 4 | 58 | 0 | 64 | 357 | 488 |

Fonte: Censo Escolar 2014
SEEMIS/SI/SIE/Diretoria de Informações Educacionais

Realizando um comparativo entre a rede pública e privada, nota-se que a porcentagem de profissionais com curso superior na rede pública é maior do que na rede privada, mas em estudo minucioso, é notório que, a quantidade de profissionais da rede pública é maior do que a da rede privada, sendo assim, há um número menor de profissionais a serem graduados na rede privada e com isso, maior probabilidade de se chegar a atingir a meta proposta pelo PNE.

Tabela 67 – Porcentagem de profissionais com curso superior - Rede / Pública

| Ano | Com superior | | Com licenciatura | | Sem licenciatura | |
|--|---------------------|-------|-------------------------|-------|-------------------------|-----|
| 2007 | 87% | 1.162 | 82,3% | 1.100 | 4,6% | 62 |
| 2008 | 87,3% | 1.212 | 84,9% | 1.179 | 2,4% | 33 |
| 2009 | 88,3% | 1.132 | 85,4% | 1.095 | 2,9% | 37 |
| 2010 | 87,2% | 1.121 | 85,5% | 1.099 | 1,7% | 22 |
| 2011 | 87,7% | 1.129 | 80,3% | 1.033 | 7,5% | 96 |
| 2012 | 87,8% | 1.085 | 79,1% | 978 | 8,7% | 107 |
| 2013 | 85,5% | 1.116 | 77,2% | 1.007 | 8,4% | 109 |
| Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação | | | | | | |

Tabela 68 – Porcentagem de profissionais com curso superior - Rede / Privada

| Ano | Com superior | | Com licenciatura | | Sem licenciatura | |
|--|---------------------|------------|-------------------------|------------|-------------------------|------------|
| 2007 | 83,5% | 213 | 60,8% | 155 | 22,7% | 58 |
| 2008 | 88,4% | 275 | 73% | 227 | 15,4% | 48 |
| 2009 | 86,5% | 257 | 72,7% | 216 | 13,8% | 41 |
| 2010 | 80,4% | 308 | 61,1% | 234 | 19,3% | 74 |
| 2011 | 78,3% | 324 | 50,2% | 208 | 28% | 116 |
| 2012 | 74,3% | 301 | 48,6% | 197 | 25,7% | 104 |
| 2013 | 74,2% | 282 | 51,3% | 195 | 22,9% | 87 |
| Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação | | | | | | |

4.2.3.2. Formação Continuada e Pós-graduação de professores

O professor precisa de formação e constante aperfeiçoamento profissional para o exercício da atividade docente para garantir o direito à aprendizagem dos discentes. A pós-graduação constitui parte importante do processo de formação do docente. Nesses cursos, “os professores são expostos a metodologias científicas, aprofundam seus conhecimentos, ampliam seu olhar em relação à sala de aula e, conseqüentemente, tem maior propensão a estimular o raciocínio científico em seus alunos” (notas técnicas PNE 2011 – 2020).

Gráfico 46 – Porcentagem de professores da Educação Básica com Pós-Graduação

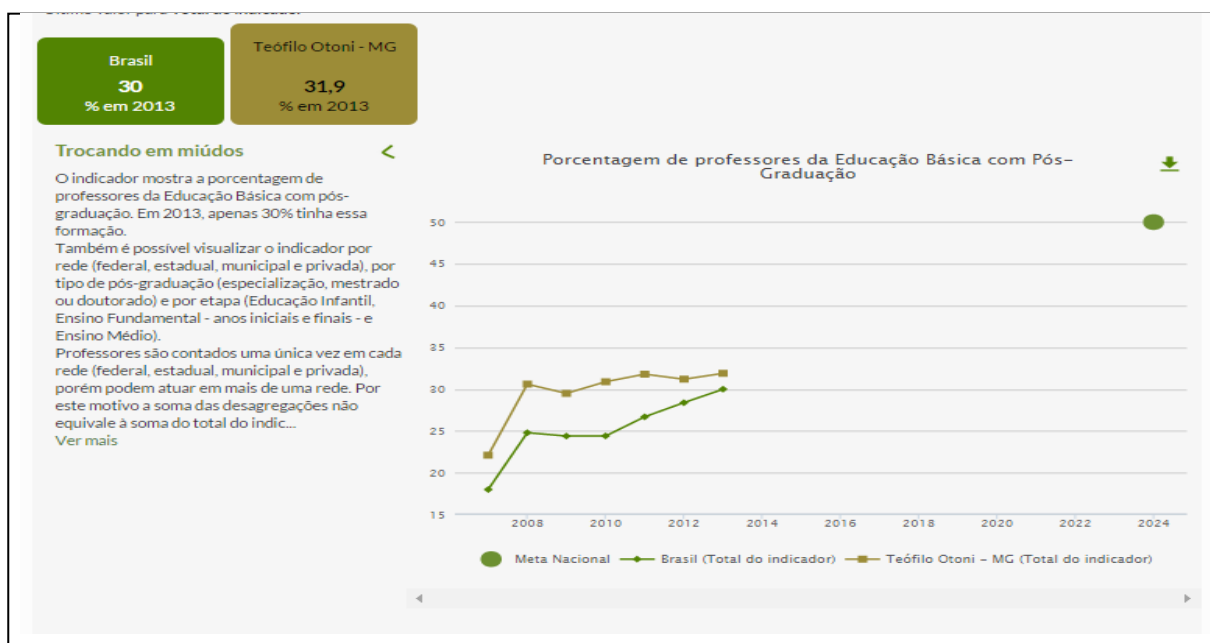


Gráfico 47 – Percentual de professores da Educação Básica com Pós-Graduação Lato Sensu o Stricto Sensu

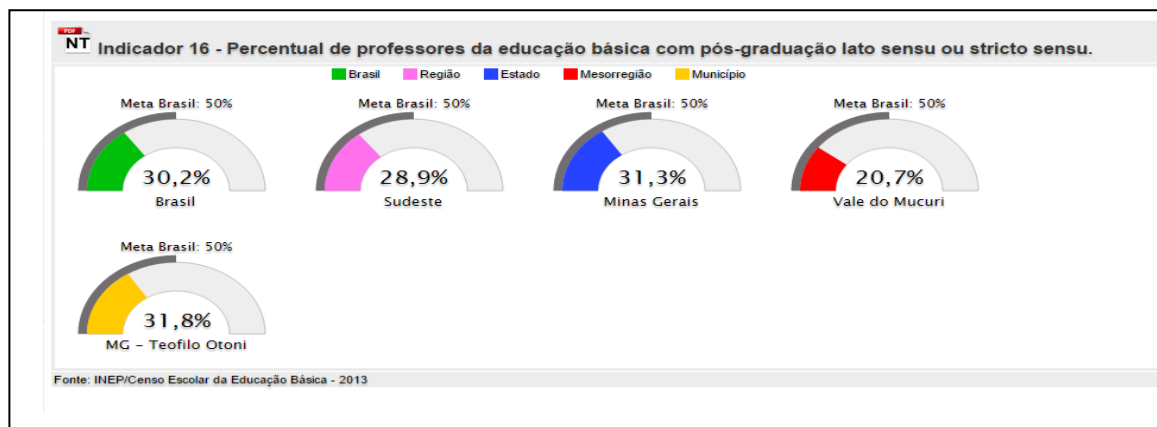


Tabela 69 – Porcentagem de professores da Educação Básica com Pós-Graduação

| Porcentagem de professores da Educação Básica com Pós-Graduação | | |
|---|--------------------|-----|
| Ano | Total do indicador | |
| 2007 | 22,1% | 341 |
| 2008 | 30,6% | 504 |
| 2009 | 29,5% | 448 |
| 2010 | 30,9% | 496 |
| 2011 | 31,8% | 521 |
| 2012 | 31,2% | 493 |
| 2013 | 31,9% | 513 |
| Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação | | |

Nota-se pelos gráficos e tabela acima, que o município de Teófilo Otoni está também, acima da média nacional, estadual e regional. Mas, a porcentagem é irrisória, pela quantidade de professores existentes na área. Analisando a tabela, percebe-se o aumento gradativo dos profissionais que estão se especializando, sendo positivo e, como o município dispõe de instituições que oferecem cursos de pós-graduação na modalidade presencial e à distância, entende-se que poderá ajudar a suprir a demanda dos próximos nove anos de vigência do plano.

Tabela 70 – Número de profissionais pós-graduados nas redes de ensino de Teófilo Otoni

| Ano | Federal | | Estadual | | Municipal | | Privada | |
|---|---------|---|----------|-----|-----------|-----|---------|-----|
| 2013 | 33,3% | 2 | 36,6% | 337 | 28,5% | 141 | 32,9% | 125 |
| Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação | | | | | | | | |

No comparativo entre as redes de ensino de Teófilo Otoni, a rede estadual dispõe de um número maior de profissionais pós-graduados.

4.2.3.3 Remuneração do Magistério

O Piso Salarial Nacional para os Profissionais do Magistério Público da Educação Básica (Lei nº 11.738/2008) é o valor mínimo que os professores em início de carreira devem receber. Esses profissionais devem ter formação em magistério nível médio e carga horária de trabalho de 40 horas semanais e atuar em estabelecimentos públicos de ensino. Além da remuneração, esta lei fixou limites para o trabalho de interação com os alunos na composição da jornada docente: professores devem passar no máximo dois terços (2/3) da carga horária em sala de aula, e no mínimo um terço (1/3) da jornada de trabalho deve ser destinado às chamadas atividades extraclasse, como planejamento de aulas, reuniões pedagógicas, correções de atividades, etc.

- O valor do piso em 2010 – R\$ 1.024,67
- O valor do piso em 2014 – R\$1.697,00
- O valor do piso em 2015 – R\$ 1.917,78

A Expectativa é de que até 2020, sexto ano de vigência do PNE, os salários dos professores da Educação Básica Pública, seja equiparado aos salários dos outros profissionais com escolaridade equivalente.

Em Teófilo Otoni, a remuneração do magistério vigente, para as escolas da rede municipal, é normatizado por Decreto Municipal o Piso Salarial dos Servidores do Magistério Municipal da Educação Básica, com base na Lei 11.738 do Piso Nacional para os profissionais do magistério. A cada cinco anos, o servidor municipal acresce ao seu salário um quinquênio equivalente a dez por cento (10%) do valor salarial e a cada ano, há progressão de letra no valor de quatro por cento (4%) de sua remuneração.

Tabela 71 - Remuneração dos Profissionais da Educação da Rede Municipal

| PROFESSOR PI – 25 HORAS | | | | | | | |
|---|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| A | B | C | D | E | F | G | H |
| 1.159,15 | 1.205,52 | 1.253,74 | 1.303,89 | 1.356,05 | 1.410,29 | 1.466,70 | 1.525,37 |
| I | J | L | M | N | O | P | Q |
| 1.586,38 | 1.649,84 | 1.715,83 | 1.784,47 | 1.855,84 | 1.930,08 | 2.007,38 | 2.087,57 |
| PROFESSOR PI – 30 HORAS | | | | | | | |
| A | B | C | D | E | F | G | H |
| 1.328,15 | 1.381,28 | 1.436,53 | 1.493,99 | 1.553,75 | 1.615,90 | 1.680,53 | 1.747,75 |
| I | J | L | M | N | O | P | Q |
| 1.817,67 | 1.890,37 | 1.965,99 | 2.044,63 | 2.126,41 | 2.211,47 | 2.299,93 | 2.391,92 |
| PROFESSOR PII – 27 HORAS | | | | | | | |
| A | B | C | D | E | F | G | H |
| 1.305,21 | 1.357,42 | 1.411,71 | 1.468,18 | 1.526,91 | 1.587,89 | 1.651,51 | 1.717,57 |
| I | J | L | M | N | O | P | Q |
| 1.786,27 | 1.857,72 | 1.932,03 | 2.009,31 | 2.089,68 | 2.173,27 | 2.260,20 | 2.350,61 |
| PROFESSOR PIII – 27 HORAS | | | | | | | |
| A | B | C | D | E | F | G | H |
| 1.369,69 | 1.609,80 | 1.674,19 | 1.741,16 | 1.810,81 | 1.883,24 | 1.958,57 | 2.036,91 |
| I | J | L | M | N | O | P | Q |
| 2.118,39 | 2.203,13 | 2.291,25 | 2.382,90 | 2.478,22 | 2.577,35 | 2.680,44 | 2.787,66 |
| INSPETOR ESCOLAR – ORIENTADOR EDUCACIONAL – SUPERVISOR PEDAGÓGICO – PEDAGOGO – 30 HORAS | | | | | | | |
| A | B | C | D | E | F | G | H |
| 1.676,55 | 1.743,61 | 1.813,35 | 1.885,89 | 1.961,32 | 2.039,78 | 2.121,37 | 2.206,22 |
| I | J | L | M | N | O | P | Q |
| 2.294,47 | 2.386,25 | 2.481,70 | 2.580,97 | 2.684,21 | 2.791,58 | 2.903,24 | 3.019,37 |
| Fonte: Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni | | | | | | | |

Na rede estadual, a remuneração é fixada pela Lei 18.975/10 que fixa o subsídio da carreira do Grupo de Atividades de Educação Básica do Poder Executivo Estadual, reajustada pela Lei 21.058/2013.

Tabela 72 - Subsídio – Professor de Educação Básica – Governo do Estado de Minas Gerais

Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Subsecretaria de Gestão de Pessoas
Superintendência Central de Política de Recursos Humanos
Diretoria Central de Carreiras e Remuneração

GRUPO VI - ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO BÁSICA TABELA DE SUBSÍDIO - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Lei 21.058/2013 - Reajuste de 5% - Vigência: Outubro de 2013
24 HORAS

| NÍVEL DE ESCOLARIDADE | GRAU | A | B | C | D | E | F | G | H | I | J | L | M | N | O | P |
|-----------------------|-------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| | NÍVEL | | | | | | | | | | | | | | | |
| Ensino Médio | T1 | 1.237,01 | 1.267,93 | 1.299,63 | 1.332,12 | 1.365,43 | 1.399,57 | 1.434,56 | 1.470,42 | 1.507,18 | 1.544,85 | 1.583,47 | 1.623,06 | 1.663,65 | 1.706,86 | 1.747,86 |
| Licenciatura Curta | T2 | 1.309,77 | 1.342,51 | 1.376,08 | 1.410,48 | 1.445,74 | 1.481,88 | 1.518,93 | 1.556,90 | 1.595,83 | 1.635,72 | 1.676,62 | 1.718,53 | 1.761,50 | 1.805,53 | 1.850,67 |
| Licenciatura Plena | I | 1.455,30 | 1.491,68 | 1.528,97 | 1.567,20 | 1.606,38 | 1.646,54 | 1.687,70 | 1.729,89 | 1.773,14 | 1.817,47 | 1.862,91 | 1.909,48 | 1.957,22 | 2.006,15 | 2.056,30 |
| Especialização | II | 1.600,83 | 1.640,85 | 1.681,87 | 1.723,92 | 1.767,02 | 1.811,19 | 1.856,47 | 1.902,88 | 1.950,46 | 1.999,22 | 2.049,20 | 2.100,43 | 2.152,94 | 2.206,76 | 2.261,93 |
| Certificação | III | 1.760,91 | 1.804,94 | 1.850,06 | 1.896,31 | 1.943,72 | 1.992,31 | 2.042,12 | 2.093,17 | 2.145,50 | 2.199,14 | 2.254,12 | 2.310,47 | 2.368,23 | 2.427,44 | 2.488,12 |
| Mestrado | IV | 1.937,00 | 1.985,43 | 2.035,07 | 2.085,94 | 2.138,09 | 2.191,54 | 2.246,33 | 2.302,49 | 2.360,05 | 2.419,05 | 2.479,53 | 2.541,52 | 2.605,06 | 2.670,18 | 2.736,94 |
| Doutorado | V | 2.130,70 | 2.183,97 | 2.238,57 | 2.294,53 | 2.351,90 | 2.410,69 | 2.470,96 | 2.532,74 | 2.596,05 | 2.660,96 | 2.727,48 | 2.795,67 | 2.865,56 | 2.937,21 | 3.010,63 |

Fonte: SINPRO

Tabela 73 - Subsídio – Analista de Educação Básica – Governo do Estado de Minas Gerais

Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Subsecretaria de Gestão de Pessoas
Superintendência Central de Política de Recursos Humanos
Diretoria Central de Carreiras e Remuneração

GRUPO VI - ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO BÁSICA TABELA DE SUBSÍDIO - ANALISTA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Lei 21.058/2013 - Reajuste de 5% - Vigência: Outubro de 2013
30 HORAS

| NÍVEL DE ESCOLARIDADE | NÍVEL | A | B | C | D | E | F | G | H | I | J | L | M | N | O | P |
|-----------------------|-------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| | | Superior | I | 1.819,13 | 1.864,60 | 1.911,22 | 1.959,00 | 2.007,97 | 2.058,17 | 2.109,63 | 2.162,37 | 2.216,43 | 2.271,84 | 2.328,63 | 2.386,85 | 2.446,52 |
| Especialização | II | 2.001,04 | 2.051,06 | 2.102,34 | 2.154,90 | 2.208,77 | 2.263,99 | 2.320,59 | 2.378,60 | 2.438,07 | 2.498,02 | 2.561,50 | 2.625,53 | 2.691,17 | 2.758,45 | 2.827,41 |
| Mestrado | III | 2.201,14 | 2.256,17 | 2.312,57 | 2.370,39 | 2.429,65 | 2.490,39 | 2.552,65 | 2.616,47 | 2.681,88 | 2.748,92 | 2.817,65 | 2.888,09 | 2.960,29 | 3.034,30 | 3.110,15 |
| Doutorado | IV | 2.421,26 | 2.481,79 | 2.543,83 | 2.607,43 | 2.672,61 | 2.739,43 | 2.807,91 | 2.878,11 | 2.950,06 | 3.023,82 | 3.099,41 | 3.176,90 | 3.256,32 | 3.337,73 | 3.421,17 |

40 HORAS

| NÍVEL DE ESCOLARIDADE | NÍVEL | A | B | C | D | E | F | G | H | I | J | L | M | N | O | P |
|-----------------------|-------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| | | Superior | I | 2.425,50 | 2.486,14 | 2.548,29 | 2.612,00 | 2.677,30 | 2.744,23 | 2.812,84 | 2.883,16 | 2.955,24 | 3.029,12 | 3.104,85 | 3.182,47 | 3.262,03 |
| Especialização | II | 2.668,05 | 2.734,75 | 2.803,12 | 2.873,20 | 2.945,03 | 3.018,65 | 3.094,12 | 3.171,47 | 3.250,78 | 3.332,03 | 3.415,33 | 3.500,71 | 3.588,23 | 3.677,94 | 3.769,88 |
| Mestrado | III | 2.934,86 | 3.008,23 | 3.083,43 | 3.160,52 | 3.239,53 | 3.320,52 | 3.403,53 | 3.488,62 | 3.575,84 | 3.665,23 | 3.756,86 | 3.850,78 | 3.947,05 | 4.045,73 | 4.146,87 |
| Doutorado | IV | 3.228,34 | 3.309,05 | 3.391,78 | 3.476,57 | 3.563,46 | 3.652,57 | 3.743,89 | 3.837,48 | 3.933,42 | 4.031,75 | 4.132,55 | 4.235,86 | 4.341,76 | 4.450,30 | 4.561,56 |

Fonte: SINPRO

Tabela 74 - Subsídio – Especialista de Educação Básica – Governo do Estado de Minas Gerais

Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Subsecretaria de Gestão de Pessoas
Superintendência Central de Política de Recursos Humanos
Diretoria Central de Carreiras e Remuneração

GRUPO VI - ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO BÁSICA TABELA DE SUBSÍDIO - ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO BÁSICA

Lei 21.058/2013 - Reajuste de 5% - Vigência: Outubro de 2013

24 HORAS

| NÍVEL DE ESCOLARIDADE | GRAU NÍVEL | A | B | C | D | E | F | G | H | I | J | L | M | N | O | P |
|-----------------------|------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| Superior | I | 1.455,30 | 1.491,68 | 1.528,97 | 1.567,20 | 1.606,38 | 1.646,54 | 1.687,70 | 1.729,89 | 1.773,14 | 1.817,47 | 1.862,91 | 1.909,48 | 1.957,22 | 2.006,15 | 2.056,30 |
| Especialização | II | 1.600,83 | 1.640,85 | 1.681,87 | 1.723,92 | 1.767,02 | 1.811,19 | 1.856,47 | 1.902,88 | 1.950,46 | 1.999,22 | 2.049,20 | 2.100,43 | 2.152,94 | 2.206,76 | 2.261,93 |
| Mestrado | III | 1.760,91 | 1.804,94 | 1.850,06 | 1.896,31 | 1.943,72 | 1.992,31 | 2.042,12 | 2.093,17 | 2.145,50 | 2.199,14 | 2.254,12 | 2.310,47 | 2.368,23 | 2.427,44 | 2.488,12 |
| Doutorado | IV | 1.937,00 | 1.985,43 | 2.035,07 | 2.085,94 | 2.138,09 | 2.191,54 | 2.246,33 | 2.302,49 | 2.360,05 | 2.419,05 | 2.479,53 | 2.541,52 | 2.605,06 | 2.670,18 | 2.736,94 |

40 HORAS

| NÍVEL DE ESCOLARIDADE | GRAU NÍVEL | A | B | C | D | E | F | G | H | I | J | L | M | N | O | P |
|-----------------------|------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| Superior | I | 2.425,50 | 2.486,14 | 2.548,29 | 2.612,00 | 2.677,30 | 2.744,23 | 2.812,84 | 2.883,16 | 2.955,24 | 3.029,12 | 3.104,85 | 3.182,47 | 3.262,03 | 3.343,58 | 3.427,17 |
| Especialização | II | 2.668,05 | 2.734,75 | 2.803,12 | 2.873,20 | 2.945,03 | 3.018,65 | 3.094,12 | 3.171,47 | 3.250,76 | 3.332,03 | 3.415,33 | 3.500,71 | 3.588,23 | 3.677,94 | 3.769,88 |
| Mestrado | III | 2.934,86 | 3.008,23 | 3.083,43 | 3.160,52 | 3.239,53 | 3.320,52 | 3.403,53 | 3.488,62 | 3.575,84 | 3.665,23 | 3.756,86 | 3.850,78 | 3.947,05 | 4.045,73 | 4.146,87 |
| Doutorado | IV | 3.228,34 | 3.309,05 | 3.391,78 | 3.476,57 | 3.563,48 | 3.652,57 | 3.743,89 | 3.837,48 | 3.933,42 | 4.031,75 | 4.132,55 | 4.235,86 | 4.341,76 | 4.450,30 | 4.561,56 |

Fonte: SINPRO

Na rede privada, a remuneração dos profissionais do magistério é definida através de Convenções Coletivas do Sindicato do Professor de Minas Gerais (SINPRO) em suas regionais.

Tabela 75 : Remuneração dos Profissionais do Magistério – SINPRO

| SEGMENTO | SALÁRIO-AULA-BASE |
|--|-------------------|
| Educação Infantil e Ensino Fundamental (séries iniciais) | R\$ 12,08 |
| Ensino Fundamental (séries finais) e Ensino Médio | R\$ 17,62 |
| Ensino Superior e posterior | R\$ 29,14 |
| Cursos Livre, Supletivo e preparatório | R\$ 21,14 |
| Pré-Vestibular | R\$ 28,70 |

Fonte: SINPRO

Realizando um comparativo, os profissionais do magistério estão recebendo dentro do mínimo estipulado pelo Piso Salarial Nacional, de acordo com a sua carga horária, que na rede estadual é de 24 horas semanais e na rede municipal, 25, 27 e 30 horas semanais.

Tabela 76 - Despesas com Pessoal Poder Executivo e Legislativo

| Despesas com Pessoal - Poder Executivo e Legislativo | | | | | | |
|--|-----------|-------------------|-------------|------------------|-----------|-------------------|
| EXERCÍCIO | EXECUTIVO | | LEGISLATIVO | | MUNICÍPIO | |
| | ÍNDICE | DESPESA (R\$) | ÍNDICE | DESPESA (R\$) | ÍNDICE | DESPESA (R\$) |
| 2010 | 44,99% | R\$ 65.303.579,89 | 1,37% | R\$ 1.991.880,86 | 46,36% | R\$ 67.295.460,75 |
| 2011 | 41,22% | R\$ 68.623.860,47 | 1,32% | R\$ 2.198.583,19 | 42,54% | R\$ 70.822.443,66 |
| 2012 | 41,77% | R\$ 80.795.203,24 | 1,35% | R\$ 2.611.263,29 | 43,12% | R\$ 83.406.466,53 |
| 2013 | 40,13% | R\$ 83.344.122,64 | 1,71% | R\$ 3.559.081,77 | 41,84% | R\$ 86.903.204,41 |

Fonte: SIACE/PCA - dados apresentados/auditados
 Nota: Data da Consulta ao SIACE: 01/06/2015. Os dados informados poderão ser alterados em razão de Pedido de Reexame e/ou Ação Fiscalizatória.

4.2.3.4. Plano de Carreira

A estruturação da carreira do magistério, nas últimas décadas, tem propiciado vários debates nos segmentos da sociedade civil organizada. Um profissional bem remunerado, com condições de trabalho adequadas, formação continuada e com ascensão na carreira terá melhores perspectivas de desenvolver o seu trabalho no espaço escolar. Com baixos salários e precárias condições de trabalho, o profissional se sente pouco estimulado a atualizar-se e a procurar aperfeiçoar-se em serviço. Neste contexto, o plano de carreira do magistério tem grande importância, para a melhoria dos processos educacionais, visto que devem contemplar vários elementos que venham a valorizar este profissional.

Em Teófilo Otoni, até o momento, a rede municipal não dispõe de Plano de Carreira para os profissionais da Educação Básica.

Na rede estadual de 2004 a 2010, a carreira do profissional da Educação esteve pautada na Lei 15.463/04. De 2010, até o momento, está pautada na Lei 18.975/10 que fixa o subsídio da carreira do Grupo de Atividades de Educação Básica do Poder Executivo Estadual, reajustada pela Lei 21.058/2013.

Metas

Metas Nacionais

Meta 15 - Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam

Meta 16 - Formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da Educação Básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos os (as) profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Meta 17 - Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas da Educação Básica, a fim de equiparar o rendimento médio dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do 6º ano da vigência deste PNE.

Meta 18 - Assegurar, no prazo de 2 anos, a existência de Planos de Carreira para os (as) profissionais da Educação Básica e Superior Pública de todos os sistemas de ensino e, para o Plano de Carreira dos (as) profissionais da Educação Básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

Metas do Plano Municipal

Meta 1 - Garantir a efetivação dos profissionais de educação da Rede Municipal de Ensino a partir do primeiro ano de vigência deste Plano (atendendo 100% atendendo a demanda).

Meta 2 - Assegurar, no primeiro ano de vigência do PME o Plano de Cargos e Carreiras dos Profissionais da Educação Básica da rede municipal, com base na promoção de remuneração digna e condições adequadas de trabalho em conformidade com a Lei Federal Nº 11.738/2008, Lei Federal Nº 12.014/2009, Resolução do CNE/CEB Nº 05/10 e Parecer do CNE/CEB Nº 09/10.

Meta 3 - Garantir, no prazo de quatro anos de vigência do Plano, que todos os profissionais da Educação Básica possuam a habilitação específica em nível superior, licenciatura plena em instituições qualificadas.

Meta 4 - Instituir, no período de vigência do PME, o Núcleo de Tecnologia Educacional para atender e capacitar os profissionais da educação.

Meta 5 - Promover, no prazo de vigência do PME, formação continuada para os profissionais da educação, bem como, incentivar a participação dos mesmos em outras atividades ofertadas por outras instituições de ensino ou consultorias.

Meta 6 - Implantar, no período de vigência do PME, políticas públicas para valorização do profissional da educação, com incentivos financeiros, através de premiações por projetos inovadores desenvolvidos.

Meta 7 - Implantar, durante a vigência do PME, uma política de saúde e qualidade de vida do profissional da educação, visando à prevenção, acompanhamento e tratamento de doenças decorrentes do exercício da profissão, para todos os profissionais da educação.

Meta 8 - Considerar como Auxiliares de Serviços da Educação Básica os servidores lotados nas Escolas da Rede Municipal de Ensino que são remunerados dentro da Parcela do Fundeb 40% (quarenta por cento) e que são advindos do concurso público como Auxiliar de Serviços.

Estratégias

1. Realizar concurso público, a partir do primeiro ano de vigência deste Plano, com intuito de atender 100% da demanda da Rede Municipal de Ensino, implantando, na rede pública municipal de educação básica, acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório.
2. Apresentar, junto ao poder público municipal, a real necessidade de se realizar um concurso público para atender a demanda educacional.
3. Implantar, na rede pública municipal de educação básica, acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório.
4. Criar, a partir da aprovação deste Plano, em até 90 (noventa) dias, comissão representativa da Educação, nas suas diversas áreas e juntamente com lideranças sindicais, com representação do poder executivo municipal, da Secretaria Municipal de Educação, do Conselho Municipal de Educação para estudo e elaboração do Plano de Carreira dos Profissionais da Educação Básica, no período de 270 (duzentos e setenta) dias, devendo referido plano estar normatizado e em vigor até junho de 2016.
5. Garantir no Plano de Cargo e Carreira dos Profissionais da Educação Básica da rede municipal, os níveis de remuneração, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação, contemplando:
 - a) Cargo único de professor;
 - b) Funções de magistério: docência e suporte pedagógico direto à docência;
 - c) seis tipos de habilitação: magistério (nível médio, modalidade normal); graduação (licenciatura curta); graduação (licenciatura plena); e pós-graduação (lato sensu); mestrado e doutorado;

d) Promoções através de avaliação de desempenho, qualificação e conhecimento.

6. Realizar política de incentivo, entre os profissionais da Educação Básica, para o seu ingresso no curso superior.

7. Realizar levantamento dos profissionais da educação que ainda não possuem graduação e/ou especialização na área que atuam com intuito de alertar sobre o prazo para se habilitar, estabelecido na meta do PME.

8. Promover divulgação de cursos presenciais e à distância, de graduação, pós-graduação e demais especializações, aos profissionais da educação por intermédio dos sites da Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni, Superintendência Regional de Ensino e também, nas redes sociais.

9. Realizar a identificação das carências dos profissionais da educação para, em seguida, procurar formas de superá-las por intermédio de cursos de formação, palestras, jornadas pedagógicas, seminários, etc.

10. Realizar, em regime de colaboração e parceria com as universidades locais, formação continuada para os profissionais da educação.

11. Garantir na Rede Municipal de Ensino um número máximo de alunos por turma, para assegurar a qualidade de ensino e preservação da saúde física e mental do professor, assim discriminados:

a) Educação Infantil: 20 alunos

b) Ensino Fundamental Anos Iniciais: 25 alunos, somente o 1º ano: 20 alunos por turma;

c) Ensino Fundamental Anos Finais: 35 alunos

12. Garantir na Rede Municipal de Ensino que, quando houver aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, na Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais e Ensino Fundamental Anos Finais, o número máximo de alunos por turma deve ser reduzido a duas crianças a cada inclusão;

- 13.** Adquirir e tornar acessível, aos profissionais da educação, equipamentos didático-pedagógicos e multimídia para enriquecimento da prática pedagógica.
- 14.** Garantir tempos e espaços, para estudos, planejamento e avaliação ao profissional da educação.
- 15.** Criar programa de educação preventiva para a saúde vocal, física e mental do profissional da educação, em parceria com a Secretaria de Saúde e Assistência Social.
- 16.** Propor às instituições de Ensino Superior, a oferta de cursos de especialização voltados para a formação de professores para as diferentes áreas de ensino, através de um levantamento de demanda.
- 17.** Revitalizar a biblioteca pública municipal e garantir um acervo que dê suporte ao trabalho dos profissionais da educação em suas diversas áreas.
- 18.** Propor ao executivo municipal elaborar projeto de lei para valorização do profissional da educação, através de premiações por projetos inovadores desenvolvidos.
- 19.** Assegurar a criação do Núcleo de Tecnologia Educacional, junto ao Poder Executivo, Secretaria Municipal de Educação e Secretaria de Administração, para atendimento aos profissionais da Educação no que tange a formação e pesquisa.
- 20.** Otimizar o atendimento dos especialistas educacionais às escolas públicas, levando aos profissionais da educação suporte pedagógico para aprimoramento de sua prática.
- 21.** Realizar reformas nas escolas públicas municipais e equipá-las de forma a transformá-las em um ambiente educativo para que o profissional da educação tenha suporte para realizar seu trabalho.

22. Garantir no Plano de Cargo e Carreira dos Profissionais da Educação Básica da rede municipal, os níveis de remuneração, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação, contemplando:

- a) Pedagogo, Inspetor Escolar, Orientador Educacional, Supervisor Pedagógico terá quatro tipos de habilitação: graduação (licenciatura plena específica); pós-graduação (lato sensu); mestrado, doutorado.
- b) Auxiliar de Secretaria Escolar, Secretário Escolar, Inspetor de Alunos, terá cinco tipos de habilitação (nível médio, Médio na modalidade normal, Magistério, Contabilidade, Administração); graduação (licenciatura plena); e pós-graduação (lato sensu); mestrado e doutorado;
- c) Auxiliar de Serviços da Educação Básica terá cinco tipos de habilitação (Ensino Fundamental Anos Iniciais, Ensino Fundamental Anos Finais, Ensino médio (e/ou Médio na modalidade normal, Magistério, Contabilidade, Administração); graduação (licenciatura plena); e pós-graduação (lato sensu);
- d) Promoções através de avaliação de desempenho, qualificação e conhecimento.

4.2.4 Educação Superior

Introdução

A educação exerce grande influência a respeito da mobilidade social, em especial a Educação Superior, conforme observado por Romanelli (1991) e Canuto (1987). A ascensão social, que pauta a realização pessoal da grande maioria, era o maior objetivo de quem buscava as instituições de ensino superior. Motivada a isso, principalmente após a década de 70, a procura pelo terceiro grau aumentou significativamente.

Em 1960, menos de 2% da população entre a faixa etária de 20 e 24 anos estava matriculada em instituições de ensino superior; em 1970 esse índice passou para 5,2% e em 1975 alcançou o surpreendente índice de 11%. Essa expansão motivou o surgimento de novos grupos até então inexistentes no sistema, como por exemplo: surgimento de mulheres como porção significativa dentre os alunos; surgimento de uma porção relativa de alunos com faixa etária acima da média, esses que estavam em busca de oportunidades profissionais ou atrás da possibilidade de promoção em suas respectivas empresas e o surgimento de porção do alunado formada por pessoas de classes sociais que, até o presente momento, não haviam conseguido vislumbrar o ensino universitário no horizonte de suas vidas (SCHWARTZMAN, 2005).

Esse cenário se perdura até os dias atuais, em que o ensino superior passa a ser visto como um dos principais caminhos para o destaque econômico social. A procura por vagas públicas e financiamentos em instituições privadas aumenta a cada ano, cabendo ao governo federal implementar medidas que atendam essa demanda.

Universidade, centro universitário ou faculdade são modalidades da Educação Superior, conforme o art. 21, II e art. 45 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Entretanto, o conceito de Universidade aparece no art. 207 da Constituição da República de 1988 e estava presente no já revogado art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Esse art. 207 da Constituição se completa tanto com as finalidades da Educação Superior, postas

no art. 43 da LDBEN, quanto, especificamente, se articula com os artigos 52 e 53 da LDBEN que conceituam e explicitam o grau máximo da educação superior: universidade. E mais, os artigos 55, 56 e 57 da LDBEN se reportam especificamente à universidade pública. Uma prospectiva da formação e do conhecimento não pode ignorar, retrospectivamente, o passado da educação superior no Brasil a fim de estabelecer sua diferenciação com os contornos atuais.

Atualmente, são muitas as ofertas para adentrar no Ensino Superior.

É indiscutível o benefício e as ações do MEC, dos Governos Federal e Estadual nas IES, mas ainda apresentam-se insuficientes para fiscalizar e atender a demanda de todas essas variações e ofertas existentes em nosso país.

Segundo alguns estudos (CARVALHO, 2007; DOURADO, 2008; NUNES, 2007), a grande expansão do ensino privado brasileiro ocorreu, fundamentalmente, por meio da ampliação do número e da capacidade dos estabelecimentos, de construção de prédios pela mesma instituição mantenedora e da ocupação dos recursos humanos em diversos períodos letivos. Houve uma acelerada e indiscriminada abertura de cursos e instituições em diversos estados e municípios brasileiros, sem os necessários processos de regulação e avaliação da qualidade.

Faz-se necessário a criação de um sistema de acompanhamento das condições de ofertas dos cursos de Ensino Superior coerentes com a regulamentação vigente.

Por essa razão, não basta apenas defender a Educação Superior como direito público, mas criticamente analisado, avaliado e fiscalizado, não apenas pelos órgãos responsáveis, mas principalmente, pela sociedade, pelos alunos e pelos professores.

Diagnóstico

Conforme dados recebidos das instituições de Educação Superior existentes em Teófilo Otoni, no ano de 2014 consideramos que houve, nos últimos anos, uma progressiva ampliação do atendimento da Educação Superior e Pós Graduação Lato Sensu. Essa ampliação está presente nas modalidades de educação presencial e também à distância. Entretanto, é importante ressaltar que tal ampliação atende parcialmente a demanda de formação da população nos aspectos quantitativos bem como na diversidade de cursos oferecidos; principalmente as licenciaturas que propiciam a formação de professores para atuação na educação básica.

Atualmente são sete instituições que atendem a Educação Superior no município: Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM; Instituto de Ensino Superior Integrado – IESI/FENORD, Universidade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni - UNIPAC; Faculdades Unificadas Doctum de Teófilo Otoni; Universidade do Oeste do Paraná – UNOPAR; Universidade Metropolitana de Santos – UNIMES; Universidade de Uberaba - UNIUBE. Além dessas, existe o Polo da Universidade Aberta do Brasil – UAB/Teófilo Otoni que acolhe atualmente os cursos na modalidade à distância oferecidos pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM e Instituto Federal do Norte de Minas - IFNMG.

As informações no quadro abaixo ajudam na melhor compreensão de como está o atendimento com relação aos Cursos de Graduação:

Tabela 77 - Atendimento - Cursos de Graduação – Município de Teófilo Otoni

| Nº Ord. | Instituição | Vinculação | Modalidades oferecidas | Cursos oferecidos | Nº Matrículas | Tempo existência |
|----------------|--|-------------------|-------------------------------|--|----------------------|-------------------------|
| 01 | Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM | Federal | Presencial | - Administração; - Ciências Contábeis; - Ciências Econômicas; - Matemática; - Serviço Social; - Ciência e Tecnologia; - Engenharia Civil; - Engenharia Hídrica; - Engenharia de Produção; - Medicina. | 2.105 | 08 anos |
| | | | A Distância Semipresencial | - Administração Pública; - Física. | 90 | 04 anos |
| 02 | Universidade Aberta do Brasil – Polo UAB Teófilo Otoni | Federal | Semipresencial ² | - Ciências Biológicas; - Química; - Matemática; - Pedagogia. | 113 | 06 anos |
| 03 | Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni – MG - UNIPAC | Privada | Presencial | - Engenharia Civil; - Sistemas de Informação; - Educação Física; - Enfermagem; - Farmácia; - Fisioterapia; - Nutrição; - Administração; - Direito; - Pedagogia; - Psicologia. | 2.570 | 12 anos |
| | | | | - Bacharelado em | | |

² Oferecidos pela UFMG

| | | | | | | |
|----|---------------------------------|---------|-------------|---|-------|---------|
| 04 | Universidade do Paraná – UNOPAR | Privada | A Distância | <p>Administração;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Licenciatura em Artes Visuais; - Licenciatura em Ciências Biológicas; - Bacharelado em Ciências Contábeis; - Bacharelado em Economia; - Licenciatura em Educação Física; - Licenciatura em Geografia; - Licenciatura em História; - Licenciatura em Letras; - Licenciatura em Matemática; - Licenciatura em Pedagogia; - Bacharelado em Serviço Social; - Licenciatura em Sociologia; - Superior de Tecnologia de Análise e Desenvolvimento de Sistema; - Superior de Tecnologia de Estética e Imagem Pessoal; - Tecnologia de Gestão Ambiental; - Tecnologia de Gestão de Recursos Humanos; - Tecnologia de Gestão Financeira; - Tecnologia de Gestão Hospitalar; - Tecnologia de Gestão Pública; - Tecnologia de Marketing; - Tecnologia de Processos Gerenciais; - Tecnologia de Segurança do Trabalho. | 1.053 | 06 anos |
| | | | | - Administração | | |

| | | | | | | |
|----|---|---------|----------------|--|-------|---------|
| 05 | Faculdades Unificadas Doctum de Teófilo Otoni | Privada | Presencial | <ul style="list-style-type: none"> - Arquitetura e Urbanismo - Ciências Contábeis - Direito - Engenharia Ambiental - Engenharia Civil - Engenharia Elétrica - Engenharia de Produção - Pedagogia - Psicologia - Serviço Social - Sistemas de Informação | 2.441 | 12 anos |
| 06 | Universidade de Uberaba – UNIUBE | Privada | Semipresencial | <ul style="list-style-type: none"> - História; - Geografia; - Recursos Humanos; - Química; - Letras: Português/Inglês; - Ciências Biológicas; - Pedagogia; - Matemática; - Ciências Contábeis; - Administração; - Serviço Social. | 490 | 09 anos |
| 07 | Universidade Metropolitana de Santos - UNIMES | Privada | Semipresencial | Dados não fornecidos pela Instituição | | |
| 08 | Fundação Educacional Nordeste Mineiro- FENORD | Privada | Presencial | <ul style="list-style-type: none"> - Direito | 408 | 44 anos |

Além dos cursos de graduação é importante registrar quais são os de Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu atualmente oferecidos por algumas das instituições acima:

Tabela 78 – Cursos de Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu – Município de Teófilo Otoni

| Instituição | Curso ofertado | Modalidade | Quantidade de matrículas |
|--------------------|---|-------------------|---------------------------------|
| UFVJM | Especialização em Gestão Pública Municipal | Presencial | 60 |
| | Especialização em Gestão Pública | Semipresencial | 64 |
| | Mestrado Profissional em Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade | Presencial | 12 |
| | Mestrado Acadêmico em Química | Presencial | 3 |
| | Doutorado Acadêmico Multicêntrico em Química | Presencial | 1 |
| IFNMG | Especialização Informática em Educação | Semipresencial | 30 |
| UAB-Polo TO | Especialização em Formação Pedagógica de Educação Profissional na Saúde | Semipresencial | 25 |
| | Programa Mais Médicos | Semipresencial | 20 |

Cursos de Extensão e Aperfeiçoamento oferecidos pela UFVJM:

- PNAIC- Pacto Nacional pela Idade Certa – 3.200 professores;
- Pró-Conselho – 120 conselheiros.

O processo de Autoavaliação Institucional das Universidades responde às orientações do Ministério da Educação, que instituiu através da Lei nº 10.861 de 18 de abril de 2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

A autoavaliação representa uma retrospectiva crítica, configurando um diagnóstico para explicitação dos vários propósitos institucionais e assim realizar

uma avaliação, através de uma abordagem qualitativa e quantitativa, que proporcione a melhoria e o fortalecimento institucional. Concluído esse diagnóstico, ter-se-á a base de dados necessária ao estabelecimento dos indicadores e variáveis específicas, levando-se em consideração as dimensões que serão o foco da avaliação, que se encontram explicitados no Art. 3º da Lei 10.861/04.

Metas

Metas Nacionais

Meta 12 - Elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada à qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no município.

Meta 13 - Elevar a qualidade da Educação Superior pela ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de Educação Superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores.

Meta 14 - Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.

Metas do Plano Municipal

Meta 1 – Assegurar, ao longo da vigência do plano articular com as universidades (pública e privada), a instalação no município de cursos de pós-graduação Strictu Sensu (Mestrado e Doutorado), em parceria com a união e, estado e município considerando as dificuldades de deslocamento para os grandes centros universitários.

Meta 2 - Apoiar e favorecer, a partir da vigência deste Plano, a ampliação dos campos de práticas e de estágios, firmando convênios e parcerias com as IES em acordo com os interesses das instituições, empresas e entidades que

contribuem com a melhoria da formação prática dos profissionais de ensino superior.

Meta 3 - Apoiar e incentivar, ao longo deste Plano, política de formação e capacitação de pessoal, através da ajuda de custo para frequência de servidores municipais nos cursos de graduação e pós-graduação, condicionado à avaliação de desempenho, conforme critérios definidos pela SME e convênios firmados na meta anterior.

Meta 4 – Investir, a partir de 2016, na oferta do Pré-Vestibular Municipal, como política pública municipal de incentivo ao ingresso na Educação Superior, priorizando pessoas de baixa renda.

Meta 5 - Favorecer e implementar, a partir de 2016, parcerias entre IES e poder público para institucionalização de projetos de intervenção e pesquisa nas questões sociais que afetam as escolas, as famílias e as comunidades em nível local e regional, a contar da vigência deste Plano em 02 (dois) anos.

Meta 6 – Incentivar, a partir de 2016, o tratamento da informação sobre o município através da criação de bancos de dados gerados para/nas pesquisas das IES, fortalecendo a aproximação entre IES e prefeitura municipal ao longo da vigência deste plano.

Meta 7 - Criar, no prazo de 05 (cinco) anos, o Centro de Referência e Capacitação Profissional, possibilitando o envolvimento de profissionais de nível superior das IES em programas de capacitação, pesquisa e extensão, em articulação com a educação básica.

Meta 8 - Criar, no prazo de 02 (dois) anos, um Conselho Municipal de Articulação do Ensino Superior no município com a participação das IES que oferecem cursos de graduação e pós-graduação (presencial, semipresencial e a distância) para articulação e monitoramento da oferta e da qualidade de cursos de nível superior.

Meta 9 - Avaliar, monitorar e implementar, a partir de 2016, nas IES iniciativas que promovam o apoio a Educação Inclusiva e Diversidade no Ensino Superior.

Meta 10 – Ampliar, a partir da vigência deste Plano, o número de mestres e doutores no quadro de docentes das universidades elevando sua qualificação.

Meta 11 - Desenvolver, incentivar e consolidar, a partir de 2016, as Atividades de Extensão preferencialmente integradas ao Ensino e à Pesquisa.

Meta 12 - Intensificar e aprimorar, a partir da vigência deste plano, o processo de investigação e produção científica.

Meta 13 – Divulgar, a partir da vigência deste Plano, as produções científicas na revista acadêmica do IESI/FENORD e de outras universidades.

Meta 14 - Divulgar e ampliar, a partir de 2016, o Programa de Financiamento para os discentes.

Meta 15 – Promover, a partir da vigência deste Plano, Projetos de Extensão que contemplem o contexto regional social.

Estratégias

1. Estimular o investimento nas IES, por meio de apoio financeiro, às necessidades conjuntas dos sistemas de ensino na oferta e qualidade da Educação Básica.

2. Fomentar a oferta de Educação Superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores para a Educação Básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, bem como para atender ao déficit de profissionais em áreas específicas.

3. Estimular em parceria com as IES iniciativas que auxiliem o preenchimento das vagas ociosas em cada período letivo na Educação Superior pública e privada.

4. Otimizar a capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos das IES, mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar e interiorizar o apoio à Educação Básica.

5. Assegurar, no prazo mínimo de 02 (dois) anos, a criação de programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para as áreas de grande pertinência social.
6. Estimular o investimento nas IES por meio de apoio financeiro às necessidades conjuntas dos sistemas de ensino na oferta e qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação.
7. Apoiar e incentivar a política de formação e capacitação de pessoal da SME, em parceria com as IES por meio de convênios firmados entre união, estado e município.
8. Disponibilizar dados organizados do município para pesquisas das IES.
9. Eleger, a partir da publicação deste plano, comissão responsável por implantar o Centro de Referência e Capacitação Profissional dentre os titulares da comissão de acompanhamento e avaliação do PME.
10. Eleger, a partir da publicação deste plano, comissão responsável por implantar o Conselho Municipal de articulação do Ensino Superior dentre os titulares da comissão de acompanhamento e avaliação do PME.
11. Incluir nas temáticas do Conselho Municipal de articulação do Ensino Superior, as ações propostas por união, estado e município relacionado à Educação Inclusiva e Diversidade.

4.2.5 Gestão Democrática e Participação Social

Introdução

A gestão democrática do ensino possui desafios e possibilidades que precisam estar presentes nas discussões coletivas e na participação efetiva de todos os membros da comunidade escolar e sistema de ensino.

Com a constituição de 1988 houve um incentivo a participação popular, reforçada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 que estabeleceu como diretriz nacional a participação das comunidades escolares e locais em Conselhos Escolares ou equivalentes, ampliando o direito ao conhecimento sobre as instituições e serviços públicos; contribuindo para um maior discernimento sobre os serviços públicos e conquistando gradativamente informações sobre esses serviços tendo assim, maior participação nos rumos e gestão das instituições públicas.

A fundamentação da gestão está, pois, na constituição de um espaço público de direito, que deve promover condições de igualdade, garantir estrutura material para um serviço de qualidade, criar um ambiente de trabalho coletivo que vise à superação de um sistema educacional seletivo e excludente, e, ao mesmo tempo, que possibilite a inter-relação desse sistema com o modo de produção e distribuição de riqueza, com a organização da sociedade, com a organização política, com a definição de papéis do poder público, com as teorias do conhecimento, as ciências, as artes e as culturas.

A gestão deve estar inserida no processo de relação da instituição educacional com a sociedade, de tal forma a possibilitar aos seus agentes a utilização de mecanismos de construção e de conquista da qualidade social na educação. Nessa perspectiva, a instituição educacional deve ter como princípios fundamentais: o caráter público da educação; a inserção social e a gestão democrática, onde as práticas participativas, a descentralização do poder, a socialização das decisões desencadeiam um permanente exercício de conquista da cidadania. Esta última é concebida como materialização dos direitos fundamentais legalmente constituídos, entre eles o direito à educação.

Compreender a questão da gestão democrática para além do seu aspecto conceitual é fundamental para a concepção de uma sociedade que prima pela democracia e o entendimento de que a democratização da gestão é condição estruturante para a qualidade e efetividade da educação, na medida em que possibilita que a escola crie vínculos com a comunidade onde está inserida, pautar seu currículo na realidade escolar – conferindo sentido à proposta pedagógica – e envolva os diferentes agentes em uma proposta corresponsável pela aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes.

Este processo implica no envolvimento dos estudantes, tendo a experiência e o direito à participação como elemento fundamental para o seu pleno desenvolvimento.

Na construção da gestão democrática é importante criar processos e instâncias deliberativas que a viabilizem. É preciso que a própria instituição escolar transforme sua cultura na perspectiva do diálogo igualitário, da horizontalidade e do equilíbrio entre as forças que compõem a comunidade escolar e conquiste sua autonomia fortalecendo as relações que são acontecidas e constituídas no seu interior em função das diversas e diferentes necessidades. A autonomia, a representatividade social e a formação da cidadania são indicadores imprescindíveis.

A eleição de dirigentes de instituições educacionais deve ser direta e integrar o projeto político-pedagógico da instituição que deve garantir o trabalho coletivo de todos os segmentos da comunidade acadêmica. A gestão democrática da educação tem por objetivo o desenvolvimento e o estabelecimento de canais e formas de atingir uma maior qualidade social, no caminho da transformação da escola, da universidade e da sociedade.

Os conselhos se constituem como forma de participação que garantam dois compromissos: que tenham um caráter democrático e participativo; e que essa participação seja pautada nas reais necessidades da instituição e onde a mesma esteja de acordo com os seus anseios.

A participação de toda a comunidade escolar, a descentralização e a transferência diante de todas as ações e decisões na instituição escolar devem

ser princípios da gestão democrática constituindo num fazer coletivo, em constante processo.

Diagnóstico

O presente texto subsidiou-se no Projeto Político Pedagógico – PPP das instituições educacionais, segundo o qual a gestão escolar preconiza princípios democráticos, fundamentada disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Resoluções do Conselho Nacional de Educação nº 4, de 13 de julho de 2010, nº 7, de 14 de dezembro de 2010 e nº 2, de 30 de janeiro de 2012, nos Pareceres do Conselho Estadual de Educação nº 1132, de 12 de dezembro de 1997 e nº 1158, de 11 de dezembro de 1998. Desta forma, do ponto de vista legal, o Estado compartilha com a família e com a sociedade a responsabilidade da formação, por meio da educação, de cidadãos conscientes e críticos, para atuarem na sociedade.

O art. 206 da Constituição reafirmado na LDB 9394/96, em seu art. 3º, faz referência à gestão democrática do ensino público. Por sua vez, o Plano Nacional de Educação/2001, reafirma o princípio da gestão democrática e destaca a implantação de conselhos escolares e outras formas de participação da comunidade escolar e local na melhoria do funcionamento das instituições de educação e enriquecimento das oportunidades educativas e recursos pedagógicos.

Atualmente, as escolas contam com um órgão que compõe a gestão democrática: o Conselho de Classe. Órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa em assuntos didático-pedagógicos, com a responsabilidade de analisar as ações educacionais, indicando alternativas que busquem garantir a efetivação do processo ensino e aprendizagem. É constituído pela diretora, equipe pedagógica e professores e de outros segmentos da comunidade escolar.

As Universidades contam com os Conselhos, Órgãos de Deliberação Superior formados pelos:

- Conselho Universitário – Conselho Universitário é o órgão superior máximo de deliberação coletiva da Universidade em matéria de política universitária e de

administração. Ao Conselho Universitário incumbe formular a política geral da Universidade nos planos acadêmico, administrativo, financeiro, patrimonial e disciplinar respeitado a legislação.

- Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão é o órgão técnico de supervisão e deliberação em matéria de ensino, pesquisa e extensão.

- Conselho de Curadores O Conselho de Curadores é o órgão de fiscalização econômico-financeiro da Universidade.

- Conselho de Integração Comunitária, órgão de caráter consultivo, tem por objetivo prover apoio à Universidade, além de dar subsídios de natureza crítica, visando à maior integração da Universidade com a sociedade.

TABELA 79 - Existência de Instrumentos de Gestão Democrática no Município de Teófilo Otoni

| Ano | Conselho do FUNDEB | Conselho Escolar | Conselho Alimentar Escolar | Conselho de Transporte Escolar |
|------|--------------------|------------------|----------------------------|--------------------------------|
| 2011 | Sim | Sim | Sim | Não |

Fonte: IBGE/Perfil dos Municípios Brasileiros (Munic) / Preparação: Todos Pela Educação

TABELA 80 – Caráter do Conselho Municipal de Educação - Município de Teófilo Otoni

| Caráter do Conselho Municipal de Educação | | | | |
|---|--------------|--------------|-----------|------------|
| Ano | Deliberativo | Fiscalizador | Normativo | Consultivo |
| 2006 | Sim | Sim | Sim | Sim |
| 2009 | Sim | Sim | Sim | Sim |
| 2011 | Não | Não | Sim | Sim |

Fonte: IBGE/Perfil dos Municípios Brasileiros (Munic) - 2006, 2009, 2011 / Preparação: Todos Pela Educação

A tabela acima, até 2009, mostra que os Conselhos eram de natureza deliberativa, fiscalizadora, normativa e consultiva. Em 2011 foram sucumbindo às funções deliberativas e fiscalização. Em 2015, preservam-se todas as funções.

Metas

Meta Nacional

Meta 19 - Assegurar condições, no prazo de 2 anos, para a efetivação da gestão democrática da Educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

Metas do Plano Municipal

Meta 1 - Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da Educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

Meta 2 - Garantir a partir da Vigência do Plano de Cargo e Carreira, o processo de escolha de diretores das instituições da rede municipal de ensino que ocorram por eleição direta e secreta, com a participação da comunidade escolar, corpo docente e discente assegurada em legislação específica municipal.

Meta 3 - Assegurar, a partir da vigência deste plano, a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares.

Estratégias

1. Priorizar a captação de transferências voluntárias da União e/ou Estado da área da educação junto aos demais entes federados de acordo com a legislação específica vigente.

2. Promover encontros com a comunidade escolar visando à interação e participação de todos na construção de documentos que regem a gestão escolar.
3. Assegurar que todas as instituições de ensino, públicas ou privadas, possuam Conselhos Escolares, garantindo a gestão democrática.
4. Assegurar a realização da avaliação dos profissionais da educação semestralmente.
5. Utilizar das fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados, em especial as decorrentes do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e do § 1º do art. 75 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que tratam da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, com vistas a atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional;
6. Criar mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário educação;
7. Destinar à manutenção e desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, na forma da lei específica, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural e outros recursos, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 da Constituição Federal;
8. Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, com a colaboração entre o Ministério da Educação, as Secretarias de Educação dos Estados e dos Municípios e os Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios;

9. Utilizar o Custo Aluno Qualidade - CAQ como parâmetro para o financiamento da educação de todas as etapas e modalidades da educação básica, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar.

4.2.6 Financiamento

Introdução

O caminho que leva ao alcance das metas estabelecidas neste plano, passa pelo diagnóstico da situação atual e por uma visão dos desafios futuros, mas exige também, um olhar retrospectivo sobre o percurso de formulação e implementação do plano anterior, para avaliar o alcance das metas que estão fixadas e compreender os fatores que incidiram sobre os resultados alcançados. Essa revisão é especialmente necessária quando está em tela a Gestão e o Financiamento da Educação, âmbito em que é flagrante a implantação das políticas públicas frente à meta de superação do analfabetismo, mencionada na Constituição Federal e nos compromissos assumidos pelo país em fóruns internacionais.

A constituição Brasileira estabelece mínimos de recursos a serem investidos em educação pela União (18%), Estados, Municípios e o Distrito Federal (25%), tendo por base as receitas resultantes de impostos, inclusive transferências. Como fonte adicional de recursos para o Ensino Fundamental, manteve a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas, que dela podem deduzir as aplicações na educação de seus empregados.

Não se pode perder de vista que a LDB, ao incluir na educação a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, e ao definir o objetivo geral de proporcionar a todos, formação comum, indispensável à vida em sociedade e fornecer meios de progredir no trabalho e em estudos posteriores, percebeu-se num mundo que demanda conhecimentos em escala crescente, que nenhum país poderá deixar de perseguir a meta de assegurar a todas as pessoas educação básica de qualidade de no mínimo, 12 anos de estudo.

Os recursos hoje disponíveis para a educação são insuficientes para assegurar uma educação de qualidade a todas as crianças, jovens e adultos. Deve-se ter em vista a consciência de que educação é direito que não pode, em hipótese alguma, ser negado. Como reconhece a “*Declaração de Dakar. Educação para todos –2000*”:

Nós reafirmamos a visão da Declaração Mundial de Educação Para Todos (Jomtien, 1990), apoiada pela Declaração Universal de Direitos Humanos e pela Convenção sobre os Direitos da Criança, de que toda criança, jovem e adulto têm o direito humano de beneficiar-se de uma educação que satisfaça suas necessidades básicas de aprendizagem, no melhor e mais pleno sentido do termo, e que inclua aprender a aprender, a fazer, a conviver e a ser. É uma educação que se destina a captar os talentos e o potencial de cada pessoa e desenvolver a personalidade dos educandos para que possam melhorar suas vidas e transformar suas sociedades. (Declaração de Dakar. Educação para todos –2000).

O FUNDEB é fundamental para assegurar recursos para a Educação Básica, sem os quais este município estaria incapacitado de cumprir as metas estabelecidas neste Plano Municipal, elaborado em consonância com o seu equivalente nacional. As metas estipuladas são imprescindíveis para assegurar a todas as pessoas um espaço social de cidadania ativa.

Diagnóstico

O sistema de financiamento da educação brasileira tem atualmente duas grandes características: a vinculação constitucional de certo percentual de recursos às despesas com educação e a existência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.

No caso dos Municípios, como Teófilo Otoni, a vinculação constitucional é de 25% dos recursos resultantes dos impostos. Isso pode gerar a ideia de senso comum de que a educação leva $\frac{1}{4}$ do bolo orçamentário, o que não é verdade, porque o orçamento não é composto apenas de recursos tributários e, destes, a receita de impostos sequer representa a totalidade. Por essa razão, em algumas unidades ou esferas da União, ainda há a necessidade de obter novas fontes de financiamento. Em 2014, as despesas com educação alcançaram R\$ 99.979.669,00, recursos oriundos da receita de impostos.

Outro parâmetro para a avaliação dos investimentos públicos brasileiros em educação é o Produto Interno Bruto (PIB). Estima-se que o Brasil investe

cerca de 6,1% do PIB em educação (dados de 2011). Entretanto, os desafios educacionais no Brasil são muito grandes, o que não acontece na maioria dos países desenvolvidos, que realizaram investimentos muito altos no pós-guerra. Por isso, o Plano Nacional de Educação considera que o Brasil precisa atingir um investimento educacional de 7% do PIB, até a erradicação do analfabetismo, a correção dos desníveis idade/série e o aperfeiçoamento da gestão; depois, poderá reduzir e estabilizar o investimento nos níveis atuais.

Quanto ao FUNDEB, trata-se de uma cesta de recursos destinada a corrigir distorções no investimento educacional num país de grandes disparidades regionais como o Brasil. Substituto do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), que vigorou de 1997 a 2006, o FUNDEB está em vigor desde janeiro de 2007 e se estenderá até 2020. A estratégia é distribuir os recursos pelo país, levando em consideração o desenvolvimento social e econômico das regiões — a complementação do dinheiro aplicado pela União é direcionada às regiões nas quais o investimento por aluno seja inferior ao valor mínimo fixado para cada ano. Ou seja, o FUNDEB tem como principal objetivo promover a redistribuição dos recursos vinculados à educação. A destinação dos investimentos é feita de acordo com o número de alunos da educação básica, com base em dados do censo escolar do ano anterior. O acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do programa são feitos em escalas federal, estadual e municipal por conselhos criados especificamente para esse fim.

A per capita do FUNDEB para todo o estado de Minas Gerais variou segundo as etapas, modalidades ou tipos de estabelecimentos de ensino da educação básica sendo:

- Educação Infantil

R\$ 3.131,44 – para creches e pré-escola em tempo integral.

R\$ 2.408,80 – para creches e pré-escola em tempo parcial.

- Ensino Fundamental

R\$ 2.408,80 – Séries iniciais urbana

R\$ 2.770,12 – Séries iniciais rurais

R\$ 2.649,68 – Séries finais urbana

R\$ 2.890,56 – Séries finais rurais

R\$ 3.131,44 – Tempo Integral

- Educação Especial e Educação Quilombola

R\$ 2.890,56 – Atendimento Educacional Especializado (AEE)

R\$ 1.927,04 – Educação de Jovens e Adultos (EJA)

R\$ 2.649,68 – Creche oferecida em Instituições Conveniadas

Em 2014, ano de referência para o diagnóstico desse Plano, o valor per capita do FUNDEB foi de R\$3.113,61, em média. É importante ressaltar que nem Estados e nem Municípios perdem recursos para o FUNDEB. O que pode ocorrer, apenas, é a transferência da responsabilidade pela sua gestão. Esses recursos continuam na educação. O Município, como também o Estado, pode deixar de ter a gerência, total ou parcial, sobre os recursos da educação que estariam a sua disposição, de acordo com o número de alunos de sua rede. Em relação ao Município de Teófilo Otoni, no ano de 2014, dos R\$ 14.858.891,13 retidos no Fundo, R\$ 28.956.663,67 retornaram para o município em função de seu número de matrículas no Ensino Fundamental.

O Município, entretanto, tem interesse em manter o atual regime de cooperação com o Estado no atendimento às matrículas no Ensino Fundamental, principalmente tendo em vista os desafios da Educação Infantil, responsabilidade do município, segundo as regras atuais de colaboração entre as esferas governamentais.

O FUNDEB trouxe ainda ganhos específicos para a participação da comunidade na discussão e acompanhamento dos gastos públicos, dando maior visibilidade dos recursos e transparência na gestão, visando maior profissionalização da carreira do magistério; descentralização dos recursos, através da maior transferência dos estados para os municípios, e a expansão

das matrículas, devido à vinculação do número destas aos recursos recebidos por cada entidade federada.

Tabela 81 - FUNDEB 2014

| FUNDEB – 2014 | | | | |
|------------------------------|---------------------------------------|-----------------|--------------|----------------------|
| ETAPA | MODALIDADE | VALOR POR ALUNO | Nº DE ALUNOS | VALOR A SER RECEBIDO |
| EDUCAÇÃO INFANTIL | Creche Tempo Integral | R\$ 3.131,44 | 169 | R\$ 529.213,36 |
| | Pré-Escola Integral | R\$ 3.131,44 | 815 | R\$ 2.552.123,60 |
| | Creche Parcial | R\$ 2.408,80 | 59 | R\$ 142.119,20 |
| | Pré-Escola Parcial | R\$ 2.408,80 | 1.390 | R\$ 3.348.232,00 |
| ENSINO FUNDAMENTAL | Séries Iniciais Urbana | R\$ 2.408,80 | 2.323 | R\$ 5.595.642,40 |
| | Séries Iniciais Rurais | R\$ 2.770,12 | 1.267 | R\$ 3.509.742,04 |
| | Séries Finais Urbana | R\$ 2.649,68 | 1.621 | R\$ 4.295.131,28 |
| | Séries Finais Rurais | R\$ 2.890,56 | 307 | R\$ 887.401,92 |
| | Tempo Integral | R\$ 3.131,44 | 644 | R\$ 2.016.647,36 |
| EDUCAÇÃO ESPECIAL | Atendimento Educacional Especializado | R\$ 2.890,56 | 61 | R\$ 176.324,16 |
| | Educação Especial | R\$ 2.890,56 | 120 | R\$ 346.867,20 |
| | Educação Quilombola | R\$ 2.890,56 | 39 | R\$ 112.731,84 |
| EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS | EJA – Avaliação no Processo | R\$ 1.927,04 | 275 | R\$ 529.936,00 |
| INSTITUIÇÕES CONVENIADAS | Creche Tempo Integral | R\$ 2.649,68 | 998 | R\$ 2.644.380,64 |

Fonte: Portaria Interministerial nº 19 de 27/12/2013

O quadro abaixo - **Demonstrativo dos Recursos Recebidos e sua Aplicação** é relativo às receitas e despesas realizadas com os recursos oriundos do FUNDEB. Com R\$ 28.956.663,67 arrecadados, mais os R\$

158.222,05 frutos de aplicações financeiras, o FUNDEB em 2014 proporcionou uma receita de R\$29.114.885,72.

Tabela 82 - Demonstrativo dos Recursos Recebidos e sua Aplicação

| DEMONSTRATIVO DE RECURSOS RECEBIDOS E SUA APLICAÇÃO | |
|--|--------------------------|
| TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB | R\$ 28.956.663,67 |
| APLICAÇÃO FINANCEIRA | R\$ 158.222,05 |
| TOTAL DE RECEITA | R\$ 29.114.885,72 |

O quadro abaixo é uma compilação das principais informações que demonstram as receitas e despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e do FUNDEB.

Tabela 83 - Receitas FUNDEB 2014 por Origem

| Receitas FUNDEB 2014 por Origem | |
|--|-------------------|
| FPE | R\$ 1.642.869,23 |
| FPM | R\$ 5.062.340,21 |
| IPI / EXP | R\$ 355.326,74 |
| ICMS | R\$ 19.463.553,51 |
| LEI COMP. N° 87 | R\$ 127.815,84 |
| ITR | R\$ 47.058,68 |
| IPVA | R\$ 1.933.301,39 |
| ITCMD | R\$ 324.398,07 |
| TOTAL Repassado ao Município | R\$ 28.956.663,67 |

Fonte: Consulta a Transferências Constitucionais aos Municípios do Tesouro Federal

O Salário Educação constitui-se em uma importante fonte de recurso para o financiamento da educação municipal, com uma receita de R\$ 2.100.479,35.

Outros dados relevantes para a compreensão do financiamento da educação em Teófilo Otoni são:

- Teófilo Otoni gasta com a educação mais que os 25% exigidos pela educação por que:

a) precisa contar com uma margem de segurança para o caso de haver problemas na análise das contas municipais pelo Tribunal de Contas;

b) mantém investimentos não previstos no financiamento da educação.

- A fonte de recursos que financia o transporte escolar foi composta das seguintes receitas:

Tabela 84 - Transporte Escolar

| TRANSPORTE ESCOLAR | |
|---------------------------|-------------------------|
| RECURSO PRÓPRIO | R\$ 536.869,81 |
| PNATE/FNDE | R\$ 571.381,65 |
| PNATE/SEE | R\$ 3.980.498,72 |
| SALÁRIO EDUCAÇÃO | R\$ 1.458.795,98 |

Além dos R\$ 25.896.485,82 milhões gastos com educação em 2014, o Município de Teófilo Otoni teve outras fontes de financiamento:

a) A merenda escolar, PNAE 2014 que não é computada como despesa da Educação, foi custeada com R\$ 1.201.580,00, transferidos ao município pelo FNDE/PNAE.

b) Repasses de recursos federais 2014:

- Programa Proinfância – Objetivo: Implementação de escolas para a Educação Infantil R\$ 2.340.867,86;
- Programa Brasil Carinhoso – Objetivo: Assistência a crianças matriculadas em creches. Faz parte do Plano Brasil sem miséria R\$ 522.710,32;
- PAR – Plano de Ação Articulado. Objetivo: Compra de Uniformes Escolares R\$ 400.000,00;

- PCQP – Programa de Construção de Quadras Poliesportivas. Objetivo: Implementação adequada das estruturas esportivas escolares R\$ 203.708,76;
- AE – Programa Atleta na Escola. Objetivo: Incentivo às práticas esportivas nas escolas:
 - Escola Municipal Inácio Pereira Guimarães – R\$ 1.519,00
 - Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida – R\$ 1.891,00
 - Escola Municipal Teodolindo Pereira – R\$ 304,91
 - Escola Municipal Doralice Arruda – R\$ 395,61

TOTAL: R\$ 4.110,52

Observação: O recurso do Seminário foi recebido em 2013 via PAR no valor de R\$ 115.215,30.

- Repasses do Programa “Mais Educação” para colaborar com o Tempo Integral / 2014:

ESCOLAS RURAIS:

- Córrego São Jacinto – R\$ 20.900,00
- Petrônio Mendes de Souza – R\$ 20.100,00
- Oscar João Kretli – R\$ 20.750,00
- Homero Barbosa – R\$ 26.700,00
- Inácio Pereira Guimarães – R\$ 33.800,00
- Cecília Zimmerer Khoury – R\$ 14.550,00

ESCOLAS URBANAS:

- Doralice Arruda – R\$ 21.250,00

- Nossa Senhora Aparecida – R\$ 22.750,00

-Teodolindo Pereira – R\$ 28.000,00

TOTAL: Mais Educação repasse 2014 => R\$ 208.800,00

- Repasse do PDDE – Escola Acessível em 2014 R\$ 12.500,00 - Objetivo: Promover a acessibilidade física e pedagógica nas escolas inclusivas. OBS: Este recurso foi destinado a Escola Municipal São Cristóvão.

- PDDE – Programa Dinheiro Direito na Escola. Objetivo: Reforço na autogestão da escola para gerir recursos que melhorem o desempenho escolar:

RURAIS:

- Escola Municipal Córrego São Jacinto – R\$ 1.510,00

- Escola Municipal Barra da Limeira – R\$ 1.570,00

- Escola Municipal Cecília Zimmerer – R\$ 2.400,00

- Escola Municipal Petrônio Mendes de Souza – R\$ 1.360,00

- Escola Municipal Bamberg – R\$ 1.410,00

- Escola Municipal Geraldo Leão Lopes – R\$ 3.090,00

- Escola Municipal Oscar João Kretli – R\$ 1.660,00

- Escola Municipal Otto Willy Petzold – R\$ 504,70

- Escola Municipal Homero Barbosa – R\$ 2.090,00

TOTAL: R\$ 15.594,70

EDUCAÇÃO INFANTIL:

- Pré-escolar Municipal Abelhinha – R\$ 1.340,00

- Pré-escolar Municipal Pequeno Polegar – R\$ 965,53

- Pré-escolar Municipal Pica Pau – R\$ 2.520,00

- Centro Municipal de Educação Infantil Vila São João – R\$ 408,04

- Centro Solidário de Educação Infantil – R\$ 2.810,00

- Pré-escolar Municipal Pinga de Gente – R\$ 260,16

- Pré-escolar Municipal Pequeno Poney – R\$ 1.180,00

- Pré-escolar Municipal Beija Flor – R\$ 1.040,00

- Pré-escolar Municipal Tia Chica – R\$ 610,90
- Pré-escolar Municipal Mundo Mágico – R\$ 940,65
- Pré-escolar Municipal Criança Feliz – R\$ 251,00

TOTAL: R\$ 17.326,28

ESCOLAS URBANAS:

- Escola Municipal Sidônio Otoni – R\$ 3.870,00
- Escola Municipal Doralice Arruda – R\$ 5.650,00
- Escola Municipal Teodolindo Pereira – R\$ 4.918,12
- Nossa Senhora Aparecida – R\$ 6.330,00
- Escola Municipal Irmã Maria Amália R\$ 21.380,00
- Escola Municipal São Cristóvão – R\$ 6.425,77
- Escola Municipal Maria Ramos – R\$ 2.900,00
- Escola Municipal Ferreira Cardoso – R\$ 4.210,00

TOTAL: R\$ 55.683,89

- Repasse à PMTO do PDDE para escolas rurais e pré-escolares sem caixa escolar => R\$ 20.250,00

Outro ponto que merece destaque nesse plano é a tentativa dos educadores e gestores do município entenderem que financiamento e gestão são temas intimamente ligados, dado o fato evidente de que recursos bem geridos resultam em maior benefício social.

No Brasil, a legislação e a evolução das políticas públicas indicam uma tendência progressiva e espera-se uma irreversível profissionalização da gestão pública. Isso fica evidente, por exemplo, quando se criam regras para uma maior visibilidade e transparência na gestão dos recursos financeiros e se instituem mecanismos para um maior controle social.

É bom para a sociedade que os governos adotem, cada vez mais, uma perspectiva de Estado em sua atuação, isto é, que combatam a descontinuidade das políticas e se comprometam com o cumprimento das agendas sociais

indicadas como caminhos para a elevação do padrão geral da sociedade brasileira.

No caso da educação, coloca-se o desafio para que os educadores compreendam e se profissionalizem em gestão pública e gestão escolar. E, além disso, que exerçam a sua responsabilidade social, como setor crítico, de influenciar as esferas governamentais para que aperfeiçoem as posturas e procedimentos de gestão.

A educação brasileira, de maneira geral, precisa elevar a profissionalização tanto dos órgãos gestores quanto dos estabelecimentos escolares propriamente ditos. O Plano Nacional de Educação indica a necessidade de, em ambos os casos, definir novas competências específicas e capacidades humanas, políticas e técnicas para a gestão no Ministério, nas secretarias e nas escolas. E, além disso, a colaboração entre diferentes profissões para a gestão educacional. Assim, os educadores têm muito a aprender com os administradores, especialmente com aqueles formados nas novas perspectivas de gestão pública.

A gestão educacional e escolar precisa levar em consideração, para além das questões puramente técnicas e financeiras, a complexidade da comunidade escolar e de sua cultura e, especialmente, o fato de que a educação não constitui um problema econômico, mas um direito social.

É preciso ainda aperfeiçoar os mecanismos democráticos nas eleições, combatendo os clientelismos tão presentes na cultura política brasileira, e qualificar os gestores para suas funções específicas. Finalmente, a descentralização dos recursos educacionais, prevista pela LDBEN 9.394/96, poderoso instrumento de eficiência no financiamento da educação, é também uma tendência nacional. A chegada dos recursos diretamente às escolas fortalece a sua autonomia e, embora já aconteça, por exemplo, através dos programas do FNDE (federal) e da Caixa Escolar (municipal), precisa receber um aporte de recursos e esforços de desburocratização.

Metas

Meta Nacional

Meta 20 - Ampliar o investimento público em Educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do País no 5º ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio.

Metas do Plano Municipal

Meta 1 - Garantir, nos planos plurianuais municipais, a partir da vigência deste plano, previsão e ampliação de recursos financeiros para o alcance das metas do Plano Nacional da Educação.

Meta 2 - Assegurar, até 2025, recursos de governo e da assistência social para programas de renda mínima vinculada à educação; da saúde e da assistência social para a Educação Infantil; demandar recursos destinados, no Brasil, à universalização das telecomunicações, para incrementar a rede de comunicação e informática das escolas; demandar recursos do trabalho para a qualificação dos profissionais de educação; para financiar ações de governo intersetoriais integradas.

Meta 3 - Aperfeiçoar, a partir de 2016, mecanismos de controle e fiscalização de gastos em educação e de combate ao desperdício de recursos para a educação.

Meta 4 - Prever, a partir de 2016, recursos para a criação de um Centro de Referência Educacional na Sede do município, dotado de uma equipe multidisciplinar, composta de Assistente Social, Pedagogo, Psicopedagogo, Psicólogo, Neurologista, Odontólogo e Fonoaudiólogo, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Assistência Social.

Meta 5 - Avaliar e aperfeiçoar, a partir da vigência deste plano, o regime de colaboração entre os sistemas de ensino, público e privado.

Meta 6 – Assegurar, a partir da vigência deste plano, o investimento público em Educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto

Interno Bruto (PIB) do País no 5º ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio.

Meta 7 - Garantir na Rede Municipal de Ensino, a partir da vigência deste plano, políticas públicas, orçamentárias e a ampliação dos recursos financeiros, com o intuito de assegurar que as unidades escolares sejam equipadas adequadamente de recursos materiais e humanos para fazer uso de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), principalmente para o uso correto da informação de forma ética e consciente, pautada no respeito à individualidade e a privacidade.

Meta 8 - Assegurar na Rede Municipal de Ensino cursos de formação continuada de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para os Profissionais de Educação Básica de forma a atender os requisitos mínimos para utilização e manutenção dos recursos.

Estratégias

1. Promover e realizar, gradativamente, a autonomia financeira das escolas mediante a ampliação e o aperfeiçoamento do repasse de recursos diretamente às instituições.
2. Integrar ações e recursos técnicos, administrativos e financeiros da Secretaria Municipal de Educação com outras secretarias nas áreas de atuação comum.
3. Rever o Estatuto dos Caixas Escolares, no que se refere à distribuição do valor para cada unidade escolar, bem como, o uso e aplicação desse recurso, garantindo-se a autonomia da escola na aplicação do mesmo, facilitando o uso dessa verba em consonância com a legislação vigente.
4. Garantir no orçamento a ampliação dos recursos financeiros, com o intuito de assegurar que as unidades escolares sejam equipadas adequadamente, conforme o Projeto Político Pedagógico.
5. Garantir e respeitar a autonomia do Colegiado Escolar nas tomadas de decisões administrativas, pedagógicas e aplicação de recursos.

6. Promover cursos de formação para representantes do Colegiado.
7. Implantar o Centro de Referência Educacional na sede do município de Teófilo Otoni dotado de uma equipe multidisciplinar.
8. Garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da Educação Básica, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados, em especial as decorrentes do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e do § 1º do art. 75 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que tratam da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, com vistas a atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional.

5. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PME

O Plano Municipal de Educação de Teófilo Otoni – MG, durante todo o período de sua execução e desenvolvimento, será acompanhado e avaliado por uma Comissão Executiva sob a Coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

A Comissão Executiva será composta por membros da Comissão Representativa da Sociedade Civil e Equipe Técnica de Apoio ao Plano que participaram da elaboração deste.

Tais representantes farão parte da Comissão durante toda a vigência deste Plano, com vistas ao acompanhamento e garantia de continuidade do cumprimento das metas nele propostas.

A Comissão Executiva incumbir-se-á de:

- Organizar o sistema de acompanhamento e controle da execução do PME, estabelecendo, inclusive, os instrumentos específicos para avaliação contínua e sistemática das metas previstas;
- Realizar avaliação, anualmente, com o envolvimento de todos os segmentos das escolas e comunidade escolar;
- Realizar audiências públicas anuais para prestar contas da execução do PME à comunidade escolar;
- Analisar os resultados obtidos nas avaliações e comparar com os objetivos e metas propostas no PME, identificando pontos de estrangulamento e propondo ações para “correção de rumos”;
- Encaminhar ao Prefeito Municipal, ao final de cada ano, relatório sobre a execução do PME, contendo análise das metas alcançadas e os problemas evidenciados com as devidas propostas de solução.

A organização desse sistema de acompanhamento, avaliação e controle da execução do PME, aqui explicitado não prescinde das atribuições da Câmara de Vereadores, do Tribunal de Contas e dos Conselhos específicos de fiscalização e controle da educação.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PME do Município de Teófilo Otoni constitui um documento base que elencam dados que interferem e subsidiam as decisões do município para o planejamento da educação no território municipal para os próximos nove anos.

A partir da realidade diagnosticada e, em consonância com o Plano Nacional de Educação, aprovado através da Lei nº 13.005, de 25 junho de 2014, o município assume o compromisso com as metas estabelecidas, através da elaboração do PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, buscando soluções e estabelecendo estratégias para que o município de Teófilo Otoni, supere as dificuldades apresentadas neste diagnóstico, mantenha e amplie a qualidade da educação ofertada em seu território.

A qualidade dos trabalhos feitos primou-se pela participação dos municípios, através da forma representativa dos segmentos da sociedade, caracterizando-se pela forma democrática, coordenados pela Comissão Representativa da Sociedade Civil e Equipe Técnica de Apoio ao PME 2015-2024.

7. ANEXOS

Indicador 8C – Escolaridade média da população de 18 a 29 anos entre os 25% mais pobres.

Informações necessárias

- Soma dos anos de estudo das pessoas entre os 25% mais pobres na faixa etária de 18 a 29 anos de idade.
- População de 18 a 29 anos de idade entre os 25% mais pobres.

Fontes oficiais

| Abrangência | Fonte |
|-------------------------|--|
| Estado, Região e Brasil | IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013 |
| Município e Mesorregião | IBGE/Censo Populacional – 2010 |

Cálculo

$$\frac{\text{Soma dos anos de estudo das pessoas entre os 25\% mais pobres na faixa etária de 18 a 29 anos de idade}}{\text{População de 18 a 29 anos de idade entre os 25\% mais pobres}}$$

Comentários

Os dados utilizados para a construção do **Indicador 8C** têm como base o Censo Populacional e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), ambas as pesquisas domiciliares realizadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A PNAD foi utilizada para construir os indicadores referentes aos estados, regiões e país. Como essa pesquisa tem periodicidade anual, foi possível o uso dos dados mais recentes (2013). Entretanto, como a PNAD é uma pesquisa amostral cujos estratos de planejamento não contemplam nem municípios nem mesorregiões, para esses níveis de agregação foram utilizados os dados do Censo Populacional, sendo o mais recente realizado em 2010.

A opção pelas pesquisas domiciliares realizadas pelo IBGE foi baseada em dois motivos: (1) são representativas da população residente no local de interesse; e (2) informam qual parcela da população não está sendo atendida pelas redes de ensino.

A identificação dos 25% mais pobres entre a população de 18 a 29 anos é calculada pela renda familiar *per capita* informada. Somando a renda bruta dos componentes do grupo familiar e dividindo pelo número de pessoas que formam este grupo familiar, tem-se a renda familiar *per capita*, base para a separação do quartil de menor renda entre a população de 18 a 29 anos.

Indicador 8B – Escolaridade média da população de 18 a 29 anos residente em área rural.

Informações necessárias

- Soma dos anos das pessoas residentes na área rural na faixa etária de 18 a 29 anos de idade.
- População de 18 a 29 anos de idade residente na área rural.

Fontes oficiais

| Abrangência | Fonte |
|-------------------------|--|
| Estado, Região e Brasil | IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013 |
| Município e Mesorregião | IBGE/Censo Populacional – 2010 |

Cálculo

$$\frac{\text{Soma dos anos de estudo das pessoas residentes na área rural na faixa etária de 18 a 29 anos de idade}}{\text{População residente na área rural de 18 a 29 anos}}$$

Comentários

Os dados utilizados para a construção do **Indicador 8B** têm como base o Censo Populacional e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), ambas as pesquisas domiciliares realizadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A PNAD foi utilizada para construir os indicadores referentes aos estados, regiões e país. Como essa pesquisa tem periodicidade anual, foi possível o uso dos dados mais recentes (2013). Entretanto, como a PNAD é uma pesquisa amostral cujos estratos de planejamento não contemplam nem municípios nem mesorregiões, para esses níveis de agregação foram utilizados os dados do Censo Populacional, sendo o mais recente realizado em 2010.

Indicador 8A – Escolaridade média da população de 18 a 29 anos.

Informações necessárias

- Soma dos anos de estudo das pessoas na faixa etária de 18 a 29 anos de idade
- População de 18 a 29 anos de idade.

Fontes oficiais

| Abrangência | Fonte |
|-------------------------|--|
| Estado, Região e Brasil | IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013 |
| Município e Mesorregião | IBGE/Censo Populacional – 2010 |

Cálculo

$$\frac{\text{Soma dos anos de estudo das pessoas na faixa etária de 18 a 29 anos de idade}}{\text{População de 18 a 29 anos de idade}}$$

Comentários

Os dados utilizados para a construção do **Indicador 8A** têm como base o Censo Populacional e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), ambas as pesquisas domiciliares realizadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A PNAD foi utilizada para construir os indicadores referentes aos estados, regiões e país. Como essa pesquisa tem periodicidade anual, foi possível o uso dos dados mais recentes (2013). Entretanto, como a PNAD é uma pesquisa amostral cujos estratos de planejamento não contemplam nem municípios nem mesorregiões, para esses níveis de agregação foram utilizados os dados do Censo Populacional, sendo o mais recente realizado em 2010.

A opção pelas pesquisas domiciliares realizadas pelo IBGE foi baseada em dois motivos: (1) são representativas da população residente no local de interesse; e (2) informam qual parcela da população não está sendo atendida pelas redes de ensino.

Indicador 4 – Percentual da população de 4 a 17 anos com deficiência que frequenta a escola.

Informações necessárias

- População de 04 a 17 anos de idade que declarou ter alguma dificuldade permanente de enxergar, ouvir, caminhar ou subir degraus ou apresenta deficiência mental/intelectual permanente e que frequenta a escola.
- População de 04 a 17 anos de idade que declarou ter alguma dificuldade permanente de enxergar, ouvir, caminhar ou subir degraus ou apresenta deficiência mental/intelectual.

Fontes oficiais

| Abrangência | Fonte |
|-------------------------|--------------------------------|
| Estado, Região e Brasil | IBGE/Censo Populacional – 2010 |
| Município e Mesorregião | |

Cálculo

$$\frac{\text{População de 04 a 17 anos de idade que declarou ter alguma dificuldade permanente de enxergar, ouvir, caminhar ou subir degraus ou apresenta deficiência mental/intelectual permanente e que frequenta a escola}}{\text{População de 04 a 17 anos de idade que declarou ter alguma dificuldade permanente de enxergar, ouvir, caminhar ou subir degraus ou apresenta deficiência mental/intelectual}} \times 100$$

Comentários

A Meta 4 faz referência a pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, bem como ao tipo de atendimento que a elas deve ser garantido. O Censo Escolar do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), embora utilize a mesma conceituação da meta (pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação frequentando a escola), não considera as pessoas que ainda não estão sendo atendidas, além de trazer dados que se tornam incompatíveis se associados aos de pesquisas domiciliares, realizadas com metodologias, temporalidades e níveis de agregação diferentes.

Os tipos de deficiência coletados pelo IBGE são diferentes daqueles referidos no PNE e trazem um certo grau de subjetividade nas definições: pessoas reportadas como portadoras de alguma das quatro dificuldades pesquisadas (enxergar, ouvir, caminhar, ou subir degraus ou com deficiência mental ou intelectual), classificadas pelo respondente como grande ou total (no caso das deficiências físicas) e em qualquer grau (para as deficiências mentais e intelectuais). Além disso, não há informação sobre superdotação.

Apesar disso, os dados utilizados para a construção do Indicador 4 têm como base o Censo Populacional, por dois motivos: (1) são representativas da população residente no local de interesse; e (2) informam qual parcela da população não está sendo atendida.

A PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio), também do IBGE, não foi utilizada como fonte porque não coleta informações sobre as dificuldades físicas e mentais/intelectuais dos amostrados.

Indicador 11B – Matrículas em educação profissional técnica de nível médio na rede pública.

Informações necessárias

- Matrículas na educação profissional de nível médio na rede pública: número absoluto.

Fontes oficiais

| Abrangência | Fonte |
|-------------------------|--|
| Estado, Região e Brasil | INEP/Censo Escolar da Educação Básica – 2013 |

Comentários

Considerando que a oferta de educação profissional técnica de nível médio tem distribuição regionalizada, não foram utilizados dados para municípios e mesorregiões para a construção do **Indicador 11B**.

Nesse indicador as matrículas que estão sendo consideradas como da educação profissional de nível médio, são: matrículas do ensino médio integrado, as matrículas do ensino médio normal/magistério, as matrículas da educação profissional (concomitante, subsequente ou mista) e as matrículas da EJA presencial e semipresencial integrada à educação profissional de nível médio.

Indicador 11A – Matrículas em educação profissional técnica de nível médio.

Informações necessárias

- Matrículas na educação profissional de nível médio: número absoluto.

Fontes oficiais

| Abrangência | Fonte |
|-------------------------|--|
| Estado, Região e Brasil | INEP/Censo Escolar da Educação Básica – 2013 |

Comentários

Considerando que a oferta de educação profissional técnica de nível médio tem distribuição regionalizada, não foram utilizados dados para municípios e mesorregiões para a construção do **Indicador 11A**.

Nesse indicador as matrículas que estão sendo consideradas como da educação profissional de nível médio, são: matrículas do ensino médio integrado, as matrículas do ensino médio normal/magistério, as matrículas da educação profissional (concomitante, subsequente ou mista) e as matrículas da EJA presencial e semipresencial integrada à educação profissional de nível médio.

Indicador 10 – Percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional.

Informações necessárias

- Número de matrículas da educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional nas etapas fundamental e médio.
- Número total de matrículas da educação de jovens e adultos nas etapas fundamental e médio.

Fontes oficiais

| Abrangência | Fonte |
|-------------------------|--|
| Estado, Região e Brasil | INEP/Censo Escolar da Educação Básica – 2013 |
| Município e Mesorregião | |

Cálculo

$$\frac{\text{Número de matrículas da educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional nas etapas fundamental e médio}}{\text{Número total de matrículas da educação de jovens e adultos nas etapas fundamental e médio}} \times 100$$

Indicador 5 – Taxa de alfabetização de crianças que concluíram o 3º ano do ensino fundamental.

Informações necessárias

- População de até 14 anos de idade que concluiu o 3º ano do ensino fundamental ou está matriculada no 4º ano e foi declaradas alfabetizada.
- População de até 14 anos de idade que concluiu o 3º ano do ensino fundamental ou está matriculada no 4º ano.

Fontes oficiais

| Abrangência | Fonte |
|-------------------------|--|
| Estado, Região e Brasil | IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013 |
| Município e Mesorregião | IBGE/Censo Populacional – 2010 |

Cálculo

$$\frac{\text{População de até 14 anos de idade que concluiu o 3o ano do ensino fundamental ou está matriculada no 4o ano e foi declarada alfabetizada}}{\text{População de até 14 anos de idade que concluiu o 3o ano do ensino fundamental ou está matriculada no 4o ano}} \times 100$$

Comentários

Os dados utilizados para a construção do **Indicador 5** têm como base o Censo Populacional e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), ambas as pesquisas domiciliares realizadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A PNAD foi utilizada para construir os indicadores referentes aos estados, regiões e país. Como essa pesquisa tem periodicidade anual, foi possível o uso dos dados mais recentes (2013). Entretanto, como a PNAD é uma pesquisa amostral cujos estratos de planejamento não contemplam nem municípios nem mesorregiões, para esses níveis de agregação foram utilizados os dados do Censo Populacional, sendo o mais recente realizado em 2010.

A opção pelas pesquisas domiciliares realizadas pelo IBGE foi baseada em dois motivos: (1) são representativas da população residente no local de interesse; e (2) informam qual parcela da população não está sendo atendida pelas redes de ensino.

Os dados do Censo Escolar do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), embora precisos e atualizados, são incompatíveis se associados aos dados de pesquisas domiciliares, realizadas com metodologias, temporalidades e níveis de agregação diferentes.

A Meta 5 trata da garantia de alfabetização das crianças, enquanto que o analfabetismo adulto é tratado na Meta 9. A única informação disponível é a declaração coletada nas pesquisas domiciliares, após a pergunta sobre a frequência à escola ou ao último ano de escolaridade. Para este Indicador, o conceito de “criança” foi fixado para pessoas até 15 anos.

O indicador mais apropriado para essa meta será construído quando os resultados da ANA (Avaliação Nacional da Alfabetização) estiverem disponíveis.

Indicador 2B – Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído.

Informações necessárias

- População de 16 anos de idade com 9 anos ou mais anos de estudos.
- População com 16 anos de idade.

Fontes oficiais

| Abrangência | Fonte |
|-------------------------|--|
| Estado, Região e Brasil | IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013 |
| Município e Mesorregião | IBGE/Censo Populacional – 2010 |

Cálculo

$$\frac{\text{População de 16 anos de idade com 9 anos ou mais anos de estudos}}{\text{População com 16 anos de idade}} \times 100$$

Comentários

Os dados utilizados para a construção do **Indicador 2B** têm como base o Censo Populacional e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), ambas as pesquisas domiciliares realizadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A PNAD foi utilizada para construir os indicadores referentes aos estados, regiões e país. Como essa pesquisa tem periodicidade anual, foi possível o uso dos dados mais recentes (2013). Entretanto, como a PNAD é uma pesquisa amostral cujos estratos de planejamento não contemplam nem municípios nem mesorregiões, para esses níveis de agregação foram utilizados os dados do Censo Populacional, sendo o mais recente realizado em 2010.

A opção pelas pesquisas domiciliares realizadas pelo IBGE foi baseada em dois motivos: (1) são representativas da população residente no local de interesse; e (2) informam qual parcela da população não está sendo atendida pelas redes de ensino.

Os dados do Censo Escolar do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), embora precisos e atualizados quanto ao número de pessoas frequentando o ensino fundamental, são incompatíveis se associados aos dados de pesquisas domiciliares, realizadas com metodologias, temporalidades e níveis de agregação diferentes.

Esse é um indicador de universalização, concretizada com acesso à pré-escola aos quatro anos e conclusão do ensino fundamental aos 15 anos. O indicador, portanto, capta a universalização do ensino fundamental com um ano além da faixa etária obrigatória para a matrícula no nono ano.

Indicador 2A – Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta a escola.

Informações necessárias

- População de 6 a 14 anos de idade que frequenta a escola.
- População de 6 a 14 anos de idade.

Fontes oficiais

| Abrangência | Fonte |
|-------------------------|--|
| Estado, Região e Brasil | IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013 |
| Município e Mesorregião | IBGE/Censo Populacional – 2010 |

Cálculo

$$\frac{\text{População de 6 a 14 anos de idade que frequenta a escola}}{\text{População de 6 a 14 anos de idade}} \times 100$$

Comentários

Os dados utilizados para a construção do **Indicador 2A** têm como base o Censo Populacional e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), ambas as pesquisas domiciliares realizadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A PNAD foi utilizada para construir os indicadores referentes aos estados, regiões e país. Como essa pesquisa tem periodicidade anual, foi possível o uso dos dados mais recentes (2013). Entretanto, como a PNAD é uma pesquisa amostral cujos estratos de planejamento não contemplam nem municípios nem mesorregiões, para esses níveis de agregação foram utilizados os dados do Censo Populacional, sendo o mais recente realizado em 2010.

A opção pelas pesquisas domiciliares realizadas pelo IBGE foi baseada em dois motivos: (1) são representativas da população residente no local de interesse; e (2) informam qual parcela da população não está sendo atendida pelas redes de ensino.

Os dados do Censo Escolar do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), embora precisos e atualizados quanto ao número de pessoas frequentando o ensino fundamental, são incompatíveis se associados aos dados de pesquisas domiciliares, realizadas com metodologias, temporalidades e níveis de agregação diferentes.

Indicador 5 – Taxa de alfabetização de crianças que concluíram o 3º ano do ensino fundamental.

Informações necessárias

- População de até 14 anos de idade que concluiu o 3º ano do ensino fundamental ou está matriculada no 4º ano e foi declaradas alfabetizada.
- População de até 14 anos de idade que concluiu o 3º ano do ensino fundamental ou está matriculada no 4º ano.

Fontes oficiais

| Abrangência | Fonte |
|-------------------------|--|
| Estado, Região e Brasil | IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013 |
| Município e Mesorregião | IBGE/Censo Populacional – 2010 |

Cálculo

$$\frac{\text{População de até 14 anos de idade que concluiu o 3o ano do ensino fundamental ou está matriculada no 4o ano e foi declarada alfabetizada}}{\text{População de até 14 anos de idade que concluiu o 3o ano do ensino fundamental ou está matriculada no 4o ano}} \times 100$$

Comentários

Os dados utilizados para a construção do **Indicador 5** têm como base o Censo Populacional e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), ambas as pesquisas domiciliares realizadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A PNAD foi utilizada para construir os indicadores referentes aos estados, regiões e país. Como essa pesquisa tem periodicidade anual, foi possível o uso dos dados mais recentes (2013). Entretanto, como a PNAD é uma pesquisa amostral cujos estratos de planejamento não contemplam nem municípios nem mesorregiões, para esses níveis de agregação foram utilizados os dados do Censo Populacional, sendo o mais recente realizado em 2010.

A opção pelas pesquisas domiciliares realizadas pelo IBGE foi baseada em dois motivos: (1) são representativas da população residente no local de interesse; e (2) informam qual parcela da população não está sendo atendida pelas redes de ensino.

Os dados do Censo Escolar do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), embora precisos e atualizados, são incompatíveis se associados aos dados de pesquisas domiciliares, realizadas com metodologias, temporalidades e níveis de agregação diferentes.

A Meta 5 trata da garantia de alfabetização das crianças, enquanto que o analfabetismo adulto é tratado na Meta 9. A única informação disponível é a declaração coletada nas pesquisas domiciliares, após a pergunta sobre a frequência à escola ou ao último ano de escolaridade. Para este Indicador, o conceito de “criança” foi fixado para pessoas até 15 anos.

O indicador mais apropriado para essa meta será construído quando os resultados da ANA (Avaliação Nacional da Alfabetização) estiverem disponíveis.

Indicador 2B – Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído.

Informações necessárias

- População de 16 anos de idade com 9 anos ou mais anos de estudos.
- População com 16 anos de idade.

Fontes oficiais

| Abrangência | Fonte |
|-------------------------|--|
| Estado, Região e Brasil | IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013 |
| Município e Mesorregião | IBGE/Censo Populacional – 2010 |

Cálculo

$$\frac{\text{População de 16 anos de idade com 9 anos ou mais anos de estudos}}{\text{População com 16 anos de idade}} \times 100$$

Comentários

Os dados utilizados para a construção do **Indicador 2B** têm como base o Censo Populacional e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), ambas as pesquisas domiciliares realizadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A PNAD foi utilizada para construir os indicadores referentes aos estados, regiões e país. Como essa pesquisa tem periodicidade anual, foi possível o uso dos dados mais recentes (2013). Entretanto, como a PNAD é uma pesquisa amostral cujos estratos de planejamento não contemplam nem municípios nem mesorregiões, para esses níveis de agregação foram utilizados os dados do Censo Populacional, sendo o mais recente realizado em 2010.

A opção pelas pesquisas domiciliares realizadas pelo IBGE foi baseada em dois motivos: (1) são representativas da população residente no local de interesse; e (2) informam qual parcela da população não está sendo atendida pelas redes de ensino.

Os dados do Censo Escolar do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), embora precisos e atualizados quanto ao número de pessoas frequentando o ensino fundamental, são incompatíveis se associados aos dados de pesquisas domiciliares, realizadas com metodologias, temporalidades e níveis de agregação diferentes.

Esse é um indicador de universalização, concretizada com acesso à pré-escola aos quatro anos e conclusão do ensino fundamental aos 15 anos. O indicador, portanto, capta a universalização do ensino fundamental com um ano além da faixa etária obrigatória para a matrícula no nono ano.

Indicador 2A – Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta a escola.

Informações necessárias

- População de 6 a 14 anos de idade que frequenta a escola.
- População de 6 a 14 anos de idade.

Fontes oficiais

| Abrangência | Fonte |
|-------------------------|--|
| Estado, Região e Brasil | IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013 |
| Município e Mesorregião | IBGE/Censo Populacional – 2010 |

Cálculo

$$\frac{\text{População de 6 a 14 anos de idade que frequenta a escola}}{\text{População de 6 a 14 anos de idade}} \times 100$$

Comentários

Os dados utilizados para a construção do **Indicador 2A** têm como base o Censo Populacional e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), ambas as pesquisas domiciliares realizadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A PNAD foi utilizada para construir os indicadores referentes aos estados, regiões e país. Como essa pesquisa tem periodicidade anual, foi possível o uso dos dados mais recentes (2013). Entretanto, como a PNAD é uma pesquisa amostral cujos estratos de planejamento não contemplam nem municípios nem mesorregiões, para esses níveis de agregação foram utilizados os dados do Censo Populacional, sendo o mais recente realizado em 2010.

A opção pelas pesquisas domiciliares realizadas pelo IBGE foi baseada em dois motivos: (1) são representativas da população residente no local de interesse; e (2) informam qual parcela da população não está sendo atendida pelas redes de ensino.

Os dados do Censo Escolar do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), embora precisos e atualizados quanto ao número de pessoas frequentando o ensino fundamental, são incompatíveis se associados aos dados de pesquisas domiciliares, realizadas com metodologias, temporalidades e níveis de agregação diferentes.

Indicador 1B – Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola.

Informações necessárias

- População de 0 a 3 anos de idade que frequenta a escola.
- População de 0 a 3 anos de idade.

Fontes oficiais

| Abrangência | Fonte |
|-------------------------|--|
| Estado, Região e Brasil | IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013 |
| Município e Mesorregião | IBGE/Censo Populacional – 2010 |

Cálculo

$$\frac{\text{População de 0 a 3 anos de idade que frequenta a escola}}{\text{População de 0 a 3 anos de idade}} \times 100$$

Comentários

Os dados utilizados para a construção do **Indicador 1B** têm como base o Censo Populacional e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), ambas as pesquisas domiciliares realizadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A PNAD foi utilizada para construir os indicadores referentes aos estados, regiões e país. Como essa pesquisa tem periodicidade anual, foi possível o uso dos dados mais recentes (2013). Entretanto, como a PNAD é uma pesquisa amostral cujos estratos de planejamento não contemplam nem municípios nem mesorregiões, para esses níveis de agregação foram utilizados os dados do Censo Populacional, sendo o mais recente realizado em 2010.

A opção pelas pesquisas domiciliares realizadas pelo IBGE foi baseada em dois motivos: (1) são representativas da população residente no local de interesse; e (2) informam qual parcela da população não está sendo atendida pelas redes de ensino.

Os dados do Censo Escolar do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), embora precisos e atualizados quanto ao número de pessoas frequentando a creche, são incompatíveis se associados aos dados de pesquisas domiciliares, realizadas com metodologias, temporalidades e níveis de agregação diferentes.

Indicador 1A – Percentual da população de 4 e 5 anos que frequenta a escola.

Informações necessárias

- População de 4 e 5 anos que frequenta a escola.
- População de 4 e 5 anos de idade.

Fontes oficiais

| Abrangência | Fonte |
|-------------------------|--|
| Estado, Região e Brasil | IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013 |
| Município e Mesorregião | IBGE/Censo Populacional – 2010 |

Cálculo

$$\frac{\text{População de 4 a 5 anos de idade que frequenta a escola}}{\text{População de 4 a 5 anos de idade}} \times 100$$

Comentários

Os dados utilizados para a construção do **Indicador 1A** têm como base o Censo Populacional e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), ambas as pesquisas domiciliares realizadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A PNAD foi utilizada para construir os indicadores referentes aos estados, regiões e país. Como essa pesquisa tem periodicidade anual, foi possível o uso dos dados mais recentes (2013). Entretanto, como a PNAD é uma pesquisa amostral cujos estratos de planejamento não contemplam nem municípios nem mesorregiões, para esses níveis de agregação foram utilizados os dados do Censo Populacional, sendo o mais recente realizado em 2010.

A opção pelas pesquisas domiciliares realizadas pelo IBGE foi baseada em dois motivos: (1) são representativas da população residente no local de interesse; e (2) informam qual parcela da população não está sendo atendida pelas redes de ensino.

Os dados do Censo Escolar do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), embora precisos e atualizados quanto ao número de pessoas frequentando a pré-escola, são incompatíveis se associados aos dados de pesquisas domiciliares, realizadas com metodologias, temporalidades e níveis de agregação diferentes.

Indicador 16 – Percentual de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu.

Informações necessárias

- Número de funções docentes na educação básica com pós-graduação lato ou stricto sensu.
- Número total de funções docentes na educação básica.

Fontes oficiais

| Abrangência | Fonte |
|-------------------------|--|
| Estado, Região e Brasil | INEP/Censo Escolar da Educação Básica – 2013 |
| Município e Mesorregião | |

Cálculo

$$\frac{\text{Número de funções docentes da educação básica com pós – graduação lato ou stricto sensu}}{\text{Número de total de funções docentes da educação básica}} \times 100$$

Comentários

Não há um indicador para mensurar a participação de profissionais da educação básica em cursos de formação continuada em sua área de atuação, pela ausência da informação nesse nível de detalhamento no Censo Escolar (INEP).

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

_____. **Da Nova LDB ao Novo Plano Nacional de Educação: por uma outra política educacional**. 2ª Ed. São Paulo: Autores Associados, 1999.

ARAÚJO, José Carlos Souza. **A universidade iluminista (1798-1921)**, de Kant a Max Scheller. Brasília: LiberLivro, 2011. v. 1. AVALIAÇÃO: Revista da Avaliação da Educação Superior. Campinas, SP: RAIES; Sorocaba, SP: UNISO, v. 13, n. 1, mar. 2008. BRUNNER, José Joaquim. A ideia da universidade pública: narrações contrastantes. Ensaio, Rio de Janeiro, n. 82, p. 11-30, jan/mar, 2014.

CANUTO, Vera Regina Albuquerque. **Políticos e Educadores: a organização do ensino superior no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida. **Estudo comparado sobre a expansão do ensino superior: Brasil e Estados Unidos**. In: ESCENARIOS MUNDIALES DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR. Análisis global y estudios de casos. Buenos Aires: CLACSO (Consejo Latino Americano de Ciências Sociales), 2007.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Políticas e gestão da educação superior: múltiplas regulações e reforma universitária no Brasil**. In: SEMINÁRIO REDESTRADO – NUEVAS REGULACIONES EN AMÉRICA LATINA. 7. Buenos Aires. Anais.... Buenos Aires, 2008.

Google:

<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php?file=entrada&relatorio=249>

Google: <http://ideb.inep.gov.br/>

Google: <http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php>

Google: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>

Google: <http://www.observatóriodopne.org.br/>

Google: <http://www.tce.mg.gov.br>

Google: <http://www.teofilothoni.mg.gov.br/site/sobre/historia/>. Acesso em: mar. 2015).

MORIM, Edgar - **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. São Paulo, Cortez, 2000.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento Dialógico: Como Construir o Projeto Político da Escola**. 2ª Edição. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2002.

PRAIS, M. de Lourdes M. **Administração Colegiada na Escola Pública**. 4ª edição. Campinas: Papyrus, 1998.

Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni / Secretaria Municipal de Educação. **Plano Municipal de Educação**. 2005 – 2015.

RODRIGUES, Antônia Lúcia Cavalcanti e Maria José Rocha Lima (Org). Núcleo de Educação, Cultura, Desporto Ciência & Tecnologia. **Plano Nacional de Educação**, Caderno de Educação. 2000.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. 14ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1991.

ROMÃO, José Eustáquio. **Avaliação Dialógica**. São Paulo: Cortez, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **A Nova Lei da Educação: Trajetória Limites e Perspectivas**. Coleção Educação Contemporânea. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 1998.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS, **Política Educacional de Educação do Estado de Minas Gerais**. Proposta, 2003.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO /**Legislação e Normas, Teófilo Otoni, Equipe de Elaboração**.

SIIVA, Zaira Marliza Leite da. Professora do Curso de Artes Visuais no Centro Universitário da Grande Dourados/UNIGRAN.

SITE do FNDE.

SITE do Tesouro Nacional.

TEÓFILO OTONI, **Banco de Dados da Secretaria Municipal de Educação**, 2005.

TEÓFILO OTONI, **Banco de Dados da SEDIME**.

TEÓFILO OTONI, **Lei Orgânica do Município**, 1990.